



RADAR SOCIAL DA COVILHÃ FASE I

DIAGNÓSTICO SOCIAL 2024



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Informação sobre o documento:

Autoria	Câmara Municipal da Covilhã
Designação	Diagnóstico Social 2024
N.º de páginas	214
Data	Setembro 2024
Foto de capa	Mural de Mário Belém, “Fonte das 3 Bicas”, WOOL 2019

ÍNDICE

1. Introdução	12
1.1. Enquadramento e objetivos do Radar Social	12
1.2. Apresentação do documento	13
1.3. Enquadramento estratégico	16
1.3.1. Políticas públicas de macroescala	16
1.3.2. Políticas públicas locais	22
2. Enquadramento geográfico e dinâmicas de contexto demográfico, económico e social	29
2.1. Enquadramento geográfico	29
2.2. Demografia	35
2.2.1. Tendências gerais: população e famílias	35
2.2.2. População estrangeira	43
2.3. Educação e socioeconomia	48
2.3.1. Educação e formação	48
2.3.2. Dinâmicas económicas e emprego	54
2.3.3. Rendimento	59
2.4. Habitação	65
2.4.1. Carências habitacionais	65
2.4.2. Recursos habitacionais	72
2.5. Saúde	76
2.5.1. Aspetos gerais	76
2.5.2. Recursos e serviços de saúde	77
2.6. Proteção social e acompanhamento de grupos específicos	89
2.6.1. Proteção social	89
2.6.2. Pessoas idosas	93
2.6.3. Pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade	95
2.6.4. Vítimas de violência doméstica e crianças e jovens em risco	97
2.6.5. Comunidades ciganas e população imigrante	102
3. Equipamentos e respostas sociais	108
3.1. Infância e juventude	108
3.1.1. Crianças e jovens	108
3.1.2. Crianças e Jovens com deficiência	115
3.1.3. Crianças e jovens em situação de perigo	115
3.2. População adulta	120
3.2.1. Pessoas idosas	120
3.2.2. Pessoas adultas com deficiência	131
3.2.3. Pessoas em situação de dependência	135

3.2.4.	Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico.....	136
3.2.5.	Pessoas em situação de sem-abrigo.....	136
3.3.	Família e comunidade	137
3.3.1.	Família e comunidade em geral.....	137
3.3.2.	Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias.....	141
3.3.3.	Pessoas com comportamentos aditivos e dependências.....	141
3.3.4.	Pessoas vítimas de violência doméstica.....	142
4.	Problemas e vulnerabilidades sociais.....	147
4.1.	Perceções das fragilidades sociais: Diagnóstico temático.....	147
4.2.	Perceções das fragilidades sociais: Diagnóstico territorial.....	152
4.3.	Desafios futuros para o desenvolvimento social do Concelho	155
Anexos.....	159
Anexo I.	Composição do CLAS-CVL.....	159
Anexo II.	Questionário online às entidades que integram o CLAS-CVL	162
Anexo III.	Folheto de divulgação do projeto Radar Social.....	168
Anexo IV.	Lista das tipologias de respostas sociais por grupo-alvo recenseadas na Carta Social.....	170
Anexo V.	Listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais por grupo-alvo.....	171
Anexo VI.	Respostas complementares identificadas no questionário	187

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Etapas metodológicas da Fase 1 do Radar Social.....	14
Figura 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	17
Figura 3. Princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.....	18
Figura 4. Objetivos de Política de Coesão da UE.....	19
Figura 5. Estrutura do PRR.....	21
Figura 6. Localização e enquadramento administrativo do concelho da Covilhã.....	29
Figura 7. Rede de transportes públicos urbanos.....	31
Figura 8. População residente por subseção estatística, em 2021.....	33
Figura 9. Evolução da população residente no concelho da Covilhã e NUT Beiras e Serra da Estrela (N.º), entre 1981 e 2021.....	35
Figura 10. Distribuição da população residente (em 2021) e taxa de variação da população (entre 2011 e 2021), por freguesia.....	36
Figura 11. Taxa de crescimento efetivo, natural e migratório (%), em 2023.....	37
Figura 12. Evolução das taxas de crescimento efetivo, natural e migratório no concelho da Covilhã (%), entre 2011 e 2023.....	38
Figura 13. Variação da população e dos agregados residentes no concelho da Covilhã, na NUT Beiras e Serra da Estrela, na região Centro e em Portugal, entre 2011 e 2021.....	39
Figura 14. Distribuição e dimensão dos agregados domésticos privados, por freguesia, em 2021.....	40
Figura 15. Variação dos agregados residentes no concelho da Covilhã, entre 2011 e 2021.....	41
Figura 16. Índice de envelhecimento e população por grupo etário, por freguesia, em 2021.....	42
Figura 17. População residente com nacionalidade estrangeira por freguesia, em 2021.....	45
Figura 18. Pedidos de estatuto de residente por origem no concelho da Covilhã, entre 2009 e 2022.....	46
Figura 19. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho da Covilhã,.....	46
Figura 20. Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por freguesia.....	49
Figura 21. Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%).....	50
Figura 22. Estabelecimentos de Ensino no concelho da Covilhã.....	51
Figura 23. Alunos matriculados nos ensinos nos estabelecimentos de ensino do concelho da Covilhã (no final ano letivo), por nível de ensino (Nº).....	53
Figura 24. Alunos beneficiários de ASE, por nível de ensino, no ano letivo 2020/2021.....	54
Figura 25. Evolução do número de empresas na Covilhã e na NUT Beiras e Serra da Estrela.....	55
Figura 26. Evolução do volume de negócios das empresas na Covilhã e na NUT Beiras e Serra da Estrela.....	56
Figura 27. População empregada por conta de outrem por sector de atividade (%), em 2021.....	57
Figura 28. Principal fonte de rendimento da população residente com 15 ou mais anos (%), em 2021.....	60
Figura 29. Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, entre 2011 e 2021.....	61
Figura 30. Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem em Odivelas, entre 2011 e 2021.....	61
Figura 31. Rendimento bruto declarado por habitante e agregado fiscal (€) em 2021.....	62

Figura 32. Poder de compra per capita entre 2011 e 2021.....	63
Figura 33. Distribuição dos agregados em carência habitacional sinalizados na ELH da Covilhã, em 2020	66
Figura 34. Evolução do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€) e do valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€)....	69
Figura 35. Evolução do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€) e do valor mediano por m ² das vendas de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)	69
Figura 36. Fogos municipais da Covilhã por freguesia e tipologia, em 2022	72
Figura 37. N ^o de médicos e de enfermeiros por 1 000 habitantes, em 2012 e 2022	77
Figura 38. Recursos de saúde	79
Figura 39. Número de utentes (com e sem médico de família) inscritos nas UCSP e USF da ULS Cova da Beira, sediados no concelho da Covilhã, em agosto de 2024	80
Figura 40. Pirâmide etária dos utentes inscritos nas UCSP e USF sediados no concelho da Covilhã, em agosto de 2024.....	81
Figura 41. Taxa de ocupação das camas nos hospitais (%).....	83
Figura 42. Farmácias no concelho da Covilhã.....	87
Figura 43. Beneficiárias/os do RSI (N.º)	90
Figura 44. Beneficiárias/os do RSI em número absoluto e peso percentual face à população residente, por freguesia na Covilhã, em 2024	91
Figura 45. População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades, por tipologia da dificuldade (%).....	96
Figura 46. Titulares da Bonificação por deficiência, por freguesia, em março de 2024	97
Figura 47. Faixa etária das vítimas de violência doméstica, em 2023	98
Figura 48. Vítimas de violência doméstica com filhos a cargo e coabitação com a pessoa agressora, em 2023	99
Figura 49. Tipologia da violência, em 2023	99
Figura 50. Tipologia de encaminhamento das vítimas de violência doméstica, em 2022.....	100
Figura 51. Faixa etária das crianças e jovens vítimas de violência doméstica acompanhadas, em 2023....	101
Figura 52. N ^o de processos acompanhados segundo a problemática, em 2023	102
Figura 53. Equipamentos e respostas sociais para crianças e jovens no concelho da Covilhã, 2024	109
Figura 54. Caracterização da resposta de creche	110
Figura 55. Caracterização da resposta de estabelecimento de educação pré-escolar	112
Figura 56. Caracterização da resposta de centro de atividades de tempos livres	114
Figura 57. Equipamentos e respostas sociais para crianças e jovens em situação de perigo no concelho da Covilhã, 2024.....	116
Figura 58. Caracterização da resposta de casa de acolhimento para resposta a situações de emergência	118
Figura 59. Caracterização da resposta de casa de acolhimento	119
Figura 60. Caracterização da resposta de casa de acolhimento com unidade de apoio e promoção de autonomia dos jovens.....	119
Figura 61. Equipamentos e respostas sociais para pessoas idosas no concelho da Covilhã, 2024.....	121
Figura 62. Caracterização da resposta de serviço de apoio domiciliário	123
Figura 63. Caracterização da resposta de centro de convívio.....	125

Figura 64. Caracterização da resposta de centro de dia	126
Figura 65. Caracterização da resposta de estrutura residencial para pessoas idosas.....	129
Figura 66. Equipamentos e respostas sociais para pessoas adultas com deficiência no concelho da Covilhã, 2024	132
Figura 67. Caracterização da resposta de centro de atividades e capacitação para a inclusão.....	133
Figura 68. Caracterização da resposta de lar residencial	134
Figura 69. Caracterização da resposta de residência de autonomização e inclusão	135
Figura 70. Equipamentos e respostas sociais para família e comunidade em geral no concelho da Covilhã, 2024	138
Figura 71. Caracterização da resposta refeitório/cantina social	139
Figura 72. Caracterização da resposta de ajuda alimentar	140
Figura 73. Perceção dos principais problemas sociais no Concelho (nº de indicação por temática)	148
Figura 74. Grau de vulnerabilidade social por domínio (nº de respostas).....	149
Figura 75. Perceção dos domínios sociais que sofreram um maior agravamento e mais melhorias, nos últimos 5 anos (nº de indicações).....	151
Figura 76. Grupo populacional com dificuldades acrescidas (nº de indicações)	152
Figura 77. Domínios identificados como mais problemáticos na Cidade da Covilhã (nº de respostas).....	153
Figura 78. Domínios identificados como mais problemáticos na Grande Covilhã (nº de respostas)	153
Figura 79. Domínios identificados como mais problemáticos nos aglomerados rurais (nº de respostas)	154
Figura 80. Domínios estruturantes para o desenvolvimento social nos próximos 5 anos (nº de respostas)	155

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Índice de envelhecimento no concelho da Covilhã, na NUT Beiras e Serra da Estrela, na região Centro e em Portugal, em 2011 e 2021	41
Tabela 2. Número e taxa de variação da população residente por nacionalidade, em 2011 e 2021	43
Tabela 3. Número e taxa de variação da população residente por naturalidade, em 2011 e 2021.....	44
Tabela 4. Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%), em 2015 e 2021	57
Tabela 5. Proporção da população empregada por conta de outrem por dimensão dos estabelecimentos, em 2021.....	58
Tabela 6. Taxa de desemprego (%), em 2011 e 2021.....	58
Tabela 7. Núcleos familiares no Município da Covilhã com base na condição perante o trabalho, em 2021.....	59
Tabela 8. Candidaturas a habitação social do Concelho apresentadas entre 2020 e 2022	68
Tabela 9. Número de profissionais de saúde nos CSP da ULS Cova da Beira em junho de 2024, e aqueles constantes do mapa de pessoal aprovado em 2018, por grupo profissional/cargo.....	81
Tabela 10. Pessoal ao serviço no Hospital Pêro da Covilhã, por tipo de serviço, em 2022.....	83
Tabela 11. Indicadores de saúde no Hospital Pêro da Covilhã, em 2021.....	84
Tabela 12. Número de profissionais de saúde no CRI de Castelo Branco e na ET da Covilhã.....	86
Tabela 13. Estabelecimentos de saúde privados	86
Tabela 14. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social (pensões), em 2022.....	89
Tabela 15. Idosos Isolados em acompanhamento pela GNR, em 2024.....	94
Tabela 16. Número de processos de crianças e jovens em riscos, 2023	102
Tabela 17. População das comunidades ciganas residente em bairros municipais, em 2024	104
Tabela 18. Investimentos futuros no âmbito da resposta social creche.....	111
Tabela 19. Investimentos futuros no âmbito da resposta social serviço de apoio domiciliário.....	124
Tabela 20. Investimentos futuros no âmbito da resposta social centro de dia.....	127
Tabela 21. Investimentos futuros no âmbito da resposta social estrutura residencial para idosos.....	130
Tabela 22. Investimentos futuros no âmbito da resposta lar residencial.....	134

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACAPO	Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ARSC	Administração Regional de Saúde do Centro
ARS	Administração Regional de Saúde
ASE	Ação Social Escolar
ATF	Auto Transportes do Fundão
ATL	Atividades de Tempos Livres
BI-CSP	Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAD	Comportamentos Aditivos e Dependências
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CCI	Cuidados Continuados Integrados
CD	Centro de Dia
CDP	Centro de Diagnóstico Pneumológico
CFAEBI	Centro de Formação da Associação de Escolas da Beira Interior
CHUCB	Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLAS-CVL	Conselho Local de Ação Social da Covilhã
CLDS-5G	Contratos Locais de Desenvolvimento Social (5ª geração)
CMB	Câmara Municipal de Belmonte
CMC	Câmara Municipal da Covilhã
CMF	Câmara Municipal do Fundão
CMH	Carta Municipal de Habitação
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI	Centro de Respostas Integradas
CSP	Cuidados de Saúde Primários
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGSS	Direção Geral da Segurança Social
DL	Decreto-Lei
DS	Diagnóstico Social
ELH	Estratégia Local de Habitação
ERPI	Estrutura Residencial para Idosos
ET	Equipa Técnica Especializada de Tratamento da Covilhã
FSE	Fundo Social Europeu
GAVVD	Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento

GNR	Guarda Nacional Republicana
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
INR	Instituto Nacional para a Reabilitação
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
LAPA	Liga Amigos Penedos Altos
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
MECI	Ministério da Educação, Ciência e Inovação
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PDSC	Plano de Desenvolvimento Social da Covilhã
PNAI	Plano Nacional de Ação para a Inclusão
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAI	Residência de Autonomização e Inclusão
RENTEV	Registo Nacional do Testamento Vital
RSI	Rendimento Social de Inserção
RAP	Respostas de Apoio Psicológico e Psicoterapêutico
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
TCO	Trabalhadores por Conta de Outrem
UBI	Universidade da Beira Interior
UE	União Europeia
UF	União de Freguesias
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP	Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados
ULS	Unidades Locais de Saúde
USF	Unidade de Saúde Familiar
USP	Unidade de Saúde Pública
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAD	Serviço de Apoio ao Domiciliário
SCM	Santa Casa da Misericórdia
SNS	Serviço Nacional de Saúde

01 | INTRODUÇÃO

1. Introdução

1.1. Enquadramento e objetivos do Radar Social

O Município da Covilhã aprovou a sua candidatura à medida **Radar Social – criação de equipas para projeto piloto**, enquadrada no Investimento RE-C03-I01 – Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais, apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nos termos do Aviso de Abertura de Concurso n.º 07/C03-i01/2023.

A operação do Radar Social da Covilhã obedece às condições estabelecidas no Termo de Aceitação, celebrado pelo Município da Covilhã em 28/02/2024, desenvolvendo-se por um período de execução de 27 meses, com conclusão em 31/03/2026. Contempla a criação de uma equipa técnica constituída por 3 técnicos superiores, para o desenvolvimento das atividades associadas ao Radar Social da Covilhã, até à conclusão da operação. A constituição desta equipa possibilita a implementação de projetos piloto que assegurem uma resposta a situações de particular vulnerabilidade social.

Tendo presente a transferência de competências para os municípios ao nível da ação social e o objetivo da Rede Social se assumir como um instrumento de política local, o Radar Social vem dar resposta à necessidade de organização da rede de equipamentos e respostas sociais, bem como da criação de condições de proximidade para a resolução de problemas sociais que atingem as populações em situação de vulnerabilidade social e em risco de pobreza e exclusão social, através de uma intervenção articulada e de parceria entre as diferentes entidades sociais, tendo em vista a rentabilização dos recursos existentes.

O **Radar Social da Covilhã** tem como objetivo primacial o desenvolvimento de um trabalho de parceria e de cooperação para referenciação e (re)conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social existentes no concelho, em complementaridade com as redes locais. À equipa técnica multidisciplinar compete implementar, de forma experimental, um sistema integrado de georreferenciação social e de capacitação dos territórios na ativação das respostas e otimização dos recursos, visando trazer maior eficácia à ação das entidades locais, tendo presente o quadro da política local de desenvolvimento social e a necessária articulação com o Conselho Local de Ação Social da Covilhã (CLAS-CVL), da Rede Social, e outras entidades sociais.

Tendo como destinatários as pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade social, incluindo as pessoas em situação de risco de pobreza, exclusão social ou discriminação nas suas múltiplas dimensões, o Radar Social da Covilhã constitui-se como um instrumento operacional de resolução integrada dos problemas sociais, numa lógica de proximidade e de rentabilização dos recursos existentes, fomentando um território inclusivo.

A implementação do Radar Social implica, numa primeira Fase, a **atualização dos instrumentos estratégicos e de planeamento social**, nomeadamente o **Diagnóstico Social (DS)**, o **Plano de Desenvolvimento Social (PDS)** e o **Plano de Ação** para 2025. Neste processo são identificados os recursos e respostas de âmbito social existentes, de forma a garantir maior eficácia das respostas e melhor coordenação das intervenções no território.

Na segunda Fase, além da implementação do Plano de Ação, será implementado um **sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal**, operacionalizado em articulação com a rede de parcerias locais, que identifique as pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social. Devem igualmente ser georreferenciados os recursos, respostas e soluções existentes.

1.2. Apresentação do documento

O presente relatório, designado **Diagnóstico Social 2024**, corresponde à atualização do anterior DS do concelho da Covilhã, processo que contou com o **envolvimento ativo das entidades sociais**.

O DS é um instrumento de iniciativa municipal, que permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais¹. Deste modo, este documento proporciona uma base de fundamentação atualizada, que deverá guiar a intervenção local no âmbito da Rede Social e do Radar Social. São as prioridades definidas no DS irão sustentar o referencial estratégico a desenvolver no PDS, também num processo partilhado, em torno da consensualização de objetivos e concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

¹ De acordo com o artigo 35.º do Decreto-Lei (DL) n.º 115/2006 de 14 de junho, que regulamenta a Rede Social, e indica ainda que *"o DS é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros (...)".*

Em síntese, são **objetivos específicos do DS 2024**:

- Identificar e caracterizar o quadro de referência estratégico nacional e comunitário, traduzido no conjunto de políticas, estratégias e programas setoriais, que se relacionem de forma direta com o desenvolvimento social;
- Caracterizar o contexto social do concelho, identificando e priorizando os problemas sociais patentes no território, bem como a sua casualidade e a dinâmica evolutiva, nomeadamente os grupos sociais mais vulneráveis e as situações de pobreza e exclusão social mais relevantes;
- Analisar a política municipal de desenvolvimento social, e identificar os projetos e iniciativas municipais ou de entidades do setor social;
- Identificar os recursos e caracterizar as redes de resposta existentes no Concelho, e identificar potencialidades e constrangimentos nas mesmas;
- Assegurar um processo participativo, que envolva as entidades e os parceiros da Rede Social.

Em termos metodológicos, a Fase 1 do Radar Social da Covilhã, englobando a elaboração/atualização dos instrumentos de planeamento da rede social, estrutura-se em **três etapas metodológicas** distintas (Figura 1), com tarefas específicas, mas interdependentes. O presente documento – Diagnóstico Social 2024 – é o corolário da segunda etapa metodológica.

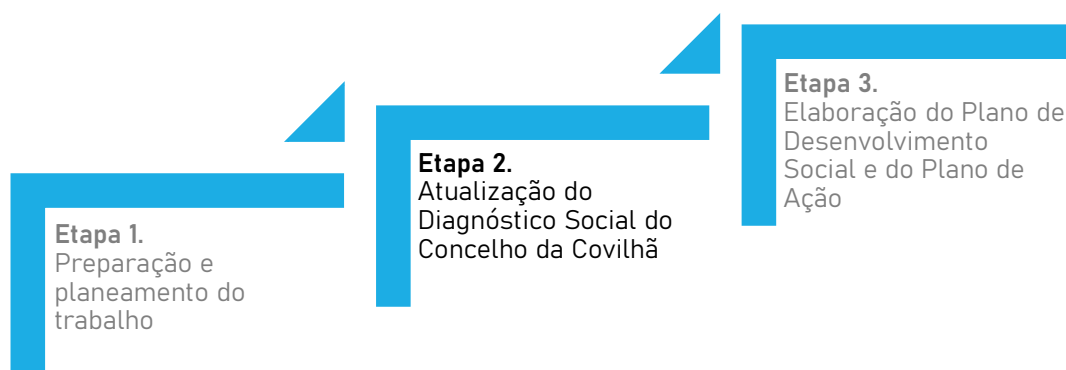


Figura 1. Etapas metodológicas da Fase 1 do Radar Social

A atualização do DS implicou uma reestruturação do documento e o aprofundamento de análise. Foi conduzida uma análise do contexto concelhio, com base nos dados estatísticos oficiais mais recentes e numa análise documental. Procurou-se, sempre que possível ou pertinente, efetuar

comparações com os dados nacionais ou regionais, nomeadamente com as Beiras e Serra da Estrela (NUT III) e a Região Centro (NUT II), de modo a contextualizar as tendências observadas.

A análise estatística e documental foi aprofundada com a recolha direta de informação, por via de um **questionário online**, disponibilizado pelo Município às entidades integrantes do CLAS-CVL (identificadas no Anexo I). O questionário esteve disponível para preenchimento entre o dia 16 de julho de 2024 e o dia 16 de agosto de 2024.

A aplicação deste questionário permitiu atualizar e complementar a informação da Carta Social do Instituto da Segurança Social (ISS) e a informação do Município relativa a equipamentos e respetivas respostas sociais, assim como identificar e caracterizar projetos e iniciativas de âmbito social desenvolvidas por entidades sem equipamentos sociais ou que sejam complementares à atuação central da entidade. Possibilitou igualmente uma análise qualitativa das principais problemáticas sociais e dos principais desafios que se colocam ao desenvolvimento social do Concelho.

Houve **48 respostas ao questionário**, sendo que em 2 situações este foi respondido por 2 entidades em conjunto, pelo que estas respostas englobam as perspetivas de **50 entidades**. As respostas são quase repartidas entre as entidades do setor público (cerca de 40%) e do setor privado solidário (60%). Parte substancial das entidades **possui sede social na UF da Covilhã e Canhoso** (cerca de 40%), no entanto, foram recolhidas respostas de entidades com sede em **outras 19 freguesias**.

Salienta-se a forte adesão das entidades sociais ao questionário, especialmente tendo em consideração que foi implementado no período de verão. Este envolvimento alargado, a par do trabalho em parceria e abordagens integradas e multidisciplinares, são questões de base na atuação no domínio social. Nestas matérias, o projeto Radar Social pode afigurar-se como uma ferramenta de trabalho facilitadora destas dinâmicas.

O presente relatório é constituído pelos seguintes capítulos:

- **Capítulo 1.** Com um **caráter introdutório**, contextualiza o trabalho no âmbito do Radar Social, aborda questões **metodológicas** e apresenta o **quadro de políticas em vigor** com relevância para o exercício em curso.
- **Capítulo 2.** Desenvolve um **diagnóstico de contexto do Concelho** que abarca os seguintes domínios: (i) enquadramento territorial; (ii) dinâmicas demográficas; (iii) educação e socioeconomia; (iv) habitação; (v) saúde; (vi) proteção social e acompanhamento de

grupos sociais mais vulneráveis. Estas análises de contexto foram suportadas nas estatísticas oficiais mais recentes e na análise dos documentos disponíveis;

- **Capítulo 3.** Inclui a caracterização detalhada dos equipamentos e respostas sociais, encontrando-se organizado a partir dos grupos alvo, de acordo com a nomenclatura das Respostas Sociais, em articulação com a Carta Social. O capítulo sustenta-se numa análise combinada da informação que consta na Carta Social, atualizada pela informação recolhida via questionário e junto dos parceiros pela CMC. Neste capítulo são igualmente incluídos os projetos e iniciativas complementares às respostas sociais existentes no Concelho, identificados no questionário.
- **Capítulo 4.** Identifica e sintetiza os principais problemas e vulnerabilidades sociais no concelho da Covilhã, e que deverão ser tidas em consideração na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação, com base na análise aos resultados obtidos com a aplicação do questionário às entidades sociais que integram o CLAS-CVL.

1.3. Enquadramento estratégico

1.3.1. Políticas públicas de macroescala

Os 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS), assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015 pelos 193 países das Nações Unidas, definem as prioridades e as aspirações coletivas para 2030, em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo. Nas palavras de Ban Ki-moon, antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, “Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos”.

Os ODS são uma base de sustentação para as diretrizes políticas da Comissão Europeia, estando no centro da formulação de políticas de ação interna e externa em todos os setores. A adoção destes objetivos foi assumida claramente por Portugal, que, em 2017 e de forma voluntária, apresentou um **Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**, no qual expõe, para cada um dos objetivos, o contexto nacional, os compromissos e atuação, para além de materializar nos ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 as prioridades estratégicas do País na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



Figura 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods

Acrescente-se que o Município da Covilhã aderiu à Plataforma ODSlocal, que visa trabalhar ao nível municipal os ODS. Neste contexto, a Covilhã identificou com seus objetivos estratégicos, para o horizonte temporal de 2025, os ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 15 (Proteger a Vida Terrestre); e, para o horizonte temporal de 2030, os ODS 10 (Reduzir as Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 13 (Ação Climática).

O modelo social europeu é a base para a construção da União Europeia (UE). Em consonância com os ODS, o **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, assinado em 2017, na Cimeira de Gotemburgo, consagra 20 princípios e direitos fundamentais (Figura 4) que norteiam o quadro de atuação dos Estados-membro para uma Europa social forte, justa, inclusiva e plena de oportunidades. Nestes princípios assenta uma maior justiça e a eficácia dos mercados de trabalho, da formação e dos sistemas de proteção social².

² O Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais definiu um conjunto de iniciativas, tendo em vista o alcance de três metas até 2030: i) 78 % da população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos dispor de emprego; ii) 60 % de todos os adultos participar anualmente em ações de formação; iii) reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 15 milhões. A concretização destas metas deve resultar do esforço conjunto das instituições da UE, das autoridades nacionais, regionais e locais, dos parceiros sociais e da sociedade civil.

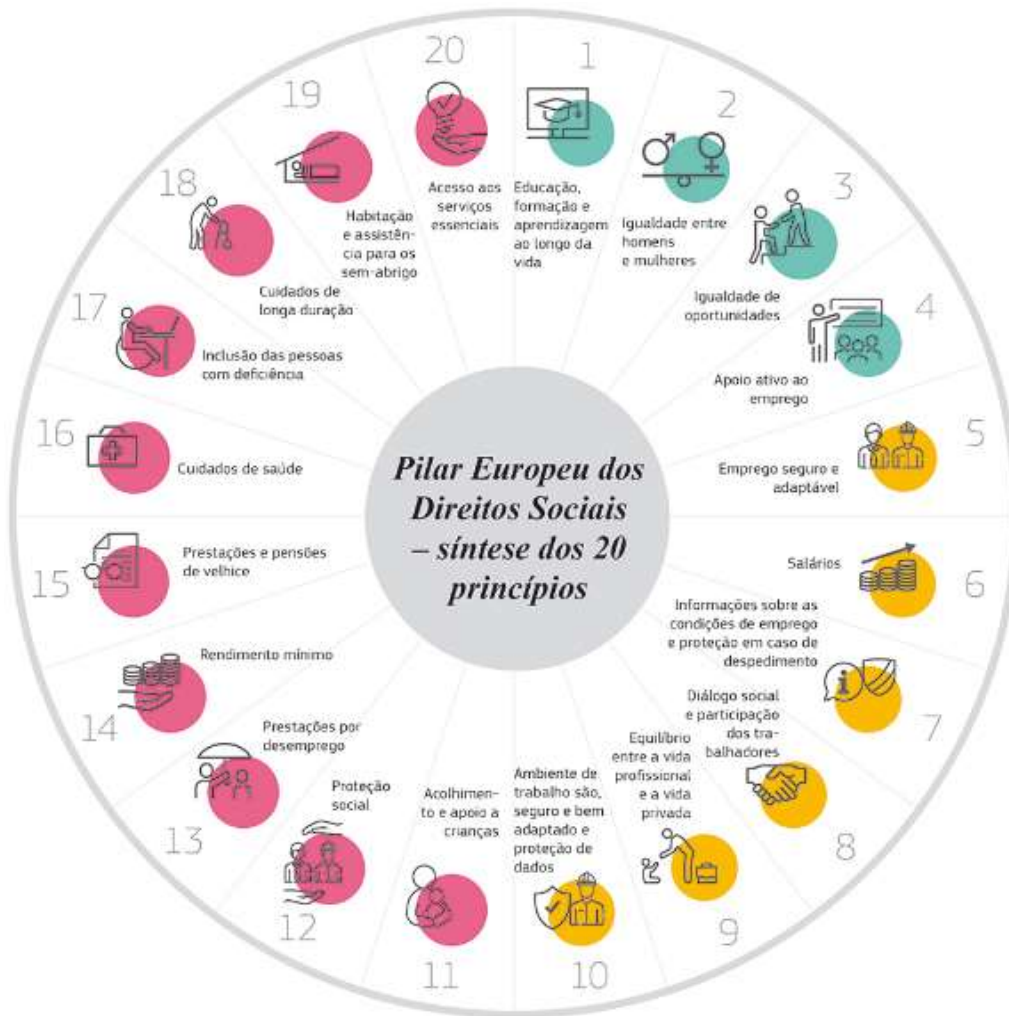


Figura 3. Princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Fonte: Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, 2021

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais suporta um dos objetivos estratégicos da UE e, em consequência, uma das prioridades da programação financeira do **Portugal 2030**³ (o Acordo de Parceria para o período compreendido entre 2021 e 2027), designadamente a Prioridade **Portugal**

³ O Acordo de Parceria Portugal 2030 foi aprovado a 12 de julho de 2022 e assinado a 14 de julho pelo Estado Português e pela Comissão Europeia, tendo sido todos os programas aprovados até 15 de dezembro de 2022. O Portugal 2030 fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação dos fundos da política de coesão, entre 2021 e 2027, no montante global de 23 mil milhões de euros. O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas, organizados por temas e por regiões. São eles: 4 de âmbito temático (Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e Mar 2030); 5 Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente (Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030); 2 das Regiões Autónomas (Açores 2030 e Madeira 2030); e, por último, o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa.

+ **Social**, que visa apoiar a melhoria das qualificações da população, a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, promovendo o emprego de qualidade, a inclusão social.

O Portugal 2030 teve como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030, organizada em quatro agendas temáticas centrais⁴, que, por sua vez, se articulam com os **cinco objetivos estratégicos da UE** (Figura 4).



Figura 4. Objetivos de Política de Coesão da UE

Fonte: Adaptado de Portugal 2030, Versão 2.0 do Acordo de Parceria, 4 de março de 2022

⁴ As quatro agendas temáticas centrais definidas pela Estratégia Portugal 2030 são: 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade. 2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento. 3. Transição climática e sustentabilidade dos recursos. 4. um país competitivo externamente e coeso internamente.

A dotação contratualizada para o **OP4. Portugal + social mobiliza cerca de 8 mil milhões de euros**, que representam cerca de 35% do montante total de fundos do Portugal 2030. O Programa **Pessoas 2030**, que é aquele que de longe mais contribui para este objetivo estratégico, possui uma dotação FSE+ na ordem dos 5,7 mil milhões de euros e inclui intervenções nos domínios das políticas ativas de emprego, educação e formação profissional e superior, combate à privação material, inclusão social e da igualdade de oportunidades, além de intervenções que contribuem para enfrentar o desafio demográfico. Complementarmente, embora com muito menor expressão, o Programa Regional Centro 2030 inclui instrumentos e abordagens de apoio à dimensão social.

Recentemente, na sequência da pandemia de Covid-19, o financiamento comunitário aos Estados-Membro foi reforçado por via da criação pelo Conselho Europeu do **NextGenerationEU**, um instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise, que contribui para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição climática e digital. Com execução até 2026, o **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** é um programa de aplicação nacional, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa, ao longo da próxima década.

O PRR estrutura-se em três dimensões - Resiliência, Transição climática e Transição digital - com 20 componentes associadas (Figura 5), estando a abordagem às questões sociais integradas na Resiliência. Destaca-se a **Componente 3 – Respostas Sociais**, que enquadra no investimento RE-C03-i01. Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, a medida Radar Social.



Figura 5. Estrutura do PRR

Fonte: PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro, 22.abr.2021

No âmbito nacional, destacam-se ainda várias **estratégias e planos nacionais no domínio social**, que, sendo instrumentos de planeamento para questões de âmbito social específicas, constituem importantes referenciais a ter consideração no diagnóstico social. Entre estes, mencionam-se os seguintes:

- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030⁵;
- Plano de Ação do Envelhecimento Saudável⁶;
- Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025 e Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030⁷;
- Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030, e os três planos de ação nestes definidos⁸:
 - ✓ Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH);

⁵ Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024, de 2 de abril.

⁶ Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024, de 12 de janeiro.

⁷ Respetivamente aprovadas pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 126/2023, de 17 de outubro, e n.º 184/2021 de 29 de dezembro.

⁸ A primeira aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 61/2018 de 21 de maio, na sua atual redação e os planos aprovados Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023 de 4 de agosto;

- ✓ Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD);
- ✓ Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC);
- Plano Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030⁹;
- Estratégia Nacional para a inclusão das pessoas com deficiência 2021-2025¹⁰;
- Estratégia Nacional dos Direitos da Criança 2021-2024¹¹.

1.3.2. Políticas públicas locais

O Município da Covilhã desenvolve uma relevante atuação no domínio da ação social, quer ao nível do estudo de problemáticas e necessidades sociais, e desenvolvimento de planos ou estratégias dedicadas, quer ao nível da promoção e participação em projetos de intervenção comunitária e, ainda, na criação ou apoio à criação de novos equipamentos e respostas sociais. Esta atuação tem contribuído, de forma estruturada e concertada, para melhorar as condições de vida dos munícipes, diminuindo fatores de risco, pobreza e exclusão social.

No que respeita aos planos e estratégias, mencione-se, a título exemplificativo, a **Estratégia Municipal para a Igualdade de Género** e, mais recentemente, o **Plano Municipal para a Igualdade da Covilhã 2022-2025**¹², centrado nas questões da igualdade de género, à prevenção e combate à violência contra as mulheres, violência doméstica e violência no namoro; à prevenção e combate à discriminação em função do sexo, orientação sexual ou identidade de género.

Ao nível de estruturas e novos equipamentos, refira-se, por exemplo, o **Centro de Ativ'idades**, um equipamento municipal inaugurado em 2014, onde decorrem várias iniciativas e serviços, promovendo o apoio aos mais velhos, o envelhecimento ativo e a intergeracionalidade. Menção ainda para as várias estruturas técnicas e gabinetes de apoio que veem sendo criados. São exemplos, os **Gabinetes Locais de Ação Social (GLAS)**, uma rede de gabinetes de atendimento

⁹ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023 de 17 de janeiro.

¹⁰ Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021 de 31 de agosto.

¹¹ Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro.

¹² Datado de 2023, este o Plano Municipal para a Igualdade da Covilhã foi criado no âmbito do projeto Covilhã - Tecer o Futuro em Igualdade, financiado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), no âmbito da Tipologia - 1.06 - Apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade.

presentes nos bairros municipais (Boidobra, Covilhã e Canhoso, Teixoso e Tortosendo), que promovem o atendimento e acompanhamento dos inquilinos do Município, em situação de maior vulnerabilidade e risco social, bem como a realização de ações de sensibilização e de esclarecimento junto de públicos-alvo específicos.

Recentemente, as **competências municipais no domínio da Ação Social** foram substancialmente reforçadas com o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, decorrente do processo iniciado em 2018, com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto¹³. Esta transferência concretizou-se de acordo com o disposto no Decreto-Lei (DL) n.º 55/2020, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social e que define as seguintes responsabilidades municipais (artigo 3.º):

- Assegurar o **serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS)**¹⁴;
- Celebrar e acompanhar os **contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI)**¹⁵;
- Elaborar as cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais¹⁶ e assegurar a articulação entre as cartas sociais municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional. A este propósito acrescenta-se que estão presentemente em desenvolvimento a **Carta Social Municipal da Covilhã**, através da Associação de Municípios da Cova da Beira, e da **Carta Social Intermunicipal**, através da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela;

¹³ Os demais domínios/áreas de atuação abrangidas pelo quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais são: a educação, a saúde, a proteção civil, a justiça, a cultura, o património, a habitação, as áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, as praias marítimas, fluviais e lacustres, a informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas, os transportes e vias de comunicação, a promoção turística, as estruturas de atendimento ao cidadão, o policiamento de proximidade, a proteção e saúde animal, a segurança dos alimentos, a segurança contra incêndios, o estacionamento público, e as modalidades afins de jogos de fortuna ou azar.

¹⁴ Portaria n.º 63/2021 regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do DL n.º 55/2020 e procede à segunda alteração à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 137/2015, de 19 de maio, que regulamenta as condições de organização e de funcionamento do SAAS.

¹⁵ Portaria n.º 65/2021 estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 11.º do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto.

¹⁶ Portaria n.º 66/2021 regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido DL, designadamente a criação das cartas sociais municipais e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão.

- Implementar **atividades de animação e apoio à família** para as crianças que frequentam o **ensino pré-escolar** que correspondam à componente de apoio à família;
- Elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social;
- Desenvolver programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, designadamente em articulação com entidades públicas, instituições particulares de solidariedade social ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos;
- Coordenar a execução do programa de **contratos locais de desenvolvimento social** (CLDS), em articulação com os conselhos locais de ação social¹⁷;
- Emitir parecer, vinculativo quando desfavorável, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos.

A transferência de competências reforça, ainda mais, o **papel do Município enquanto motor de dinamização** da atuação no domínio social, não só pelas competências acrescidas em matéria de implementação e planeamento, mas também pela sua capacidade para congregar os agentes e os recursos locais. Na sequência da transferência de competências neste domínio, o Município aprovou, em 2023, o **Programa Covilhã Mais Social**, que inclui a prestação de apoios de carácter socioeconómico imprescindível e em situações de emergência social, com vista a minimizar situações de fragilidade e vulnerabilidade, pretendendo-se ainda que os munícipes possam beneficiar de instrumentos de apoio céleres e eficazes, adequados a diminuir as assimetrias sociais e económicas no Concelho.

O Município promove, sozinho ou em parceria, em múltiplas iniciativas e projetos de âmbito social, que atuam em diversos domínios (emprego, habitação, apoio social e saúde) e que são dirigidos a várias populações (pessoas portadoras de deficiência, proteção à infância e população sénior, vítimas de violência doméstica). Um exemplo destas iniciativas é o **Cartão Social Municipal Covilhã + Social**, uma medida implementada em 1998, que se tornou num caso de sucesso na intervenção social municipal, tendo sido promovida em outros Municípios

¹⁷ Portaria n.º 64/2021 define, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 8.º do DL n.º 55/2020, de 12 de agosto.

portugueses¹⁸. Estes e outros projetos e iniciativas são apresentados no Anexo VI, juntamente com outras iniciativas identificadas pelas demais entidades do CLAS-CVL por via do questionário.

Com efeito, o estabelecimento e dinamização de redes de parcerias assume, naturalmente, uma relevância central na atuação no domínio social, sendo incontestável a indispensabilidade da articulação entre entidades e do estabelecimento de parcerias para a eficácia e abrangência das respostas sociais. Nesta matéria, o **Programa Rede Social** evidencia-se com uma referência incontornável, assumida pelo Radar Social, que valoriza os seus excelentes resultados, e salienta a necessidade do Programa Rede Social se reconfigurar e de se assumir como um instrumento da política local. O Programa Rede Social, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando atores sociais de diferente natureza (entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos) e domínios de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

O Município da Covilhã aderiu à Rede Social em 2006, mediante a constituição do CLAS-CVL, a estrutura concelhia de funcionamento deste programa, cujos princípios, modo de funcionamento e organização são consagrados no Regulamento Interno, aprovado em 2006 e que contou com a última atualização em 2024. O CLAS-CVL, presidido pelo Município da Covilhã e a sua composição é apresentada no Anexo I. Neste âmbito é desenvolvido um extenso trabalho que valoriza a participação, implicação e coresponsabilização dos atores sociais locais¹⁹.

¹⁸ Inicialmente esta medida dirigia-se aos idosos, tendo mais tarde sido alargada a pensionistas, aos portadores de deficiência, aos bombeiros voluntários da Covilhã, aos reformados das Minas da Panasqueira, e, mais recentemente, também às pessoas em situação de desemprego e famílias numerosas, com rendimentos mensais iguais ou inferiores ao valor do IAS, ou que não possuam quaisquer rendimentos.

¹⁹ Destaque para a mobilização das reuniões do CLAS-CVL e concretização do Plano de Desenvolvimento Social da Covilhã; para a organização de grupos multidisciplinares que analisam, debatem e estruturam soluções para a resolução de problemas sociais do Concelho e ainda um conjunto de atividades cíclicas, como a constituição e dinamização das Comissões Sociais de Freguesias.

No que respeita a parcerias, refira-se ainda os recentes protocolos que estabelecem as competências e ações a desenvolver pelos **Núcleo Local de Garantia Para a Infância da Covilhã**²⁰ e **Núcleo Local de Garantia Para a Pessoa Idosa**²¹. Recentemente constituídos, e com o envolvimento de um grande número de entidades, o primeiro visa a prevenção e combate à pobreza e à exclusão social das crianças, jovens e famílias, no âmbito da implementação do Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030, enquanto o segundo propõe proporcionar uma melhoria da qualidade de vida da população idosa e defender os seus direitos, respondendo e prevenindo situações que possam afetar a sua segurança ou bem-estar.

Além do CLAS-CVL, merecem menção os **conselhos municipais em áreas com relação com o domínio social**. Os conselhos municipais são órgãos de natureza consultiva, que visam promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre instituições e entidades que atuam no território concelhio ou área geográfica envolvente. Atualmente, existem 4 conselhos municipais, para os setores da Educação, Juventude, Saúde e Segurança. A Lei de Base da Habitação estipula ainda que seja constituído um Conselho Municipal da Habitação, o que está previsto na CMH da Covilhã.

Acrescente-se, por último, o facto da Covilhã ser um território de intervenção da nova geração do Programa de **Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 5G)**, indicado nas 4 vulnerabilidades (territórios especialmente afetados por desemprego; com situações críticas de pobreza infantil; envelhecidos; com reconfigurações sociodemográficas acentuadas)²².

²⁰ Integra representantes da Câmara Municipal da Covilhã; da Comissão de Proteção Crianças e Jovens; da Segurança Social; do ACeS Cova da Beira; do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira; da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental; da Beira Serra; da CooLabora; da associação de pais - Escola Básica do Dominguiso e Escola Secundária Frei Heitor Pinto; do Ministério da Educação; do Centro Social Jesus Maria José; do Centro de Respostas Integradas; da Associação Mutualista; da Polícia de Segurança Pública; e da Guarda Nacional Republicana. Na sequência se Reunião de trabalho promovida pela Coordenação Nacional da Garantia Para a Infância, em maio de 2024, ficou estabelecido que o tratamento de processos familiares ativos de beneficiários de RSI e de SAAS, sendo que no âmbito do processo de delegação de competências, são os Municípios que coordenam estes serviços, estando o SAAS – Serviço de atendimento e Acompanhamento Social, protocolado com a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã.

²¹ Integra representantes da Beira Serra; dos Bombeiros Voluntários da Covilhã; da CooLabora; da Câmara Municipal da Covilhã; da Guarda Nacional Republicana; da Polícia de Segurança Pública; da Segurança Social; das Juntas de Freguesia; da Associação de Reformados Pensionistas Idosos do Concelho da Covilhã; da Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Covilhã; do Centro de Solidariedade Social São Jorge da Beira e Santa Casa da Misericórdia da Covilhã; do ACeS Cova da Beira; do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira.

²² A lista de territórios de intervenção foi conhecida através da publicação do Despacho n.º 514/2024, de 18 de janeiro. O Programa CLDS-5G aplica-se às Regiões Norte, Centro e Alentejo.

Os CLDS 5G têm por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Este é um programa do atual quadro de financiamento da UE, enquadrado no Pessoas 2030, e pretende reforçar as políticas sociais já desenvolvidas, concentrando as intervenções nos grupos populacionais que evidenciam fragilidades mais significativas e promovendo a mudança tendo em conta os fatores de vulnerabilidade. As ações a desenvolver pelo CLDS-5G integram os seguintes eixos de intervenção:

- Eixo 1: Emprego, formação e qualificação;
- Eixo 2: Combate à pobreza e à exclusão social das crianças e jovens, promotor de uma efetiva garantia para a infância;
- Eixo 3: Promoção da autonomia, envelhecimento ativo e longevidade;
- Eixo 4: Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção.

A CMC deliberou aderir ao Programa CLDS 5G e aprovar como entidade coordenadora local da parceria a Santa Casa da Misericórdia (SCM) da Covilhã, tendo esta convidado como entidades locais executoras de ações a Beira Serra e Coolabora. A candidatura está em vias de ser submetida (setembro de 2024). As iniciativas serão desenvolvidas entre janeiro de 2025 e dezembro de 2028.

Em termos de políticas públicas, emerge ainda o **Programa Escolhas**, um programa governamental, de âmbito nacional que financia intervenções integradas, em territórios de maior vulnerabilidade social, desenvolvidas em parceria, dirigido para crianças e jovens dos 6 aos 25 anos, em absentismo ou abandono escolar, em desocupação NEET, em situação de desemprego/trabalho precário, com comportamento desviante, sujeitos a medidas tutelares educativas, de promoção e proteção, vítimas de violência ou discriminação, oriundos de famílias socioeconomicamente vulneráveis. O Município da Covilhã²³ integra os consórcios dos dois Projetos Escolhas 9G aprovados na Covilhã: o **Projeto “Quero Ser Mais E9G”** (que tem como entidade promotora o Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto e como entidade com funções de gestão a COOLABORA), e o **Projeto CRIATEIXO E9G** (que tem como entidade promotora Beira Serra – Associação de Desenvolvimento).

²³ O apoio do Município traduz-se na logística necessária para a realização de diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito dos Projetos, designadamente na disponibilização de transportes, cedência de espaços para a realização de atividades, entre outras, com especial incidência na intervenção social nos Bairros Sociais das Nogueiras – Teixoso e Bairro do Cabeço – Tortosendo.

02|

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO
E DINÂMICAS DE CONTEXTO

2. Enquadramento geográfico e dinâmicas de contexto demográfico, económico e social

2.1. Enquadramento geográfico

O concelho da Covilhã localiza-se na região Centro, distrito de Castelo Branco, integrando a NUT III Beiras e Serra da Estrela. Estabelece fronteira com os municípios de Seia, Manteigas e Guarda, no quadrante Norte, de Belmonte, a Este, e do Fundão, a Sul, pertencentes à mesma NUT III, e ainda com os municípios de Arganil e de Pampilhosa da Serra, localizados a oeste, que integram a NUT III Região de Coimbra. O Concelho possui uma **superfície total de 555,6 km²**, estando o território administrativamente organizado em **21 freguesias e União de Freguesias (UF)**²⁴ (Figura 6).

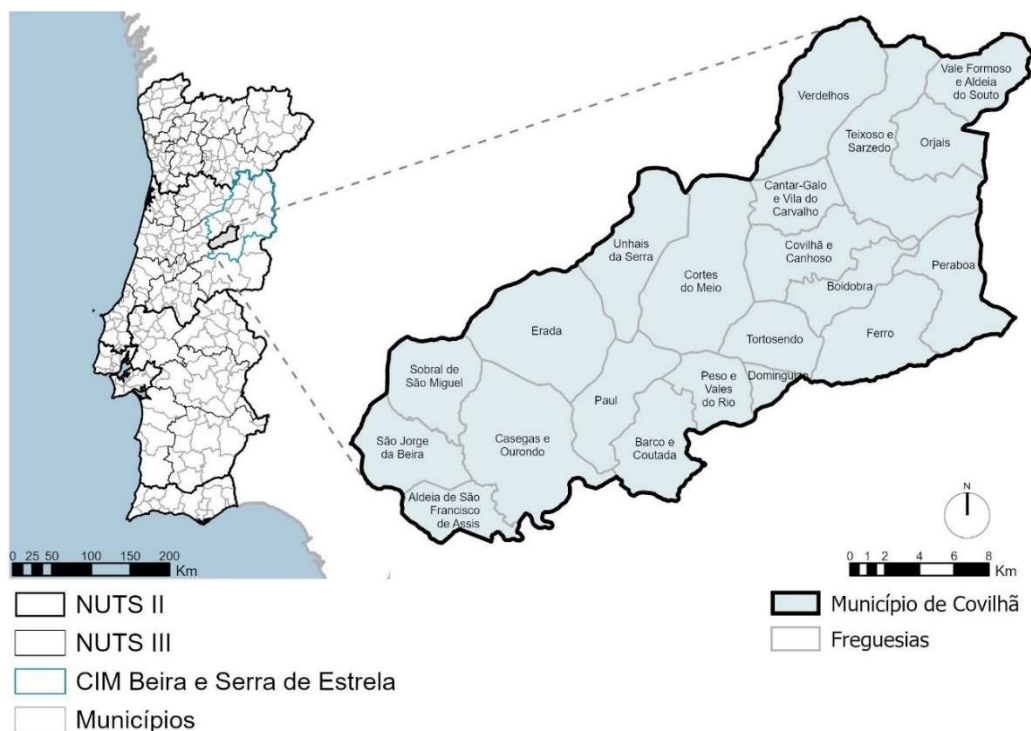


Figura 6. Localização e enquadramento administrativo do concelho da Covilhã

Fonte: CMC

²⁴ Aldeia de São Francisco de Assis; Barco e Coutada; Boidobra; Cantar Galo e Vila do Carvalho; Casegas e Ourondo; Cortes do Meio; Covilhã e Canhoso; Dominguiço; Erada; Ferro; Orjais; Paul; Peraboa; Peso e Vales do Rio; São Jorge da Beira; Sobral de São Miguel; Teixoso e Sarzedo; Tortosendo; Unhais da Serra; Vale Formoso e Aldeia do Souto; e Verdelhos.

O município da Covilhã integra o Parque Natural da Serra da Estrela²⁵. A **localização serrana** é um aspeto indissociável da ocupação, história e cultura deste território. Foi determinante para o desenvolvimento da pastorícia e da indústria de lanifícios, atividades seculares na Covilhã, às quais o Concelho se encontra intimamente associado.

A sua implantação geográfica é também, naturalmente, responsável pela **orografia acidentada** de parte do território. A cidade da Covilhã, sede de concelho, possui altitudes que variam entre os 450m e os 800m, criando **dificuldades acrescidas de mobilidade e acessibilidade**, que são **mais graves para aqueles que têm menos facilidade de locomoção**, como seja a população idosa ou pessoas portadoras de deficiência. Para procurar minimizar estas dificuldades, o Município tem efetuado importantes investimentos em mobilidade, como a ponte pedonal sobre a Ribeira da Carpinteira²⁶ ou os elevadores do Jardim, de Santo André e da Goldra, e o funicular de São João, persistindo, todavia, constrangimentos na mobilidade pedonal e transportes.

O serviço público de transporte rodoviário de passageiros no Concelho é assegurado pela **Covilhã Mobilidade** (do grupo Transdev) e pela ATF (Auto Transportes do Fundão), que, entre si, abarcam todas as localidades do município.

A Covilhã Mobilidade assegura a rede urbana de transportes públicos, e conta com **15 linhas urbanas municipais**, que servem a cidade e as localidades mais próximas (Canhoso, Teixoso, Vila do Carvalho, Boidobra, Tortosendo), e **uma linha com fins turísticos, a Serra Shuttle**, que estabelece ligação às Penhas da Saúde e Torre (Figura 7). O serviço da Covilhã Mobilidade, recentemente modernizado, é assegurado por uma frota de **25 autocarros ao serviço**. A operadora disponibiliza passes mensais, com viagens ilimitadas (a 33,95€ e a 38,95€ consoante seja 1 ou 2 zonas). As crianças até 12 anos e as pessoas com mais de 64 anos têm descontos (17€ e 19,50€ consoante seja 1 ou 2 zonas). Os Passes Mensais Escolares são gratuitos.

²⁵ Os restantes municípios que integram este parque natural são a Guarda, Manteigas, Gouveia, Seia e Celorico da Beira.

²⁶ Esta estrutura, com 52 m de altura, foi vencedora de prémios internacionais de design e arquitetura, e é uma das maiores pontes deste tipo em Portugal,

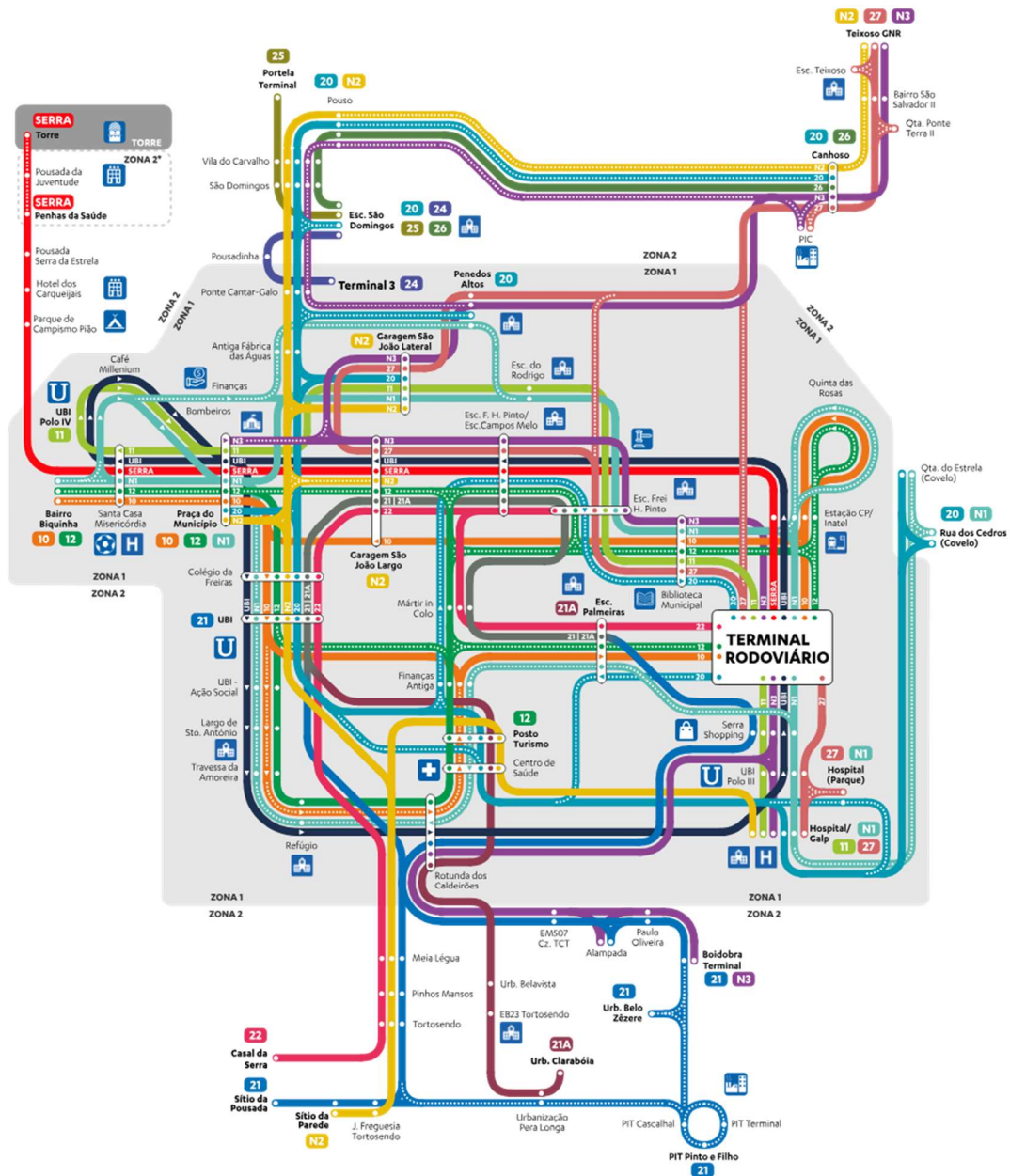


Figura 7. Rede de transportes públicos urbanos

Fonte: Covilhã mobilidade

A ATF faz a ligação entre a cidade da Covilhã e algumas das localidades do concelho, através de **7 percursos diferenciados**, com término nas localidades de Barco, Peraboa, Benquerença, Paul (por Unhais da Serra), Bouça, S. Jorge da Beira e Sobral de S. Miguel. Acrescente-se que, no caso das localidades mais distantes, o serviço é assegurado apenas uma vez ao dia, em dias úteis, num trajeto que demora mais de 1 hora a ser percorrido.

Embora no contexto regional, a Covilhã assuma uma posição central num dos principais eixos urbanos e de desenvolvimento da região Centro (o Arco Urbano da Beira Interior, que integra

também as cidades do Fundão, da Guarda e de Castelo Branco), tendo-se sabido reinventar com a presença da Universidade da Beira Interior (UBI), a **interioridade** é uma questão fundamental para este território. A Covilhã está integrada numa sub-região de **baixa densidade**, afetada por dinâmicas de retração e envelhecimento populacional, êxodo rural e dificuldades acrescidas na captação de investimento.

Ao nível interno, o **sistema de povoamento do concelho da Covilhã** encontra-se polarizado pela **cidade da Covilhã**, o principal centro catalisador das dinâmicas urbanas e socioeconómicas locais, onde se localiza a maioria dos equipamentos e serviços públicos, e cujo raio de influência extravasa claramente o perímetro concelhio. Refira-se ainda que, na cidade da Covilhã, se tem vindo a registar uma **tendência de saída de população do centro tradicional** (com uma malha urbana densa e de geometria irregular que lhe conferem desafios acrescidos de acessibilidade e mobilidade²⁷), em prol da ocupação e crescimento nas periferias da localidade. Embora, expressão suficiente para inverter a perda de população no centro histórico e a diminuição da oferta de comércio e serviços de proximidade, assiste-se a uma concentração de população estudantil, em particular nas áreas envolventes aos 2 polos universitários aí fixados, e de população imigrante, o que resulta numa segregação crescente entre estes grupos e a população originária da Covilhã. Existe ainda alguma procura de habitação no centro da cidade por parte de pessoas qualificadas, nacionais ou não, e por nómadas digitais.

A cidade da Covilhã emerge como o núcleo central de um sistema urbano que se estende num eixo orientado a sudoeste-nordeste, apoiado na rede viária, em particular na N18 e na N230. A rede de estradas articula uma constelação de lugares, formando um quase contínuo urbano, que assume uma particular densidade em torno do **Eixo Teixoso-Covilhã-Tortosendo**. Numa primeira coroa emergem os lugares das freguesias da UF de Covilhã e Canhoso, e de Tortosendo (a segunda freguesia mais populosa), prolongando-se também à UF de Teixoso e Sarzedo, à UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho e a Boidobra, num conjunto de freguesias a que podemos chamar **Grande Covilhã**²⁸ (Figura 8).

²⁷ Esta situação tende a ser especialmente marcante na zona intramuralhas e na judiaria, onde as habitações possuem uma dimensão exígua e as ruas estreitas impedem o acesso rodoviário individual e de transportes públicos.

²⁸ Para apoiar a gestão deste território, a CMC desenvolveu o Plano de Urbanização da Grande Covilhã, que recentemente sofreu a sua 4.ª Alteração.

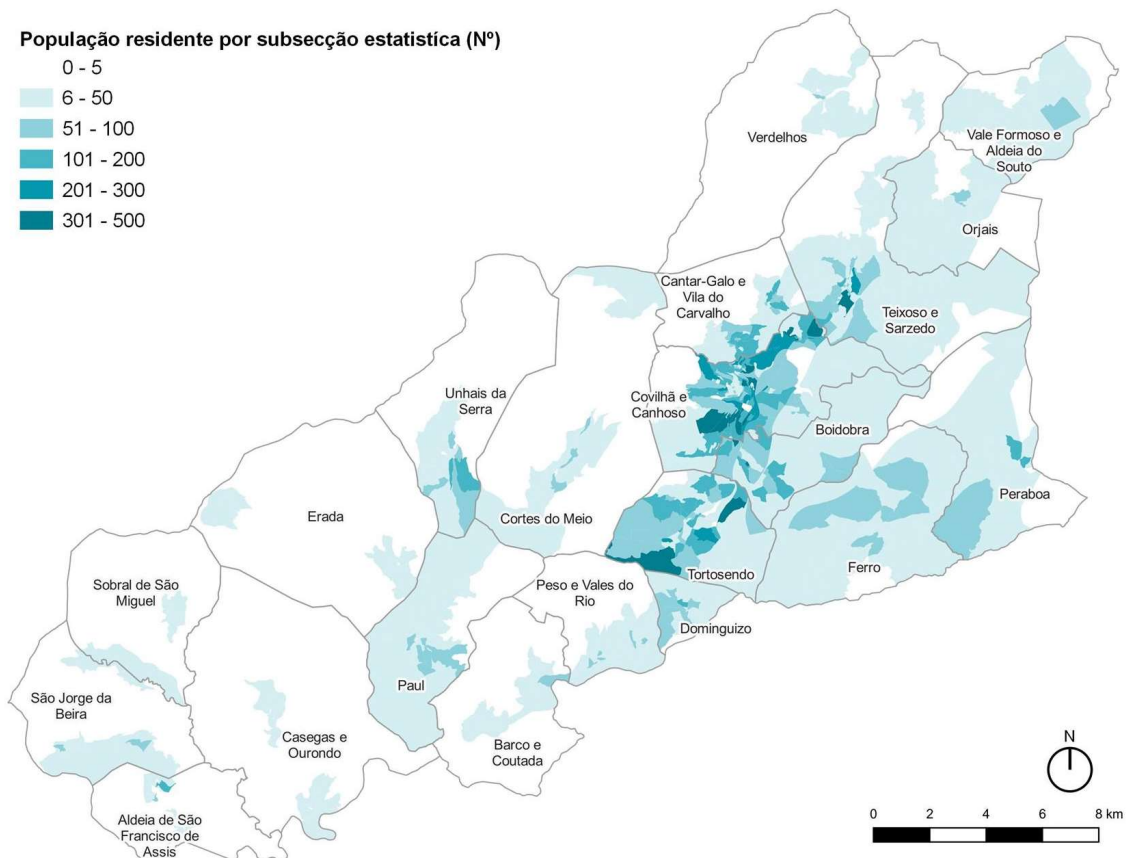


Figura 8. População residente por subsecção estatística, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

As **restantes freguesias** são territórios rurais, onde se encontram aglomerados de pequena e muito pequena dimensão. Em termos de dinamismo urbano, estas últimas poderão ainda subdividir-se entre as freguesias do setor nascente da A23, onde se observa uma grande **dispersão do povoamento e desestruturação da ocupação urbana**, e as freguesias a sul e a oeste do concelho, com menores índices de ocupação e uma marcada tendência de **despovoamento e abandono das localidades isoladas**.

SÍNTESE CONCLUSIVA

- O concelho está administrativamente organizado num elevado número de freguesias e possui uma grande dimensão, o que levanta desafios em termos de mobilidade e transportes das populações, e da cobertura, abrangente e equilibrada, de prestação de serviços e acesso das populações a equipamentos, em particular das mais afastadas da cidade da Covilhã.
- A localização na Serra da Estrela traduz-se numa orografia acidentada em parte do território, incluindo na cidade da Covilhã, dificultando, genericamente, as condições de mobilidade e acessos. Esta questão é particularmente penalizadora para quem possui mobilidade reduzida e para a população idosa.
- Apesar da integração no Arco Urbano da Beira Interior, num dos principais eixos urbanos e de desenvolvimento da região Centro, a Covilhã debate-se com as dificuldades decorrentes de um território do interior e de baixa densidade, nomeadamente associadas à dimensão demográfica (p.e. envelhecimento da população e reduzida natalidade), ao êxodo rural da população mais jovem e qualificada, e à captação de investimento e oferta de emprego.
- Forte concentração de funções, equipamentos e serviços públicos, na sede de concelho e, nem segundo plano, na Grande Covilhã. Nas restantes freguesias, a ocupação urbana é dispersa ou assente em aglomerados populacionais de muito pequena dimensão, com tendência de despovoamento. A tendência de abandono faz igualmente sentir-se no centro tradicional da cidade da Covilhã, ocupado sobretudo por população estudantil e por população estrangeira, que não consegue aceder a habitações, mais dispendiosas, noutras áreas da cidade.

2.2. Demografia

2.2.1. Tendências gerais: população e famílias

Atualmente, a questão demográfica é um dos principais desafios que o nosso País enfrenta. Efetivamente, na última década, Portugal perdeu residentes e é hoje um dos países mais envelhecidos da UE. No entanto, esta questão assume uma expressão particularmente preocupante nos territórios do interior.

Os dados mais recentes de população residente divulgados pelo INE, dos Censos 2021, indicam que o concelho da Covilhã era, no momento censitário, o local de residência de um **total de 46 455 indivíduos**. Revelam também que não foi possível inverter, ou mesmo atenuar, a perda de residentes que se vem observando ao longo das últimas décadas, tendo o **Concelho perdido 10,3% da sua população entre 2011 e 2021** (Figura 9). As perspetivas de evolução da população residente para as próximas décadas, atendendo exclusivamente aos comportamentos e previsões demográficas, são de continuação da redução e envelhecimento populacional²⁹.

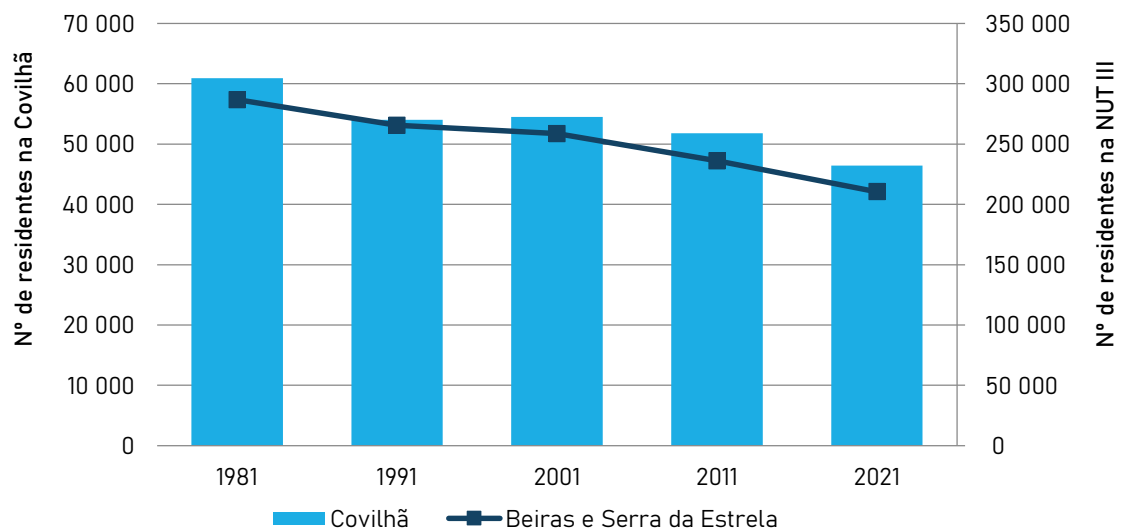


Figura 9. Evolução da população residente no concelho da Covilhã e NUT Beiras e Serra da Estrela (N.º), entre 1981 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

²⁹ Em fevereiro de 2022, a Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) desenvolveu projeções de população, para a região, sub-regiões e municípios, com um horizonte temporal de 2030. Nestas projeções, o comportamento demográfico do Município é, genericamente, aproximado ao da Região Centro: em ambos os casos e em qualquer dos cenários, está prevista a retração e envelhecimento populacional. As Projeções de População Residente, para Portugal e regiões NUTS II, desenvolvidas pelo INE, até 2080, evidenciam também uma tendência de decréscimo e agravamento do envelhecimento populacional, em qualquer dos cenários considerados.

Este **decréscimo populacional**, embora com intensidade distinta, foi **transversal a todas as freguesias**, entre 2011 e 2021. A freguesia de Boidobra e a UF de Covilhã e Canhoso, localizadas nas áreas do Concelho mais densamente povoadas, são as únicas que registaram perdas populacionais inferiores a 5% (respetivamente, -2,4 e -4,2%). Seguem-se Tortosendo (-7,3%), Ferro (-8,6%) e Dominguiço (-9%). A UF de Teixoso e Sarzedo e a UF de Cantar Galo e Vila do Carvalho, apesar de integrarem o eixo de maior concentração de população, registaram perdas demográficas muito consideráveis (-13,7% e -19,2%, respetivamente). No entanto, **foi nas freguesias mais rurais e periféricas e onde existe menor concentração de população, que a perda de população assumiu maior expressão**. Destaca-se a freguesia de Sobral de São Miguel, a freguesia que tinha menor dimensão populacional, com uma redução do número de habitantes de 29,7%, mas também Unhais da Serra e a UF de Casegas e Ourondo (-25%), e ainda Verdelhos, UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto, Aldeia de São Francisco de Assis, e São Jorge da Beira, todos com uma variação de população negativa de mais de 20% (Figura 10).

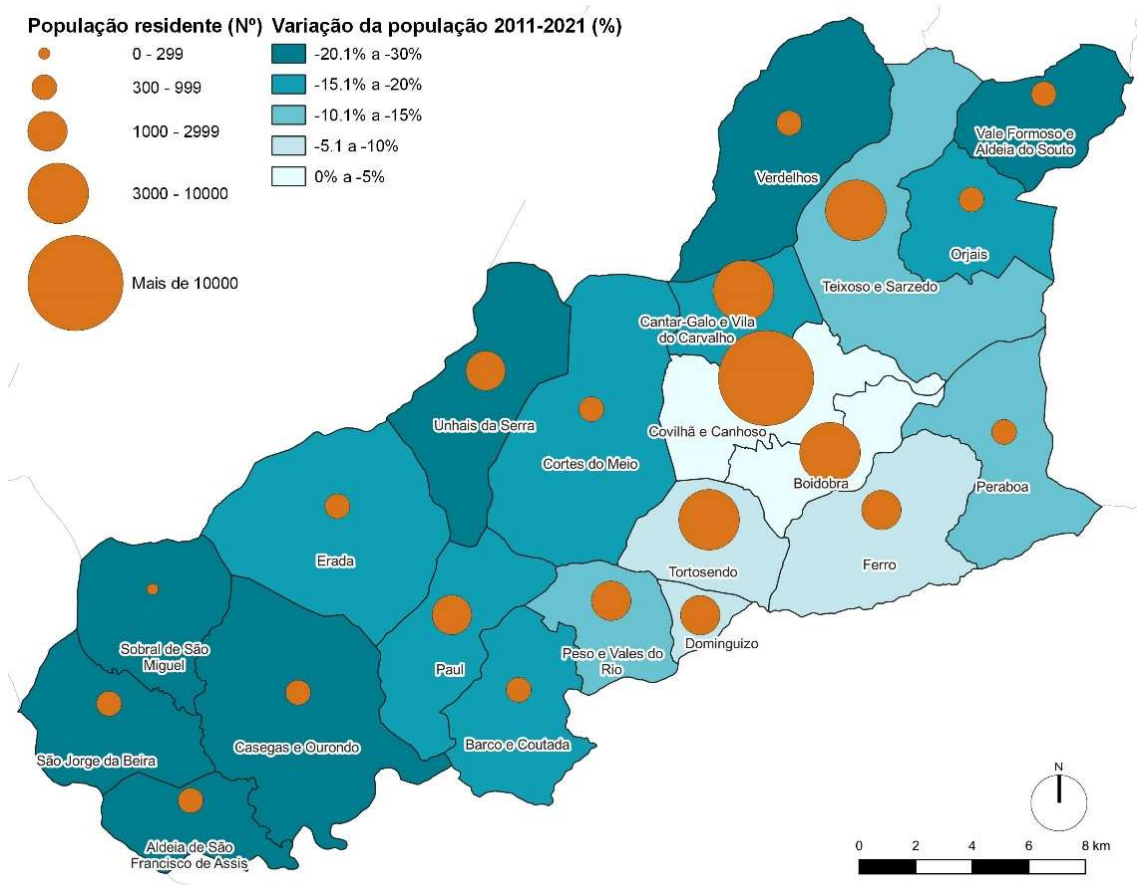


Figura 10. Distribuição da população residente (em 2021) e taxa de variação da população (entre 2011 e 2021), por freguesia

Fonte: INE, Censos 2021

Decompondo a evolução demográfica por componentes, com recurso aos indicadores demográficos publicados pelo INE, é possível verificar que, em 2023, o **crescimento efetivo da população** (0,64%) é, em grande medida, explicado pelo **comportamento positivo do saldo migratório** (1,37%), que compensou um **saldo natural negativo** (-0,74). Este comportamento demográfico é igualmente verificável nas restantes escalas territoriais. Contudo, destaca-se que o concelho da Covilhã, assim como a sub-região das Beiras e Serra da Estrela, apresenta uma taxa de crescimento efetivo menos acentuada do que a verificada a nível nacional e na região Centro, resultante de uma taxa de crescimento natural mais negativa e de um crescimento migratório mais ténue (Figura 11).

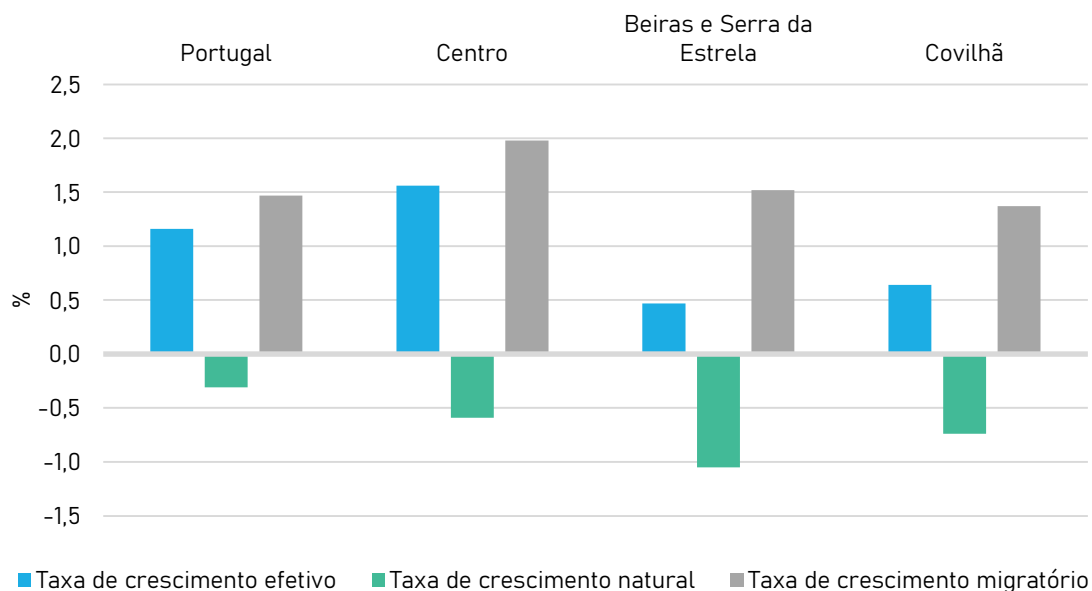


Figura 11. Taxa de crescimento efetivo, natural e migratório (%), em 2023

Fonte: INE, Indicadores demográficos

A evolução das taxas de crescimento efetivo, natural e migratório na Covilhã, ao longo da última década, permite constatar não apenas a relevância que a componente migratória assume na evolução da população residente, mas também a trajetória positiva observada nos últimos anos. A taxa de crescimento migratório, que até 2019 permaneceu sempre negativa, registou valores positivos nos últimos três anos, refletindo uma **maior atratividade territorial e uma maior capacidade de fixação da população** no concelho da Covilhã. Por outro lado, a taxa de crescimento natural manteve-se sempre negativa (variando entre -1% e -0,5%), e apresentou um ligeiro agravamento durante o período de análise (Figura 12).

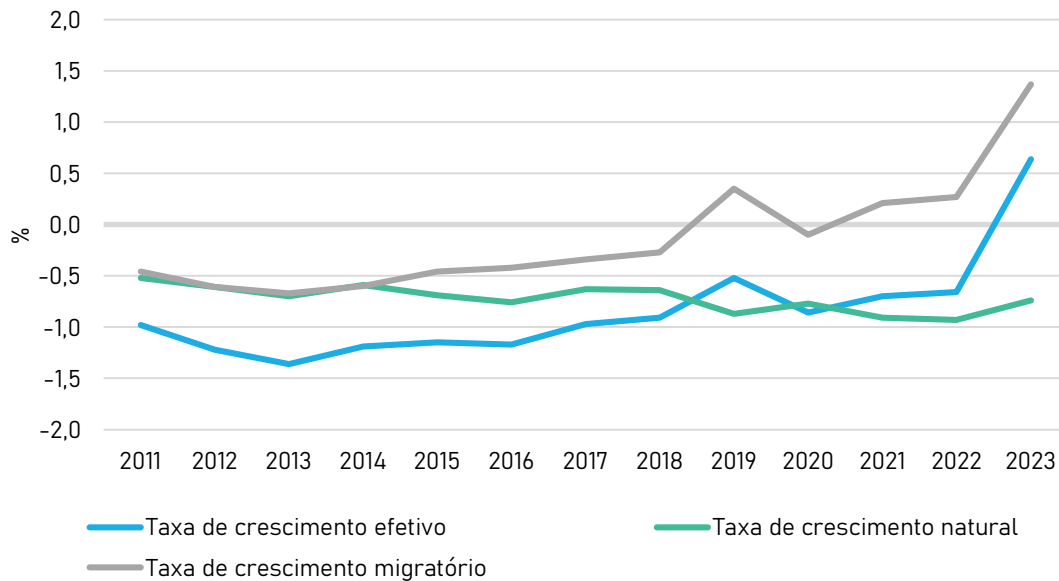


Figura 12. Evolução das taxas de crescimento efetivo, natural e migratório no concelho da Covilhã (%), entre 2011 e 2023

Fonte: INE, Indicadores demográficos

Acrescente-se que, de acordo com os censos 2021, residiam no município da Covilhã **2 591 pessoas que entraram no País desde 2010 e aí se fixaram**. Entre as principais motivações para o estabelecimento da residência no Concelho, destaca-se o **retorno após um período de emigração**, correspondendo a 36% das entradas. Sendo a UBI, um ator central da atratividade do Concelho, na medida em que detém vários milhares de estudante, a fixação relacionada com a **educação e formação**, apesar de ser superior à média nacional e regional, é de 13%, um valor muito inferior ao retorno de emigrantes.

A evolução da população atendendo ao número de agregados residentes no concelho da Covilhã, tal como nas restantes escalas geográfica em análise, é mais favorável. Em 2021, **o concelho era local de residência de 20 311 agregados**, dos quais 20 270 são agregados domésticos privados³⁰ e 41 agregados institucionais³¹. O total de agregados diminuiu 4,4% face a 2011, o que corresponde a uma variação muito inferior à do número de indivíduos, deixando antever que a **diminuição do número de agregados domésticos** privados foi acompanhada por uma recomposição da **dimensão das famílias, que se tornaram mais pequenas** (Figura 13).

³⁰ Um agregado doméstico privado é um conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

³¹ Os agregados institucionais definem-se como o conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governadas por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas.

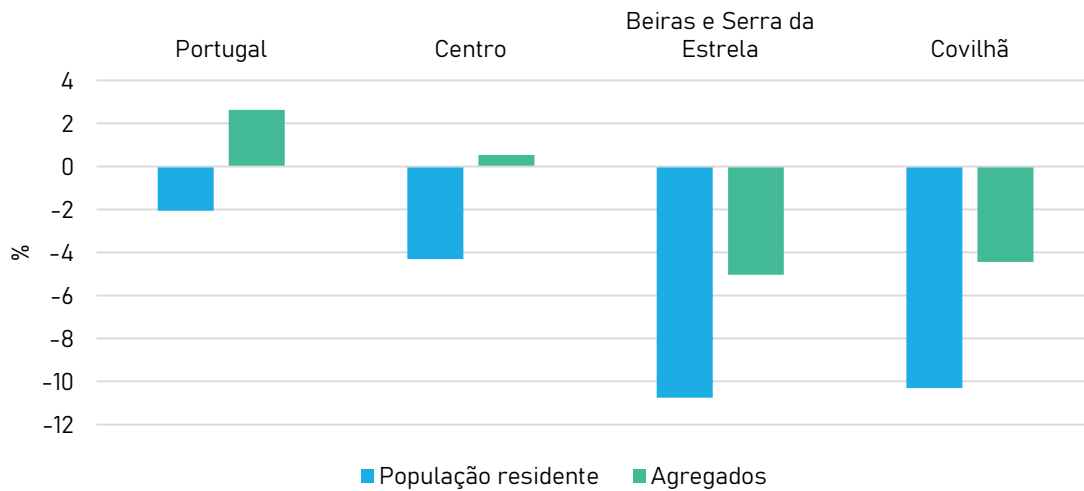


Figura 13. Variação da população e dos agregados residentes no concelho da Covilhã, na NUT Beiras e Serra da Estrela, na região Centro e em Portugal, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

A distribuição dos agregados domésticos privados, como seria de esperar, **segue de perto a distribuição da população**, destacando-se a UF da Covilhã e Canhoso como aquela onde residem mais agregados, seguindo-se as freguesias limítrofes localizadas na sua primeira coroa (com exceção de Cortes do Meio, a ocidente da Covilhã).

Em média, em 2021, os agregados no concelho da Covilhã tinham 2,23 elementos. Tendencialmente, verifica-se que as **freguesias mais rurais e com menor dimensão populacional são aquelas onde existe uma maior proporção de agregados de menor dimensão**. Entre estas destacam-se Sobral de São Miguel e São João da Beira, nas quais os agregados constituídos por apenas uma ou duas pessoas representam mais de 80% do total de famílias. Pelo contrário, Boidobra e Dominguiço são as freguesias onde os agregados com maior dimensão (quatro ou mais elementos) assumem uma maior importância relativa, enquanto os agregados unipessoais ou com apenas duas pessoas, apesar de relevantes, comparativamente assumem uma menor representatividade (Figura 14).

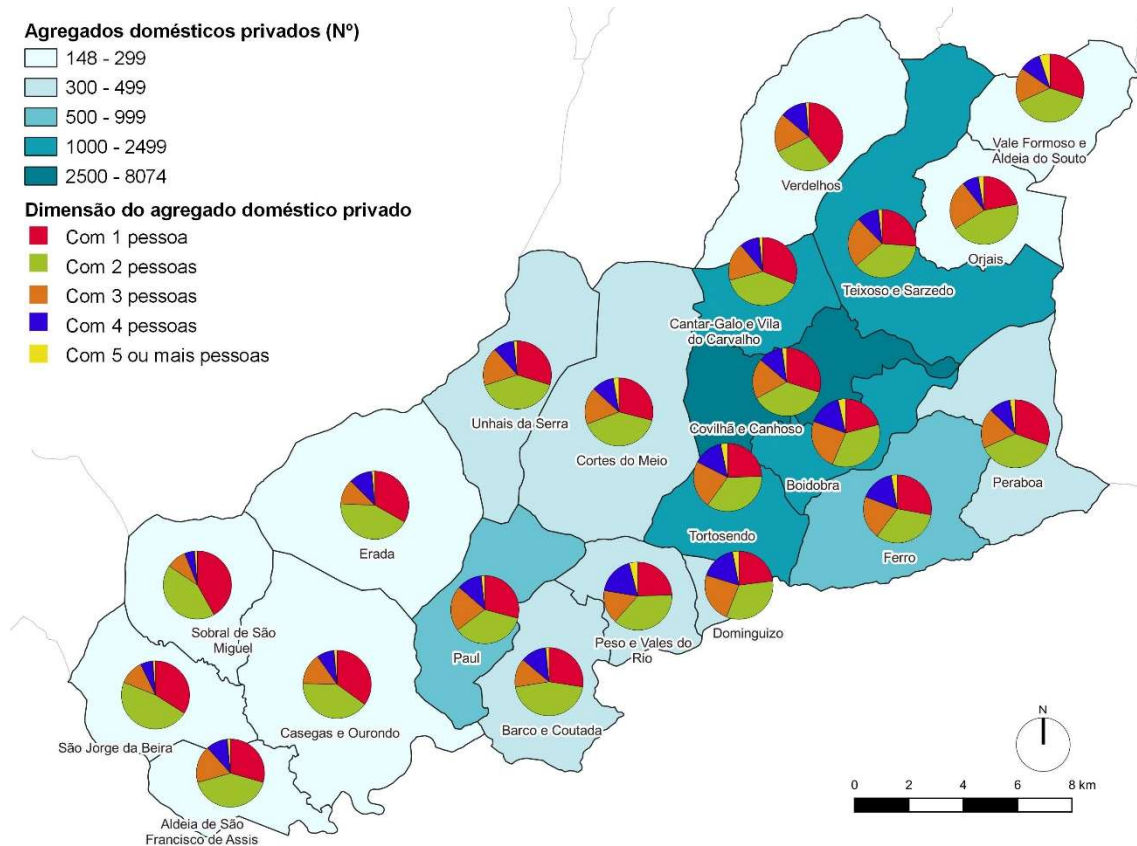


Figura 14. Distribuição e dimensão dos agregados domésticos privados, por freguesia, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Genericamente, e em linha com a tendência observada para o País, os agregados com maior número de indivíduos (3, 4 e, principalmente, 5 ou mais pessoas) foram aqueles que registaram uma maior queda entre os dois últimos Censos, contrariamente aos agregados com apenas uma pessoa ou duas pessoas, que apresentam uma variação positiva. Neste período, **os agregados unipessoais residentes no Concelho aumentaram 13,6%**, enquanto os agregados mais numerosos diminuíram 34,6% (5 ou mais pessoas). Os agregados de 3 e 4 pessoas registaram um decréscimo igualmente substancial, na ordem dos 20%. Por último, os agregados institucionais, onde se incluem, entre outros, os residentes em equipamentos de ação social com vertente residencial, aumentaram 13,9% (Figura 15).

Acrescente-se que os **agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos representam 15,9% no total de agregados** do concelho (aumentou cerca de 3% face a 2011), variando entre 10% na freguesia de Boidobra e 31,1% em Sobral de São Miguel.

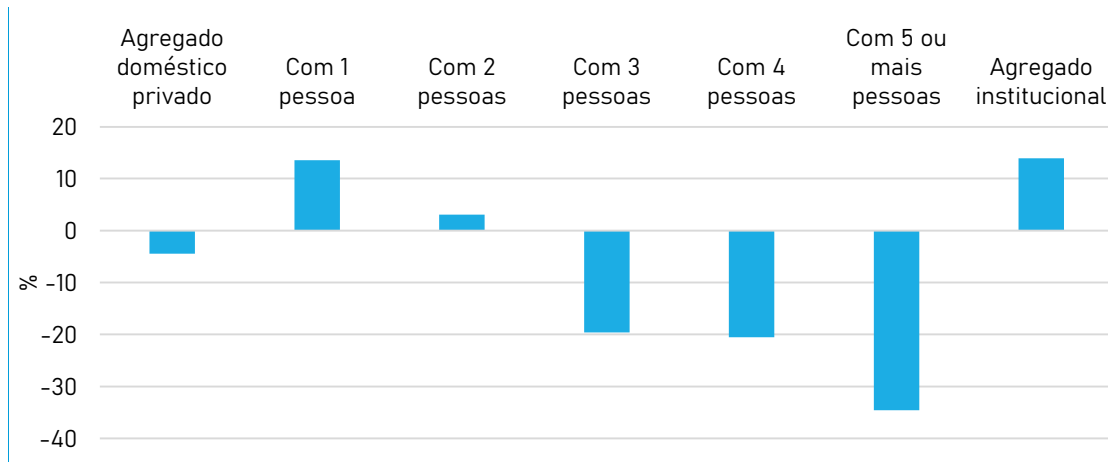


Figura 15. Variação dos agregados residentes no concelho da Covilhã, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

De forma genérica, estas tendências são, em larga medida, **resultado do envelhecimento da população**, que tem consequências na diminuição da fecundidade e da natalidade, assim como na forte e crescente representatividade dos agregados mais pequenos (Tabela 1).

Tabela 1. Índice de envelhecimento no concelho da Covilhã, na NUT Beiras e Serra da Estrela, na região Centro e em Portugal, em 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	Índice de envelhecimento		
	%	%	Variação
	2021	2011	2011-21
Portugal	182,1	127,8	42,4
Região Centro	228,6	163,4	39,9
NUT III Beiras e Serra da Estrela	337,9	236,0	43,2
Concelho da Covilhã	286,8	192,3	49,1

Nas últimas décadas, o **envelhecimento da população tem-se agravado** em todo o País. O rácio entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de crianças e jovens com menos de 15 anos (índice de envelhecimento) passou, no território português, de 127,8, em 2011, para 182,1, em 2021. No entanto, esta desproporção é ainda mais intensa **no concelho da Covilhã**, onde à data dos últimos Censos, **residem 286,8 idosos por cada 100 jovens**.

Os fluxos migratórios da população mais jovem para as grandes cidades do litoral, os movimentos de emigração e o declínio da natalidade, são fatores que contribuem para esta prestação. Embora a situação observada no Concelho seja menos desfavorável do que NUT III, esta é uma **situação preocupante, não só pela sua intensidade, mas também pela tendência de agravamento**, como demonstra a variação de +49,1% no indicador.

No entanto, a **intensidade do envelhecimento** não é, como é natural, equivalente em todas as freguesias, apresentando-se **especialmente crítica nas freguesias de Sobral de São Miguel, São Jorge da Beira e UF de Casegas e Ourondo**, onde o número de idosos supera o número de jovens mais de 10 vezes. Em oposição, Boidobra e Tortosendo destacam-se como as freguesias mais jovens (Figura 16).

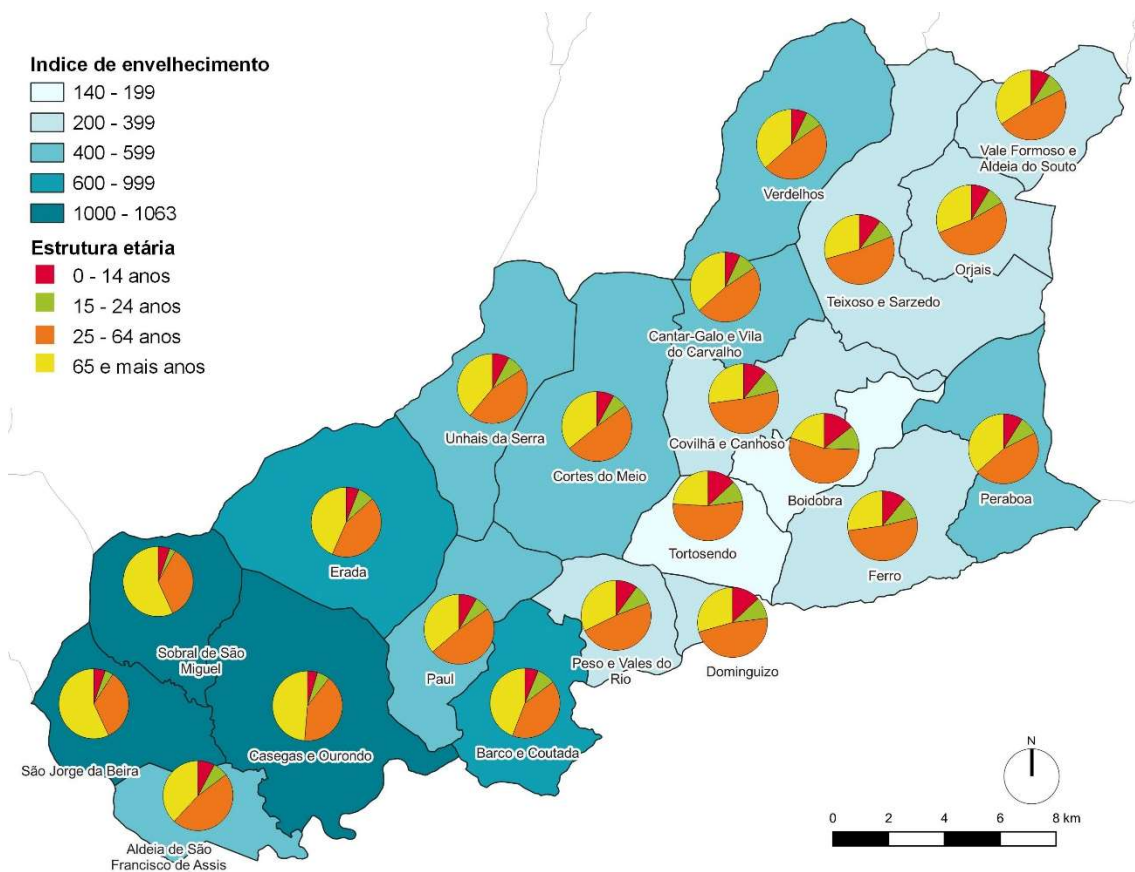


Figura 16. Índice de envelhecimento e população por grupo etário, por freguesia, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Acrescente-se, por último, que, entre 2011 e 2021, **os núcleos familiares monoparentais aumentaram**, representando em 2011, 12,9% do total de núcleos familiares e, em 2021, 15,7%. A grande maioria destes núcleos são compostos por mães com filhos (1 926 mãe com filhos,

contra 317 pai com filhos). Estas famílias monoparentais frequentemente correspondem a pais ou mães com filhos adultos. No entanto, **encontram-se um total 806 crianças com menos de 15 anos neste tipo de núcleos familiares**. Estas famílias monoparentais, em particular com filhos menores ou dependentes, tendencialmente, enfrentam maiores dificuldades, quer financeiras, devido à dependência de um único titular de rendimento, quer na gestão do tempo e das tarefas de apoio das crianças, e na conciliação entre a vida privada e profissional, podendo apontar a necessidade de apoio social adicional.

2.2.2. População estrangeira

Os dados mais recentes dos Censos permitem ainda analisar a presença no território de população estrangeira ou com naturalidade estrangeira. Verifica-se assim que, **em 2021, no concelho da Covilhã residiam 1 136 cidadãos estrangeiros**, a grande maioria dos quais nacionais de **países não comunitários** (952 pessoas). A população estrangeira representava 2,4% dos residentes, uma proporção que fica aquém da equivalente nacional e regional, embora supere a da NUT III (Tabela 2).

Tabela 2. Número e taxa de variação da população residente por nacionalidade, em 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	Total	Portuguesa	Estrangeira da UE	Estrangeira fora da UE
N.º	2021			
Portugal	10 343 066	9 800 752	95 398	446 767
Região Centro	2 227 239	2 143 428	13 560	70 233
Beiras e Serra da Estrela	210 602	206 091	1 088	3 422
Concelho da Covilhã	46 455	45 318	184	952
%	2021			
Portugal	100,0	94,8	0,9	4,3
Região Centro	100,0	96,2	0,6	3,2
Beiras e Serra da Estrela	100,0	97,9	0,5	1,6
Concelho da Covilhã	100,0	97,6	0,4	2,0
Variação percentual	2011-21			
Portugal	-2,1	-3,7	21,1	41,5
Região Centro	-4,3	-5,8	15,9	62,8
Beiras e Serra da Estrela	-10,8	-11,8	-14,1	99,6
Concelho da Covilhã	-10,3	-11,8	-2,6	136,2

A **importância dos nacionais de países terceiros cresceu substancialmente**, entre os dois últimos censos, o que terá uma forte **relação com a presença da UBI**, sendo este crescimento

particularmente relevante no que respeita aos cidadãos de países extracomunitários, que aumentaram 136,2%.

A população residente por naturalidade, que inclui algumas pessoas que adquiriam nacionalidade portuguesa, assim como eventuais descendentes de população nacional emigrante ou ex-emigrante, tem uma representatividade superior. Em 2021, **no concelho da Covilhã residiam 2 958 pessoas com naturalidade não portuguesa**, das quais 1 133 nasceram noutro país da UE e 1 825 noutro país não comunitário. Estas pessoas, no seu conjunto, representavam cerca de 6,4% do total de residentes, uma proporção que, embora seja crescente, é inferior à registada nas restantes escalas geográficas observadas, traduzindo **alguma dificuldade na fixação de população** (Tabela 3).

Tabela 3. Número e taxa de variação da população residente por naturalidade, em 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	Total	Portuguesa	Estrangeira da UE	Estrangeira fora da UE
N.º	2021			
Portugal	10 343 066	9 254 043	206 993	882 030
Região Centro	2 227 239	2 031 074	48 915	147 250
Beiras e Serra da Estrela	210 602	196 586	5 760	8 256
Concelho da Covilhã	46 455	43 497	1 133	1 825
%	2021			
Portugal	100,0	89,5	2,0	8,5
Região Centro	100,0	91,2	2,2	6,6
Beiras e Serra da Estrela	100,0	93,3	2,7	3,9
Concelho da Covilhã	100,0	93,6	2,4	3,9
Variação percentual	2011-21			
Portugal	-2,1	-4,5	9,4	29,2
Região Centro	-4,3	-6,3	1,6	32,5
Beiras e Serra da Estrela	-10,8	-11,7	-8,4	15,8
Concelho da Covilhã	-10,3	-12,0	-6,2	55,2

A distribuição da população com naturalidade estrangeira pelo Concelho privilegia as freguesias de maior concentração de população, embora a diferença entre a importância relativa desta população no total de residentes entre 2011 e 2021, indicie uma tendência concentração na UF de Covilhã e Canhoso e nas freguesias da faixa sudeste (UF de Barco e Coutada, Peraboa, UF de Casegas e Ourondo e Ferro) (Figura 17). Estas dinâmicas podem ter algum significado, apesar de não serem

muito acentuadas, atendendo aos reduzidos quantitativos populacionais de algumas destas freguesias.

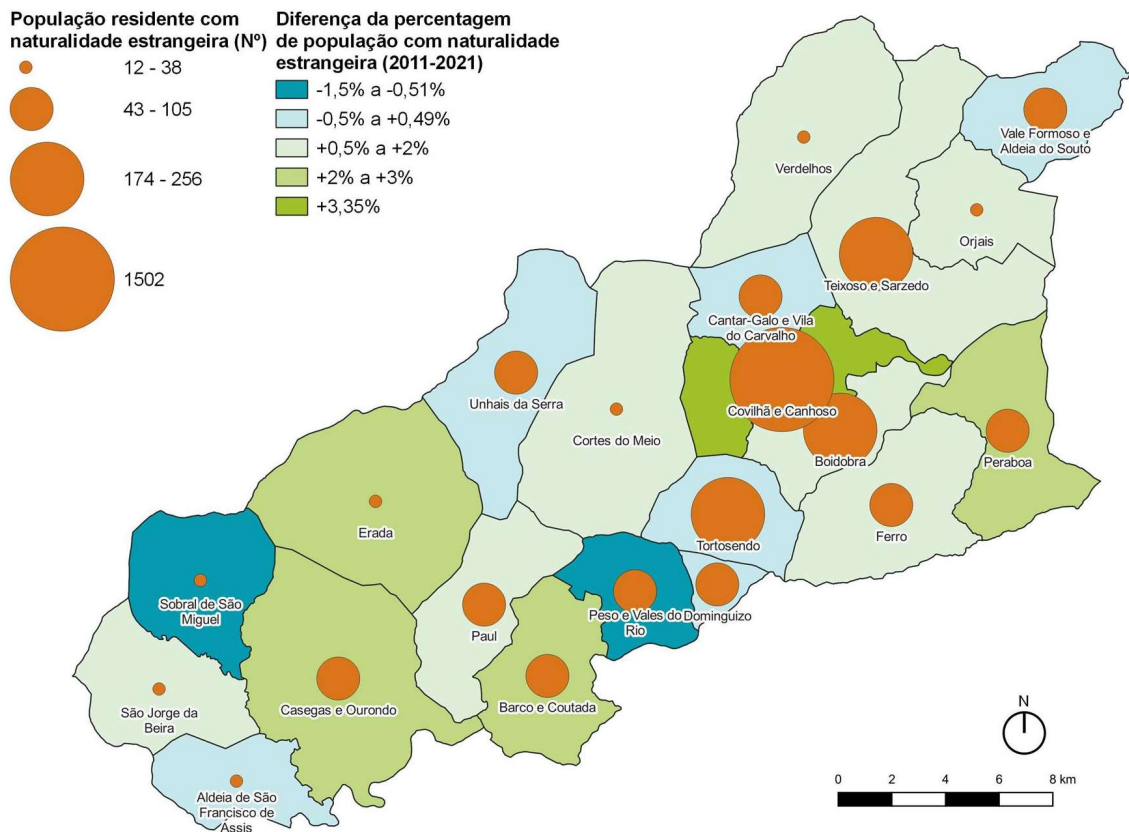


Figura 17. População residente com naturalidade estrangeira por freguesia, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Atendendo aos dados, publicados pelo INE, relativos à população estrangeira, verifica-se que, no concelho da Covilhã, tanto o número de **pedidos de estatuto de residente** (Figura 18), como o número de indivíduos **estrangeiros com estatuto legal de residente** (Figura 19), têm registado **uma tendência de crescimento acentuada**³². Correspondendo a uma tendência inversa à evolução do total de população residente, verifica-se que o aumento da importância relativa da população estrangeira é potenciado. Entre as origens, destaca-se a América Central e do Sul, nomeadamente o **Brasil**, como a nacionalidade mais representada. Em 2022, das 1 880 pessoas

³² De acordo com o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual) o residente legal é o cidadão estrangeiro habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano. Os dados apresentados pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não incluem os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, assim como os estrangeiros com situação irregular.

estrangeiras com estatuto legal de residente que viviam na Covilhã, 41,1% possuem nacionalidade brasileira.

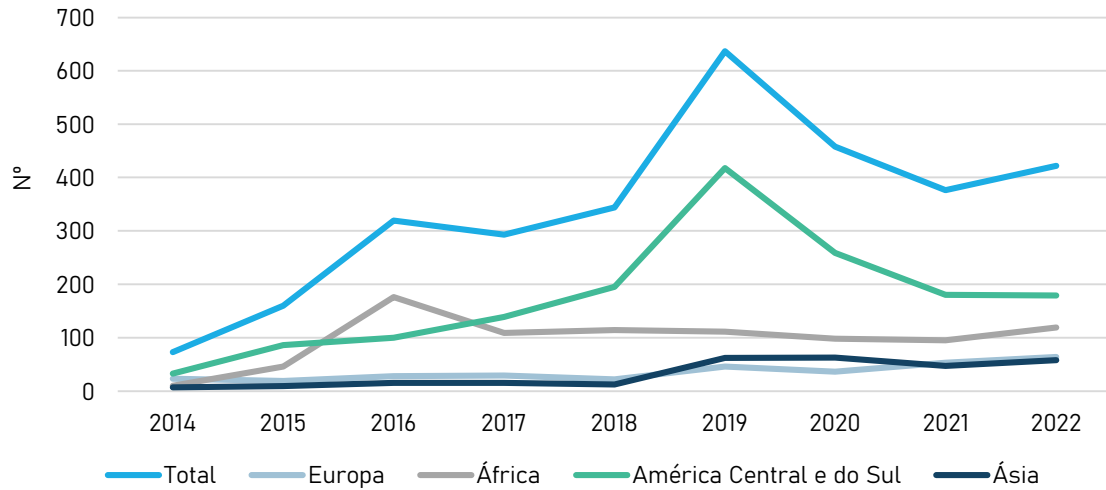


Figura 18. Pedidos de estatuto de residente por origem no concelho da Covilhã, entre 2009 e 2022

Fonte: INE

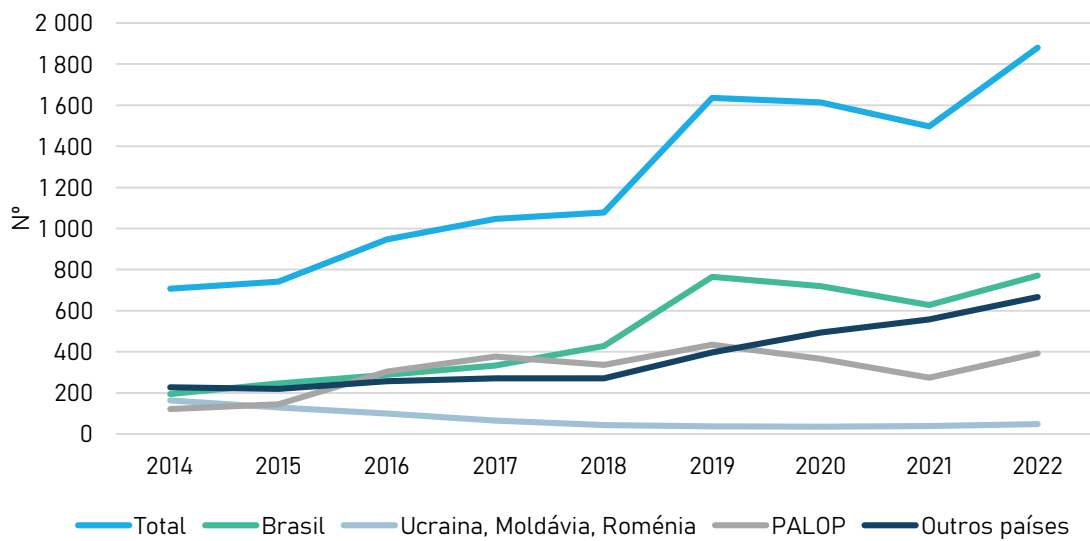


Figura 19. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho da Covilhã, entre 2014 e 2022

Fonte: INE

SÍNTESE CONCLUSIVA

- Concelho em perda populacional, sendo a população residente de 46 455 indivíduos em 2021. Apesar de generalizada a todas as freguesias, a dinâmica regressiva é especialmente acentuada nas freguesias mais rurais e periféricas do Concelho, que, com uma população já muito reduzida, perderam mais de 20% da população entre 2011 e 2021.
- Envelhecimento populacional muito expressivo, com reflexo numa taxa de crescimento natural progressivamente mais negativa, no aumento do índice de dependência e na dimensão e composição das famílias, que se tornaram mais pequenas e com maior proporção de idosos. A intensidade do envelhecimento é particularmente crítica nas freguesias de Sobral de São Miguel, São Jorge da Beira e UF de Casegas e Ourondo.
- Em linha com a tendência regional e nacional, perspetiva-se a manutenção da trajetória de diminuição e envelhecimento populacional que vem sendo observada nas últimas décadas.
- Os agregados unipessoais ou com 2 elementos aumentaram, em especial nas freguesias mais rurais e com menor dimensão populacional, onde existe uma maior proporção de idosos sós. Aumento dos núcleos monoparentais, entre os quais a monoparentalidade feminina está fortemente sobrerrepresentada.
- Aumento expressivo da taxa de crescimento migratório nos últimos anos (que permitiu atenuar perdas de população mais significativas). Apesar do aumento da população estrangeira no concelho (em particular de países não comunitários), tanto em estudantes quanto residentes, ainda se deteta alguma dificuldade na fixação desta população, em particular dos estudantes da UBI.
- Contexto demográfico com indicadores que evidenciam um quadro potenciador de situações de fragilidade e de exclusão social (individual e familiar). Destacam-se como grupos vulneráveis, os idosos, as famílias monoparentais e os estrangeiros, podendo indiciar a necessidade de apoio social específico (p.e. serviços de geriatria, combate ao isolamento social e apoio domiciliário, cuidados infantis com horários alargados, cursos de português para estrangeiros e acompanhamento do processo de integração dos migrantes).

2.3. Educação e socioeconomia

2.3.1. Educação e formação

Em 2021, o perfil de escolaridade da população residente na Covilhã é semelhante ao verificado a nível nacional, mas ligeiramente mais favorável do que o regional e, sobretudo, do que o sub-regional (Figura 13).

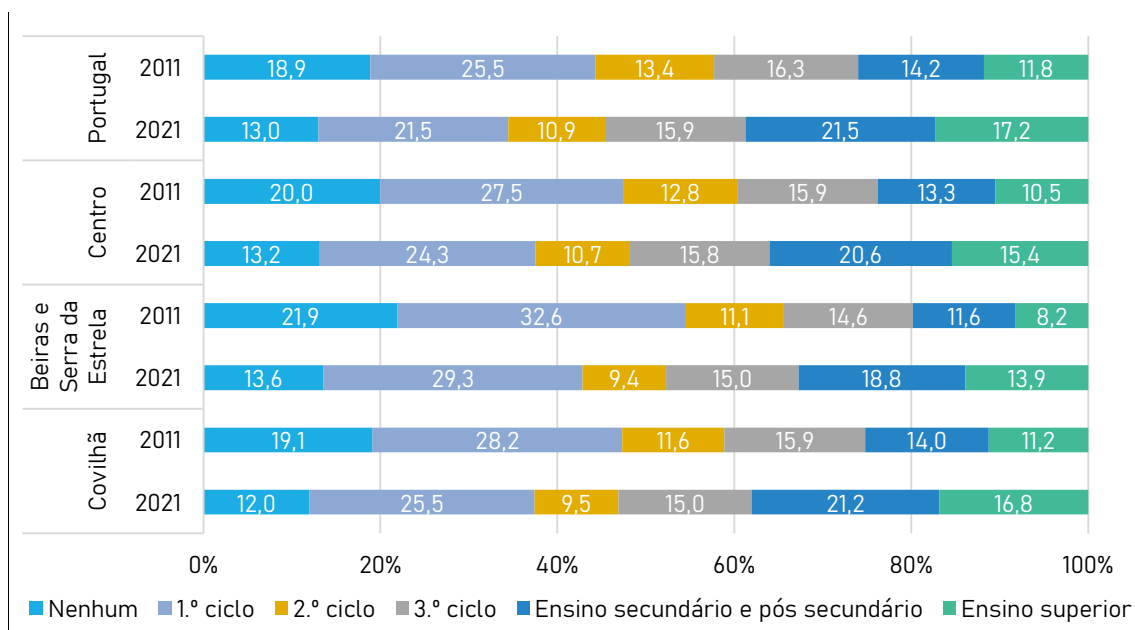


Figura 13. População residente segundo o nível de escolaridade, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Analisando os dados a nível de freguesia, verifica-se que a população mais qualificada está concentrada na área urbana da Grande Covilhã, em particular na UF de Covilhã e Canhoso, que alberga o núcleo central da cidade da Covilhã, onde cerca de 54% população residente completou pelo menos o ensino secundário (o valor mais alto registado a nível concelhio). Contrariamente, nas freguesias mais rurais, a mesma proporção desce abaixo dos 20%, destacando-se Sobral de São Miguel (11,3%), São Jorge da Beira (12,7%) e Verdelhos (16,7%).

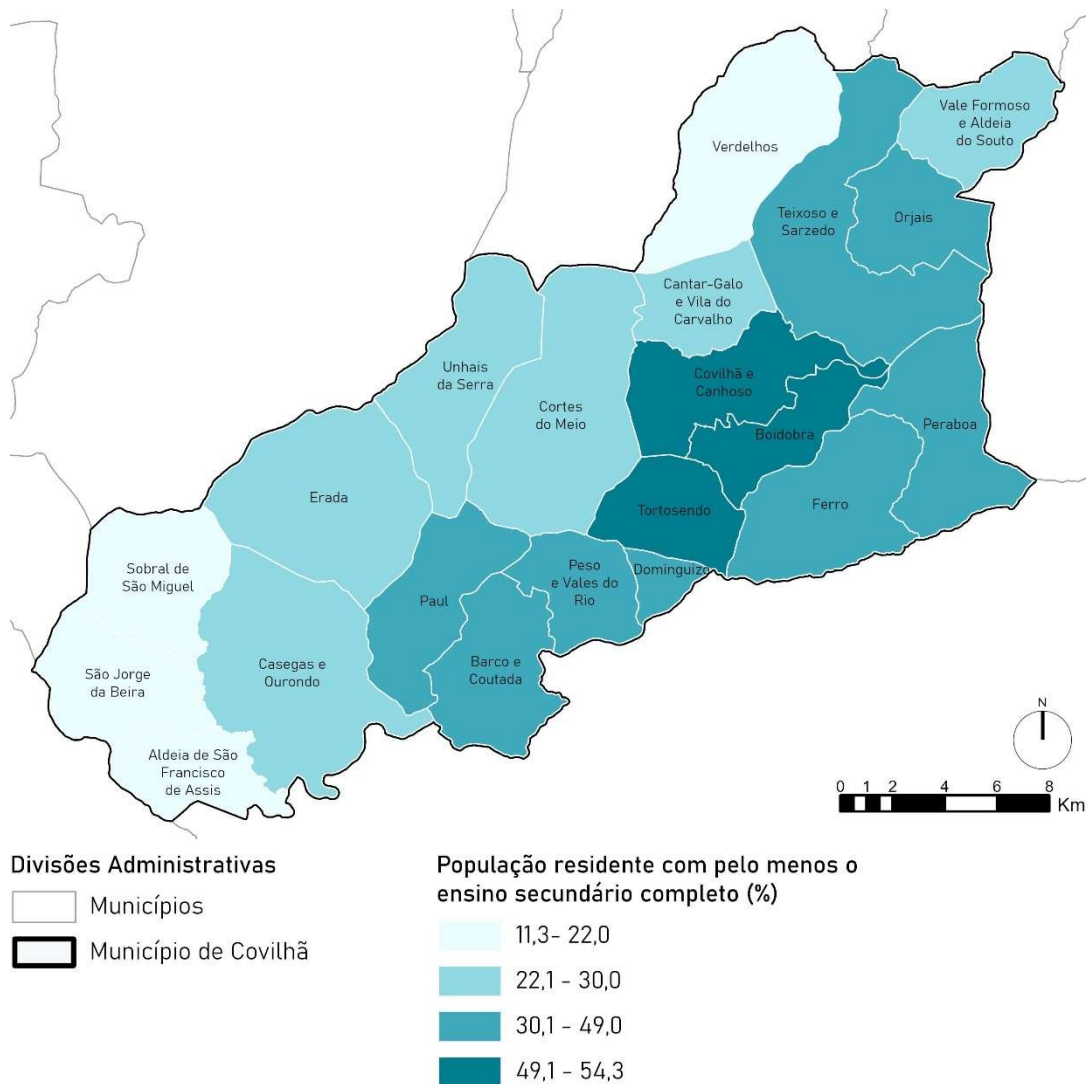


Figura 20. Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por freguesia

Fonte: INE, Censos 2021

Tal como nas restantes escalas territoriais em análise, verificou-se uma **melhoria significativa do perfil de escolaridade da população residente**. Diminuiu a importância da população residente com menores níveis de instrução, como a população sem nenhum nível de escolaridade, que, em 2021, é inferior ao valor observado em qualquer outro nível territorial³³, ou a população com o 1º ciclo (que ainda assim, em 2021, inclui cerca de 25% do total de residentes). Pelo contrário,

³³ Note-se, todavia, que esta categoria além das situações de analfabetismo, cada vez menos frequentes e muitíssimo concentradas nas faixas etárias mais idosas, inclui igualmente as crianças que não concluíram ainda nenhum nível de ensino.

a importância da população com ensino superior aumentou cerca de 6%, correspondendo, em 2021, a 16,8% do total de residentes no concelho da Covilhã.

Também os **indicadores de insucesso escolar** no Concelho, como a taxa de retenção e desistência no ensino básico, **acompanham o comportamento à escala nacional e regional**, mantendo resultados próximos dos da Região Centro e, mais favoráveis do que os observados na sub-região Beiras e Serra da Estrela e no País. Em termos gerais, nos últimos dez anos, a desistência no ensino básico encontra-se em forte decréscimo, tendo passado de valores em torno dos 10% (em 2012/2013) para níveis inferiores a 2% (em 2019/2020), com uma ligeira subida nos anos seguintes, situação à qual não será alheia a pandemia de Covid-19 e cuja evolução importa acompanhar (Figura 21).

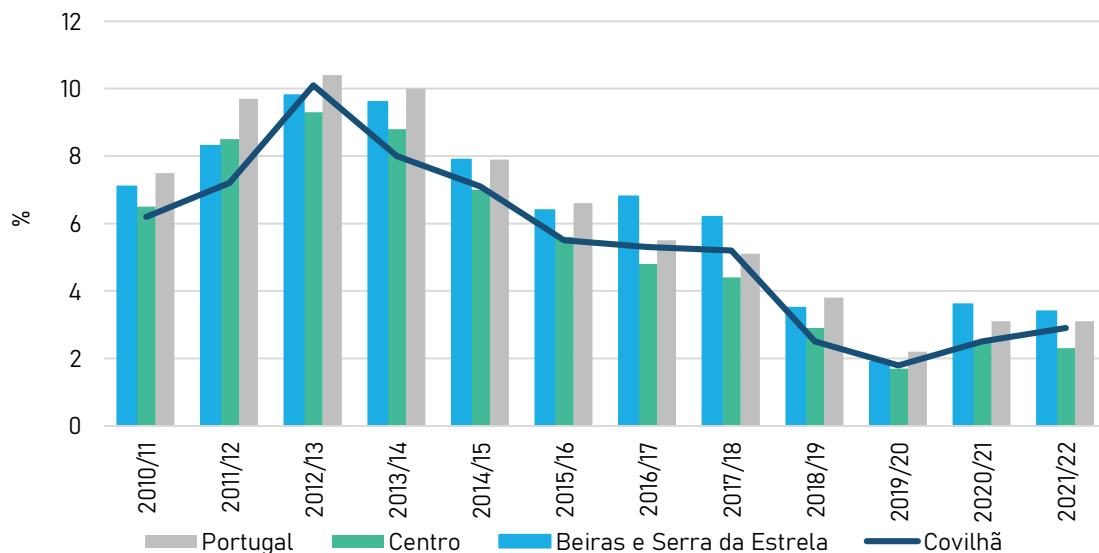


Figura 21. Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)

Fonte: Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência

A rede educativa do concelho da Covilhã é constituída por 58 estabelecimentos educativos, dos quais 24 jardins de infância, 31 escolas básicas e 3 escolas secundárias. Os estabelecimentos escolares estão estruturados em **4 agrupamentos de escolas** - A Lã e a Neve, Pero da Covilhã, de Teixoso, Frei Heitor Pinto, este último com escola secundária. Existem ainda **2 outras escolas secundárias não agrupadas** (a Escola Secundária Campos de Melo e a Escola Secundária Quinta das Palmeiras) e **2 escolas profissionais** (a Escola Agrícola Quinta da Lageosa, sedada na Aldeia do Souto, e a Escola Profissional de Artes da Covilhã, cujas entidades promotoras são o Conservatório da Covilhã e a CMC). Ambos os estabelecimentos profissionais ministram cursos

de nível II (equivalência ao 9º ano) e de nível IV (equivalência ao 12º ano). As 3 escolas secundárias possuem também oferta de ensino profissional.

No que se refere ao Ensino Superior, o concelho da Covilhã acolhe a UBI. Como já antes mencionado, a UBI constitui um papel decisivo no desenvolvimento social e económico do Concelho, fomentando o desenvolvimento económico regional e a atração de população. No ano letivo 2023/2024, encontravam-se **inscritos 8 540 alunos** nesta Universidade. O número de alunos na UBI tem vindo a sofrer um **crescimento significativo nos últimos anos**, sendo expectável que, no ano letivo de 2024/2025, a comunidade estudantil ultrapasse os 10 mil alunos³⁴. No ano 2023/2024, **1 735 dos alunos da UBI eram de nacionalidade estrangeira**, sendo a larga maioria destes (69,9%) provenientes de países lusófonos. Destaca-se a nacionalidade brasileira como a mais representada, com 505 alunos inscritos neste ano letivo.

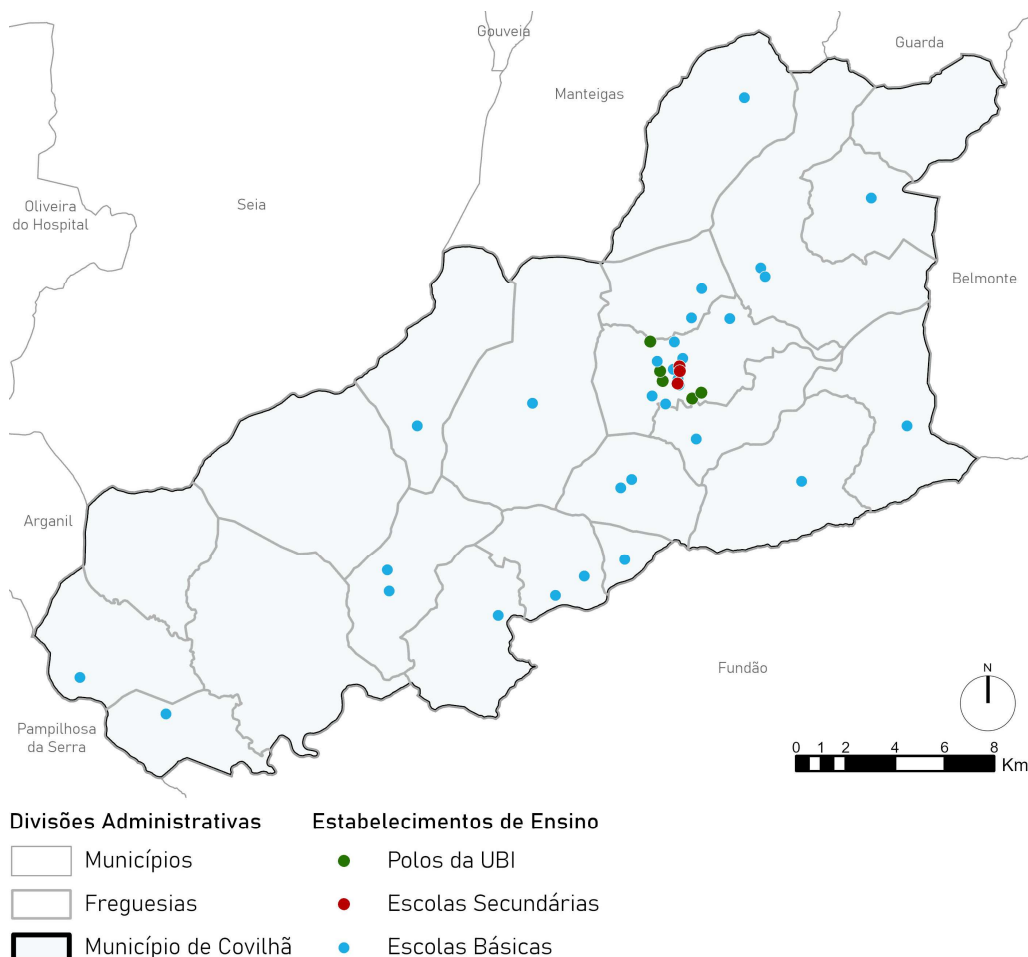


Figura 22. Estabelecimentos de Ensino no concelho da Covilhã

Fonte: CMC, 2024

³⁴ <https://noticiasdacovilha.pt/ubi-chega-aos-dez-mil-alunos-2/>

A Covilhã possui ainda oferta de ensino tecnológico, pela Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI), um estabelecimento que ministra cursos de especialização de nível pós-secundário (nível V) e formação de quadros intermédios, assim como a MODATEX. O MODATEX - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios - foi criado em 2011, com base num protocolo celebrado entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção (ANIVEC/APIV) e a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios (ANIL).

A oferta pública é complementada pelo **Conservatório Regional de Música da Covilhã**, uma **entidade privada com oferta de ensino nos regimes integrado e articulado**, de música e dança, e oferta regular do pré-escolar ao 3º ciclo.

Em 2022/23, encontravam-se **matriculados nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário da Covilhã 6 280 alunos**, representando menos 3 605 alunos que os matriculados em 2009, o que é, em larga medida, resultado das dinâmicas demográficas descritas (Figura 23). **O ensino secundário e o 3º Ciclo foram os níveis de ensino que registram as maiores quedas no que respeita ao número de alunos matriculados**, respetivamente, -1 219 e -1 244 alunos. À data, o Ensino Secundário era o nível de ensino com o maior número de alunos matriculados (1 701 alunos), seguido pelo 1º Ciclo (1 433 alunos) e 3º Ciclo (1 350 alunos)³⁵.

³⁵ De acordo com as informações disponibilizadas pelo Município, no ano letivo 2023/2024, estavam matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública 5 199 alunos. Desses, 499 frequentavam o ensino pré-escolar, 1.303 o ensino básico, 815 o 2º ciclo e 1.217 o 3º ciclo. Além disso, nas três escolas secundárias da rede pública, 898 alunos estavam matriculados no ensino secundário e 467 no ensino profissional. Esta informação não foi considerada na análise anterior por não ter sido possível reunir informação para os estabelecimentos privados.

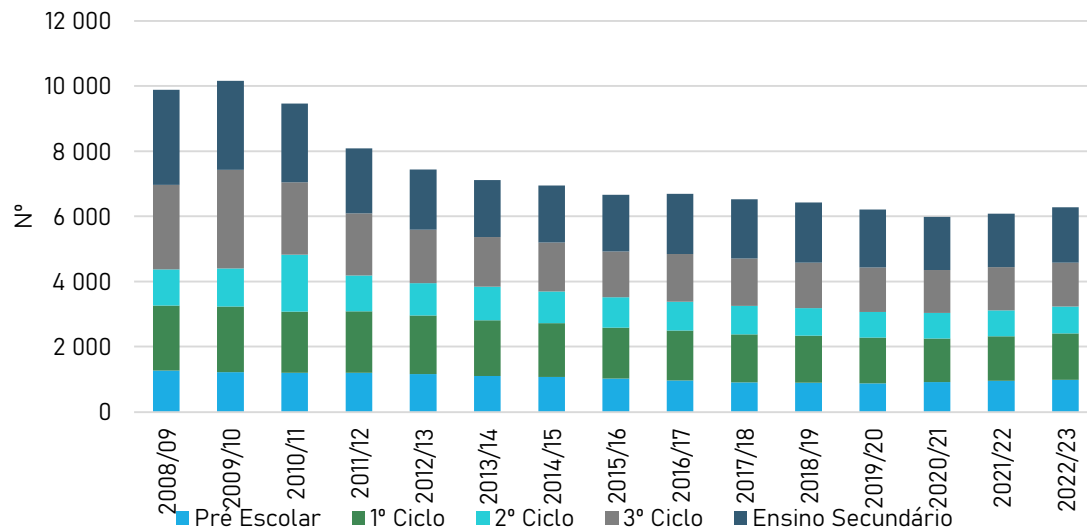


Figura 23. Alunos matriculados nos ensinos nos estabelecimentos de ensino do concelho da Covilhã (no final ano letivo), por nível de ensino (Nº)

Fonte: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual

De notar, todavia, que **desde 2020, tem havido uma recuperação no número de alunos matriculados nos vários níveis de ensino**, incluindo no ensino pré-escolar, o que poderá estar relacionado com o aumento da população estrangeira. Com efeito, no ano letivo **2023/2024, identificavam-se 1 454 crianças e jovens de origem estrangeira matriculadas** nos estabelecimentos de ensino do concelho, nos vários níveis de ensino (pré-escolar ao secundário), que representavam **mais de 20% do total de alunos**. Estes alunos estrangeiros são de cerca de **68 nacionalidades diferentes, provenientes dos 5 continentes**.

Ainda de acordo com a Carta Educativa, no ano letivo de 2020/2021, **eram beneficiários de Ação Social Escolar (ASE) 2 258 alunos**, o que representava 36,4% dos alunos matriculados em 2020. A ASE comparticipa as despesas escolares de alunos com poucos recursos socioeconómicos, como a alimentação, aquisição de material escolar e visitas de estudo. Destes, 855 enquadravam-se no escalão A (aquele que tem maiores apoios), 907 no escalão B e 496 no escalão C. O 1º Ciclo era o nível de ensino que reunia mais alunos beneficiários, seguido pelo 3º Ciclo e pelo ensino secundário.

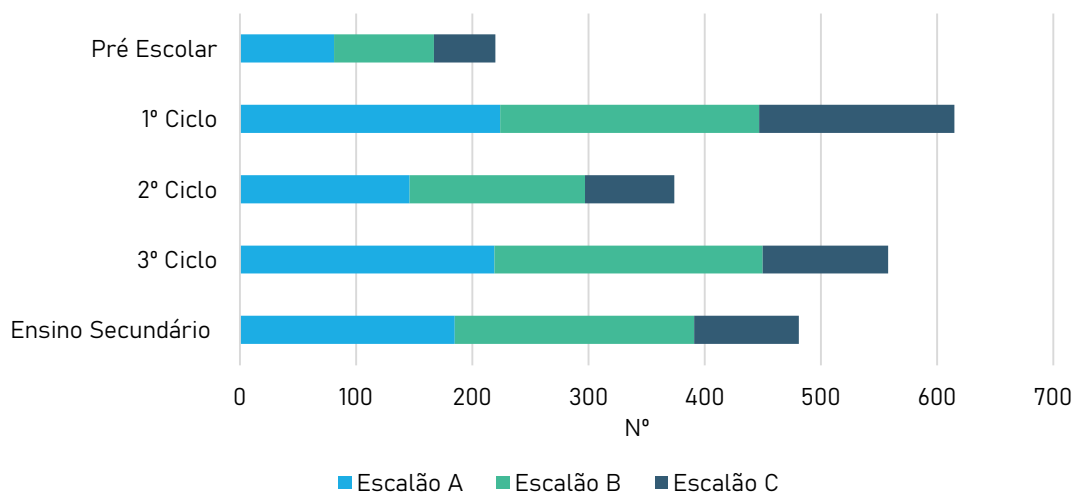


Figura 24. Alunos beneficiários de ASE, por nível de ensino, no ano letivo 2020/2021

Fonte: CMC, Carta Educativa (2022)

Até 2024, os transportes escolares eram assegurados pelo Município para todos os alunos matriculados nas escolas públicas, na escolaridade obrigatória. O Orçamento do Estado para 2024 vem determinar a **gratuidade dos passes para todos os estudantes até aos 23 anos**, incluindo os matriculados em cursos para obtenção de licenciatura, bem como os matriculados em cursos de formação profissional, passando esta competência para a comunidade intermunicipal, em articulação com os operadores de transportes e os municípios ³⁶.

2.3.2. Dinâmicas económicas e emprego

A Covilhã, embora partilhe dos constrangimentos enfrentados pelos territórios do interior, apresenta **alguma relevância e dinamismo** em termos económicos. Destaca-se a enraizada tradição da **indústria de lanifícios**, mantendo-se este território como um importante centro de lanifícios da Europa, com a presença de várias **empresas têxteis de grande dimensão**, como as empresas do grupo Paulo Oliveira (Paulo Oliveira, Penteadora e Tessimax), a Benoli, a Fitecom, a filial portuguesa da Haco Etiquetas, fornecedoras de grandes marcas têxteis mundiais. **Outros ramos de atividade industriais assumem também relevância**, como a agroindústria, a mecânica e precisão, os plásticos, polimentos e energias alternativas. Como já mencionado, a Covilhã é

³⁶ De acordo com a Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, que define, ao abrigo do artigo 23.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, as condições de atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP.

também um polo turístico, principalmente durante o Inverno, devido à proximidade à Serra da Estrela e à estância de esqui, e um centro de comércio e serviços de âmbito sub-regional.

Em 2022, existiam no Concelho **5 092 empresas ativas**, que representavam 19,5% do total de empresas da NUT III Beiras e Serra da Estrela. O **volume de negócios das empresas localizadas no concelho da Covilhã era de 939M€**, representado 20,3% do volume de negócios do total de empresas na NUT III.

O **número de empresas ativas** no Concelho apresenta uma **tendência ligeira, mas constante, de crescimento, desde 2013**, superando em 2021 os quantitativos anteriores à crise financeira de 2008, que teve o seu mínimo em 2012 (Figura 25). Já o **volume de negócios das empresas ativas**, cuja tendência no Concelho acompanhou a registada na sub-região, teve uma evolução claramente mais positiva, de **crescimento contínuo e muito acentuado, entre 2013 e 2019** (Figura 26). Em 2020, registou-se uma perda no volume de negócios das no Concelho, assim como na sub-região, situação não alheia aos efeitos da pandemia de COVID-19, sendo posteriormente seguida pela retoma da trajetória de forte crescimento do volume de negócios das empresas.

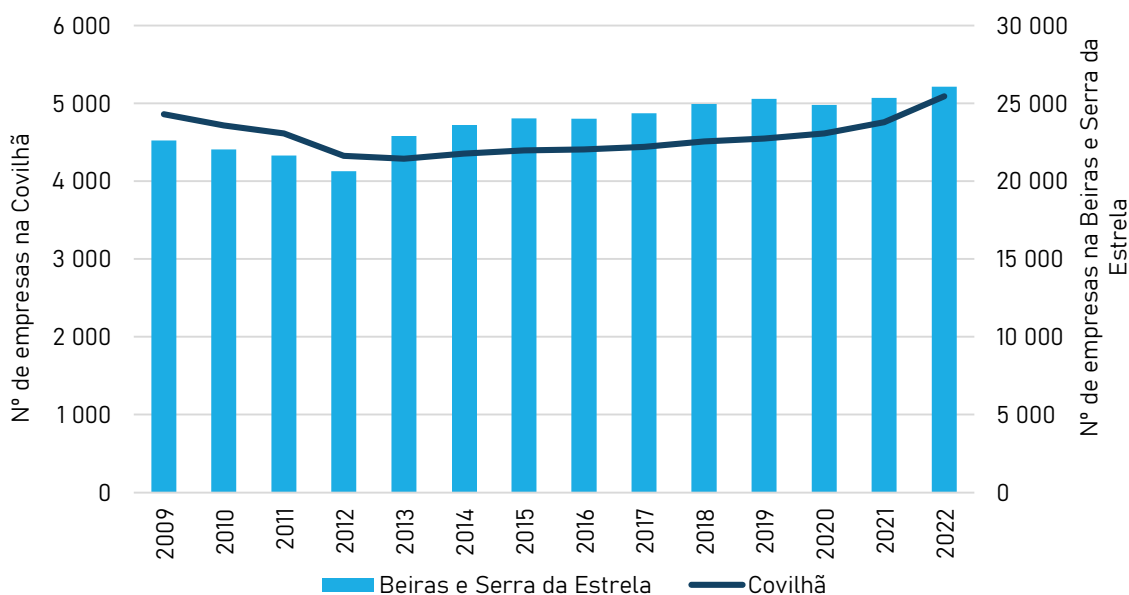


Figura 25. Evolução do número de empresas na Covilhã e na NUT Beiras e Serra da Estrela

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

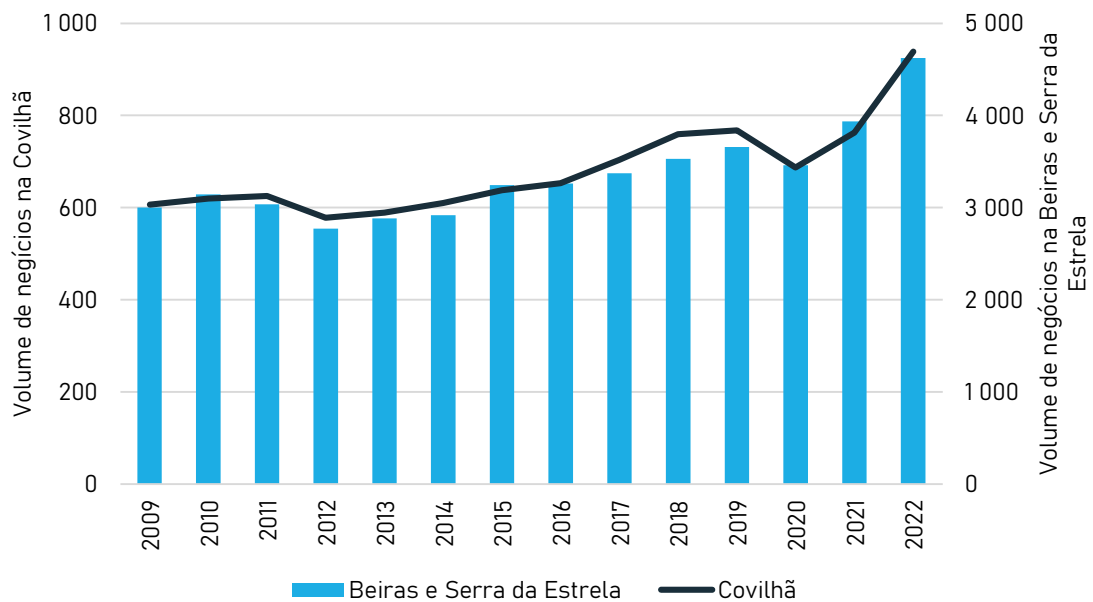


Figura 26. Evolução do volume de negócios das empresas na Covilhã e na NUT Beiras e Serra da Estrela

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Em 2021, os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), identificavam um **total de 7 323 trabalhadores por conta de outrem (TCO)** no concelho da Covilhã. Os dados relevam que a **distribuição do emprego no Concelho, por setor de atividade económica, em 2020, é muito aproximada à observada no País** (Figura 27). Nesta data, o peso do setor primário no Concelho era residual (1,2%), existindo uma forte **terciarização do emprego**, na medida em que 63,8% dos TCO estava empregado nos serviços. A indústria, construção, energia e água empregavam 35% da população empregada por conta de outrem, uma proporção que, sendo relevante, fica aquém da registada na Região Centro.

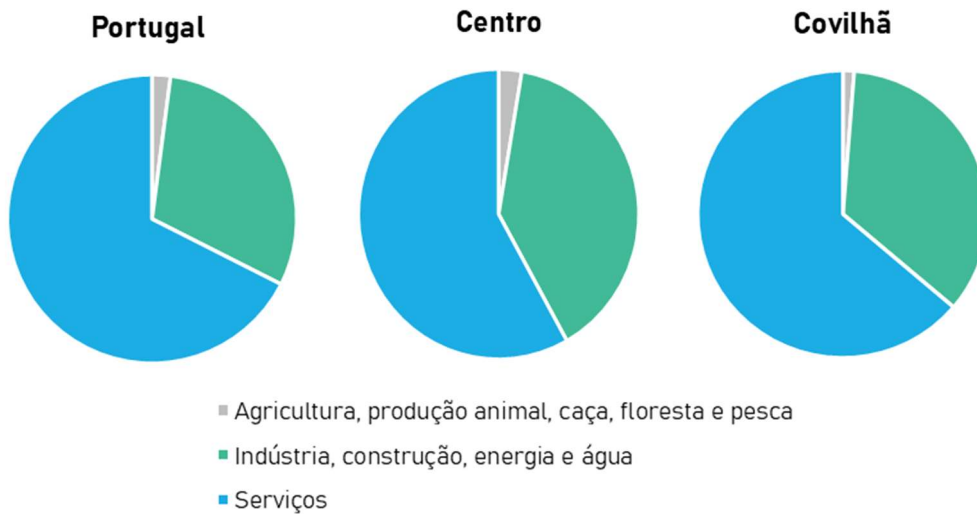


Figura 27. População empregada por conta de outrem por sector de atividade (%), em 2021

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Destaca-se ainda um aumento da escolaridade da população empregada por conta de outrem no concelho da Covilhã, em linha com a análise realizada para a escolaridade da população residente (Tabela 4). Em 2021, cerca de 24% dos TCO no Concelho possuía um título de ensino superior. Este valor, apesar de ligeiramente inferior à média nacional, é francamente mais favorável do que o registado para a região e para a sub-região.

Tabela 4. Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%), em 2015 e 2021

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

	2015	2021
	%	%
Portugal	20,3	25,0
Centro	16,2	19,9
Beiras e Serra da Estrela	16,3	20,6
Covilhã	19,5	23,7

Outra característica do mercado de trabalho local é uma maior concentração de emprego em estabelecimentos com maior dimensão, comparativamente ao que ocorre na região e na sub-região, aproximando-se à proporção observada no País. No concelho da Covilhã, em 2021, 26,2% dos TCO estavam empregados em estabelecimentos com mais de 250 trabalhadores (Tabela 5).

Tabela 5. Proporção da população empregada por conta de outrem por dimensão dos estabelecimentos, em 2021

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

	Com menos de 10 trabalhadores	Com mais de 250 trabalhadores
	%	%
Portugal	19,8	30,0
Centro	22,0	22,3
Beiras e Serra da Estrela	26,1	21,8
Covilhã	21,1	26,2

Acrescente-se, no entanto, que o **mercado de trabalho no Concelho apresenta uma reduzida atratividade**. Em 2021, no concelho da Covilhã, a taxa de atração líquida da população empregada por conta de outrem, publicada pelo INE³⁷, foi de -0,6%, inferior à observada na região Centro (-0,1%) e na sub-região Beiras e Serra da Estrela (-0,2). Entre 2018 e 2021, este indicador apenas registou um valor negativo no ano de 2020 (0,3%).

Genericamente, entre o período intercensitário, o **desemprego registou uma descida acentuada**, passando em 2021 (7,7%), para cerca de metade da restada em 2011 (14,3%). Em 2021, a taxa de desemprego no Concelho, ainda que inferior a nível nacional, era superior ao verificado na região e sub-região (Tabela 6).

Tabela 6. Taxa de desemprego (%), em 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	2011	2021
	%	%
Portugal	13,2	8,1
Centro	11,0	6,0
Beiras e Serra da Estrela	13,2	6,8
Covilhã	14,3	7,7

Não obstante, os dados de desemprego do IEFP desagregados por Concelho, revelam que, **em maio de 2024, estavam registados na Covilhã um total de 1 513 desempregados** (mais 7 do que nos mês homólogo de 2023), dos quais 720 eram mulheres e 793 eram homens. Entre o total de

³⁷ Traduz o quociente entre a diferença entre os fluxos de entrada e de saída de trabalhadores por conta de outrem e o número médio de trabalhadores por conta de outrem.

desempregados, 1 290 estavam inscritos no centro de emprego há mais de 1 ano, e 223 eram jovens que procuravam o primeiro emprego.

Refletindo, sobretudo, a **forte inatividade da população residente**, em larga medida decorrente do marcante envelhecimento populacionais, acrescenta-se que no concelho da Covilhã, de acordo com os Censos 2021, existiam **4 796 casais (de facto ou de direito) em que ambos estão desempregados ou sem atividade económica** (p.e domésticos; reformados; pessoas com uma incapacidade permanente para o trabalho e outras pessoas inativas), representando 39,9% dos casais residentes no Concelho. Considerando apenas os casais (de facto ou de direito) com filhos, verifica-se que **em 2 222 casos pelo menos um elemento está desempregado ou não tem atividade económica**, o que representa 37,8% dos casais (de facto ou de direito) com filhos. Já as **famílias monoparentais em que o pai ou a mãe está desempregada ou não tem atividade económica** são 1 089, representando 48,8% das famílias monoparentais.

Tabela 7. Núcleos familiares no Município da Covilhã com base na condição perante o trabalho, em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

	2021	
	Nº	% do tipo de núcleo
Casais (de facto ou de direito) em que ambos estão desempregados ou não tem atividade económica	4 796	39,9
Casais (de facto ou de direito) com filhos, em que pelo menos um elemento está desempregado ou não tem atividade económica	2 222	37,8
Famílias monoparentais em que o pai ou a mãe está desempregada ou não tem atividade económica	1 089	48,6

2.3.3. Rendimento

A análise dos níveis de rendimentos é um indicador muito relevante para avaliar a capacidade financeira da população, o que, em larga medida, vai determinar a sua capacidade em aceder a serviços e bens essenciais, condicionando fortemente a qualidade de vida.

De acordo com os dados dos últimos Censos, a **principal fonte de rendimento no concelho da Covilhã provinha do trabalho (43%)**, seguindo a tendência verificada nas restantes unidades territoriais. A **reforma/pensão era a segunda fonte de rendimento mais relevante**, que abrangia **36,9% da população residente na Covilhã com 15 ou mais anos**. Importa notar que a nível nacional e regional a expressão desta fonte de rendimento era menos significativa, representado, respetivamente, 28,9% e 32,4%. Destaca-se ainda que a **população a cargo da família tinha uma expressão de 11,4%**, no Concelho.

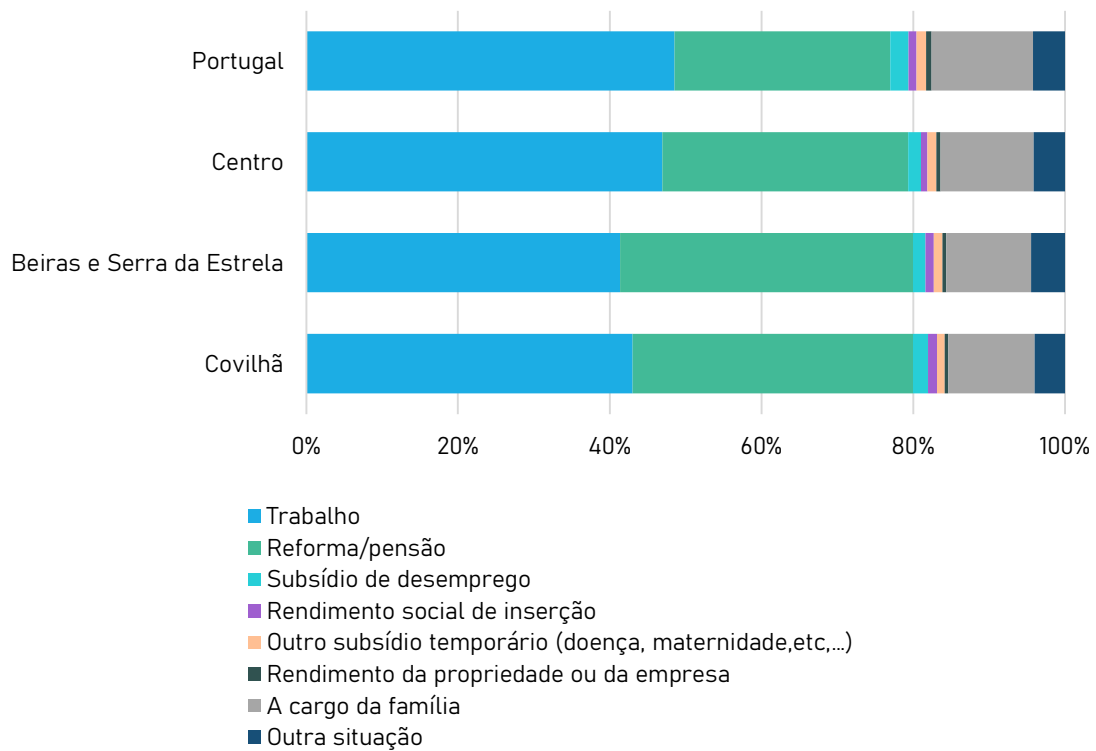


Figura 28. Principal fonte de rendimento da população residente com 15 ou mais anos (%), em 2021

Fonte: INE, Censos 2021

No que diz respeito aos rendimentos dos trabalhadores, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, denota-se na Covilhã, tal como nos outros níveis territoriais, uma **evolução positiva do ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem**. Em concreto, entre 2011 e 2021, registou-se um aumento de 213€ mensais no ganho médio mensal, que passou de 841€ para 1.054€ entre estas duas datas. Contudo, o valor registado neste último ano, apenas é ligeiramente superior ao da NUT Beiras e Serra de Estrela (1.051€) e continua **marcadamente inferior aos valores médios de Portugal (1.290€) e da Região Centro (1.147€)**.

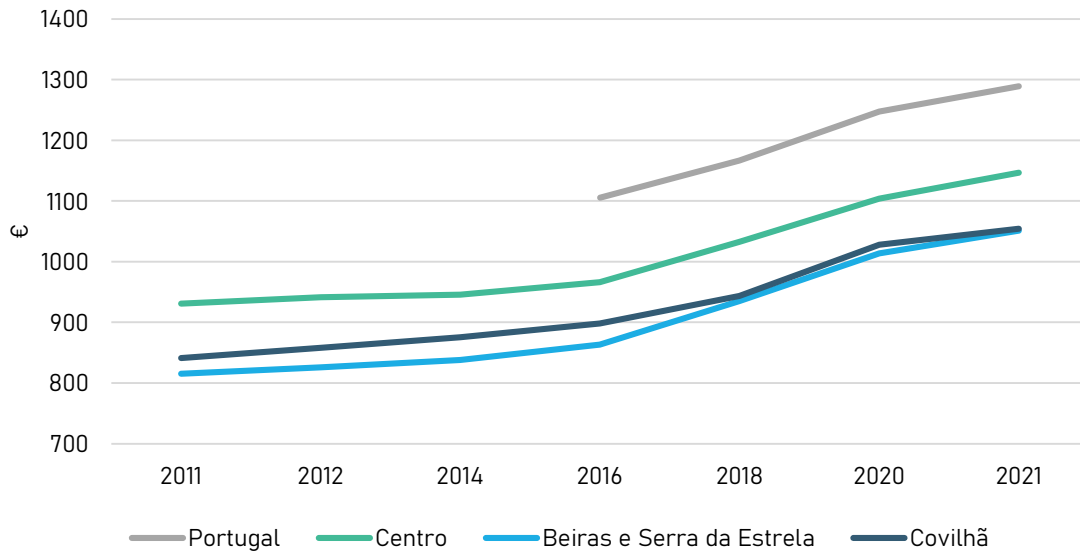


Figura 29. Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem, entre 2011 e 2021

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Analisando a disparidade entre os sexos face ao ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem, verifica-se que, entre 2011 e 2021, a diferença salarial entre homens e mulheres aumentou, passando de 5,9% para 6,4%. Esta tendência contrasta com a verificada a nível regional e nacional, onde a de rendimentos entre homens e mulheres diminuiu. Contudo, em 2021, a disparidade de rendimentos entre os sexos era substancialmente inferior no concelho da Covilhã comparativamente com o verificado nas restantes escalas territoriais.

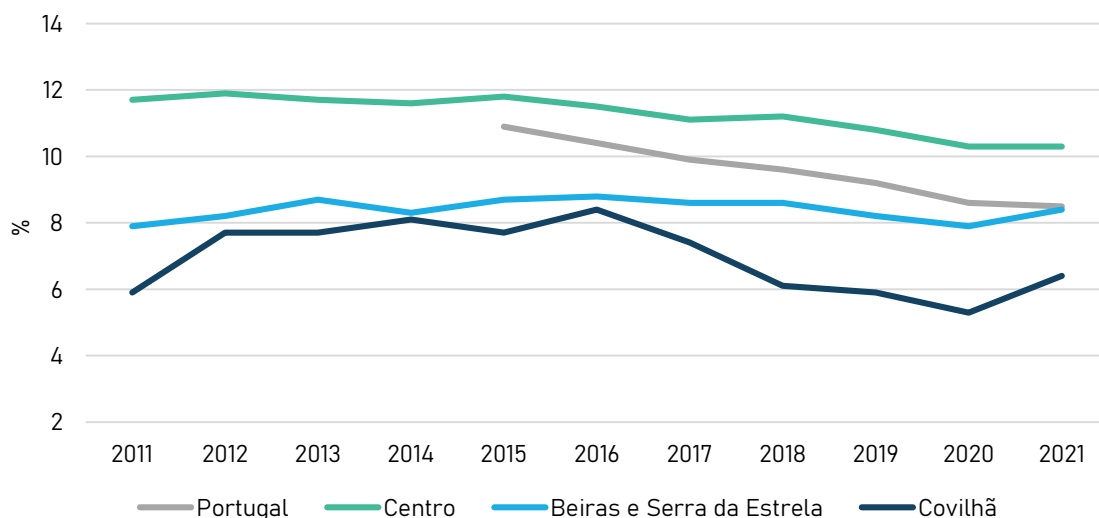


Figura 30. Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem em Odivelas, entre 2011 e 2021

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

A análise ao rendimento bruto declarado por habitante e por agregado fiscal apresenta tendências semelhantes à efetuada para o ganho médio mensal dos TCO, sendo os valores registados no Concelho (respetivamente 9.324€ e 17.792€), superior ao da sub-região (8.583€ e 17.273€), embora inferior dos valores médios em Portugal (10.273€ e 19.866€) e também na Região Centro (9.550€ e 18.848€) (Figura 31).

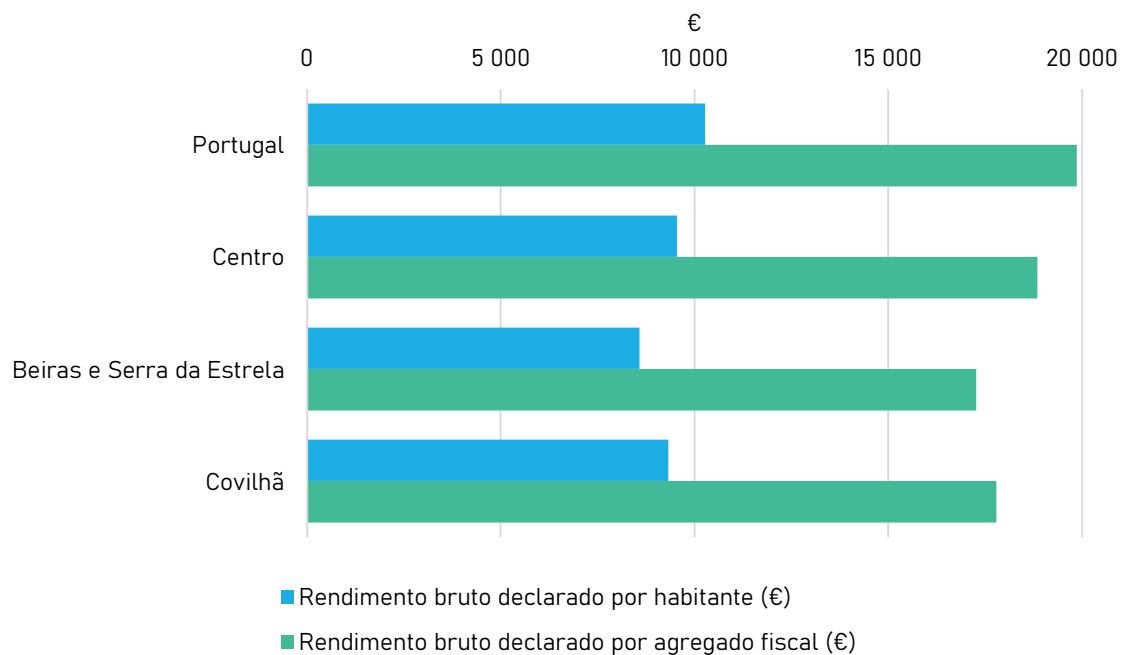


Figura 31. Rendimento bruto declarado por habitante e agregado fiscal (€) em 2021

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação do Ministério das Finanças

A análise ao indicador do poder de compra *per capita*, um indicador composto produzido pelo INE, assente em 16 variáveis, permite avaliar o poder de compra quotidiano dos municípios, tendo por base referência o valor nacional (equivalente a 100). O poder de compra *per capita* registado no concelho da Covilhã, em 2021, fixou-se em 86,9, o que lhe confere uma posição situada entre a Região Centro (89,9), da qual se aproxima, e a sub-região Beiras e Serra de Estrela (80,5). Esta relação, e o distanciamento relativamente à referência nacional, mantiveram-se, sem variações significativas, ao longo de todo o período analisado (Figura 32).

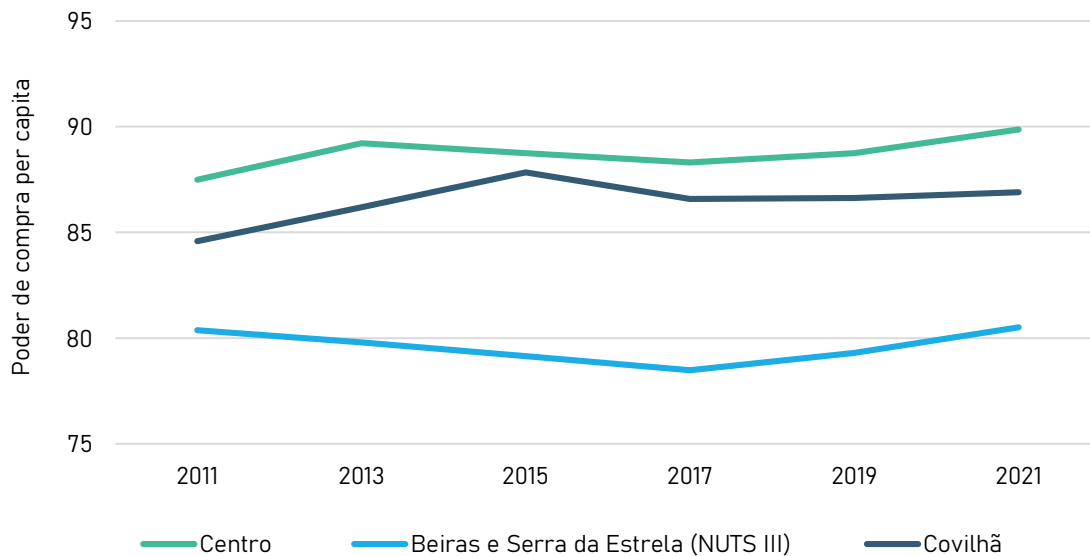


Figura 32. Poder de compra per capita entre 2011 e 2021

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

A análise às prestações sociais concedidas, complementa a análise aos rendimentos, encontrando-se mais focado nas **situações de maior fragilidade social e económica**. Esta questão é analisada no ponto 2.6. Não obstante, importa aqui mencionar que, em 2022, cerca de 41% da população residente³⁸ **no concelho da Covilhã era beneficiária de uma pensão**, com um valor médio anual de 5.052€, o que corresponde a 421€ mensais. Estes valores mantêm a mesma relação com as restantes escalas territoriais (superior ao da NUT III, inferior ao da Região Centro e, sobretudo, ao nacional).

SÍNTESE CONCLUSIVA

- Melhoria dos níveis de escolaridade da população residente no concelho (extensível ao mercado de trabalho), com aumento da proporção de população com ensino superior e diminuição dos níveis de escolaridade mais reduzidos. Perfil de escolaridade da população e comportamento dos indicadores de insucesso escolar alinhados com a média nacional e mais favoráveis do que a média regional.
- Após 2019/2020, as taxas de retenção e desistência aumentaram, o que indicia necessidade de acompanhamento e a implementação de medidas que permitam retomar o ritmo de decréscimo a que se vinha a assistir neste indicador.
- Rede educativa composta por 47 estabelecimentos educativos, organizados em 4 agrupamentos de escolas, 2 escolas secundárias não agrupadas e 2 escolas

³⁸ Tendo por base a população residente registada nos Censos de 2021

profissionais (a Escola Agrícola e a Escola de Artes). Presença da UBI que assume um papel decisivo no desenvolvimento socioeconómico do Concelho, fomentando o desenvolvimento económico regional e a atração de população.

- O volume de alunos matriculados tem diminuído na última década. Desde 2020, esta tendência foi invertida (maior número de alunos inscritos em todos os níveis de ensino), sobretudo devido ao aumento da população estrangeira. Este aumento da população estudantil de origem estrangeira, embora positivo, coloca desafios adicionais às escolas no acompanhamento e integração destas crianças, em particular se atendermos ao número e à diversidade de nacionalidades.
- Uma parte significativa dos alunos (mais de 1/3) está abrangida pela ASE, sendo as respetivas famílias apoiadas nas despesas escolares.
- O Concelho revela dinamismo económico, nomeadamente nas atividades industriais e turismo, e o volume de negócios das empresas ativas no Concelho apresenta um crescimento contínuo e acentuado. Tem-se assistido a dinâmicas de terciarização e a uma concentração de emprego em estabelecimentos com maior dimensão, no entanto o mercado de trabalho no Concelho apresenta uma reduzida atratividade.
- A taxa de desemprego, de acordo com os Censos 2021, diminuiu substancialmente. No entanto, os dados do IEFP registam, em maio de 2024, 1 513 desempregados, na maioria homens e quase todos inscritos no Centro de Emprego há mais de um ano. Há uma forte inatividade da população, muito influenciada pelo envelhecimento da população, existindo uma grande proporção de núcleos familiares com desempregados ou pessoas sem atividade económica (incluindo jovens NEET).
- Os rendimentos no Concelho (auferidos pelos trabalhadores, declarados por habitante e por agregado fiscal, e das prestações sociais), apesar de registarem uma evolução positiva, são inferiores aos do País e da Região Centro, traduzindo um menor poder de compra per capita e revelando assim um quadro potencial de maior vulnerabilidade e carência da população. De notar que para estes valores em muito contribui a estrutura etária envelhecida e o peso da população pensionista, assim como outros fenómenos de pobreza e de desemprego.

2.4. Habitação

2.4.1. Carências habitacionais

Atualmente, a habitação é reconhecida pública e politicamente como um aspeto determinante para a **qualidade de vida das famílias**, que, por todo o território nacional, **enfrentam graves dificuldades na garantia deste direito básico**. Nos últimos anos, a política nacional de habitação tem vindo a consolidar-se ³⁹, enquanto, simultaneamente, é reconhecido o papel imprescindível das autarquias e dos seus parceiros locais, tendo presente a relação de proximidade com as comunidades e a perceção mais objetiva e precisa das problemáticas sociais e das carências habitacionais existentes, o que possibilita também o desenvolvimento de respostas habitacionais mais eficazes. Este reforço de responsabilidades materializa-se ao nível da **criação de novos instrumentos de política municipal em matéria de habitação**, como a Estratégia Local de Habitação (ELH)⁴⁰ ou a Carta Municipal de Habitação (CMH)⁴¹, mas também na atribuição de **novas competências**, entre as quais as que decorrem do processo em curso de descentralização de competências da administração central para as autarquias locais⁴².

O diagnóstico efetuado pela ELH evidenciou a existência no Município de um **número considerável de agregados habitacionais que residem em situação de carência habitacional (à data, 183 situações)** e necessitam de apoio para resolver esta situação de carência. Este número

³⁹ Passos fundamentais nesta consolidação foram a aprovação da Estratégia Nacional para a Habitação (ENH), em 2015, a que se seguiu a aprovação da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), em 2018, e, um ano depois, da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, a Lei de Bases da Habitação (LBH).

⁴⁰ A ELH foi elaborada conforme estabelecido no DL n.º 37/2018, de 4 de junho, e na Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, os diplomas que enquadram o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. O 1.º Direito foi o primeiro programa de apoio público a concretizar a NGPH, destinando-se à promoção e financiamento de soluções habitacionais dirigidas às famílias em grave carência habitacional e sem capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação condigna. A elaboração da ELH é uma condição prévia de acesso a este programa. A ELH da Covilhã foi aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em março e abril de 2021. O correspondente Acordo de Colaboração para financiamento das soluções habitacionais do Município preconizadas na ELH, foi celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), a entidade gestora do programa, em dezembro de 2021. Desde então, a sua implementação encontra-se em curso.

⁴¹ A CMH, aprovada em 2023, corresponde ao instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação previsto no artigo 22.º da LBH, e deverá articular-se com o Plano Diretor Municipal (PDM) e os demais Instrumentos de Gestão do Território (IGT), nomeadamente estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal, e programas estratégicos de reabilitação aplicáveis às operações de reabilitação localizadas nas áreas de reabilitação urbana (ARU), previstos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU).

⁴² Com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do DL n.º 105/2018, de 29 de novembro, foram transferidas para os órgãos municipais das seguintes competências: (i) a gestão dos programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana; (ii) a gestão dos imóveis de habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja titularidade é também transferida para os municípios.

continuou a aumentar nos últimos anos. Neste ponto, mencione-se ainda a **dificuldade de sinalização das situações de indignidade habitacional**, pelo isolamento, pela vergonha ou desconhecimento das famílias carenciadas em pedir ajuda. Não existindo um programa municipal de apoio para a realização de obras de beneficiação em casas próprias, os proprietários nesta condição dificilmente se dirigem aos serviços municipais ou sociais⁴³.

Segundo a ELH a maioria das situações de carência habitacional e financeira identificadas localizam-se nas freguesias com maior concentração de população (UF da Covilhã e Canhoso, Tortosendo, Boidobra e UF de Teixoso e Sarzedo). Além destas, destacam-se ainda a UF de Casegas e Ourondo, e a freguesia de Verdelhos, onde as situações identificadas assumem alguma representatividade entre a população residente, sobretudo devido ao reduzido número de famílias aí residentes.

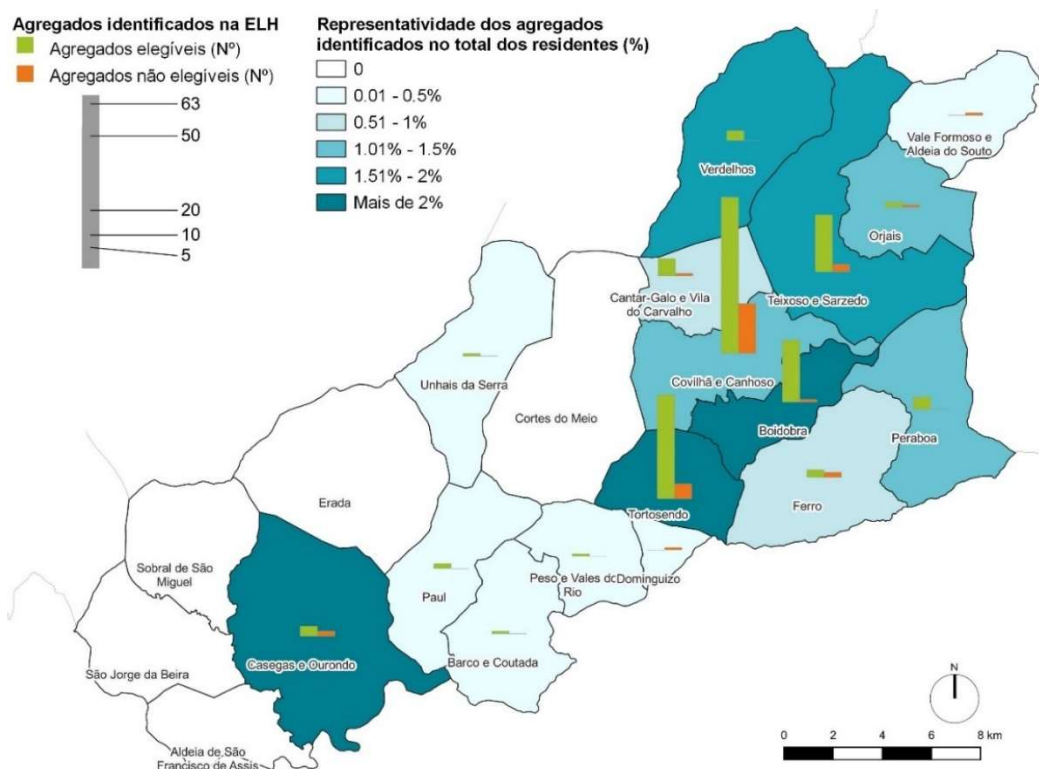


Figura 33. Distribuição dos agregados em carência habitacional sinalizados na ELH da Covilhã, em 2020

Fonte: ELH do Concelho da Covilhã, 2021

⁴³ A ELH apenas identificou 19 proprietários residentes em habitações próprias destituídas de condições de habitabilidade, e que não possuem a capacidade financeira necessária para resolver os problemas que lhe estão associados. Este número estará provavelmente subavaliado. Acrescente-se que o regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual predominante é a habitação própria, sendo 68% dos alojamentos ocupados pelos seus proprietários ou coproprietários. Os alojamentos arrendados assumem um peso pouco significativo, apenas ganhando maior relevância nas freguesias da Grande Covilhã.

Entre as situações identificadas na ELH predominam as situações constituídas por **apenas uma pessoa** (41% dos casos), que correspondem a casos de vulnerabilidade acrescida, pelo maior isolamento, especialmente atendendo a que cerca de **1/3 das situações correspondia a pessoas idosas**. Seguem-se as famílias compostas por 3 a 4 pessoas (25,5%) e as famílias constituídas por 2 pessoas (21%). Cerca de 15% das situações correspondem a famílias monoparentais. Esta população caracteriza-se ainda por um contexto de forte carência financeira, em que os **níveis de rendimento bruto anual são muito reduzidos**, assim como por um **elevado nível de dependência de prestações sociais**, tendo 61% das famílias sinalizadas como principal fonte de rendimento a reforma ou pensão, o RSI ou outro subsídio.

No que respeita à condição indigna, as situações sinalizadas são bastante diversificadas, embora, em larga medida, se incluam no espectro de dificuldades habitacionais consideradas do 1.º Direito. Estas situações estão, tendencialmente, enquadradas num contexto de fragilidade mais vasto, que associa às dificuldades habitacionais e à pobreza, outras questões de exclusão social e profissional. Entre as pessoas e famílias sinalizadas prevalecem as **situações de insalubridade e insegurança**, presentes em 54,1% dos casos (99 agregados habitacionais), em grande parte identificadas entre **famílias residentes em fogos de habitação social** (83 fogos), o que indicia um parque habitacional social com fortes necessidades de reabilitação e de adequação aos atuais padrões de conforto térmico e de acessibilidade (situação que é, aliás, comum a grande parte dos municípios portugueses). Foi também detetada uma forte expressividade das **situações de precariedade**, abrangendo cerca de 32% das famílias referenciadas (58 agregados habitacionais, sem uma solução habitacional estável ou com necessidade de desocupação da habitação atual). As situações de **inadequação das habitações às características físicas dos seus ocupantes**, sobretudo associadas à população mais idosa residente em habitações com barreiras arquitetónicas, e de sobrelotação correspondiam, respetivamente, a 10,9% e 3,3% do total de casos.

As situações de inadequação, que afetam sobretudo a população idosa, cruzam-se frequentemente com situações de insalubridade, insegurança estrutural e reduzido de conforto térmico das habitações. Estão também frequentemente associadas a quadros de isolamento social, problemas de saúde e ou algum nível de dependência associada. Nestes e noutros casos, as respostas habitacionais terão necessariamente de ser cruzadas com respostas sociais, que permitam uma maior independência e bem-estar. Acrescente-se que a ELH inclui uma medida para criar 35 unidades residenciais para pessoas em situação intermédia de dependência.

Uma situação específica de carência habitacional são as pessoas com necessidade de alojamento de carácter urgente e temporário. No contexto local, destacam-se sobretudo três

grupos populacionais: i) as pessoas em situação de sem-abrigo; ii) as vítimas de violência doméstica; iii) e os indivíduos com proteção internacional (refugiados). A situação destes 2 últimos grupos específicos é analisada no capítulo 2.6.

De acordo com os resultados do Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (31 de dezembro de 2020), no Município da Covilhã, há data do inquérito, não foram sinalizadas pessoas sem teto ou sem casa. A CHM da Covilhã (2023) identificou 4 pessoas em situação de sem-abrigo (um casal e 2 pessoas isoladas). Estes casos eram acompanhados pela SCM da Covilhã e tinham sido temporariamente acolhidos em pensões, com o apoio do Instituto da Segurança Social (ISS).

De acordo com a informação dos serviços municipais, nos anos mais recentes, a **apresentação de pedidos de acesso a habitação social registou um aumento** e o perfil das famílias que procuram os serviços municipais para este fim tem-se diversificado, surgindo **mais situações de estrangeiros**, já licenciados ou estudantes na UBI, envolvidos em processos de reunificação familiar, assim como de **pessoas empregadas, que auferindo salários reduzidos, não conseguem aceder e manter uma habitação no mercado livre**. Em 2023, o Concelho recebeu 203 novos pedidos de habitação social, um valor substancialmente mais elevado quando comparado com o ano de 2020 (70 novos pedidos de habitação). Destes pedidos de habitação, cerca de 38% era realizado por população estrangeira (77 pedidos). Durante o 1º semestre de 2024, foram realizados 94 novos pedidos, dos quais 17 por parte de população estrangeira (Tabela 8).

Tabela 8. Candidaturas a habitação social do Concelho apresentadas entre 2020 e 2022

Fonte: CMC, Divisão de Ação Social e Saúde

Ano da apresentação da candidatura a habitação social	Total de pedidos
2020	74
2023	203
2024 (até 31 de julho)	94

Estas candidaturas, apesar de traduzirem **contextos diversificados**, têm em comum um **quadro de carência económica, mais ou menos grave** (nalguns casos, extrema), que é impeditivo do acesso e/ou manutenção de uma habitação condigna e adequada às necessidades da família. Com efeito, além das situações enquadráveis no financiamento pelo 1.º Direito, existem outros problemas habitacionais, identificados quer na ELH, quer na CMH, entre os quais emergem as **dificuldades de acesso à habitação pelas famílias com rendimento intermédio** e as dificuldades associadas a grupos populacionais específicos.

Muito embora o rendimento das famílias tenha sofrido uma evolução positiva, o **aumento do rendimento das famílias foi muito inferior ao dos preços de aquisição ou de arrendamento**, acentuando a taxa de esforço das famílias no acesso à habitação. Entre 2019 e 2021, os rendimentos declarados por agregado fiscal cresceram cerca de 4,7%, contudo, o valor mediano das rendas registou um aumento de 12,3% e das vendas de 8,8%. O custo médio de acesso à habitação no Concelho continuou a subir: **em 2023, era de 4,43€/m² para os novos contratos de arrendamento, e 824€/m² para as vendas**, enquanto em 2019, a média de preços era, respetivamente, 3,18€/m² e 672€/m² (Figura 34. e Figura 35).

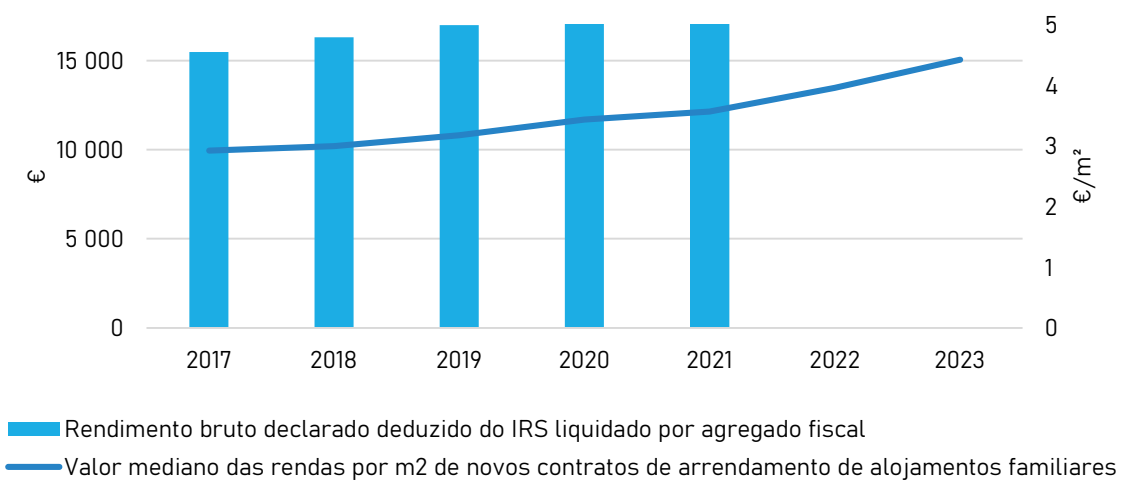


Figura 34. Evolução do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€) e do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€)

Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

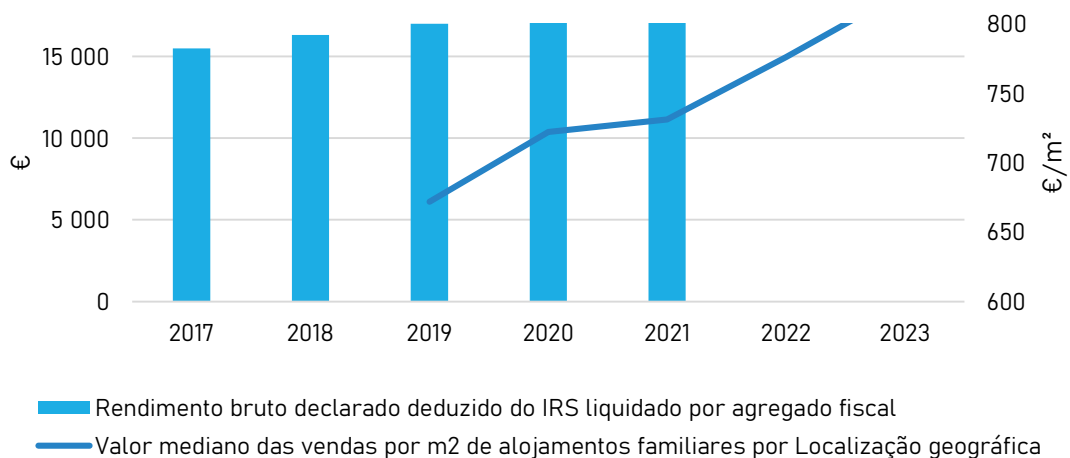


Figura 35. Evolução do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (€) e do valor mediano por m² das vendas de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)

Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

Assim, e embora os valores medianos por m² das vendas e das rendas da habitação no Município da Covilhã se mantenham também em níveis inferiores aos praticados na Região e no País (tal como os níveis de rendimentos, como analisado no subcapítulo anterior), o **peso do encargo mensal com a compra ou arrendamento de habitação, no rendimento das famílias residentes no Concelho tem sido progressivamente crescente**. Sendo a análise realizada relativa a valores médios, não evidencia as situações de maior fragilidade social, as quais assumem maior preocupação, mas são muitas vezes difíceis de identificar, conhecer e quantificar.

Saliente-se ainda que a escassez de imóveis no mercado de arrendamento e os preços incompatíveis com o poder de compra das famílias, são questões de extrema importância para a fixação e atração de população, entre a qual os jovens e as famílias de rendimentos intermédios, excluídos da uma oferta pública de cariz social.

Naturalmente, encontram-se diferenças internas nas dinâmicas de preços e procura por habitação. **Nas freguesias mais urbanas e densamente ocupadas**, em particular na UF da Covilhã e Canhoso, e num segundo plano na Grande Covilhã, há **maior procura por habitação**, assim como um **maior dinamismo urbanístico**, revelado no número de obras concluídas, licenciamentos e loteamentos. É também aqui que os alojamentos familiares de residência habitual ocupados em regime de arrendamento ou subarrendamento têm uma maior expressão, e onde, não só uma **maior proporção de famílias têm encargos com o acesso à habitação** (aquisição ou arrendamento), como estes encargos têm **custos mais elevados**.

Nas **freguesias mais periféricas**, onde as dinâmicas urbanísticas são débeis ou, nalguns casos, inexistentes, o alojamento de residência habitual assume menor expressão⁴⁴ e cinge-se, quase exclusivamente, à habitação própria. Os **custos com a habitação tendem a ser mais reduzidos**, mas a disponibilidade de fogos no mercado é também muito limitada. Além disso, as suas

⁴⁴ Acrescente-se que nestas freguesias a residência secundária assume especial importância, sendo inclusivamente a forma de ocupação predominante em algumas freguesias, identifica-se alguma procura de habitação, por parte de população reformada, de estrangeiros ou de população urbana em busca de lugares mais isolados e tranquilos. Estas dinâmicas têm alguma relevância à escala local.

características (dimensão, funcionalidade, conforto e estado de conservação do alojamento⁴⁵, assim como a disponibilidade de transporte ou de carro próprio), nem sempre respondem às necessidades e exigências das famílias.

Na análise das dinâmicas de habitação no Município da Covilhã, um fator que assume uma relevância central é a **população estudantil**. Com efeito, esta é uma população com **necessidades específicas** e que, pela sua fortíssima expressão, apresenta um quadro de carência habitacional. Necessitando uma parte muito substancial dos mais de 8 mil alunos da UBI de alojamento, e uma vez que a oferta de residências estudantis existente, constituída por cerca de 800 camas, é manifestamente subdimensionada, resta aos estudantes recorrer ao arrendamento de habitações ou quartos no mercado imobiliário (ou a residências privadas de alojamento estudantil). Deste modo, no **mercado de arrendamento, acaba por existir uma competição por habitação com as famílias de rendimento intermédio e a população jovem local**. Acrescente-se também que as habitações ou quartos arrendados no mercado imobiliário nem sempre apresentam as condições de habitabilidade mais adequadas e constituem situações de arrendamento formal.

Por fim, um grupo de população com carências habitacionais é a população com necessidade de alojamento urgente e temporário, associada a situações de emergência social. Entre estas situações destacam-se as de **violência doméstica**, que têm alguma expressão na Covilhã, existindo presente alguma atuação neste domínio, por parte do Município e dos seus parceiros sociais, como veremos nos capítulos 2.6 e 3.3. Tanto para estas situações, como para requerentes e beneficiárias de proteção internacional, existe já uma oferta de alojamento no Município, assim como perspetiva de alargamento da mesma. Saliente-se que estas situações carecem respostas de alojamento específicas, para a qual a escala municipal não é a mais adequada.

⁴⁵ Perto de metade dos edifícios no Município (44%, ou seja, mais de 9 500 edifícios) necessitam de algum tipo de reparação, embora com distintos níveis de reparação: 24% dos edifícios necessitam de reparações ligeiras, 13% apresentam necessidades médias e 6% apresentam uma necessidade de intervenção profunda. Esta proporção é superior no Município da Covilhã, face ao País e NUT II e III. Ao nível interno, é nos territórios de baixa densidade da Serra da Estrela, como nas freguesias de Unhais da Serra (63% dos edifícios), Verdelhos (57%) e Cortes do Meio (56%), onde se encontra uma maior proporção de edifícios com necessidades de reparação, sendo também aqui que, cumulativamente, o peso dos edifícios com necessidades de reparação mais significativas (médias e profundas) é maior. A situação é particularmente acentuada na freguesia de Verdelhos, onde 14% do edificado necessita de uma reparação profunda e 25% apresenta necessidades médias. Pelo contrário, a freguesia de São Jorge da Beira e a UF de Vale Formoso e Aldeia do Souto, também freguesias de baixa densidade, são as que apresentam o edificado em melhor estado de conservação, com menos de 20% a necessitar de qualquer tipo de intervenção.

2.4.2. Recursos habitacionais

A cidade de Covilhã, pelo seu percurso de forte desenvolvimento industrial, detém uma longa história de respostas habitacionais com fins sociais. No presente, **os recursos habitacionais do Município** para dar respostas aos diferentes grupos populacionais, **localizam-se na cidade e na Grande Covilhã**, assim como os terrenos e imóveis em ruínas que poderão ser canalizados para o alargamento do parque de habitação municipal. Não existe habitação pública ou social propriedade de outras entidades.

O Município possui um **parque habitacional com alguma dimensão, abarcando, em 2022, um total de 722 fogos** (cerca de 2% dos alojamentos existentes). Este parque habitacional distribui-se pelas **cinco freguesias mais povoadas e possui alguma diversidade** em termos de características e épocas de construção, de tipologia dos fogos e, inclusivamente, do regime de arrendamento. Com efeito, 63 destes fogos encontram-se ocupados em regime de arrendamento livre, embora por valores de renda abaixo dos preços de mercado, cumprindo igualmente uma função social.

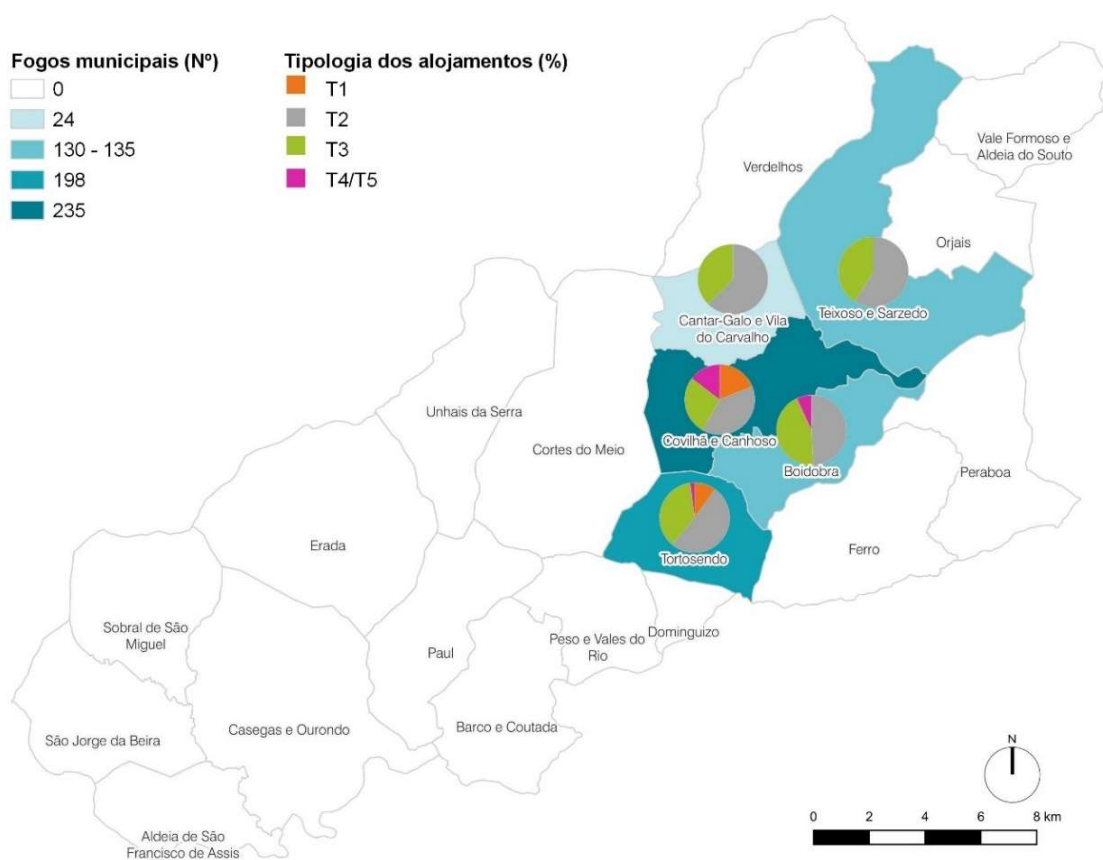


Figura 36. Fogos municipais da Covilhã por freguesia e tipologia, em 2022

Fonte: CMH, 2023

Apesar da considerável dimensão, o parque de habitação municipal encontra-se **tendencialmente ocupado ou em vias de ocupação** (ainda que, à data de elaboração da CMH, tenham sido identificados 98 fogos livres, grande parte deles estava afeto a algum projeto que irá promover a sua reocupação).

Acrescente-se também que apesar de terem sido realizados alguns investimentos recentes para melhoria da eficiência energética, como ficou patente na ELH do Município, detetam-se ainda **diversas carências em termos de condições de habitabilidade e conforto térmico**, assim como um **subdimensionamento face ao volume de famílias que se encontra excluída do acesso a uma habitação digna**.

No âmbito das soluções propostas na ELH, é indicada a intenção de, com recurso ao financiamento pelo Programa 1.º Direito/PRR, **reabilitar 83 fogos de propriedade municipal**, assim como, **reforçar a oferta de habitação social através da reabilitação de cerca de 67 fogos municipais** (32 fogos para habitação social e 35 fogos para pessoas em situação intermédia de dependência).

É igualmente intenção do Município, inscrita na sua ELH, reforçar a oferta de **fogos em arrendamento acessível, destinados à população jovem e famílias com rendimentos intermédios**, quer por via da oferta pública municipal, quer por via do estímulo à oferta privada. Refira-se, neste ponto, a adesão do Município a um projeto promovido pela CIM Beiras e Serra da Estrela, através do qual deverão ser construídos 40 fogos públicos a disponibilizar à população em regime de renda acessível. Esta oferta de habitação a custos acessíveis é fundamental como medida integrante de uma política ativa de atração e fixação de população, fulcral para um território em perda demográfica e onde a população jovem está em decréscimo (mesmo sendo a Covilhã uma cidade com forte presença de população estudantil). Ganha ainda uma importância acrescida face à mencionada escassez de imóveis no mercado de arrendamento e preços com a habitação incompatíveis com o poder de compra das famílias.

Outro projeto municipal em curso, já com financiamento aprovado ao abrigo do PRR, corresponde à construção de 6 fogos e à reabilitação de 2 edifícios, garantindo a criação de um total de **18 quartos**, que deverão permitir uma resposta habitacional transitória para 28 pessoas, a integrar a **Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário**.

Refira-se ainda que o Município disponibiliza, desde dezembro de 2013, **uma habitação de emergência social**, que possibilita alojamento pontual e temporário, com carácter urgente e inadiável, a munícipes que vejam a sua habitação destruída ou gravemente afetada pela

ocorrência anómala e imprevisível de um acidente grave ou catástrofe, assim como a vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores.

O Município, em articulação com a sua rede de parceiros, criou ainda um centro de acolhimento de refugiados, deslocados pela guerra na Ucrânia, no Seminário do Verbo Divino, em Tortosendo. Com uma capacidade para acolher 50 pessoas, esta unidade acolhia, à data de elaboração da CMH da Covilhã, cerca de 25 refugiados, que, em parte, correspondem a estudantes de diversas nacionalidades (Índia, Paquistão, China, ...) que se encontravam a estudar na Ucrânia aquando do início do conflito. Esta população, que manifestava interesse em permanecer no Concelho, usufruía do RSI e tem-se envolvido nos esforços das entidades para encontrar trabalho.

Por último, mas não menos importante, surge a questão do **alojamento estudantil**. Esta têm sido, aliás, uma **questão determinante na oferta e distribuição das dinâmicas imobiliária e habitacionais**, sobretudo na cidade da Covilhã, conduzindo a uma redistribuição no povoamento na cidade, com a transferência das famílias para áreas habitacionais mais recentes e afastadas do centro. A oferta de **residências universitárias garantida pela UBI** (cerca de 800 camas), presentemente com financiamento aprovado para garantir a sua melhoria qualitativa, promovendo um maior conforto e eficiência energética, é, como já referido, manifestamente insuficiente para o número de alunos com necessidade de alojamento.

No entanto, a **oferta de residências privadas tem, muito recentemente, crescido expressivamente**, estando prevista a disponibilização de mais algumas centenas de novas camas de alojamento estudantil privado, nos próximos anos. Embora com preços mais elevados, dirigindo-se a um segmento da procura estudantil com maior poder de compra, esta oferta tem o potencial de se traduzir na libertação para as famílias de alguns dos fogos arrendados pelos estudantes, assim como num maior equilíbrio dos preços praticados no mercado de arrendamento.

SÍNTESE CONCLUSIVA

- Nos últimos anos, tem-se registado um aumento exponencial dos custos de acesso à habitação (aquisição e arrendamento), que não foi acompanhado por um aumento equivalente, ou sequer aproximado, dos rendimentos das famílias. Esta situação gera uma maior pressão nos orçamentos familiares e na sua capacidade de suportar os custos de acesso à habitação (p.e. créditos hipotecários e rendas) e de manutenção e garantia dos níveis de conforto adequados (p.e. consumos de energia ou obras de reparação). O número de famílias que necessitam de apoio no acesso a uma habitação está em crescimento, quer entre as famílias mais desfavorecidas, quer entre as famílias de rendimentos intermédios. A proporção de estrangeiros que solicita apoio também tem vindo a aumentar.
- Os desequilíbrios atualmente existentes entre a oferta e a procura de habitação, com reflexo local nos preços da habitação e em maiores dificuldades de acesso à habitação, são em grande medida resultado da procura de alojamento por parte da população estudantil, um grupo de população que enfrenta igualmente dificuldade de acesso a alojamento. A presença desta população estudantil, sendo determinante para o desenvolvimento do Município (esbatimento da trajetória demográfica negativa, melhoria dos rendimentos dos proprietários, dinamização da atividade económica e ocupação das habitações), leva a que uma parte significativa da habitação familiar seja reconduzida para este tipo de alojamento, e que algumas zonas da cidade sejam apropriadas pelos estudantes, com a deslocação da população residente para outros locais da cidade.
- Apesar de existir alguma oferta de habitação municipal (mais de 7 centenas de fogos, que se distribuem pelas 5 freguesias mais populosas), esta encontra-se tendencialmente ocupada, estando subdimensionada face à dimensão da procura por habitação em regime de renda apoiada. Esta oferta será, em breve, requalificada e reforçada por via do 1º Direito/PRR (em mais 67 fogos). Está prevista igualmente a criação de fogos em arrendamento acessível, destinados à população jovem e famílias com rendimentos intermédios (entre os quais os 40 fogos que integram um projeto da CIM presentemente em curso).
- A criação de habitação e de um *habitat* de qualidade pode afirmar-se como um fator potenciador da fixação e atração de população, uma questão essencial para o desenvolvimento social num território que se encontra em declínio e envelhecimento demográfico.

2.5. Saúde

2.5.1. Aspetos gerais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como “**um estado de completo bem-estar físico, mental e social**, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades”. Esta definição destaca a importância de considerar todos os aspetos da vida de uma pessoa, não apenas a ausência de doenças, mas também o bem-estar geral. Tendo por base este conceito, os **fatores que influenciam a saúde** das pessoas e das comunidades **são múltiplos, abrangentes e diversificados**. De acordo com a OMS, esses fatores incluem:

- As **condições socioeconómicas**, incluindo aspetos como os níveis de rendimento, educação, emprego e condições de trabalho e de habitabilidade.
- O **ambiente físico**, onde se incluem variáveis como a qualidade do ar e da água, o saneamento básico, o ruído e a poluição, ou as alterações climáticas. Existe evidência que ambientes saudáveis, pela remoção de riscos ambientais evitáveis conhecidos ⁴⁶, podem prevenir quase ¼ da carga global de doença.
- O **estilo de vida**, aspeto intrinsecamente ligado aos **comportamentos individuais**, que são influenciados pelo ambiente físico e social onde cada indivíduo se insere. A adoção de hábitos alimentares saudáveis, a prática de atividade física, o consumo de tabaco, álcool e drogas, são determinantes que estão relacionados com o desenvolvimento de doenças crónicas, como as doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e neoplasias.
- A **disponibilidade, acesso e qualidade dos serviços de saúde** prestados à população, garantindo a presença de serviços e profissionais de saúde, a capacidade das pessoas de utilizar esses serviços quando necessário, e a qualidade e eficácia dos cuidados prestados.
- E ainda **fatores biológicos e genéticos**, designadamente a idade, o sexo e a predisposição genética para determinadas patologias, ou a resposta individual a determinados tratamentos e medicamentos.

Esses **fatores interagem de maneiras complexas**, influenciando a saúde de forma positiva ou negativa. Por exemplo, uma boa educação pode levar a melhores oportunidades de emprego e níveis de rendimento e, conseqüentemente, a uma melhor saúde. Pelo contrário, as

⁴⁶ Estes riscos relacionam-se com a qualidade do ar atmosférico, gestão dos resíduos sólidos, exposição ambiental ao ruído, qualidade da água (para consumo humano), existência de espaços verdes e, ainda, as alterações climáticas, que a OMS considera uma das 10 ameaças à Saúde Global.

desigualdades nas condições socioeconómicas, habitacionais e ambientais criam desigualdades na saúde, por vezes bastante evidentes, que podem ainda ser potenciadas por estilos de vida pouco saudáveis, pela idade mais avançada ou por uma doença crónica.

Parte dos determinantes supracitados foram analisados, ainda que com outro foco, nos restantes pontos do capítulo 2, não sendo possível, por falta de dados, aprofundar a sua análise neste domínio. Deste modo, o ponto que se segue centra-se, sobretudo, na análise dos recursos e serviços de saúde.

2.5.2. Recursos e serviços de saúde

O acesso a cuidados de saúde é determinante para a qualidade de vida da população. Uma das dimensões de análise do acesso aos cuidados de saúde é o quantitativo de recursos humanos *per capita* disponíveis para o Concelho.

Em 2022, em termos gerais, no concelho da Covilhã existiam **6 médicos e 12,3 enfermeiros por cada 1 000 habitantes**, valores que são, em ambos os casos, mais favoráveis aos verificados nas escalas macro analisadas. Saliente-se ainda a **progressão positiva observada face a 2012**, extensível às demais escalas, mas mais significativa na Covilhã (Figura 37).

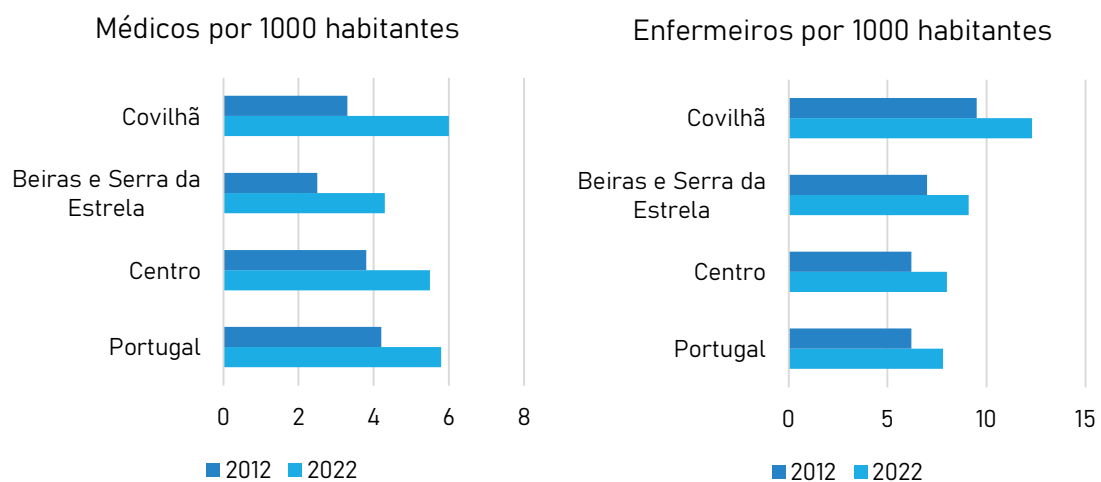


Figura 37. N.º de médicos e de enfermeiros por 1 000 habitantes, em 2012 e 2022

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

No Serviço Nacional de Saúde (SNS), desde o início de 2024, estão em funcionamento as **Unidades Locais de Saúde (ULS)**⁴⁷, com natureza de entidades públicas empresariais, que

⁴⁷ Criadas pelo DL n.º 102/2023, de 7 de novembro. O País fica inteiramente coberto por 39 ULS.

integram os hospitais e os centros de saúde sob uma única gestão, com vista ao reforço dos cuidados primários na resposta de proximidade e continuidade na assistência em saúde. Assim, as ULS passam a ser os estabelecimentos de saúde aos quais compete garantir a prestação integrada de cuidados de saúde primários e hospitalares.

A **ULS da Cova da Beira**, com sede na Quinta do Alvito, na Covilhã, assegura os cuidados de saúde nos concelhos da Covilhã, Fundão, Belmonte e Penamacor. A ULS da Cova da Beira integra 2 hospitais (o **Hospital Pêro da Covilhã**, localizado na Covilhã, e o Hospital do Fundão) e 3 **Centros de Saúde (CS) (da Covilhã, de Belmonte e do Fundão)**.

Cuidados de Saúde Primários (CSP)

Os **Cuidados de Saúde Primários** constituem a principal estrutura do Sistema de Saúde, atuando ao longo de todas as fases da vida e integra todas as vertentes de intervenção em saúde, nomeadamente: **promoção da saúde; prevenção da doença; diagnóstico precoce; terapêutica adequada; reabilitação e reinserção social.**

Entre as várias unidades funcionais (UF) e serviços da ULS da Cova da Beira, têm sede no concelho da Covilhã os seguintes recursos de saúde: **3 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)** com os respetivos polos; **1 Unidade de Saúde Familiar (USF)**; **1 Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)**; **1 Unidade de Saúde Pública (USP)**; **1 Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP)**; os **Serviços Assistenciais Partilhados**; o **Registo Nacional do Testamento Vital (RENTEV)**⁴⁸; e **1 Gabinete do Cidadão** (ver Figura 38).

As 3 UCSP presentes no Concelho são:

- A **UCSP Covilhã**, sediada na Covilhã e com 3 polos (Boidobra, Ferro e Peraboa). Possui 10 médicos de família;
- A **UCSP Teixoso**, com sede em Teixoso e com 4 polos (Orjais, Vale Formoso, Verdelhos e Vila de Carvalho). Possui 5 médicos de família;
- A **UCSP Tortosendo**, com sede em Tortosendo e com 15 polos (Aldeia de São Francisco de Assis, Barco, Barroca Grande, Casegas, Cortes do Meio, Coutada, Dominguiço, Erada,

⁴⁸ O RENTEVE é um sistema de informação desenvolvido pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), que possibilita a receção, registo, organização e atualização de toda a informação e documentação relativas ao documento de diretiva antecipada de vontade/ testamento vital e à procuração de cuidados de saúde.

Ourondo, Paul, Peso, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, Unhais da Serra e Vales do Rio). Possui 8 médicos de família.

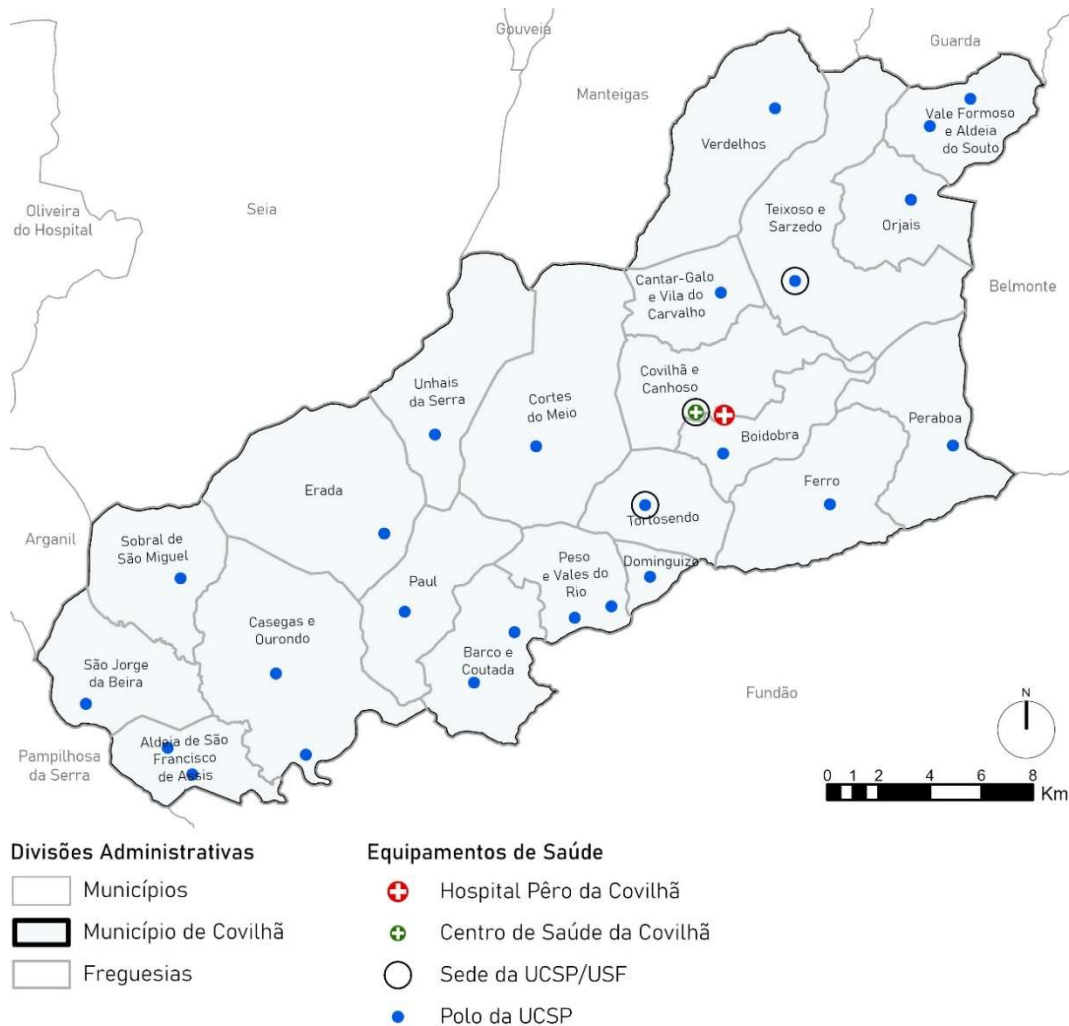


Figura 38. Recursos de saúde

Fonte: CMC, 2024

Na sede do CS Covilhã encontra-se também:

- A USF Herminius, possui 5 médicos de família;
- A UCC Cava Juliana, que abrange 48 505 utentes inscritos;
- O CDP da Covilhã, dando resposta a utentes dos concelhos da Cova da Beira e limítrofes;
- A Unidade de Saúde Pública (USP) e os Serviços Assistenciais Partilhados da ULS Cova da Beira que abrangem os 83 972 utentes inscritos na ULS, que possuem um polo no Fundão e outro em Belmonte.

No edifício do antigo posto médico, na Av. 25 de Abril, na cidade da Covilhã, está instalada a **USP Cova da Beira** e também o **Gabinete do Cidadão Cova da Beira** e o **Registo Nacional do Testamento Vital**.

Em agosto de 2024, estavam inscritos nas UCSP/USF da ULS Cova da Beira sediadas no concelho da Covilhã **50 380** (60% dos 83 983 utentes da ULS). Entre estes **5 737 não tinha médico de família**, representando cerca de **11,4% do universo de utentes do Concelho**, uma proporção que é menor do que a da ULS no seu conjunto (20% dos utentes sem médico de família). Acrescente-se ainda que, na USF de Herminius, a totalidade dos utentes inscritos tem acesso a médico de família, e, na UCSP do Teixoso, essa proporção é quase total (apenas 60 utentes sem médico de famílias, dos quais 18 por opção). A UCSP da Covilhã é a que apresenta a maior proporção de utentes sem médico de família (4 065 utentes sem médico de família), ainda assim, 81,3% dos utentes possuem médico de família.

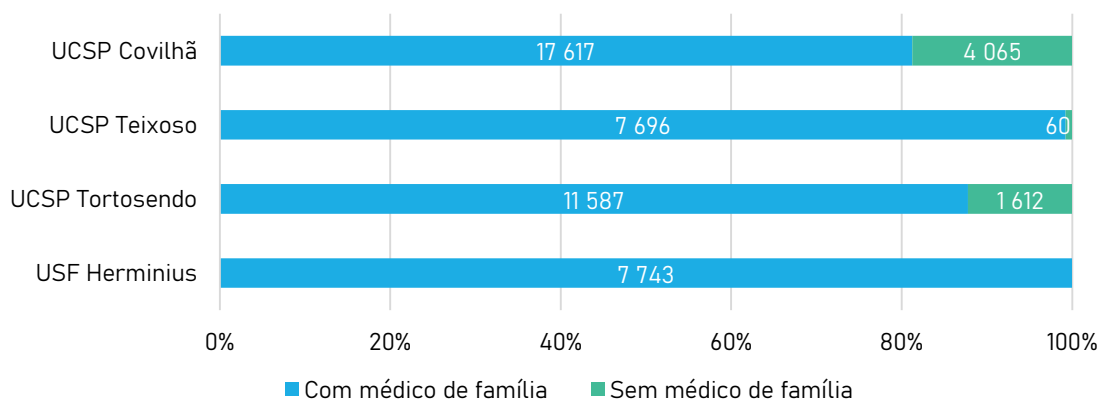


Figura 39. Número de utentes (com e sem médico de família) inscritos nas UCSP e USF da ULS Cova da Beira, sediadas no concelho da Covilhã, em agosto de 2024

Fonte: SNS, BI-CSP

Ao nível da estrutura etária dos utentes inscritos nas UCSP sediadas no concelho da Covilhã, verifica-se que a **maioria dos utentes possui mais de 50 anos**, relevando um perfil dos utentes marcado pelo envelhecimento, o que vai refletir no aumento pelos cuidados de saúde e maior vulnerabilidade desta população. As mulheres correspondem a 52% do universo de utentes, especialmente por serem mais representativas nas idades mais avançadas (e.g. no escalão etários dos utentes com mais de 80 anos representam 64% dos utentes).

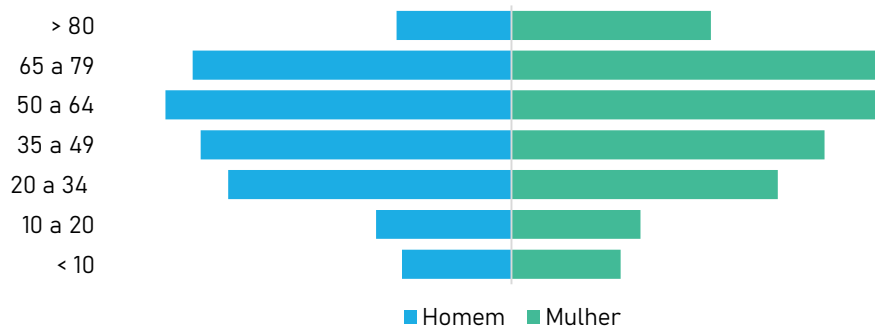


Figura 40. Pirâmide etária dos utentes inscritos nas UCSP e USF sediados no concelho da Covilhã, em agosto de 2024

Fonte: SNS, BI-CSP

No que concerne ao número efetivo de trabalhadores que presta funções nos CSP da ULS Cova da Beira (que, se relembra, excede o concelho da Covilhã), em junho de 2024, existia um total de 237 profissionais de saúde nas diferentes áreas. Considerando o mapa de pessoal, aprovado pelo Conselho Diretivo da ARS Centro, I.P. para o ano de 2018, constata-se a carência de cerca de ¼ dos recursos profissionais previstos (81 trabalhadores), com particular evidência no pessoal assistente (operacional e técnico) e médicos.

Tabela 9. Número de profissionais de saúde nos CSP da ULS Cova da Beira em junho de 2024, e aqueles constantes do mapa de pessoal aprovado em 2018, por grupo profissional/cargo

Fonte: SNS, BI-CSP

	Recursos humanos	Mapa de pessoal previsto*
Médicos	49	86
Enfermeiros	93	91
Técnicos superiores de saúde	1	2
Técnico de diagnóstico e terapêutica	8	8
Técnico Superior	3	6
Assistente Técnico	61	80
Assistente Operacional	2	45
Pessoal em formação pré-carreira Médica	20	-
Total	237	318

*De acordo com o mapa de pessoal previsto em 2018, no Plano Local de Saúde da Cova da Beira 2018-2020

Acrescente-se, por último, que, de acordo com Plano Local de Saúde da Cova da Beira 2018-2020, elaborado pelo Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Cova da Beira, através de uma equipa técnica formada pelos coordenadores das UF e os parceiros da comunidade, foram

identificados e priorizados (considerando os critérios magnitude, transcendência social, económica e vulnerabilidade) os cinco principais problemas de saúde:

- Doença oncológica;
- Doença cardio-cerebrovascular;
- Doença mental (perturbações depressivas, ansiedade e comportamentos aditivos);
- Diabetes mellitus;
- Envelhecimento demográfico, enquanto determinante de saúde, e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde devido dispersão geográfica.

Destaca-se que, além dos investimentos recomendados em matéria de avaliação de risco, diagnóstico e tratamento precoce, são apontadas necessidades associadas à promoção do bem-estar e saúde mental, literacia e a capacitação para estilos de vida saudáveis, incluindo a prevenção de comportamentos aditivos, consumo de tabaco e álcool, promoção da atividade física e hábitos de alimentação saudáveis, assim como a promoção do envelhecimento ativo e combate ao isolamento.

Cuidados de Saúde Hospitalares (CSH)

Os Cuidados de Saúde Hospitalares (CSH), abrangem serviços médicos e de enfermagem diferenciados prestados em um ambiente hospitalar, com capacidade de internamento, de ambulatório (consulta e urgência) e de meios de diagnóstico e terapêutica, com o objetivo de garantir à população uma assistência médica especializada na recuperação ou reabilitação de doenças complexas. Além disto, desempenham um papel crucial na saúde pública, atuando como centros de ensino e investigação científica.

Neste âmbito, o concelho da Covilhã é servido pelo Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira (CHUCB E.P.E.), que engloba o Hospital Pêro da Covilhã e o Hospital do Fundão⁴⁹.

⁴⁹ O CHUCB E.P.E. possui os seguintes serviços: cardiologia, endocrinologia, gastroenterologia, hematologia, imunoalergologia, infeciologia, medicina interna, medicina paliativa, neurologia, nutrição e atividade física, oncologia, pneumologia, reumatologia, unidade de cessação tabágica, medicina intensiva (unidade de Acidente Vascular Cerebral e cuidados intensivos), urgência geral, anestesiologia, cirurgia cardio-torácica, cirurgia geral, cirurgia plástica, dermatologia, estomatologia, neurocirurgia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, urologia, obstetrícia e ginecologia, pediatria (neonatologia, urgência pediátrica e neonatal e unidade de desenvolvimento), medicina reprodutiva, anatomia patológica, imagiologia imunohemoterapia, medicina física e reabilitação, patologia clínica, psiquiatria e psiquiatria da infância e adolescência.

Em 2022, de acordo com os dados do INE, o Hospital Pêro da Covilhã dispunha de 300 camas para internamento, tendo sido totalizados neste ano 9 559 internamentos. Neste sentido, a taxa de ocupação das camas no Hospital Pêro da Covilhã era de 76,9%, um valor semelhante ao valor registados nos hospitais a nível nacional (76,8%) e inferior ao verificados nos hospitais da região Centro (78,2%). Em termos evolutivos, a taxa de ocupação das camas, apesar de diferentes oscilações tendeu a decrescer em todas as escalas territoriais.

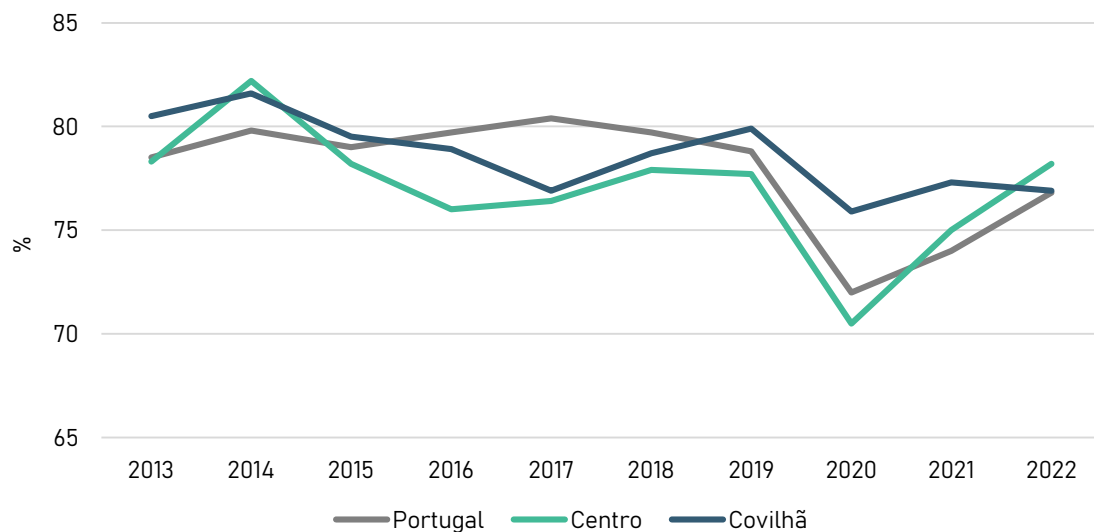


Figura 41. Taxa de ocupação das camas nos hospitais (%)

Fonte: INE, Inquérito aos hospitais

No que concerne ao pessoal ao serviço no Hospital Pêro da Covilhã, em 2022, totalizava-se 1 363 trabalhadores. Comparativamente a 2013, o pessoal ao serviço no Hospital Pêro da Covilhã cresceu 14,2%, destacando-se um crescimento particularmente acentuado do número de enfermeiros (32,9%), técnicos de diagnóstico e terapêutica (21,7%) e médicos (20,6%).

Tabela 10. Pessoal ao serviço no Hospital Pêro da Covilhã, por tipo de serviço, em 2022

Fonte: INE, Inquérito aos hospitais

	2022	2013	Variação (%)
Médicos	199	165	20,6
Enfermeiros	473	356	32,9
Pessoal auxiliar	343	319	7,5
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	101	83	21,7
Outros	247	270	-8,5
Total	1.363	1.193	14,2

De acordo com os dados publicados pelo INE, em 2021, os rácios de internamento e de lotação praticada nos hospitais por 1 000 habitantes são superiores na Covilhã do que na Região Centro e País. Neste ano, na Covilhã foram realizadas uma média de 3,6 consultas médicas no hospital por habitante, valor que mais uma vez supera as referências regionais e nacional (Tabela 11).

Tabela 11. Indicadores de saúde no Hospital Pêro da Covilhã, em 2021

Fonte: INE, Anuário estatístico 2022

	Covilhã	Centro	Portugal
Internamentos nos hospitais por 1 000 habitantes	198,1	90,1	106,3
Camas (lotação praticada) nos hospitais por 1 000 habitantes	6,5	3,0	3,5
Consultas médicas nos hospitais por habitante	3,6	1,7	2,1

Rede de Cuidados Continuados Integrados

No que se refere à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), criada em 2006⁵⁰ pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sendo formada por um conjunto de instituições públicas e privadas, que prestam cuidados continuados de saúde, de apoio social, e cuidados e ações paliativas, de forma integrada, a **pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia**. Os Cuidados Continuados Integrados (CCI) traduzem-se no conjunto de intervenções sequenciais de saúde e apoio social, decorrente de avaliação conjunta, centrado na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, ativo e contínuo, que visa promover a autonomia melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social.

No concelho da Covilhã, a prestação dos CCI é assegurada pela Equipa Técnica Especializada de Tratamento da Covilhã (ET). Esta equipa, sediada na Covilhã, integra o **Centro de Respostas Integradas (CRI) de Castelo Branco**, que por sua vez se encontra integrado na estrutura orgânica do Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências, I.P. (ICAD, I.P.). O CRI possui quatro áreas de missão: Tratamento, Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção Social.

⁵⁰ Aprovada pelo DL n.º 101/2006, de 6 de junho.

Ao nível do **Tratamento**, a ET da Covilhã disponibiliza tratamento em ambulatório a pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), com ou sem substâncias associadas, bem como encaminhamento para unidades de desabilitação e internamentos em Comunidades Terapêuticas (tratamento psicoterapêutico de longa duração).

No que se refere à **Prevenção**, a ET da Covilhã disponibiliza consultas de prevenção, realiza ações de sensibilização/formação no âmbito dos CAD, disponibiliza programas de treino de competências pessoais e sociais onde se inserem os programas “Eu e os Outros”, “Ger@ções”, “Trilhos”, “ReCRIar Riscos e Desafios”, entre outros.

Já na área da **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, a ET da Covilhã promove o rastreio de doenças infetocontagiosas, promove sessões de Educação para a Saúde e disponibiliza meios para realização de diagnóstico rápido de infeção por VIH e Hepatite C.

A área da **Reinserção Social**, visa efetuar um diagnóstico ao nível das eventuais carências (sociais, laborais, económicas, entre outros) das pessoas e promover a resolução das carências recorrendo às respostas sociais disponíveis na sociedade.

A ET da Covilhã possui ainda uma consulta descentralizada, que funciona às segundas-feiras com periodicidade quinzenal, no Hospital do Fundão.

Segundo os dados disponibilizados pelo CRI de Castelo Branco, em abril de 2024, encontravam-se em acompanhamento 209 utentes no concelho da Covilhã, dos quais 207 na área do Tratamento e 2 na área da Prevenção. A larga maioria das pessoas atendidas pelas equipas da Covilhã são do sexo masculino (90%). No que concerne ao motivo do acompanhamento, 205 dos processos (98%) prendem-se com a dependência de substâncias psicoativas, nomeadamente pelo consumo de heroína (103 utentes), álcool (53 utentes), e cannabis (30 utentes).

Relativamente aos recursos humanos existentes, em 2024, existem um total de 18 trabalhadores (2 médicos encontravam-se a tempo parcial) de diferentes áreas no CRI de Castelo Branco. Concretamente, a ET da Covilhã, disponha de um mapa de pessoal constituído por 12 profissionais, dos quais 5 encontravam-se a tempo parcial (4 médicos e 1 enfermeiro).

Tabela 12. Número de profissionais de saúde no CRI de Castelo Branco e na ET da Covilhã

Fonte: CMC, 2024

	CRI	ET da Covilhã
Médicos	2 a tempo parcial	4 a tempo parcial (10h/semana no total)
Enfermeiros	3	1 a tempo inteiro + 1 a tempo parcial
Assistentes Sociais	3	2
Psicólogos	4	1
Assistentes Técnicos	4	2
Assistentes Operacionais	2	1
Total	18 (2 a tempo parcial)	12 (5 a tempo parcial/partilhado)

Acrescente-se que o Território Eixo Fundão-Covilhã é considerado, desde 2007, como investimento prioritário para os CAD, no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas⁵¹ (PORI). Neste sentido, foi desenvolvido um Programa de Respostas Integradas (PRI) para este território, pelo Núcleo Territorial do Eixo Fundão – Covilhã, o conjunto de entidades locais parceiras que também monitoriza a sua implementação.

O PRI contempla atualmente dois projetos cofinanciados pelo ICAD, I.P.: o Projeto Abraça a Escola, no âmbito da prevenção, e o Projeto Vive a Noite, no que concerne à Redução de Riscos e Minimização de Danos.

Outras entidades de saúde privadas

Relativamente à rede de saúde privada, em 2024, existem no Concelho 68 clínicas médicas e consultórios, 16 clínicas dentárias e 29 meios complementares de diagnóstico, onde se incluem laboratórios de análises. Neste âmbito destaca-se o Centro de Diálise da Beira Interior S.A. – NephroCare Covilhã, que integra os centros de nefrologia que oferece cuidados diferenciados na área da diálise. As entidades de saúde privada tendem a concentrar-se na freguesia da Covilhã.

Tabela 13. Estabelecimentos de saúde privados

Fonte: CMC, 2024

Clínicas médicas, consultórios e outros	Clínicas dentárias	Meios complementares de diagnóstico	Farmácias	Postos Farmacêuticos*
68	16	29	19	3

* Dados do disponibilizados pelo INE

⁵¹ O PORI é uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, que procura potenciar as sinergias e os recursos disponíveis num dado território, com o objetivo de reduzir os CAD, baseando-se nos princípios da territorialidade, da parceria, da participação e das respostas integradas.

Encontram-se ainda fixadas no Concelho 19 farmácias e 3 postos farmacêuticos. Em 2022, o número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000 habitantes era de 0,5 (um rácio superior ao da Região Centro e do País, respetivamente com 0,4 e 0,3). Algumas freguesias rurais do Concelho não dispõem de farmácia.

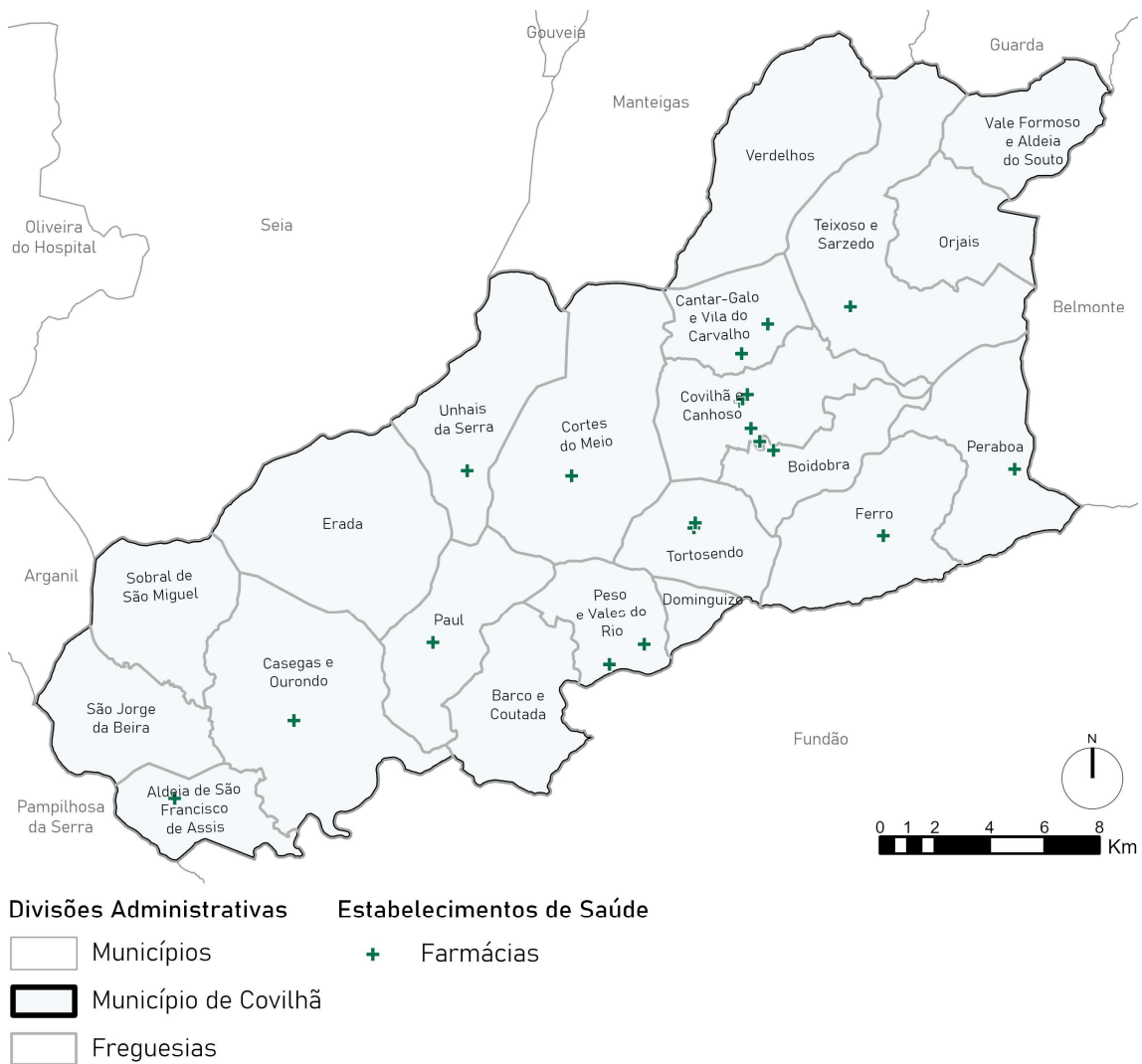


Figura 42. Farmácias no concelho da Covilhã

Fonte: CMC, 2024

SÍNTESE CONCLUSIVA

- O rácio de profissionais de saúde para resposta aos cuidados de saúde da comunidade local no Concelho, tem vindo a aumentar e é mais favorável do que nas restantes escalas de comparação (País e NUT II e III). Contudo, é importante destacar que, embora a presença de serviços e profissionais de saúde seja fundamental, a efetiva utilização desses recursos pelas pessoas também depende de outros fatores (capacidade das pessoas utilizarem esses recursos, por exemplo garantindo transportes, literacia, informação, ...).
- A rede de cuidados de saúde primários estende-se a todas as freguesias e UF (todas possuem um centro de saúde ou extensão de saúde). No entanto, apesar do rácio anterior, consta-se a carência de profissionais de saúde no Cova da Beira, e utentes sem médico de família, em especial, nas UCSP da Covilhã e de Tortosendo.
- O envelhecimento da população, que tende a acentuar-se, leva ao aumento do acesso aos cuidados de saúde devido à maior vulnerabilidade deste grupo, o que, por sua vez, conduz ao aumento da pressão sobre os recursos disponíveis.
- Entre os vários problemas de saúde destaca-se, pela maior relação com o Diagnóstico Social, os problemas de saúde, nomeadamente as perturbações depressivas, ansiedade e comportamentos aditivos, assim como a identificação do envelhecimento demográfico enquanto determinante de saúde, e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde devido dispersão geográfica. Estas problemáticas, identificação no Plano Local de Saúde da Cova da Beira, como figurando entre as 5 mais prioritárias, carecem de uma abordagem de atuação concertada de âmbito social e de saúde.

2.6. Proteção social e acompanhamento de grupos específicos

2.6.1. Proteção social

Em 2022, eram beneficiárias de uma pensão⁵² 19 058 pessoas residentes no concelho da Covilhã, representando cerca de 41% da população residente (em 2021). O valor médio anual das pensões neste ano foi de 5.052€, o que corresponde a 421€ mensais. Este valor mantém a relação observada no nível de rendimento, com as restantes escalas territoriais (é superior ao da NUT III, inferior ao da Região Centro e, sobretudo, ao nacional).

Refletindo a presença da estrutura demográfica envelhecida, as pensões de velhice⁵³ assumiam grande representatividade (cerca de 71% dos pensionistas), apresentando um valor médio anual de 5.739€ (478 € mensais), o que indicia dificuldades financeiras comuns entre os idosos.

Tabela 14. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social (pensões), em 2022

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2022

	Pensões de Invalidez		Pensões de Velhice		Pensões de Sobrevivência		Total	
	Benef.	Valor médio anual	Benef.	Valor médio anual	Benef.	Valor médio anual	Benef.	Valor médio anual
	N.º	€	N.º	€	N.º	€	N.º	€
Portugal	170 663	5.865	210 0171	7.123	756 468	3.650	3 027 302	6.184
Centro	40 219	5.869	502 495	6.232	183 300	3.256	726 014	5.461
Beiras e Serra da Estrela	3 644	5.089	56 393	5.302	20 891	2.874	80 928	4.666
Covilhã	846	5.203	13 467	5.739	4 745	3.077	19 058	5.052

Nota: Inclui apenas os pensionistas ativos em 31 de dezembro (não inclui os pensionistas suspensos).

Entre os 19 058 beneficiários residentes no Concelho, 24,9% recebiam pensões de sobrevivência⁵⁴ (4 745 pessoas, que em média beneficiam de 3.077€ por ano), e 44% pensões de

⁵² A Pensão é o montante atribuído todos os meses ao beneficiário da segurança social por velhice ou incapacidade ou a familiares seus, após o seu falecimento.

⁵³ A Pensão de Velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

⁵⁴ A Pensão de Sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

invalidez⁵⁵ (846 pessoas, que em média beneficiam de 5.203€ por ano). Estes valores são, em qualquer dos casos, significativamente inferiores aos do País.

O RSI⁵⁶, um apoio destinado a proteger os indivíduos que se encontram em situação de pobreza extrema, constituído por uma prestação em dinheiro que visa assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas e um programa de inserção social, laboral e comunitária. Entre 2012 e 2022, o número de beneficiários de RSI no Concelho tem vindo progressivamente a descer, passando de 1 769, em 2012, para 1 133, em 2022, o que representa uma redução de 36% neste período (Figura 43). Esta evolução acompanhou a tendência geral, observada em Portugal, assim como na região e sub-região onde a Covilhã se integra, tendo apenas sido inferior à verificada a nível nacional (respetivamente, -38%, -30% e -32%).

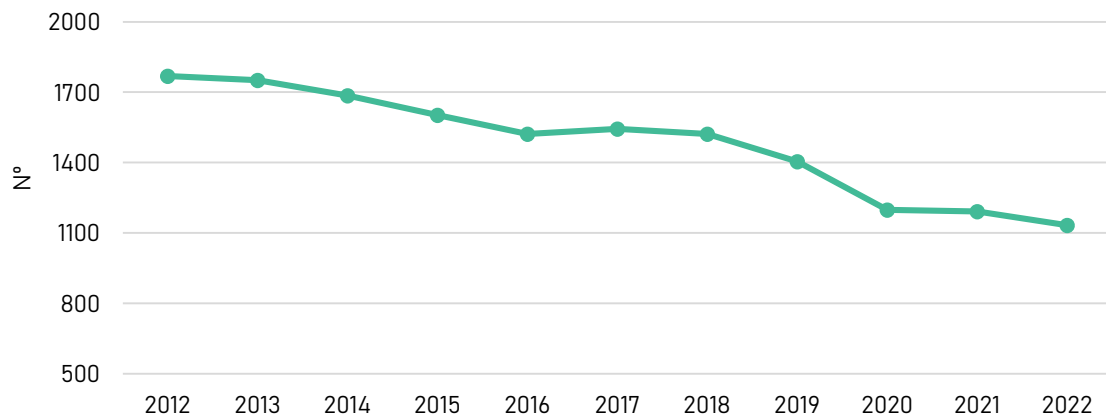


Figura 43. Beneficiárias/os do RSI (N.º)

Fonte: INE, ISS, Instituto de Informática

Segundo as informações disponibilizadas pelo Município, em julho de 2024, **963 pessoas eram beneficiárias de RSI**, o que indica a continuidade da tendência de decréscimo do número de beneficiários. Nesta data, e desagregando os dados por freguesias, emerge alguma heterogeneidade, estando a maioria dos beneficiários concentrada (tal como o total de população) em torno da Grande Covilhã, com maior destaque para UF Covilhã e Canhoso e a freguesia de Tortosendo. Também a UF Teixoso e Sarzedo e a UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho apresentam percentagens relevantes. Por seu turno, a freguesia de Vale Formoso e

⁵⁵ A Pensão de Invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.

⁵⁶ O RSI é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O RSI foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido. Consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo que confira às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Aldeia do Souto é aquela que apresenta um maior peso percentual de beneficiários face à população residente (Figura 44).

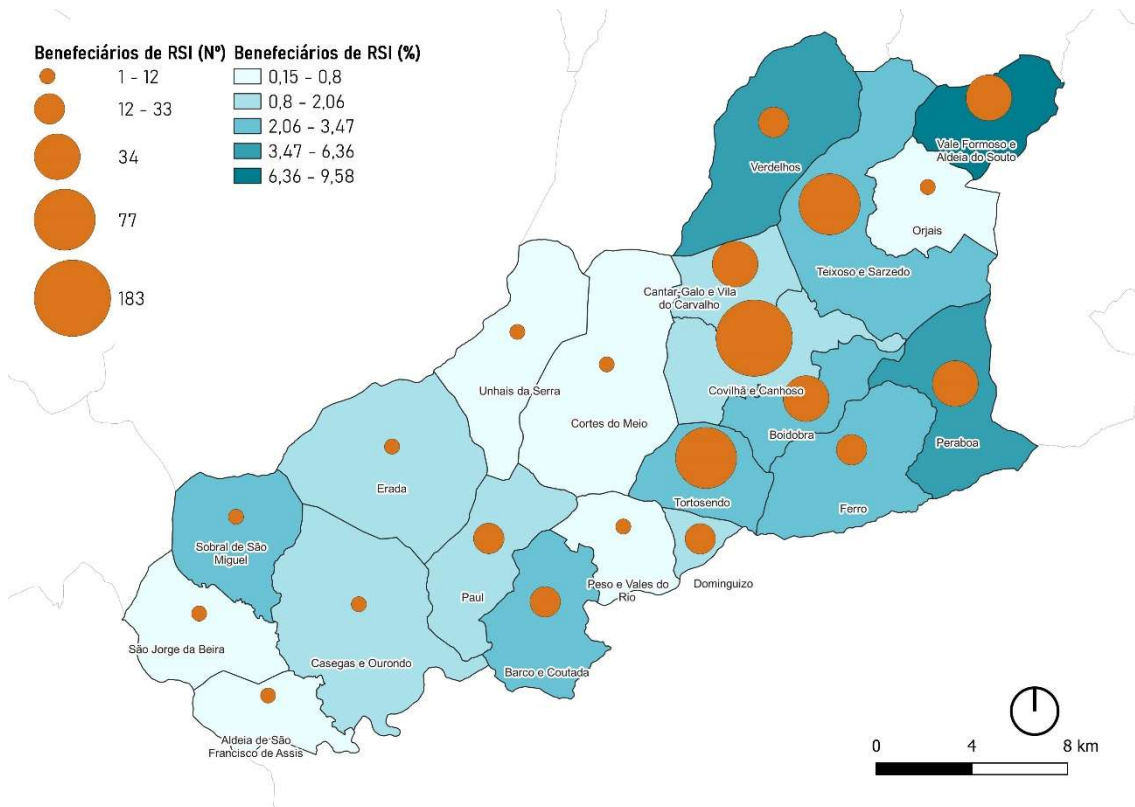


Figura 44. Beneficiárias/os do RSI em número absoluto e peso percentual face à população residente, por freguesia na Covilhã, em 2024

Fonte: CMC

Para além das prestações sociais mencionadas, existem ainda diversas tipologias de apoios sociais complementares, auferidos pela população em situações específicas de fragilidade, nomeadamente: subsídio de doença, prestação social para a inclusão (PSI)⁵⁷, subsídio de assistência a terceira pessoa⁵⁸, abono de família para crianças e jovens e garantia para a infância.

⁵⁷ A PSI, pela relação direta com as pessoas portadoras de deficiência, é analisada no ponto 2.6.3, dedicado a este grupo específico.

⁵⁸ Prestação pecuniária mensal que visa compensar o acréscimo de encargos familiares e é atribuída: a) aos beneficiários com descendentes ou equiparados com direito a subsídio familiar, a crianças e jovens com bonificação por deficiência ou ao subsídio mensal vitalício, que se encontrem numa situação de dependência por causas exclusivamente imputáveis à deficiência (sem usufruírem do subsídio de educação especial); b) aos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice do regime geral da Segurança Social que se encontrem em situação de dependência

Em 2023, residiam no concelho da Covilhã 3 586 beneficiários do subsídio de doença, que recebiam em média 1 065€ (88,75€ mensais), um valor inferior ao verificado na sub-região das Beiras e Serra da Estrela (1 301€), na região Centro (1 076€) e a nível nacional (1 136€).

O outro indicador do indicador da relevância da componente de **carência financeira e pobreza** no Concelho prende-se com o número elevado de atribuições de Abono de Família para crianças e jovens e Garantia para a Infância. De acordo com os dados da ISS, no concelho da Covilhã, em março de 2024, eram **titulares de 1º e 2º escalão do Abono de Família para crianças e jovens 2 419 pessoas**. Destacam-se, naturalmente, as freguesias mais populosas, nomeadamente a UF Covilhã e Canhoso com uma grande concentração de titulares deste apoio (1 052), seguida pela freguesia de Tortosendo (285 titulares), UF Teixoso e Sarzedo (194 freguesias) e a freguesia de Boidobra (174 titulares). Complementarmente, à data, registavam-se **566 titulares do apoio garantia para a infância**⁵⁹, um apoio pecuniário mensal, que complementa o abono de família para crianças e jovens, de modo a garantir o pagamento de um valor total de 122€ (incluindo o montante do abono de família).

Ao nível da atuação do Município, cujas competências no domínio da Ação Social foram, como referido no capítulo 1, reforçadas no quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais⁶⁰, a intervenção social é, em larga medida, assegurada pelo **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) da Covilhã**. Este é um serviço, promovido pela CMC, protocolado com a SCM da Covilhã, que assegura o atendimento e acompanhamento de agregados familiares em situações de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social. Os agregados familiares beneficiários de RSI são acompanhados diretamente pelos serviços sociais do Município. Estes serviços encaminham ainda para o SAAS, os processos inerentes aos pedidos de apoio social, através do Regulamento Municipal Programa Covilhã Mais Social.

Entre abril e dezembro de 2023, o número de processos assegurado pelo SAAS fixou-se em 1 011, verificando-se uma relativa concentração na UF da Covilhã e Canhoso (475 processos). Em dezembro desse ano, encontravam-se em vigor 270 Acordos de Intervenção Social (AIS), que firmavam o plano de inserção dos agregados acompanhados. No que respeita ao tipo de pedidos de apoio solicitados ao SAAS, destacam-se os apoios económicos, elegíveis para aprovação após transferências de competências para o município desde setembro de 2023.

⁵⁹ Este apoio é atribuído de forma automática, a crianças e jovens até aos 18 anos, cujas famílias têm rendimentos mais baixos e estão numa situação mais vulnerável (rendimento de referência seja inferior a 0,35xIASx14).

⁶⁰ Com o enquadramento do DL n.º 55/2020.

Estes pedidos são maioritariamente para pagamento de dívidas diversas, despesas fixas mensais, medicamentos e apoio à subsistência.

Através do Programa Covilhã Mais Social⁶¹, todos os indivíduos isolados ou agregados familiares, que se encontrem em situação socioeconómica precária e/ou com grave carência económica ou em situação de emergência social de carácter pontual, de nacionalidade portuguesa, que residam no concelho da Covilhã, podem usufruir de um apoio económico e temporário, que se destina a responder às suas necessidades específicas, nomeadamente:

- a) Aquisição de bens alimentares ou outros bens de primeira necessidade;
- b) Aquisição de medicamentos ou outras despesas de saúde;
- c) Comparticipação de despesas com transportes públicos para deslocações frequentes, indispensáveis e inadiáveis a consultas e/ou tratamentos;
- d) Comparticipação no pagamento de água, eletricidade e gás;
- e) Outros apoios não previstos que, mediante análise e decisão fundamentada, sejam considerados pertinentes para colmatar a necessidade existente.

Além deste programa, é igualmente atribuído um apoio económico a indivíduos e agregados em situação de risco ou emergência social, através de um protocolo existente entre o município da Covilhã e as Conferências Vicentinas, que possibilita o acompanhamento aos agregados mais desfavoráveis e o apoio no pagamento de despesas diversas (despesas de água, luz, gás, medicamentos, alimentação, entre outras) e que pode ser complementar ao apoio prestado pelo Programa Covilhã Mais Social.

2.6.2. Pessoas idosas

O contexto demográfico já identificado anteriormente no relatório, marcado por uma trajetória de decréscimo e envelhecimento da população e potenciada pelos efeitos da interioridade, impulsiona uma situação de crescente fragilidade social, que afeta sobretudo as pessoas e grupos sociais mais vulneráveis. Neste contexto, destaca-se a população idosa, que assume uma expressão sociodemográfica relevante e crescente no Concelho. Este grupo populacional é muito afetado pelo isolamento social e, frequentemente, detém baixos rendimentos e

⁶¹ Aprovado pelo Regulamento n.º 899/2023, de 14 de agosto de 2023.

apresenta forte dependência das prestações sociais, com consequências em todas as demais dimensões (p.e. habitação, saúde, ...).

No âmbito da **Operação “Censos Sénior”, desenvolvida pela GNR da Covilhã**, em parceria com a GNR do Fundão, que se destina a acompanhar pessoas com mais 65 anos que vivam sozinhas ou isoladas, nas freguesias rurais do concelho da Covilhã, encontram-se em acompanhamento 283 idosos. A larga maioria dos idosos eram do sexo feminino (200 idosos). Embora residem dispersos pelas várias freguesias, há uma maior concentração nas UF Cantar Galo e Vila do Carvalho (10,2%), UF Peso e Vales do Rio (8,5%), Boidobra (7,1%), Sobral de São Miguel (7,1%) e Unhais da Serra (7,1%)

Tabela 15. Idosos Isolados em acompanhamento pela GNR, em 2024

Fonte: GNR da Covilhã

Freguesia	Idosos em acompanhamento	Mulheres	Homens
Aldeia de São Francisco de Assis	2	2	0
Boidobra	20	9	11
Cortes do Meio	6	5	1
Dominguizo	3	3	0
Erada	12	6	6
Ferro	21	18	3
Orjais	19	15	4
Paul	18	11	7
Peraboa	7	5	2
Sobral de São Miguel	20	14	6
Tortosendo	15	10	5
Unhais da Serra	20	14	6
UF Aldeia do Souto e Vale Formoso	8	5	3
UF Barco e Coutada	4	3	1
UF Cantar Galo e Vila do Carvalho	29	22	7
UF Casegas e Ourondo	9	7	2
UF Covilhã e Canhoso (Canhoso)	9	5	4
UF Peso e Vales do Rio	24	21	3
UF Teixoso e Sarzedo	16	10	6
São Jorge da Beira	11	8	3
Verdelhos	10	7	3
Total	283	200	83

Também a **PSP da Covilhã, através do Programa Apoio 65**, presta apoio à população idosa, realizando um policiamento de proximidade através de visitas domiciliárias, em articulação com entidades públicas e IPSS do Concelho (Centro de Saúde, CMC, SAAS, COOLABORA, Segurança Social, Tribunal e Hospital da Cova da Beira), por forma a agilizar a resolução de carências sociais. Em 2023, encontravam-se sinalizados 143 idosos. Segundo os últimos dados disponibilizados pela PSP, foram sinalizadas novas situações no decorrer do presente ano (2024), encontrando-se presentemente em acompanhamento um total de 150 idosos.

No que concerne ao pedido de vagas sociais em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o SAAS da Covilhã identificou junto do ISS, que gere e aloca as pessoas referenciadas nos locais onde surge a possibilidade de integração em vaga social em ERPI, 22 pessoas idosas, durante o ano de 2023.

2.6.3. Pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade

De acordo com os Censos de 2021, cerca de **49% da população residente no concelho da Covilhã com mais de 5 anos (22 068 pessoas) possui pelo menos uma dificuldade** (ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender ou fazer-se compreender). Este valor é semelhante ao verificado na sub-região Beiras e Serra da Estrela (49,1%), inferior ao verificado na região Centro (63%), mas superior ao registado a nível nacional (43,7%). As freguesias de Sobral de São Miguel (77,4%), Verdelhos (71,2%) e Erada (65,7%) eram aquelas que registavam um maior peso da população com mais de 5 anos com pelo menos uma dificuldade.

No que diz respeito à tipologia de dificuldade, a **visão é a principal dificuldade** apresentada pela população residente do concelho, verificando-se que esta dificuldade afeta, em algum grau, 56,7% da população com 5 ou mais anos. Seguem-se dificuldades de memória e concentração, e de andar ou subir escadas (esta última estabelecendo uma relação com potenciais dificuldades habitacionais), ambas com um peso de 24% da população com 5 ou mais anos. Em contraste, compreender os outros ou fazer-se compreender é a ação que regista o menor peso da população com dificuldades (7,3%). No que se refere aos graus de dificuldade mais elevados (tem muita dificuldade ou não consegue executar a ação), andar ou subir degraus é a ação que regista um peso mais significativo (7,3%), verificando-se que, à data, 549 pessoas não conseguiam executar esta ação.

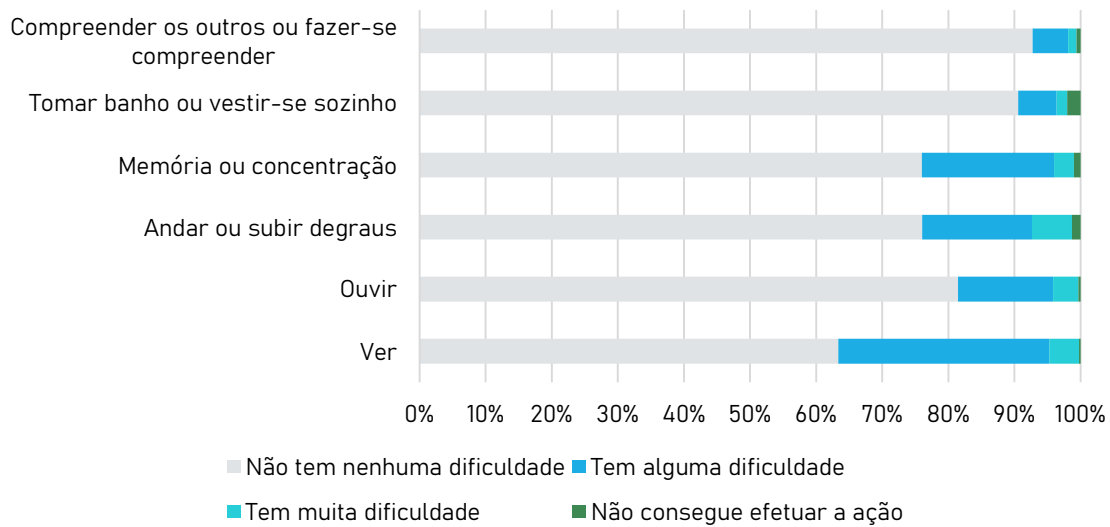


Figura 45. População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades, por tipologia da dificuldade (%)

Fonte: INE, Censos 2021

O número de titulares da bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência⁶², constitui um indicador complementar do volume de crianças e jovens com deficiência no Concelho. Esta é uma prestação do ISS complementar ao abono de família de crianças e jovens que necessitem de apoio psicológico ou terapêutico para colmatar perdas (adquiridas ou congénitas) da sua função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica. De salientar, contudo, que este é um número subvalorizado, pois não contempla todos os casos que não seja cumpram os critérios de atribuição deste apoio.

De acordo com os dados da ISS, em março de 2024, no concelho da Covilhã, eram titulares da bonificação por deficiência 265 pessoas (90 do sexo feminino e 175 do sexo masculino). A UF Covilhã e Canhoso (a mais populosa) é aquela que reúne um maior número de titulares (97), seguindo-se as freguesias de Tortosendo (30 titulares) e de Boidobra (24 titulares). De notar que 18 das freguesias e UF do Concelho residem beneficiários desta prestação familiar.

⁶² Este apoio financeiro varia, entre 71,10€ aos 207,92€, consoante a idade da criança ou jovem com deficiência e a composição do agregado familiar. Esta prestação destina-se a crianças e jovens com deficiência com idade inferior a 24 anos que, em 30 de setembro de 2019, eram titulares de bonificação por deficiência, e a crianças com idade até 10 anos que requeiram este apoio a partir de 1 de outubro de 2019.

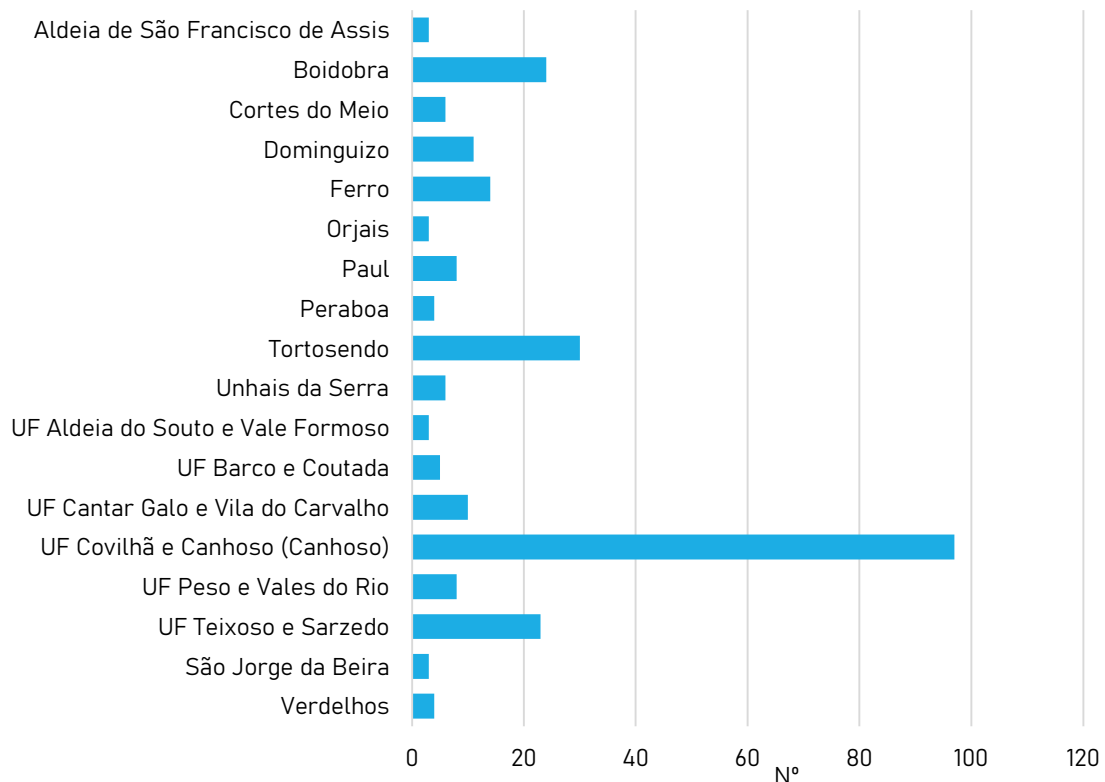


Figura 46. Titulares da Bonificação por deficiência, por freguesia⁶³, em março de 2024

Fonte: ISS, Gabinete de Planeamento e Estratégia

Paralelamente, não tendo sido possível a recolha de dados mais recentes, importa destacar que, em 2022, se registavam-se 629 beneficiários da PSI⁶⁴ a residir no Concelho (um aumento de 21% em relação a 2019), com um valor médio de 2.111€. Em 2022, registavam-se no Concelho 46 beneficiários do subsídio por assistência de terceira pessoa, que receberam ao longo desse ano um total de 58.000€, o que perfaz um valor médio por beneficiário de 1.260,87€.

2.6.4. Vítimas de violência doméstica e crianças e jovens em risco

O Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (GAVVD) da Coolabora, presta serviços de apoio emocional, de informação jurídica e de encaminhamento social, de forma gratuita e confidencial. Em 2023, apoiou **116 novas situações de violência doméstica** (97 mulheres e 19 homens). Neste período, manteve o acompanhamento continuado de 162 vítimas de anos

⁶³ Os dados da freguesia de Erada e a UF de Casegas e Ourondo não se encontravam divulgados por o segredo estatístico.

⁶⁴ A prestação social para a inclusão é uma prestação em dinheiro paga mensalmente a pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, à data da apresentação do requerimento, devidamente instruído, com vista a promover a sua autonomia e inclusão social. Esta prestação é composta por três componentes: componente base; complemento; majoração.

anteriores (151 mulheres e 11 homens). Portanto, contabilizando processos novos e vítimas em acompanhamento continuado de anos anteriores, registrou-se um **total de 278 vítimas atendidas** (248 mulheres e 30 homens).

No **primeiro semestre de 2024, foram abertos 55 novos processos** de vítimas adultas de violência doméstica (48 mulheres e 7 homens) e foram atendidas 111 vítimas de anos anteriores (101 mulheres e 10 homens), contabilizando um total de **166 situações**. Verifica-se, assim, que este permanece um problema relevante no Concelho.

A larga maioria das vítimas de violência doméstica atendidas era do sexo feminino (89,2%, em 2023, e 94,9%, no 1º semestre de 2024). Em 2023, no geral, as vítimas com idades entre 46 a 55 anos eram a faixa etária mais representativa (23% do total das vítimas), seguindo-se as vítimas com idades entre os 36 a 45 anos (19,1%) e com mais de 65 anos (18,3%). Entre as situações de vítimas do sexo masculino, os idosos estão sobrerrepresentados (40% dos homens vítimas de violência doméstica tinham mais de 65 anos, enquanto entre as mulheres esta faixa etária representava 15,7%).

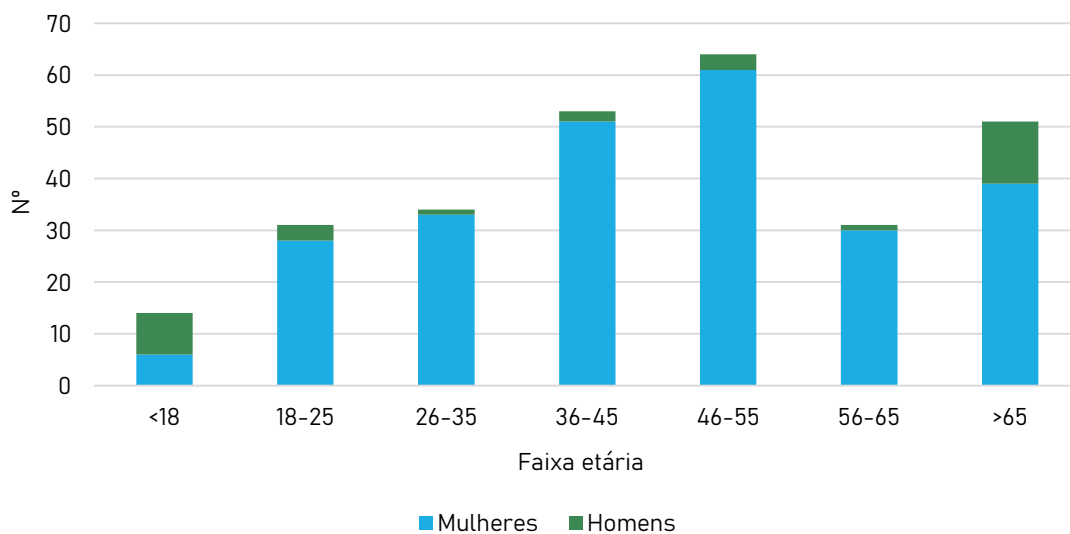


Figura 47. Faixa etária das vítimas de violência doméstica, em 2023

Fonte: CooLabora, Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Em 35,3% das situações de violência doméstica atendidas, em 2023, as vítimas tinham filhos menores a cargo e, em 31,3%, havia coabitação com a pessoa agressora.

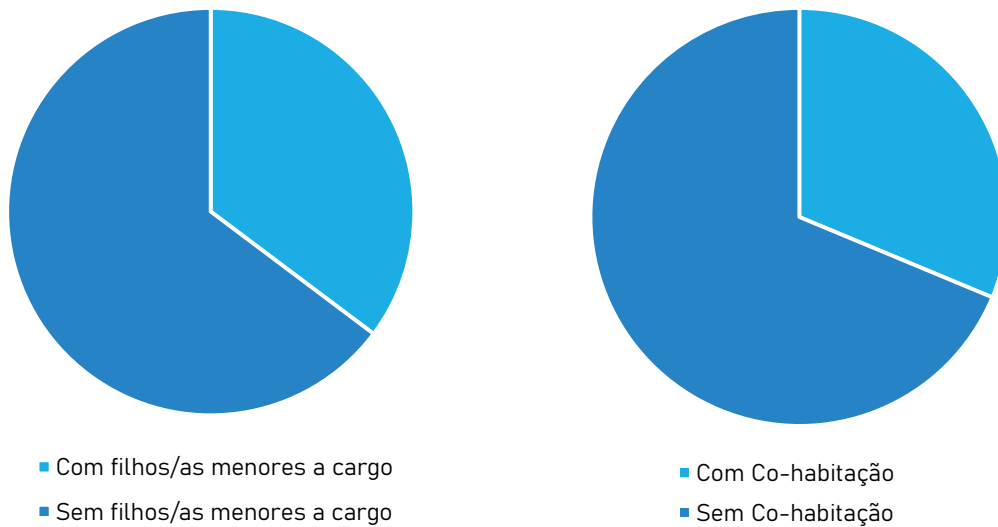


Figura 48. Vítimas de violência doméstica com filhos a cargo e coabitação com a pessoa agressora, em 2023

Fonte: CooLabora, Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Cerca de 43,2% das vítimas tinham uma relação amorosa/conjugal já terminada com o agressor, enquanto 29,1% ainda mantinham uma relação afetiva/conjugal com o agressor. Estas proporções sobem ligeiramente no caso das vítimas do sexo feminino (46,4% e 31,5%). Entre as vítimas do sexo masculino a relação familiar ascendente ou descendente tem uma maior importância relativa. Todas as vítimas sofreram de violência psicológica e em 71,2% das situações de violência física. A violência sexual estava presente em 19% das situações (um aumento de 5,7% face a 2022).

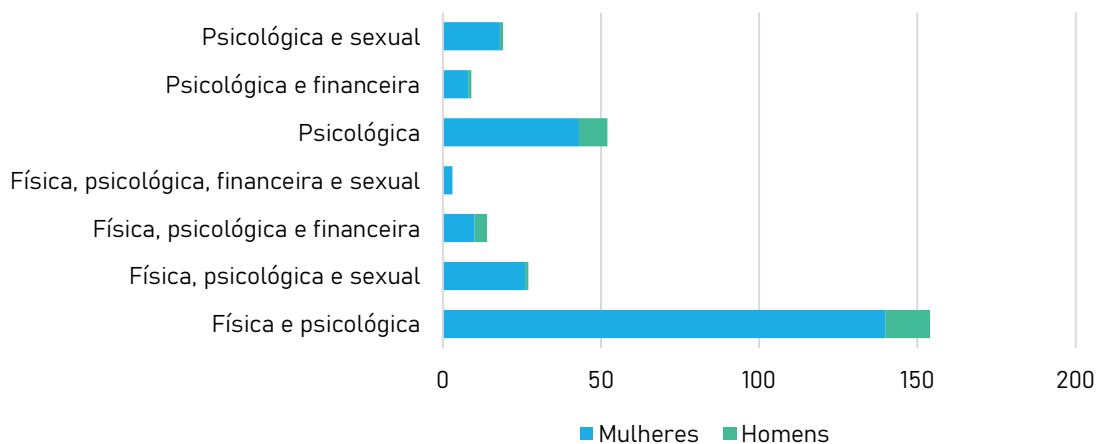


Figura 49. Tipologia da violência, em 2023

Fonte: CooLabora, Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Em 2013, o reencaminhamento das vítimas foi essencialmente realizado para as forças de Segurança (GNR e PSP), representando 37,1% dos casos. Destaca-se ainda a relevância da rede de amigos e familiares ou iniciativa própria (23,4%), e dos serviços sociais (10,1%) no apoio às vítimas de violência doméstica.

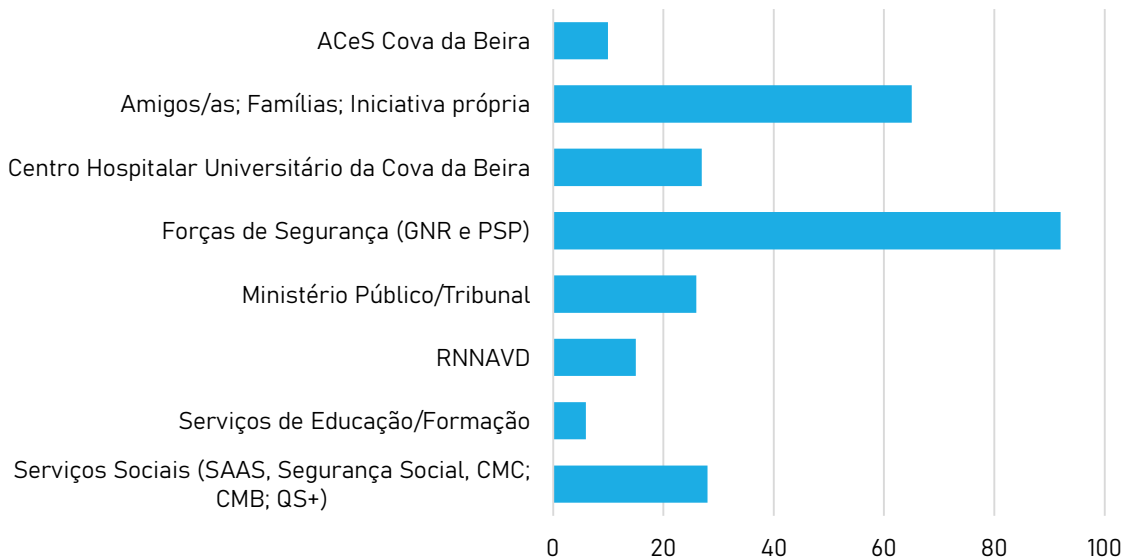


Figura 50. Tipologia de encaminhamento das vítimas de violência doméstica, em 2022

Fonte: Coolabora, Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

Ainda no âmbito de atuação da COOLABORA, através do projeto “devo.L.ver”, integrado nas Respostas de Apoio Psicológico e Psicoterapêutico (RAP)⁶⁵, foi criado o Gabinete de Apoio Psicológico e Psicoterapêutico dirigido a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, tendo em vista a oferta de uma resposta específica de apoio psicológico, que amenize as consequências/sintomatologia desenvolvidas face à expressividade desta vivência.

Durante o ano de 2023, este Gabinete fez o acompanhamento psicológico individualizado a 104 crianças e jovens, sendo estas situações repartidas igualmente pelo sexo feminino e masculino. Entre estas situações, 43 tratavam-se de novos processos e os restantes 61 foram referentes ao acompanhamento continuado de anos anteriores. No que concerne às idades das crianças e jovens acompanhados, destacam-se os com idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos

⁶⁵ Medidas criadas para crianças e jovens vítimas de violência doméstica pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, supervisionadas pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género com colaboração da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Esta RAP envolve uma parceria entre a Coolabora, os Municípios da Covilhã, Belmonte e Fundão, a CIM Beiras e Serra da Estrela, e as CPCJ de Belmonte, da Covilhã e do Fundão,

(31,7% do total), seguida pela faixa etária entre os 16 e os 18 anos (28,8%). As restantes 41 vítimas tinham idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

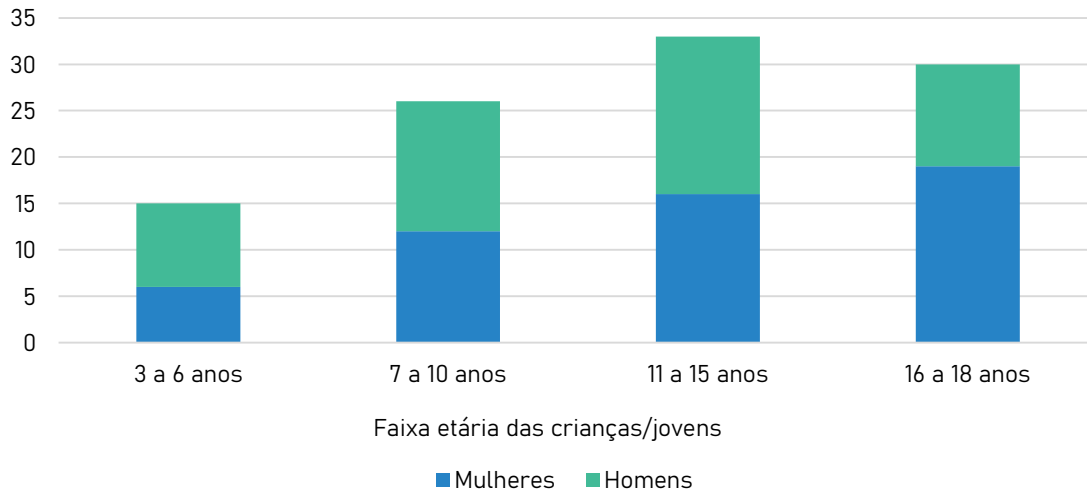


Figura 51. Faixa etária das crianças e jovens vítimas de violência doméstica acompanhadas, em 2023

Fonte: CooLabora, Gabinete de Apoio Psicológico e Psicoterapêutico a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica

No 1º semestre de 2024, encontravam-se em acompanhamento um total 112 crianças e jovens vítimas de violência doméstica (mais 8 casos do que no ano de 2023). Destes, 22 são novos casos e 90 casos transitados do ano anterior.

Durante 2023, foram realizadas 827 atendimentos presenciais e 156 atendimentos telefónicos, e realizadas 107 articulações com os progenitores/as, as escolas, forças de segurança, Ministério Público, CPCJ, Saúde e outras RAP.

De acordo com a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP)⁶⁶, a é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. A intervenção das CPCJ depende do consentimento expresso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso. As sinalizações de crianças e jovens em situações de perigo é analisada em sede da Comissão Restrita, que reúne semanalmente e encontra-se representada pelas

⁶⁶ Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro, pela Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, pela Lei n.º 26/2018, de 05 de julho, e pela Lei n.º 23/2023, de 25 de maio.

Entidades: CMC; ISS; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Técnico cooptado com habilitações em serviço social.

Em 2023, de acordo com os dados disponibilizados pela CPCJ da Covilhã, encontravam-se abertos 349 processos relativos a crianças e jovens em risco. Os processos tratados durante o ano de 2023 referem-se a 166 processos abertos em anos anteriores e a 126 novos processos, abertos durante esse ano. Incluem ainda 51 processos que foram reabertos e 2 casos que foram recebidos de outras CPCJ.

Tabela 16. Número de processos de crianças e jovens em riscos, 2023

Fonte: CPCJ Covilhã

N.º processos transitados	N.º processos abertos	N.º processos reabertos	N.º processos recebidos de outras CPCJ	N.º total de processos
166	126	51	2	349

Entre os processos acompanhados pela CPCJ da Covilhã, em 2023, destacam-se os casos de violência doméstica, seguidos do absentismo escolar e negligência grave (Figura 52).

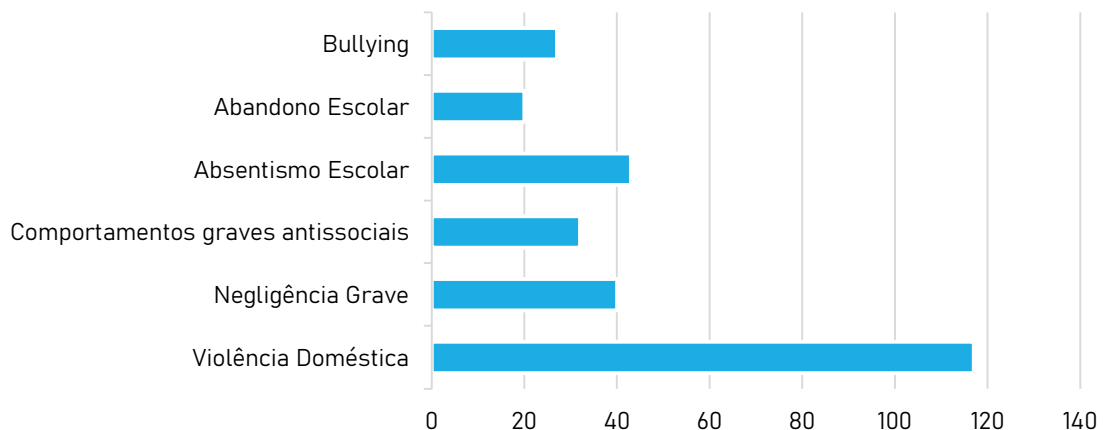


Figura 52. N.º de processos acompanhados segundo a problemática, em 2023

Fonte: CPCJ Covilhã

2.6.5. Comunidades ciganas e população imigrante

As comunidades ciganas e a população estrangeira, pelas diferenças culturais, sistema de valores e modo de vida face à população maioritária, são frequentemente alvo de um quadro de discriminação e preconceito persistentes que potenciam fenómenos de exclusão social.

Reconhecendo a necessidade de aproximar estas comunidades e a população maioritária, de potenciar a diversidade e integração social, o Município, em parceria com a Associação de Desenvolvimento Beira Serra e a cooperativa de intervenção social Coolabora, desenvolveu e candidatou a financiamento comunitário o projeto **Tecer a DiverCidade**⁶⁷, que estabeleceu como objetivos “a criação de pontes relacionais, sociais e educativas entre as comunidades ciganas/migrantes, a sociedade maioritária e as instituições sociais; a promoção da integração e inclusão social das comunidades ciganas e migrantes; e a promoção do diálogo intercultural e inclusivo”, por via da atuação de três mediadores (um estudante estrangeiro, um elemento da comunidade cigana e um da sociedade maioritária). Os eixos de intervenção do projeto (Educação, Emprego, Saúde e Habitação), integraram atividades de mediação familiar e escolar, e de mediação institucional, com a realização de ações de capacitação e Workshops temáticos.

A **população cigana**, que diversos estudos de âmbito nacional apontam como uma das mais expostas à pobreza e à exclusão social, representa, segundo dados recolhidos pelo Concelho da Covilhã, à data, para este projeto, **cerca de 1% da população residente**. Esta fonte identifica um total de 428 pessoas das comunidades ciganas residentes no Município, 187 das quais a residir em bairros municipais situados nas localidades satélite da cidade da Covilhã, nomeadamente no Bairro do Cabeço e Bairro do Largo da Feira, localizados na freguesia de Tortosendo, no Bairro da Alâmpada, localizado na freguesia de Boidobra, e no Bairro das Nogueiras, localizado na UF de Teixoso e Sarzedo.

Em 2024, residem nestes bairros municipais 63 agregados pertencentes às comunidades ciganas, num total de 204 pessoas (Tabela 17). Destaca-se que perto de metade das pessoas das comunidades ciganas residentes nestes bairros tem menos de 25 anos (45,1%). Acrescem a estas pessoas, outros conjuntos de famílias ciganas residentes em diversas freguesias do Concelho, sem ser em habitação municipal.

⁶⁷ O projeto Tecer a DiverCidade tem financiamento pelo POISE, com enquadramento no Objetivo Temático 09 - Projeto de mediadores municipais e interculturais, decorrendo entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022. A habitação é um dos cinco eixos de intervenção, sendo uma das ações contempladas a criação de uma plataforma de arrendamento inclusivo, que apoie na procura de habitação no mercado de arrendamento.

Tabela 17. População das comunidades ciganas residente em bairros municipais, em 2024

Fonte: CMC, 2024

	Boidobra	Tortosendo	Teixoso	Total
Bairros sociais	Bº da Alâmpada	Bº do Cabeço e Bº do Largo da Feira	Bº das Nogueiras	-
Pessoas das comunidades ciganas	41	119	44	204
Agregados familiares das comunidades ciganas	13	43	7	63

Os problemas de pobreza e de vulnerabilidade social que afetam a comunidade cigana, embora partilhados com a maioria dos habitantes dos bairros municipais, tornam-se evidentes se atendermos que, embora as pessoas das comunidades ciganas representem apenas 1% do total de residentes no Município, correspondem a mais de ¼ dos beneficiários de RSI do concelho. Estas **problemáticas sociais cruzam várias dimensões que extravasam em muito as questões habitacionais**, como sejam situações de pobreza, por vezes extrema, uma reduzida valorização da escola e elevadas taxas de insucesso e absentismo escolar⁶⁸, taxas expressivas de desemprego e desocupação⁶⁹, assim como uma forte discriminação e reduzida participação cívica, que dificultam a emergência de percursos de mobilidade social ascendente.

A **população estrangeira** tem assumido nos últimos anos um papel central nas dinâmicas socioeconómicas da sociedade portuguesa, especialmente pelo contributo na atenuação dos efeitos do envelhecimento populacional e pela resposta às necessidades do mercado de trabalho. Porém, a esta população podem estar associados fenómenos de maior vulnerabilidade social.

Tal como já assinalado no subcapítulo 2.2, em 2021, residiam no concelho da Covilhã 1136 cidadãos estrangeiros, representando 2,4% da população residente, sendo que a maioria provinha de países não comunitários. Apesar de uma expressão relativamente reduzida, verifica-se que nos últimos anos o número de pedidos de estatuto de residente como o número de indivíduos estrangeiros com estatuto legal de residente têm registado um crescimento significativo, sendo os brasileiros a nacionalidade mais representativa.

A Associação de Socorros Mútuos, Mutualista Covilhanense, através do seu Departamento de Migrações (ISI – Migrant), integra a rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes

⁶⁸ Estamos perante uma população muito jovem, em que 35% das pessoas das comunidades ciganas residentes em habitação social são crianças e jovens com menos de 18 anos.

⁶⁹ Apenas duas destas 187 pessoas se encontram empregadas.

(CLAIM) desde 27 de dezembro de 2021 e assegura um espaço de acolhimento, informação e apoio, onde presta acompanhamento à população migrante, disponibilizando apoio jurídico, social, psicossocial e educacional. Durante o ano de 2023, foram efetuados por este departamento 1 733 atendimentos.

A SCM da Covilhã integra também a rede de CLAIM, apoiando o acolhimento e integração das comunidades migrantes, prestando informações sobre regularização e assistência na resolução de problemas diários. Atua como um facilitador na interação entre estrangeiros e diversas entidades locais e nacionais, articulando com outros serviços para garantir um suporte eficaz, e promove sessões de sensibilização sobre migração. Realiza cerca de 1 000 atendimentos/ano.

Em fevereiro de 2024, segundo os dados disponibilizados pelo ISS, eram beneficiários com prestações sociais, 643 estrangeiros, a maioria originários do Brasil (329 beneficiários) ou dos PALOP (164 beneficiários). As prestações sociais pagas a pessoas com nacionalidade estrangeira mais comuns são relativas a prestações familiares (390 beneficiários). Destaca-se ainda o apoio extraordinário ao pagamento de renda (85 pessoas) e prestações de desemprego (84 beneficiários).

Importa ainda destacar que, no âmbito do acolhimento de migrantes, mais concretamente no que se refere ao tratamento da documentação necessária para a regularização dos imigrantes, está prevista a abertura de uma Loja AIMA, em outubro de 2024, resultante de um protocolo estabelecido entre o Município da Covilhã, a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) e a Estrutura de Missão da AIMA. Estas lojas são espaços de prestação de serviços públicos em balcão único, que servem de interface entre os cidadãos migrantes, as respetivas entidades empregadoras e diversos serviços de várias entidades públicas e privadas, nomeadamente no âmbito do processo de acolhimento e integração de migrantes. A Loja AIMA ficará instalada num espaço fornecido pelo Município, no Mercado Municipal, e contará com um posto de atendimento, com capacidade para realizar 40 atendimentos diários, tendo as seguintes competências:

- Concessão de prorrogações de permanência;
- Concessão de autorizações de residência;
- Emissão de cartões de residência temporária ou permanente de familiares de cidadãos da União Europeia nacionais de Estado terceiro;
- Emissão de certificados de residência permanente de cidadãos da União Europeia;
- Emissão de títulos de residência para cidadãos britânicos beneficiários do Acordo sobre a Saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia e da Comunidade Europeia da Energia, previstos, respetivamente, na Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual e na Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, na sua redação atual.

SÍNTESE CONCLUSIVA

- No Concelho existem mais de 19 mil pensionistas, sendo as pensões de velhice, em linha com a estrutura etária do Concelho, as mais expressivas. Por sua vez, 846 pessoas eram beneficiárias de pensões por invalidez. O valor médio das pensões auferidas no concelho é reduzido (pouco mais de 5 mil € por ano), o que se traduzirá num número significativo de residentes a viver com rendimentos iguais ou inferiores ao limiar de risco de pobreza, entre a população que auferir prestações sociais.
- A significativa representatividade de apoios sociais (RSI, abono de família para crianças, Garantia para a Infância e jovens e subsídio) revelam a existência de um elevado número de pessoas em situação de carência e vulnerabilidade social, em grupos sociais distintos e com problemáticas diversas.
- Os idosos, dado o forte envelhecimento da população, são um grupo muito numeroso e particularmente vulnerável a contextos de exclusão, fortemente afetado pelo isolamento social combinado com a fragilidade financeira, potencia as dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais (alimentação, saúde, habitação condigna, ...). As forças policiais possuem projetos de acompanhamento de idosos.
- As situações de especial vulnerabilidade estendem-se a outros grupos populacionais, como as pessoas portadoras de deficiência (parte das quais, em carência financeira), as vítimas de violência doméstica, as crianças e jovens em risco, e, ainda, as comunidades ciganas e a população estrangeira. Os diferentes grupos possuem especificidades próprias, associados frequentemente a contextos sociais complexos e de difícil resolução, e assumem uma relevância considerável no Concelho.
- Cenário global de elevada vulnerabilidade, com rendimentos baixos e elevada expressão de prestações sociais que determinam a existência de pessoas e famílias com carências diversas e estruturais (acesso a bens e serviços essenciais), o que indica a necessidade de uma intervenção integrada e permanente do Município e parceiros sociais.

03|

EQUIPAMENTOS E
RESPOSTAS SOCIAIS

3. Equipamentos e respostas sociais

3.1. Infância e juventude

3.1.1. Crianças e jovens

As valências vocacionadas para crianças e jovens (integradas na população alvo “infância e juventude”) existentes no concelho da Covilhã, de acordo com a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), incluem as seguintes respostas sociais: **Creche, Ensino Pré-escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres**. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais para crianças e jovens pode ser consultada no Anexo V. Considerando ainda a nomenclatura das respostas sociais, o Concelho não dispõe das respostas Intervenção Precoce na Infância⁷⁰ (IPI), Ama⁷¹ e Creche Familiar⁷².

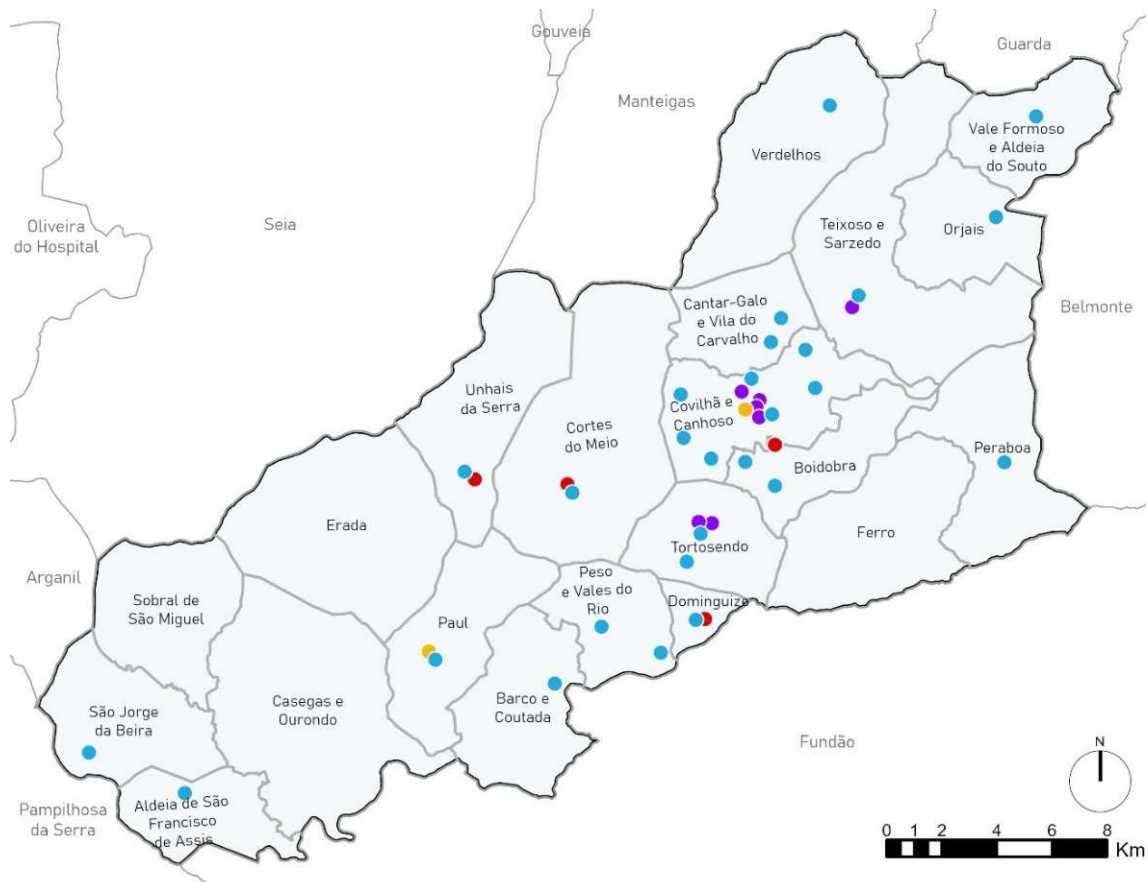
Os equipamentos que reúnem as respostas sociais para crianças e jovens encontram-se distribuídos pela maioria das freguesias do Concelho, existindo uma particular **concentração na UF de Covilhã e Canhoso**, onde se situa a cidade da Covilhã, **assim como nas freguesias integrantes no território da Grande Covilhã**, com particular destaque para a freguesia de Tortosendo.

Nas freguesias rurais, com especial enfoque no extremo ocidental concelhio, mais periféricas, no geral, encontram-se menos respostas sociais para crianças e jovens. As freguesias de **Erada, Sobral de São Miguel e UF de Casegas e Ourondo que não possuem qualquer resposta social para este grupo**.

⁷⁰ Resposta desenvolvida mediante um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social. Comum aos grupos Crianças e Jovens com Deficiência e Crianças e Jovens em Situação de Perigo.

⁷¹ Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa que, mediante pagamento pela atividade exercida, cuida na sua residência, de crianças até aos três anos de idade ou até atingirem a idade de ingresso nos estabelecimentos de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento da família.

⁷² Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas não inferior a 4, que exercem a sua atividade no âmbito de uma instituição de enquadramento que disponha de Creche.



Respostas Sociais para Crianças e Jovens

- Creche
- Creche; Estabelecimento de Educação Pré-escolar
- Creche; Centro de Atividades de Tempos Livres; Estabelecimento de Educação Pré-escolar
- Estabelecimento de Educação Pré-escolar

Figura 53. Equipamentos e respostas sociais para crianças e jovens no concelho da Covilhã, 2024

Fonte: CMC, 2024

3.1.1.1. Creche

A Creche é uma resposta social desenvolvida em equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais⁷³:

Atualmente, existem no concelho da Covilhã **14 creches**, das quais 11 estão associadas à rede privada solidária, 2 à rede pública e 1 à rede lucrativa. A **capacidade global das creches totaliza 601 crianças**. Atendendo à **elevada taxa de ocupação** das creches (93%) e ao **número significativo**

⁷³ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.8

de crianças em lista de espera (326), a oferta existente desta resposta social mostra-se insuficiente, pelo que deve ser avaliada a possibilidade de alargamento da sua capacidade. Analisando a ocupação pela natureza da rede, verifica-se que a taxa de ocupação das creches integradas na rede solidária (95%) e pública (94%) é substancialmente superior à registada na rede lucrativa privada (62%). Adicionalmente, verifica-se que 91% dos utentes em lista de espera encontram-se na rede pública, enquanto 6% na rede solidária e 3% na rede lucrativa privada.

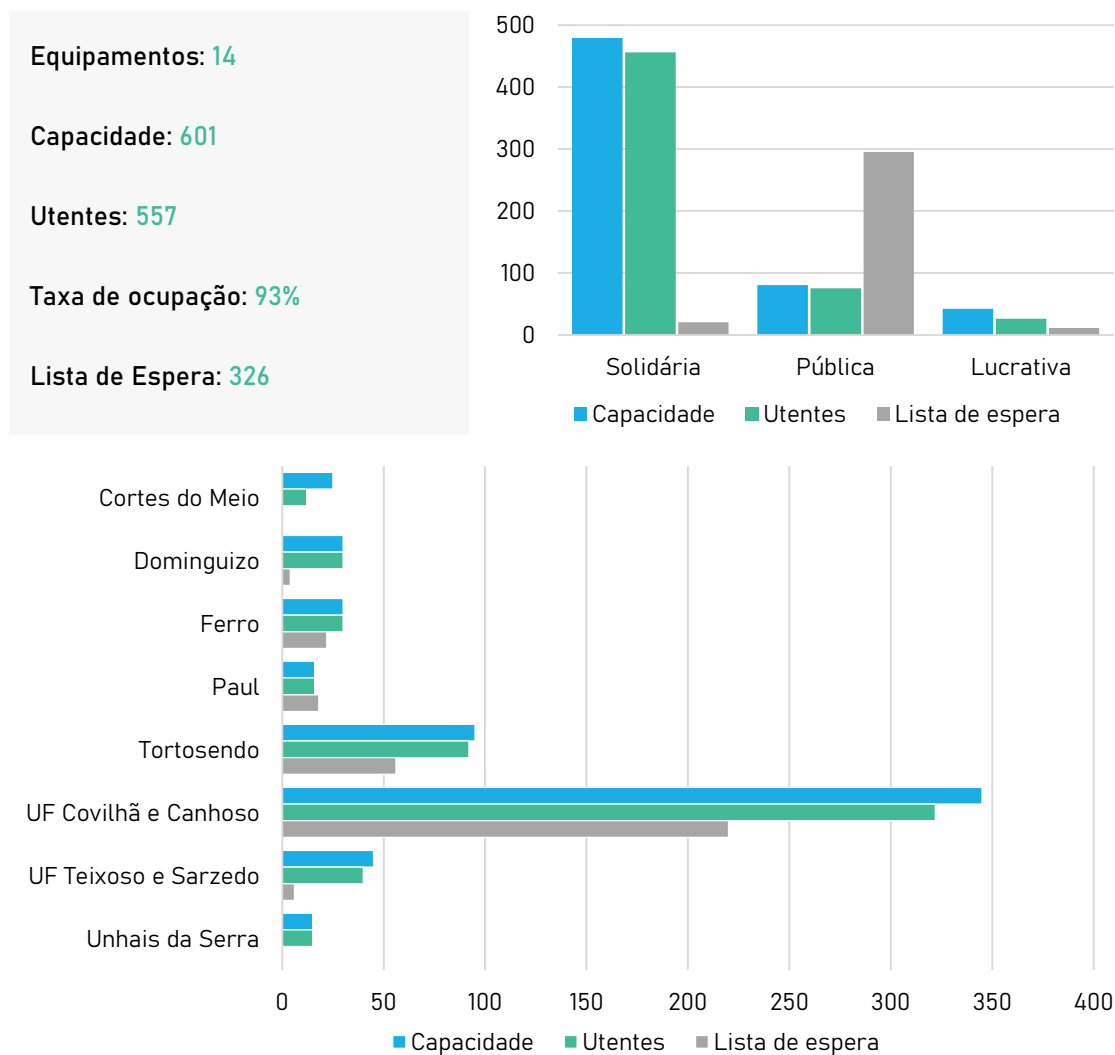


Figura 54. Caracterização da resposta de creche

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

Das 21 freguesias integrantes do Concelho, apenas 8 freguesias possuem pelo menos uma creche. A UF de Covilhã e Canhoso é a freguesia do concelho que conta com o maior número de creches (6 creches), o que se traduz numa maior capacidade de acolhimento. Em termos de ocupação, a freguesia de Cortes do Meio destaca-se por registar uma taxa de ocupação de 48%, em contraste com as demais freguesias, onde as taxas de ocupação superam os 89%, sendo

que, em quatro delas, a taxa de ocupação atinge os 100%. Destaca-se a freguesia de Paul, onde a lista de espera (18 crianças) ultrapassa a capacidade da creche aí instalada (16 crianças), assim como o número significativo de crianças em lista de espera na UF da Covilhã e Canhoso (220 crianças).

Acrescente-se que ainda que esta capacidade deve ser ampliada em breve, pois, no âmbito do PRR, mais concretamente no âmbito da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (C03-i01), a SCM da Covilhã apresentou uma candidatura ao aviso N.º 03/C03-i01/2022 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, tendo em vista obter financiamento para a ampliação da creche Mundo Fantasia. O projeto deverá aumentar a capacidade desta resposta social em 74 vagas. Além disto, encontra-se igualmente previsto a reabilitação da Creche, que atualmente tem capacidade para 60 crianças.

Tabela 18. Investimentos futuros no âmbito da resposta social creche

Fonte: CMC, 2024

Entidade	Freguesia	Vagas a criar	Vagas a remodelar
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	UF Covilhã e Canhoso	74	60

Entre as dificuldades reportadas pelas entidades gestoras de creches, duas mencionaram limitações nas estruturas físicas dos equipamentos, apontando a necessidade de intervenções. Além disso, uma das entidades destacou a falta de recursos humanos como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das suas atividades.

3.1.1.2. Estabelecimento de educação pré-escolar

O Estabelecimento de Educação Pré-escolar é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio a família⁷⁴:

Em 2024, no Concelho contam-se **37 estabelecimentos de educação pré-escolar**, com uma **capacidade total para acolher 1 287 crianças**. Nesta data, nestes estabelecimentos estavam **inscritis 965 crianças**, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 70%. A ocupação dos

⁷⁴ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.9

estabelecimentos, e a lista de espera é de 76 crianças⁷⁵, indica que a capacidade atual dos estabelecimentos de educação pré-escolar é, no geral, excedentária.

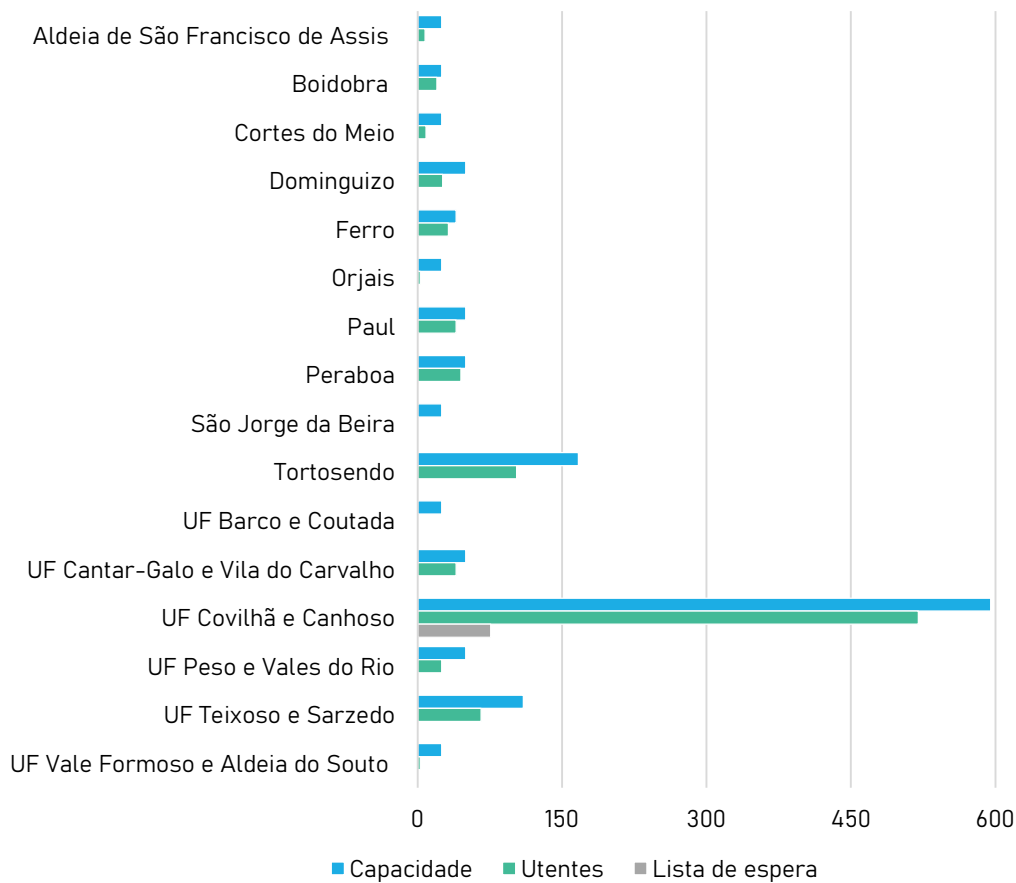
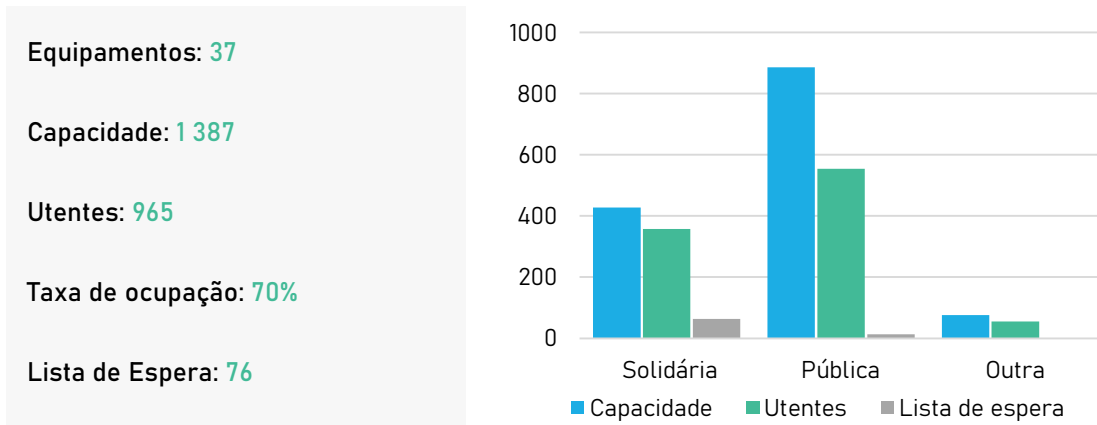


Figura 55. Caracterização da resposta de estabelecimento de educação pré-escolar

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

⁷⁵ Na larga maioria dos estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede pública não foi possível apurar a lista de espera.

Esta situação é muito diferenciada no território municipal. Em algumas freguesias, a taxa de ocupação dos estabelecimentos é inferior a 40%, nomeadamente nas freguesias de Cortes do Meio (36%), Boidobra (32%), Orjais (12%), UF Vale Formoso e Aldeia do Souto (12%), São Jorge da Beira (0%) e UF Cantar-Galo e Vila do Carvalho (0%). Nestas últimas duas freguesias, apesar de não se encontrarem inscritas crianças nos estabelecimentos aqui fixados, estes mantem-se em funcionamento. **A UF de Covilhã e Canhoso é a freguesia com a maior oferta de estabelecimentos de ensino pré-escolar (13 estabelecimentos), contudo é também a freguesia que enfrenta a maior pressão sobre esses recursos, sendo a única freguesia que regista uma lista de espera e possui uma taxa de ocupação de 87% (apenas atrás de Peraboa com 90%).**

Relativamente à natureza da rede, destaca-se que a rede pública, que detém aproximadamente 64% da capacidade instalada no Concelho. Contudo, é a rede solidária que apresenta a maior taxa de ocupação, com 84% (na rede pública este valor fixa-se em 63%), e uma lista de espera mais significativa, com 63 crianças.

No que diz respeito às dificuldades apontadas pelas entidades gestoras de estabelecimentos de educação pré-escolar, foi identificado por 3 entidades a necessidade de intervenções físicas nos equipamentos, incluindo obras de conservação e adaptação. Além disso, uma entidade destacou como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das suas atividades a falta de recursos humanos.

3.1.1.3. Centro de atividades de tempos livres

O Centro de Atividades de Tempos Livres é uma resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, de natureza socioeducativa vocacionada para o apoio a criança e a família, que proporciona atividades de acompanhamento, lazer e atividades específicas, destinadas a crianças a partir dos 6 anos, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais⁷⁶:

Neste âmbito, os dados apurados permitem verificar a existência **de 2 Centros de Atividades de Tempos Livres** no Concelho, ambos integrados na rede privada solidária. Os centros de atividades de tempos livres apresentam uma **capacidade total para 120 crianças** e uma **taxa de ocupação de 63%**. A UF de Covilhã e Canhoso, onde se localiza o Equipamento da Fundação Imaculada Conceição, e a freguesia de Paul, onde se encontra o Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores, são as únicas freguesias que acolhem esta resposta social.

⁷⁶ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.10

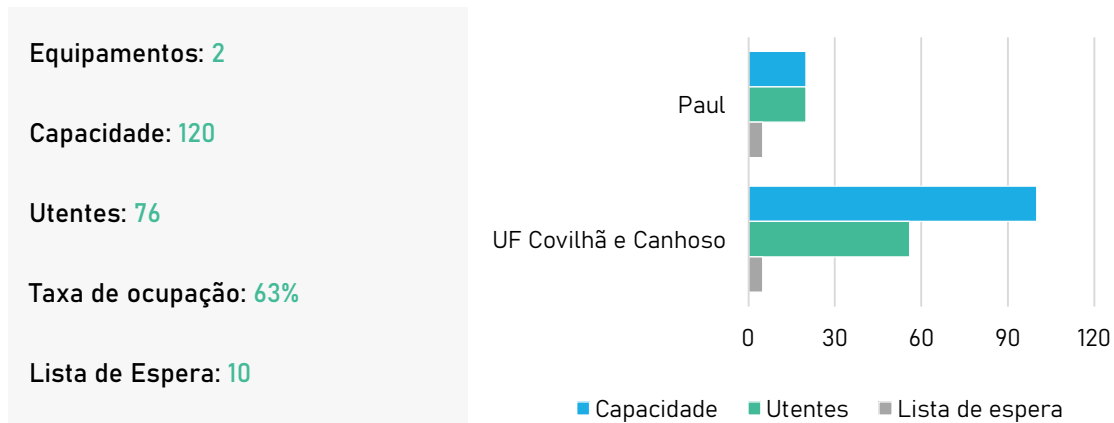


Figura 56. Caracterização da resposta de centro de atividades de tempos livres

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

3.1.1.4. Respostas complementares

Para o grupo alvo Crianças e Jovens complementam as respostas sociais descritas, as iniciativas a seguir elencadas. A identificação destas iniciativas teve por base a informação, recolhida no questionário, prestada pelas diferentes entidades que atuam à escala concelhia. A informação recolhida por esta via é apresentada mais detalhadamente, numa ficha de iniciativas apresentada no Anexo VI.

Uma tipologia de iniciativas identificada é aquela que visa a integração social das crianças e jovens, a educação e valorização de competências, e a igualdade de oportunidades e cidadania. Nestas matérias, os projetos financiados pelo Programa Escolhas são respostas fundamentais para este público-alvo. A Covilhã tem 2 projetos financiados pela 9ª geração do Programa Escolhas (E9G): o projeto CRIATEIXO-E9G, e o Quero Ser Mais E9G.

No âmbito da cidadania, direitos humanos e igualdade de oportunidades foram ainda mencionados o Coolaboratório, que envolve estudantes de vários níveis de ensino, o Colóquio "Educação, Valores, Cidadania", organizado periodicamente pela CPCJ e a Iniciativa Caixa de Música, um programa educativo de inclusão social que disponibiliza gratuitamente aulas de música e orquestra a crianças e jovens migrantes. Foi ainda identificado o projeto CTRL Kids, que visa democratizar o acesso à educação em tecnologia e promover uma inclusão tecnológica e social mais ampla.

Para a população universitária em situação de maior carência financeira, destacam-se os apoios da UBI (o Fundo de Apoio Social e o Programa Ser Solidário), enquanto a Junta de Freguesia da UF Covilhã e Canhoso apoia a aquisição de cadernos de fichas para as crianças do ensino básico.

3.1.2. Crianças e Jovens com deficiência

O concelho da Covilhã **não possui respostas sociais dirigidas para crianças e jovens com deficiência**, segundo a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), que inclui as respostas IPI, Lar de Apoio⁷⁷ e Transporte de Pessoas com Deficiência⁷⁸.

3.1.2.1. Respostas complementares

Apesar de não se encontrar abrangido pela nomenclatura das respostas definida pela SS, importa destacar, que o “Espaço dos Sentidos”, localizado na Biblioteca Municipal da Covilhã, dá uma resposta terapêutica a crianças com quadros clínicos e necessidades especiais de aprendizagem. O “Espaço dos Sentidos” consiste num laboratório sensorial de desenvolvimento de atividades didáticas de modo a fomentar a motivação na aprendizagem.

A equipa do “Espaço dos Sentidos” é responsável pela identificação de crianças com necessidades específicas, entre os 3 e os 6 anos de idade, a frequentar um estabelecimento de ensino público no concelho da Covilhã e posterior acompanhamento terapêutico. Este Espaço é constituído por várias zonas funcionais (zona de aprendizagem com áreas para investigar, criar, partilhar e desenvolver e zona especial – áreas promotoras de relaxamento, bem-estar e estimulação sensorial). As atividades que este novo serviço possibilita permitem ir ao encontro das necessidades e preferências de cada utilizador, explorar as emoções positivas associadas ao bem-estar, satisfação e, conseqüentemente, estimular o seu desenvolvimento global e facilitar a construção da sua cidadania.

3.1.3. Crianças e jovens em situação de perigo

As valências vocacionadas para crianças e jovens em situação de perigo (integradas na população alvo “infância e juventude”) existentes no concelho da Covilhã incluem as seguintes respostas sociais: **Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência, Casa de Acolhimento, e Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens**. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo V.

⁷⁷ Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

⁷⁸ Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva que assegura o transporte, apoio e acompanhamento personalizado a crianças, jovens e adultos com deficiência.



Respostas Sociais para Crianças e Jovens em Situação de Perigo

- Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência
- Casa de Acolhimento
- Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens

Figura 57. Equipamentos e respostas sociais para crianças e jovens em situação de perigo no concelho da Covilhã, 2024

Fonte: CMC, 2024

Considerando ainda a nomenclatura das respostas sociais (2022), o Concelho não dispõe das respostas Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental⁷⁹, Equipas de Rua de Apoio a

⁷⁹ Resposta social desenvolvida através de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

Crianças e Jovens⁸⁰, Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens⁸¹ e Atividades Socioeducativas⁸² (CPL - a aguardar enquadramento normativo). Ao nível da sua distribuição pelo território concelhio, estas respostas sociais localizam-se apenas na UF de Covilhã e Canhoso e na freguesia de Dominguizo.

3.1.3.1. Casa de acolhimento para resposta a situações de emergência

A Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência é uma resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente determinado pela necessidade de proteção imediata em situação de perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, que exija procedimentos adequados, com base na aplicação de medida de promoção e proteção⁸³.

Neste âmbito, o concelho da Covilhã dispõe de **uma única casa de acolhimento para resposta a situações de emergência**, localizada no equipamento do Centro Social Jesus Maria José, na freguesia de Dominguizo. Esta resposta tem **capacidade para 14 utentes**, e encontra-se **totalmente ocupada** (taxa de ocupação de 100%). Embora a capacidade instalada seja relativamente reduzida e esteja no limite de saturação, não há utentes em lista de espera, o que sugere que a capacidade existente tem sido suficiente para suprir as necessidades atuais.

⁸⁰ Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens desinseridas a nível sociofamiliar que apresentam comportamentos desviantes, encontrando-se em situação de perigo.

⁸¹ Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida através de um serviço e que consiste na atribuição da confiança da criança ou jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitada para o efeito, visando proporcionar-lhe a integração em meio familiar estável que lhe garanta cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessário ao seu desenvolvimento integral.

⁸² Intervenção de âmbito socioeducativo destinada a crianças e jovens, em particular as que se encontram em perigo e em risco, concretizada através de projetos pessoais inclusivos de carácter preventivo, em articulação com as respetivas famílias e outros parceiros.

⁸³ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.18

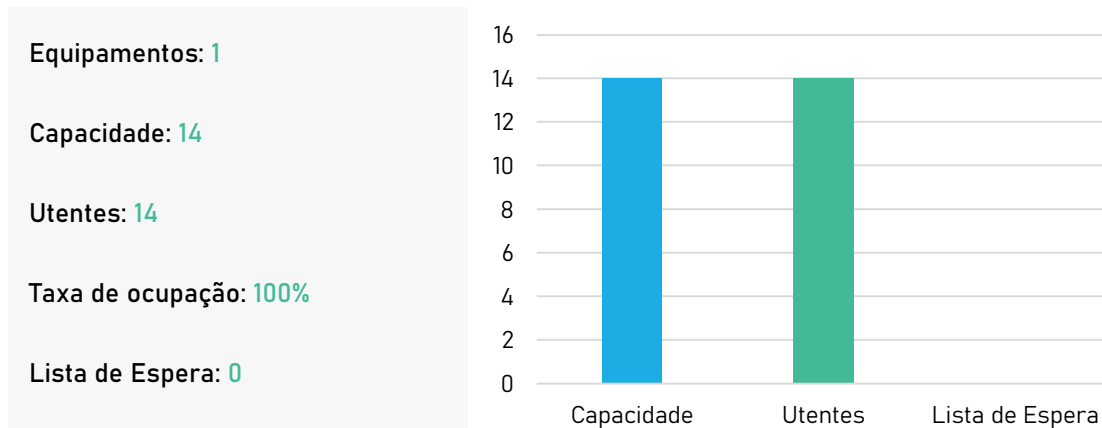


Figura 58. Caracterização da resposta de casa de acolhimento para resposta a situações de emergência

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

3.1.3.2. Casa de acolhimento

A Casa de Acolhimento é uma resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento de apoio social, que visa o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações, problemáticas ou características específicas das crianças e dos jovens a acolher⁸⁴:

Atualmente o concelho da Covilhã conta apenas com **uma casa de acolhimento**, localizada no equipamento Casa do Menino Jesus, UF Covilhã e Canhoso. Esta resposta social tem **capacidade para 32 utentes**, encontrando-se **totalmente ocupada**. Apesar de se encontrar no limite da sua capacidade, não existe utentes em lista de espera, o que poderá indicar que a resposta atualmente instalada é suficiente para dar resposta às necessidades.

A falta de recursos humanos foi identificada como a principal dificuldade para o desenvolvimento das atividades desta resposta social.

⁸⁴ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.19

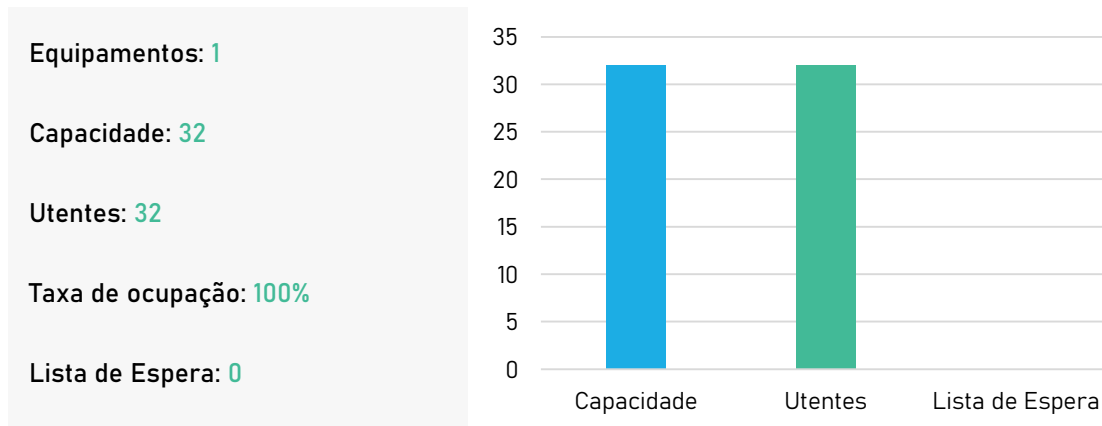


Figura 59. Caracterização da resposta de casa de acolhimento

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

3.1.3.3. Casa de acolhimento com unidade de apoio e promoção de autonomia dos jovens

A Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens é uma resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em espaços habitacionais (apartamento de autonomização), destinados a preparar os jovens para a vida ativa, desde que para tal demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades, devendo ser salvaguardada a sua individualidade e privacidade por forma a que possam adquirir, progressivamente, autonomia de vida⁸⁵. O concelho da Covilhã conta com apenas com uma resposta social deste âmbito, fixada no Apartamento de Autonomização da Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense", na UF Covilhã e Canhoso.

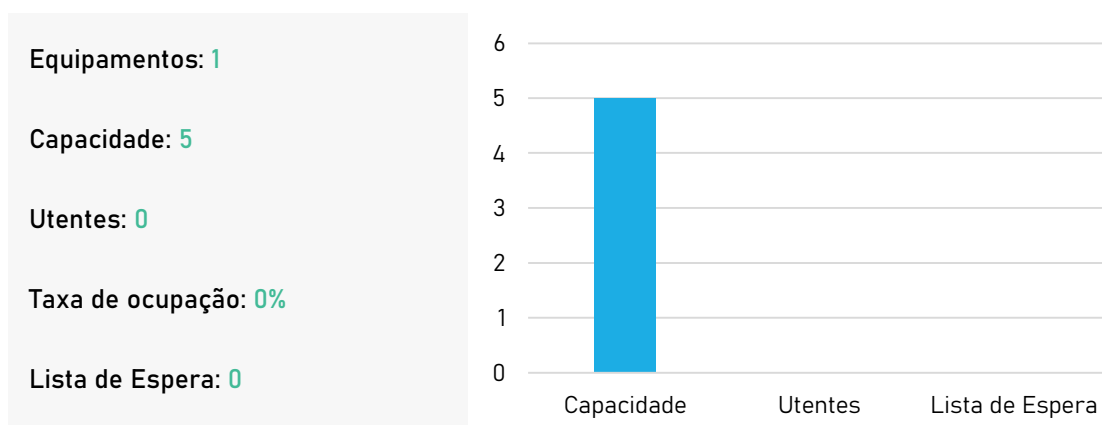


Figura 60. Caracterização da resposta de casa de acolhimento com unidade de apoio e promoção de autonomia dos jovens

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

⁸⁵ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.19

3.1.3.4. Respostas complementares

Para o presente grupo alvo, considerando a informação recolhida, releva-se que entre as iniciativas promovidas pela CPCJ da Covilhã, destaca-se a Campanha Mês da Prevenção dos Maus Tratos para a sensibilização das crianças e jovens sobre violência e maus tratos, e o Dia Internacional da Não Violência e da Paz nas Escolas.

A identificação destas iniciativas teve por base a informação, recolhida no questionário, prestada pelas entidades que atuam à escala concelhia. A informação recolhida por esta via é apresentada mais detalhadamente, numa ficha de iniciativas apresentada no Anexo VI.

Menção ainda para a Resposta de Apoio Psicológico (RAP) a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica, resultante da candidatura apresentada pela Coolabora, em parceria com a CMC, a CMB, a CMF, a CIM Beiras e Serra da Estrela, e as CPCJ de Belmonte, da Covilhã e do Fundão, já mencionada no capítulo 2.6. Esta equipa especializada em psicologia⁸⁶, que faz o atendimento e acompanhamento de crianças e jovens acolhidos em casas de abrigo, respostas de acolhimento de emergência e estruturas de atendimento da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência.

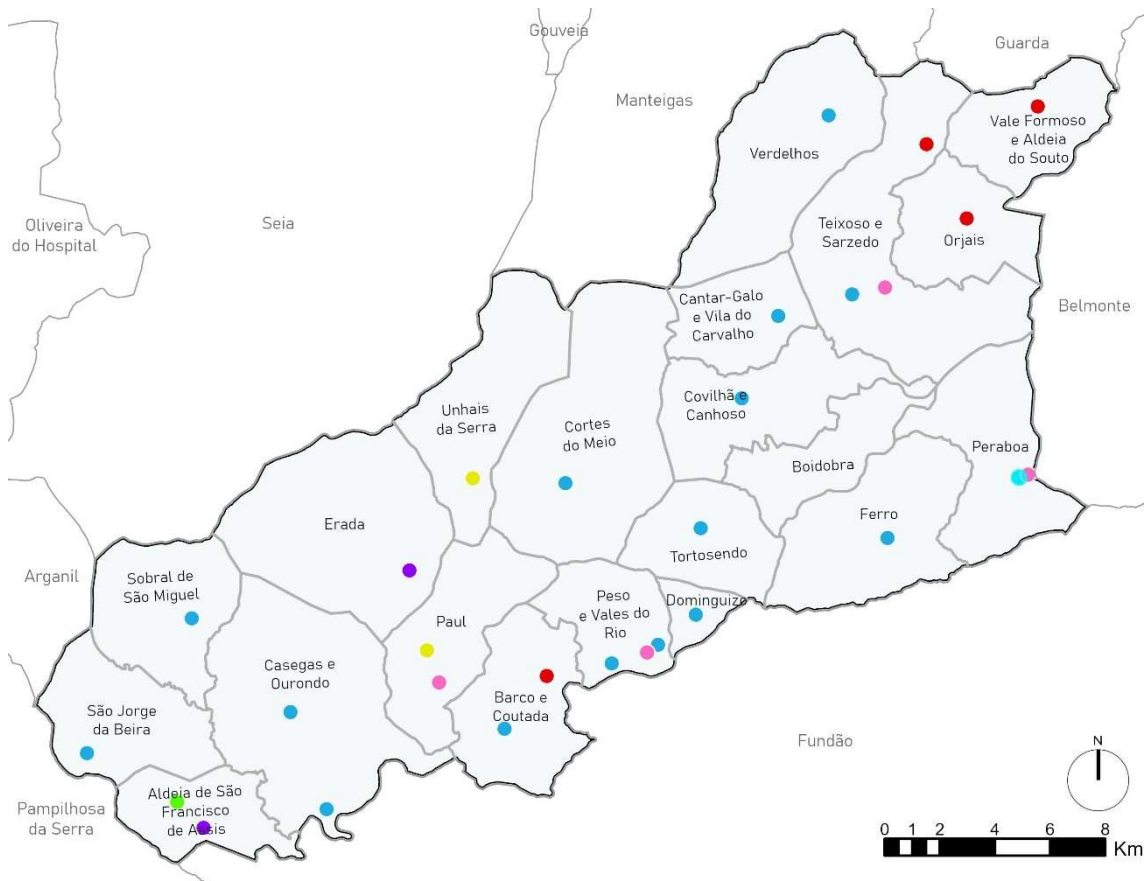
3.2. População adulta

3.2.1. Pessoas idosas

As valências vocacionadas para pessoas idosas (integradas na população alvo “população adulta”) existentes no concelho da Covilhã incluem as seguintes respostas sociais: **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Convívio, Centro de Dia e ERPI**. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo V. Considerando ainda a

⁸⁶ Este apoio é prestado em articulação com o Gabinete de Apoio a Vítimas, a CPCJ, o Município e os restantes organismos envolvidos, nomeadamente os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco do SNS, as equipas de saúde mental, as equipas de intervenção do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e Escolas e as Equipas Multidisciplinares de Assessoria Técnica aos Tribunais e é coordenado pela Coolabora – Intervenção Social.

nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), o Concelho não dispõe de Centro de Noite⁸⁷ e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas⁸⁸.



Respostas Sociais para Pessoas Idosas

- Serviço de Apoio Domiciliário
- Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia
- Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Serviço de Apoio Domiciliário; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Convívio; Centro de Dia; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Figura 61. Equipamentos e respostas sociais para pessoas idosas no concelho da Covilhã, 2024

Fonte: CMC, 2024

As respostas sociais para as pessoas idosas encontram-se distribuídas por todo o território concelhio, verificando-se que todas as freguesias possuem pelo menos uma resposta social.

⁸⁷ Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento noturno, dirigido a pessoas idosas com autonomia que, durante o dia permaneçam no seu domicílio e que por vivenciarem situações de solidão, isolamento e insegurança, necessitam de acompanhamento durante a noite.

⁸⁸ Resposta social que consiste em integrar no domicílio de famílias consideradas idóneas, pessoas idosas e adultas com deficiência, de forma temporária ou permanente.

Destaca-se UF de Covilhã e Canhoso e a UF de Peso e Vales do Rio como as freguesias que mais concentram equipamentos com respostas sociais para pessoas idosas (ambas com 3 equipamentos).

3.2.1.1. Serviço de apoio domiciliário

O SAD é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da sua vida diária⁸⁹.

O concelho da Covilhã conta com **26 equipamentos que prestam esta resposta social**, todos integrados na **rede privada solidária**. A **capacidade instalada é de 601 vagas**, das quais **485 estão ocupadas**, resultando numa taxa de ocupação de 81%.

A **maioria das freguesias dispõe dessa resposta social**, com 1 ou 2 equipamentos por freguesia. No entanto, as freguesias de Boidobra, Unhais da Serra e Verdelhos não contam com este tipo de resposta. As freguesias de Dominguizo, Ferro, Orjais, Paul, São Jorge da Beira, e a UF Vale Formoso e Aldeia do Souto apresentam a capacidade instalada mais reduzida, variando entre 10 e 22 vagas. Nestas freguesias, a capacidade está no limite da saturação, com uma taxa de ocupação de 100%.

A partir dos dados recolhidos durante o levantamento de informação, destaca-se a freguesia de São Jorge da Beira, que apresenta uma lista de espera de 25 utentes (2,5 vezes superior à capacidade instalada), assim como a freguesia de Orjais, com uma lista de espera de 8 utentes (capacidade instalada para 10 vagas).

⁸⁹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.21

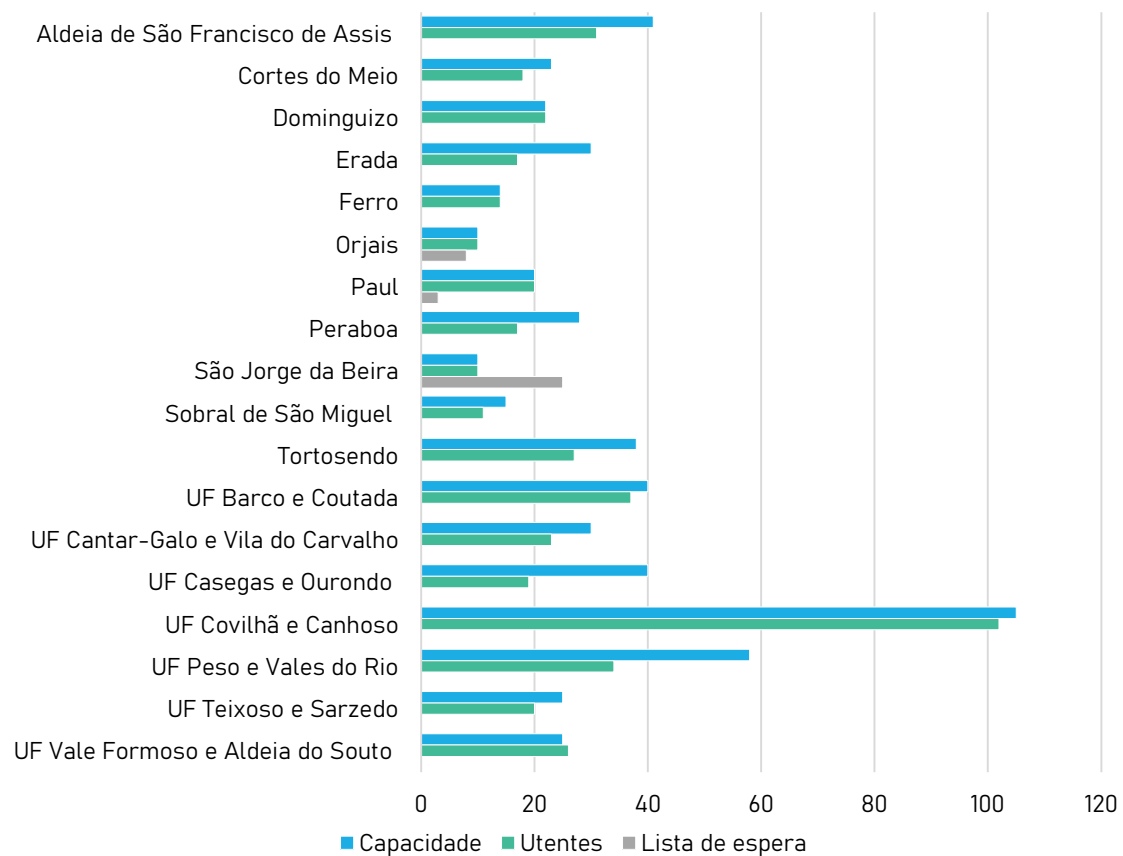
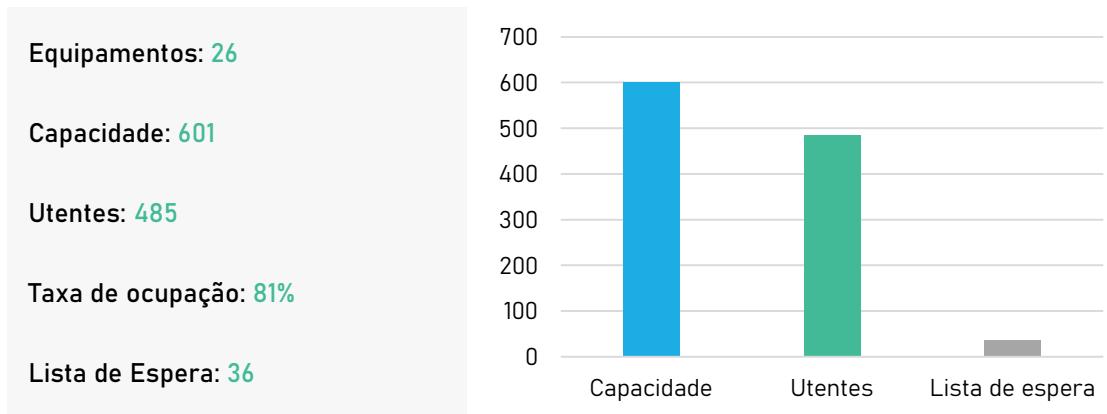


Figura 62. Caracterização da resposta de serviço de apoio domiciliário

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

No âmbito do Aviso N.º 03/C03-i01/2022 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, do PRR (C03-i01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais), foram aprovadas 3 candidaturas que visam ampliar em 60 vagas a capacidade desta resposta social. Destas, 30 vagas encontram-se alocada ao equipamento da CERZIR AFETOS, na freguesia de Boidobra, 25 vagas ao Centro Social e Comunitário do Peso, na UF de Peso e Vales do Rio, e 5 vagas ao Centro Social e Cultural de Verdelhos, na freguesia de

Verdelhos. Além disso, estão previstas melhorias em áreas do equipamento do Centro Social e Cultural de Verdelhos (e.g. cozinha) responsáveis por prestar esta resposta social.

Em 2024, foram apresentadas no âmbito da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (Aviso N.º 03/C03-i01/2024) 4 candidaturas que se encontram em fase de apreciação. A candidatura apresentada pela SCMC, resultou da insuficiência detetada de respostas domiciliárias nas freguesias urbanas, prevendo a criação de uma resposta social que preste cuidados e serviços a 40 famílias ou pessoas em situação de dependência ou sem apoio familiar para a satisfação das suas necessidades básicas no seu domicílio. A candidatura do Centro de Dia de Orjais prevê o alargamento da resposta atualmente existente em 10 vagas, assim como do Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira em 25 vagas e da Mutualista Covilhanense em 40 vagas. Nas candidaturas apresentadas por estas três últimas entidades, prevê-se ainda melhorias infraestruturais nos equipamentos que suportam esta resposta social.

Tabela 19. Investimentos futuros no âmbito da resposta social serviço de apoio domiciliário

Fonte: CMC, 2024

Entidade	Freguesia	Vagas a criar	Estado do projeto
Centro Social e Comunitário do Peso	UF Peso e Vales do Rio	25	Em execução
Centro Social e Cultural de Verdelhos	Verdelhos	5	Obras a iniciar em setembro
CERZIR AFETOS - Associação de Solidariedade Social da Boidobra	Boidobra	30	Em execução
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	UF Covilhã e Canhoso	40	Candidatura em apreciação
Centro de Dia de Orjais	Orjais	15	Candidatura em apreciação
Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	São Jorge da Beira	25	Candidatura em apreciação
Associação de Socorros Mútuos - Mutualista Covilhanense	UF Covilhã e Canhoso	40	Candidatura em apreciação

Entre as dificuldades relatadas no desenvolvimento das atividades desta resposta social, 3 entidades mencionaram problemas relacionados às deslocações, principalmente devido à distância em relação à cidade da Covilhã e às unidades de saúde. Outras 3 entidades destacaram a carência de recursos humanos, especialmente a falta de profissionais qualificados. A ausência

de apoios do Estado e a falta de acordos de colaboração com outras organizações foram apontadas como dificuldades por 2 entidades. Além disso, foram ainda reportadas dificuldades financeiras, limitações físicas nos equipamentos e a sobrecarga do SNS.

3.2.1.2. Centro de convívio

O Centro de Convívio é uma resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade⁹⁰:

Esta resposta social é disponibilizada no concelho da Covilhã através de **2 equipamentos**: o Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores situado na freguesia de Paul, e o Centro Social e Cultural de Santo Aleixo, localizado na freguesia de Unhais da Serra. Conjuntamente, os 2 centros de convívio têm **capacidade para atender 50 idosos** e, atualmente, estão **totalmente lotados**. Importa destacar que a freguesia de Paul regista 3 idosos em lista de espera.

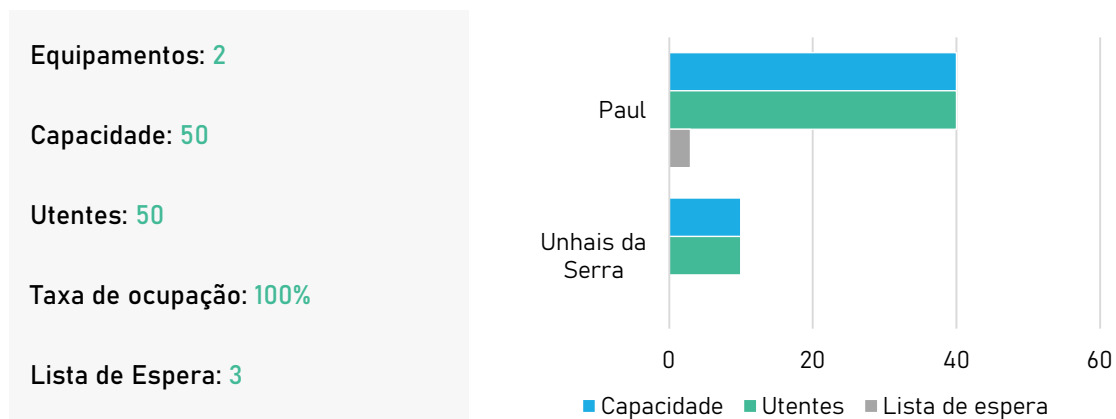


Figura 63. Caracterização da resposta de centro de convívio

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

3.2.1.3. Centro de dia

O Centro de Dia é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar⁹¹.

⁹⁰ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.22

⁹¹ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.23

A população idosa do concelho da Covilhã é servida por **22 centros de dias**, com uma **capacidade total para acolher 536 idosos**. Atualmente, os centros de dia **servem 258 idosos**, resultando em uma taxa de ocupação de 48%. Todos os centros sociais do concelho estão integrados na rede privada solidária.

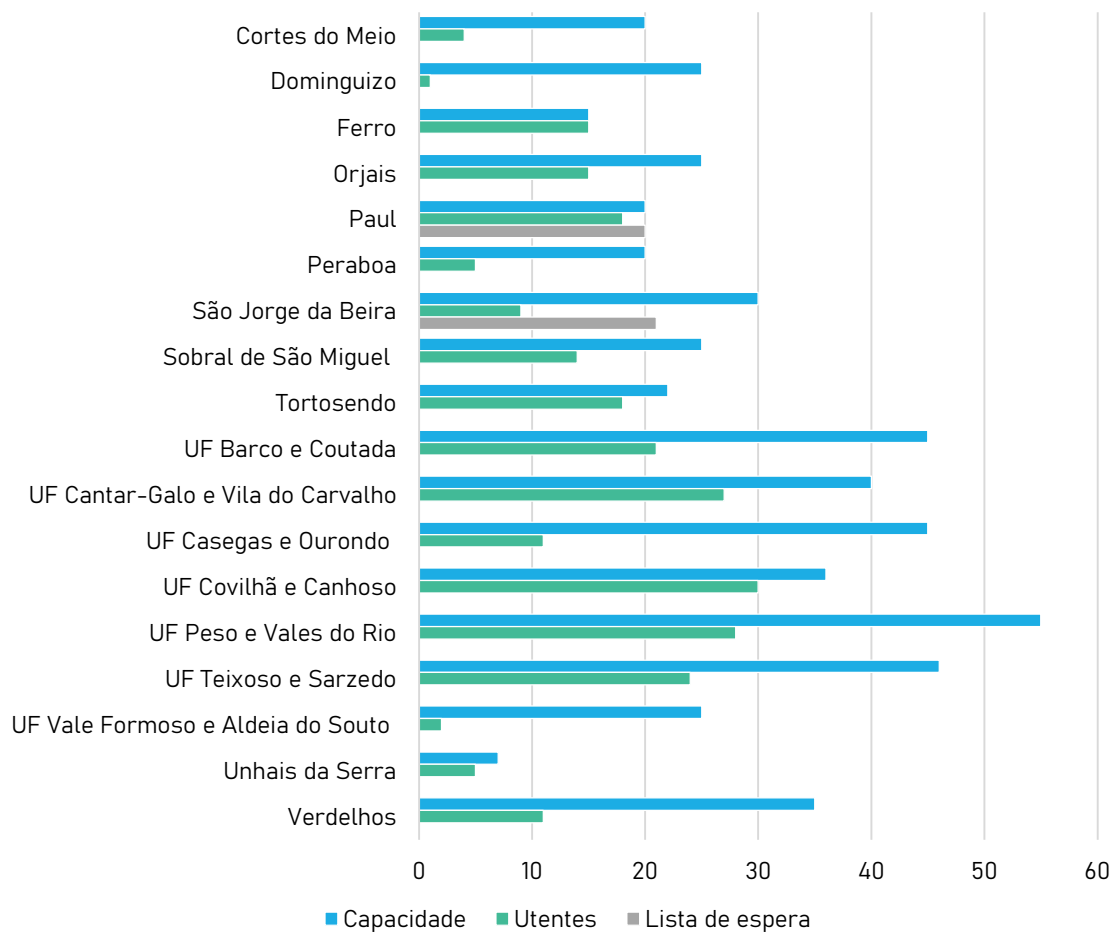
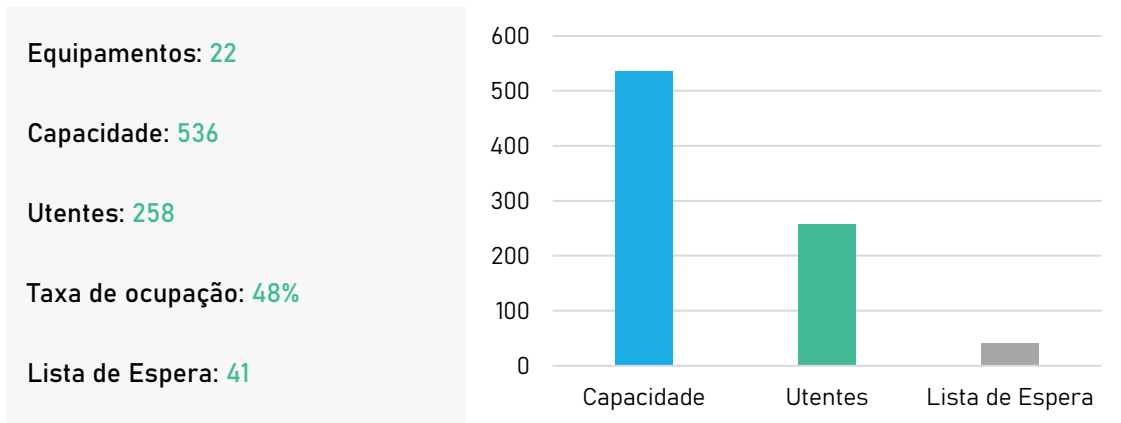


Figura 64. Caracterização da resposta de centro de dia

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

Esta resposta social tem uma expressão alargada no território concelhio, estando disponível na maioria das freguesias. Apenas as freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Boidobra, e Erada não dispõem desta resposta social. Embora, de modo geral, a capacidade dos centros de dia mostre grande disponibilidade de vagas (taxa de ocupação de 48%), especialmente nas freguesias de Dominguizo (4%), UF Vale Formoso e Aldeia do Souto (8%), Cortes do Meio (20%), UF Casegas e Ourondo (24%) e Peraboa (25%), a freguesia de Ferro apresenta uma taxa de ocupação de 100% e Peraboa de 90%, sendo que nesta última existe uma lista de espera 20 idosos (equivalente à capacidade instalada).

Na linha do que foi apontado, 2 entidades que prestam esta resposta social também indicaram que uma das principais dificuldades ao desenvolvimento das suas atividades é a fraca adesão a esta resposta social. Além disto, foram ainda apontadas dificuldades de deslocações até à cidade da Covilhã, escassez de recursos humanos qualificados, inexistência de apoios do Estado e a sobrelotação do SNS.

No âmbito do PRR, mais especificamente no âmbito da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (C03-i01), **foram submetidas 3 candidaturas** ao Aviso N.º 03/C03-i01/2022 - **Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais**. Atualmente, duas dessas candidaturas já foram aprovadas. A construção do equipamento social da entidade CERZIR AFETOS já se encontra a decorrer, o que permitirá a criação de 30 vagas. Além disso, a intervenção no Centro Social e Cultural de Verdelhos, que dispõe de 35 vagas e tem início das obras previsto para setembro, proporcionará melhores condições à resposta social atualmente oferecida. A terceira candidatura, do Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade, encontra-se em apreciação, e prevê a construção de um novo equipamento, que permitirá um crescimento de 8 vagas á resposta atualmente existente (22 vagas).

Tabela 20. Investimentos futuros no âmbito da resposta social centro de dia

Fonte: CMC, 2024

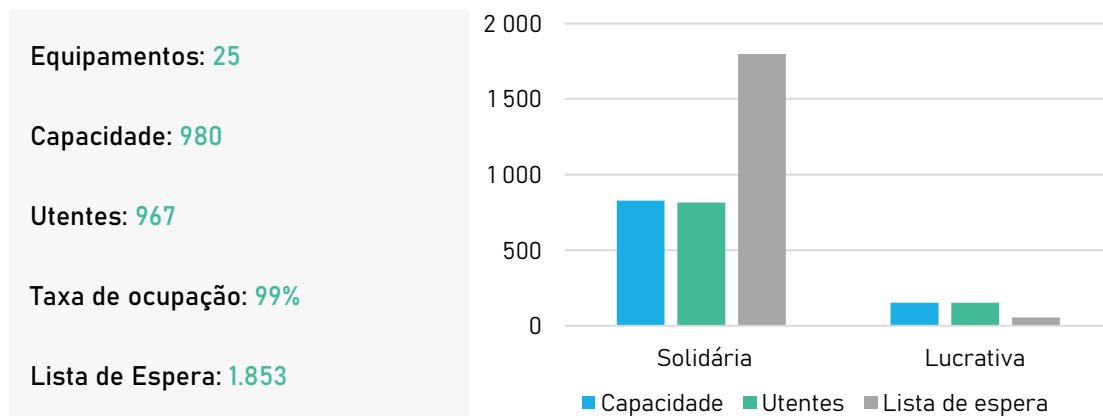
Entidade	Freguesia	Vagas a criar	Vagas a remodelar	Estado da Candidatura
Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Tortosendo	8	0	Candidatura em apreciação
Centro Social e Cultural de Verdelhos	Verdelhos	0	35	Obras a iniciar em setembro
CERZIR AFETOS - Associação de Solidariedade Social da Boidobra	Boidobra	30	0	Em execução

3.2.1.4. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A ERPI é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem⁹².

Atualmente, existem no concelho da Covilhã **25 equipamentos que integram ERPI**, com uma **capacidade para 980 utentes**. Apesar da extensão da oferta, verificam-se graves limitações na prestação desta resposta social, dado a **parca oferta existente face às solicitações existentes**. De acordo com os dados apurados, a taxa geral de ocupação das ERPI é de 99%, verificando-se ainda uma **lista de espera de 1 853 idosos** (cerca do dobro da capacidade existente). Esta realidade é particularmente gravosa na rede solidária privada.

Esta resposta social encontra-se em quase em todas as freguesias do Concelho, exceto nas freguesias de Boidobra, Erada, Orjais e a UF Vale Formoso e Aldeia de Souto não de ERPI. Contudo, em todas as freguesias onde está disponível, esta releva-se subdimensionada para fazer face às carências existentes, particularmente na UF Cantar-Galo e Vila do Carvalho, que regista uma lista de espera 10,1 vezes superior à capacidade instalada, assim como na freguesia de Verdelhos (Verdelhos 9,5 vezes superior) e São Jorge da Beira (4,7 vezes superior).



⁹² Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.26

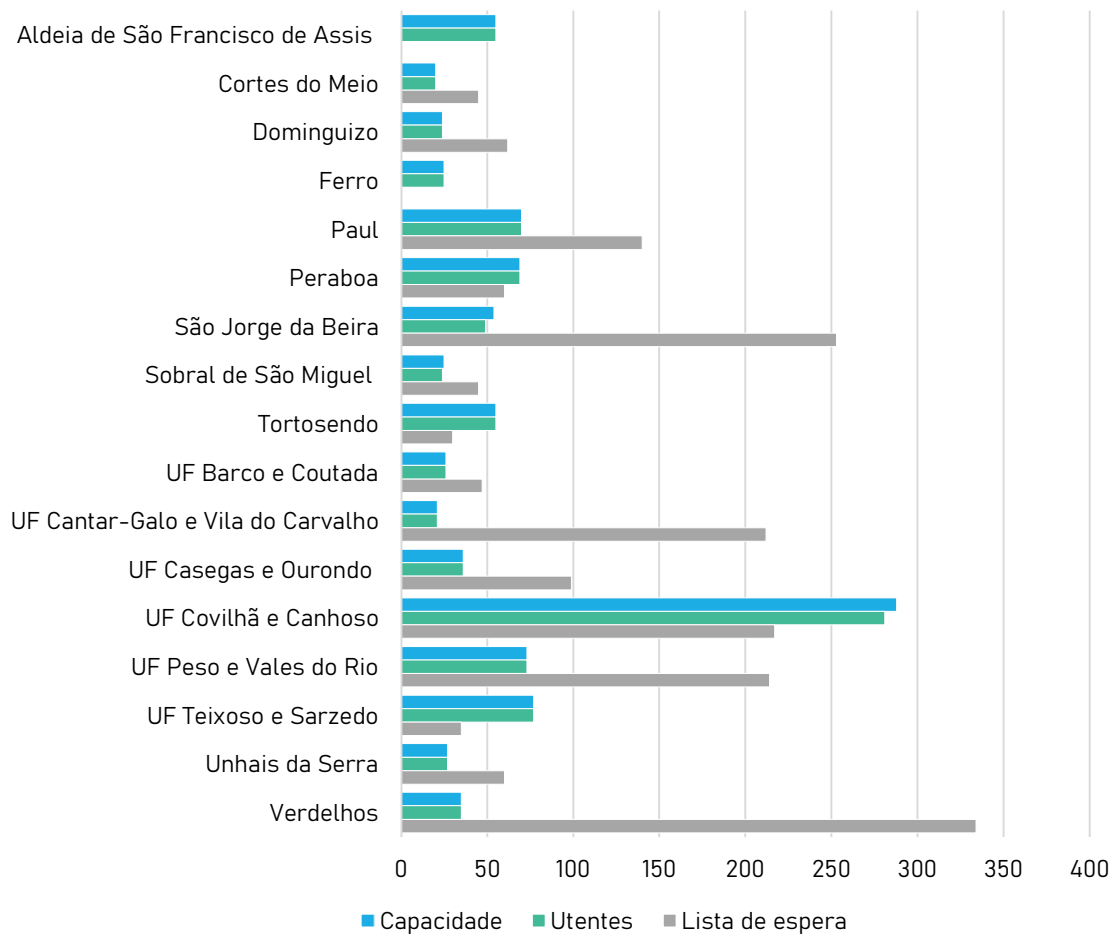


Figura 65. Caracterização da resposta de estrutura residencial para pessoas idosas

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

Além da resposta existente, encontram-se **projetados a ampliação ou construção de 7 equipamentos** que albergarão esta resposta social. No âmbito da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (C03-i01), foram submetidas 6 candidaturas (1 candidatura ao Aviso N.º 03/C03-i01/2021 e 5 candidaturas ao Aviso N.º 03/C03-i01/2022). Destas, 5 candidaturas já se encontram aprovadas. A candidatura da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã prevê a criação de uma ERPI, com capacidade para 74 residentes, particularmente direcionada à população idosa com demência, com abertura prevista para o último trimestre de 2025. A candidatura do Centro Social e Cultural de Verdelhos prevê a ampliação e intervenção no edifício existente, o que permitirá um aumento de 10 vagas e a melhoria das condições infraestruturais da resposta já existente, que atualmente dispõe de 35 vagas. No Centro Social Nossa Senhora da Conceição da Aldeia do Carvalho, as obras de ampliação e melhoria já estão em andamento, com o objetivo de aumentar a capacidade em 30 vagas e melhorar 5 vagas já existentes. A candidatura do Centro Social e Comunitário do Peso visa a construção de um edifício destinado a ERPI, com capacidade para 31 residentes, sendo que as obras já estão em

curso. Igualmente, o Centro Social de Vales do Rio, cuja construção também está em andamento, terá capacidade para 26 utentes. Por fim, a candidatura do Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade, ainda em apreciação, prevê a construção de um novo equipamento na freguesia de Tortosendo que oferecerá uma resposta social de ERPI com capacidade para 60 utentes.

No âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais 3ª Geração (PARES 3.0)⁹³, a Fundação Anita Pina Calado submeteu uma candidatura que foi aprovada e já se encontra em fase de execução. Esta intervenção permitirá a requalificação do equipamento existente na União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, resultando num aumento da capacidade em 6 vagas e na melhoria física de 35 vagas.

Conjuntamente, é expectável que capacidade das ERPI aumente em 240 vagas (valor muito aquém da lista de espera), assim como se prevê a reabilitação de 75 vagas existentes.

Tabela 21. Investimentos futuros no âmbito da resposta social estrutura residencial para idosos

Fonte: CMC, 2024

Entidade	Freguesia	Vagas a criar	Vagas a remodelar	Estado da Candidatura
Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Tortosendo	60	0	Candidatura em apreciação
Centro Social e Cultural de Verdelhos	Verdelhos	10	35	Obras a iniciar em setembro
Centro Social Nossa Senhora da Conceição da Aldeia do Carvalho	UF Vale Formoso e Aldeia do Souto	30	5	Em execução
Centro Social e Comunitário do Peso	UF Peso e Vales do Rio	31	0	Em execução
Centro Social de Vales do Rio	UF Peso e Vales do Rio	26	0	Em execução
Fundação Anita Pina Calado	UF Teixoso e Sarzedo	6	35	Em execução
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	UF Covilhã e Canhoso	74	0	Em execução

Entre as dificuldades ao desenvolvimento das atividades prestadas por esta resposta social foram apontadas por 3 entidades dificuldades nas deslocações, nomeadamente pela distância relativamente à cidade da Covilhã e por 2 entidades a carência de recursos humanos,

⁹³ Criado pela Portaria n.º 426/2006, de 2 de maio.

especialmente de quadros qualificados. Também foram reportadas dificuldades financeiras, inexistência de apoios do Estado e a sobrelotação do SNS.

3.2.1.5. Respostas complementares

Complementares às respostas formais e contribuindo para a qualidade de vida, segurança e longevidade da população sénior do concelho, foi possível identificar algumas iniciativas promovidas por diversas entidades locais. A identificação destas iniciativas teve por base a informação, recolhida no questionário, prestada pelas diferentes entidades que atuam à escala concelhia. A informação recolhida por esta via é apresentada mais detalhadamente, numa ficha de iniciativas apresentada no Anexo VI.

Existem iniciativas, no território, que promovem o combate ao isolamento dos idosos que residem ainda autonomamente, sublinhando o trabalho efetuado pelas forças policiais, através do acompanhamento de proximidade.

Além disto, o Município aderiu, em setembro de 2021, à rede de envelhecimento ativo e saudável, através de uma proposta de criação de um centro de envelhecimento ativo e saudável integrado numa rede nacional e europeia. A proposta foi feita pela UBI e pretende que a Beira Interior fique representada a nível nacional e internacional e, sobretudo, que ajude os projetos que nesta área visem a melhoria da qualidade do envelhecimento da população.

3.2.2. Pessoas adultas com deficiência

As valências vocacionadas para pessoas adultas com deficiência (integradas na população alvo “população adulta”) existentes no concelho da Covilhã incluem as seguintes respostas sociais: **Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)**, **Lar Residencial**, **Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)**. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo V. Todas as respostas sociais para pessoas adultas com deficiência existentes no Concelho, são prestadas no equipamento da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã, na UF de Covilhã e Canhoso.



Respostas Sociais para Pessoas Adultas com Deficiência

- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão; Lar Residencial; Residência de Autonomização e Inclusão

Figura 66. Equipamentos e respostas sociais para pessoas adultas com deficiência no concelho da Covilhã, 2024

Fonte: CMC, 2024

Considerando ainda a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), o Concelho não dispõe de Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)⁹⁴, SAD, Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência⁹⁵ e Transporte de Pessoas com Deficiência.

3.2.2.1. Centro de atividades e capacitação para a inclusão

O CACI é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso a comunidade, aos seus recursos e atividades e que se

⁹⁴ Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à prestação de um serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.

⁹⁵ Resposta social que consiste em integrar no domicílio de famílias consideradas idóneas, pessoas idosas e adultas com deficiência, de forma temporária ou permanente. Conceito idêntico ao apresentado para as pessoas idosas.

constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade⁹⁶:

Esta resposta social tem **capacidade para 60 pessoas adultas com deficiência**, e encontra-se em situação de saturação. A existência de **11 pessoas em lista de espera** indica que a resposta existente não se mostra suficiente para suprir as necessidades.

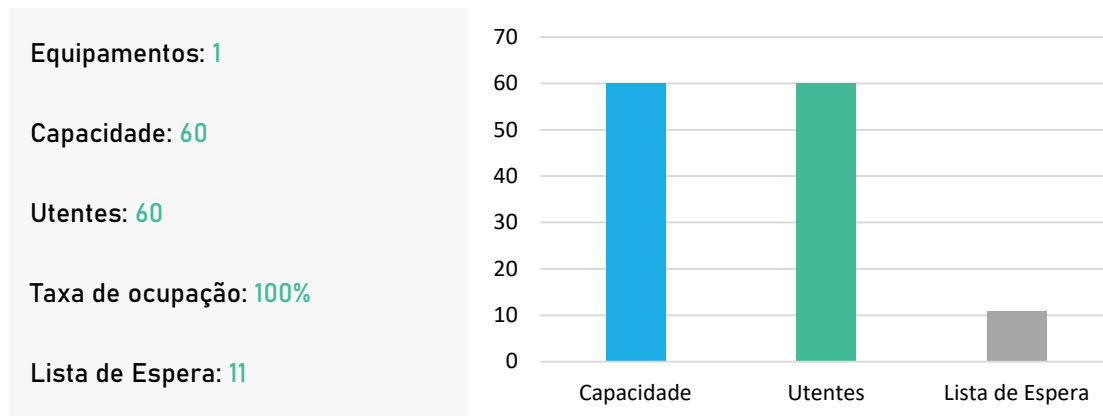


Figura 67. Caracterização da resposta de centro de atividades e capacitação para a inclusão

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

3.2.2.2. Lar residencial

O Lar residencial é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar⁹⁷.

O lar residencial para pessoas com deficiência existente no concelho da Covilhã, possui uma **capacidade para 60 adultos com deficiência**, e está a **operar em plena capacidade** (taxa de ocupação de 100%). Atualmente, registam-se **15 pessoas em lista de espera**, o que revela que a oferta disponível é insuficiente suprir as carências.

⁹⁶ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.29

⁹⁷ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.32

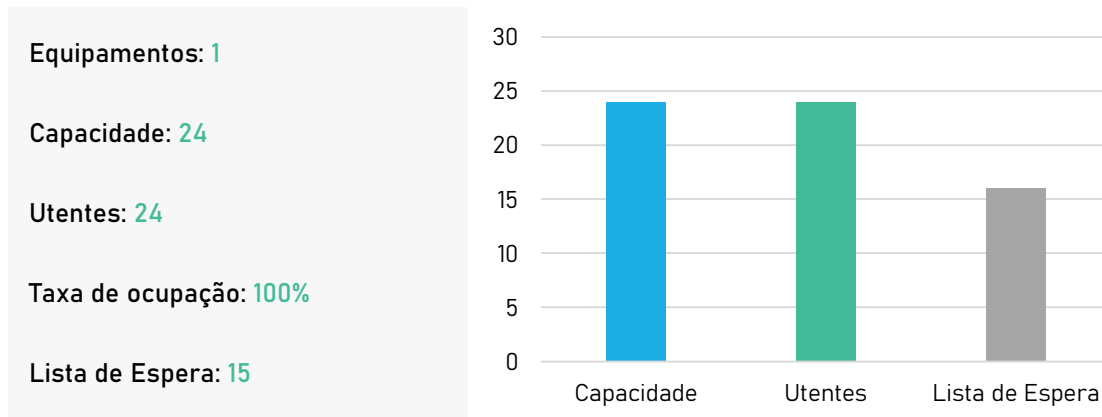


Figura 68. Caracterização da resposta de lar residencial

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

No âmbito do PRR, mais especificamente no contexto da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (C03-i01), a SCM da Covilhã submeteu **uma candidatura** ao Aviso N.º 03/C03-i01/2022, que visa a requalificação e ampliação da rede de equipamentos e respostas sociais. O objetivo desta candidatura é obter financiamento para a construção de um equipamento autónomo dedicado à implementação de respostas sociais na área da deficiência. Atualmente em fase de apreciação, a candidatura prevê aumentar a capacidade desta resposta social em 20 vagas.

Tabela 22. Investimentos futuros no âmbito da resposta lar residencial

Fonte: CMC, 2024

Entidade	Freguesia	Vagas a criar	Estado da candidatura
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	UF Covilhã e Canhoso	20	Candidatura em apreciação

3.2.2.3. Residência de Autonomização e Inclusão

A RAI é uma resposta de alojamento residencial, temporário ou permanente, desenvolvida em apartamento, moradia ou outra tipologia de habitação similar, inserida em áreas residenciais na comunidade, destinada a pessoa com deficiência ou incapacidade, com capacidade de viver de forma autónoma, e tem por objetivo, mediante apoio individualizado, proporcionar condições para a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo⁹⁸.

⁹⁸ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.33

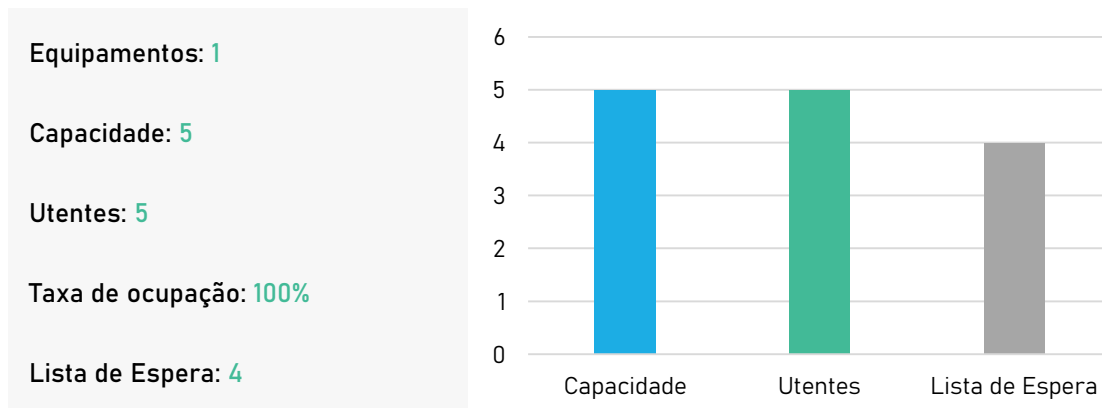


Figura 69. Caracterização da resposta de residência de autonomização e inclusão

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

Esta resposta social possui uma capacidade instalada bastante limitada, podendo **acolher 5 utentes**. Assim como as demais respostas sociais para adultos com deficiência no concelho, a RAI **está lotada e conta com uma lista de espera de 4 pessoas**, evidenciando que também esta resposta social é insuficiente para atender às necessidades da população

3.2.2.4. Respostas complementares

Complementares às respostas formais, o Concelho conta ainda com o Balcão da Inclusão, resultante do protocolo estabelecido entre o Município e o Instituto Nacional para a Reabilitação (IRN), que presta um serviço de atendimento especializado e acessível às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, suas famílias, organizações e outros que direta ou indiretamente intervêm na área da deficiência. O atendimento pode ser via telefone, escrito, videochamada e presencial. Entre as principais temáticas tratadas pelo Balcão encontram-se a educação e formação profissional, emprego, habitação, saúde, benefícios fiscais e prestações sociais. A informação relativa à esta iniciativa é apresentada mais detalhadamente no Anexo VI.

3.2.3. Pessoas em situação de dependência

O concelho da Covilhã **não possui respostas sociais dirigidas para pessoas em situação de dependência** (integradas na população alvo “população adulta”). Segundo a nomenclatura das

respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as respostas sociais para esta população incluem SAD, Apoio Domiciliário Integrado⁹⁹ (ADI) e Unidade de Apoio Integrado¹⁰⁰ (UAI).

3.2.4. Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

O concelho da Covilhã **não possui respostas sociais dirigidas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico** (integradas na população alvo “população adulta”). Segundo a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as respostas sociais para esta população incluem Fórum Sócio Ocupacional¹⁰¹, Unidade de Vida Protegida¹⁰², Unidade de Vida Autónoma¹⁰³ e Unidade de Vida Apoiada¹⁰⁴.

3.2.4.1. Respostas complementares

Refira-se que, desde 2021, existe um projeto desenvolvido em parceria entre a UBI, representada pelo Centro Académico Clínico das Beiras (CACB), a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), ACES da Cova da Beira, o CHUCB e o Município de Belmonte, Covilhã e Fundão. São objetivos deste projeto a promoção da saúde mental, reabilitação e reintegração das pessoas através do desenvolvimento de um plano estratégico, com programas de prevenção e tratamento da doença, através da articulação e dinamização dos parceiros com outras entidades na comunidade, que a rede considere relevantes para o seu desenvolvimento.

3.2.5. Pessoas em situação de sem-abrigo

O concelho da Covilhã **não possui nenhuma das respostas sociais dirigidas para pessoas em situação de sem-abrigo** (integradas na população alvo “população adulta”), incluídas na Carta

⁹⁹ Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio.

¹⁰⁰ Resposta de intervenção integrada de cuidados de saúde e apoio social, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

¹⁰¹ Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

¹⁰² Resposta desenvolvida em estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com doença mental grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

¹⁰³ Resposta desenvolvida em estrutura habitacional localizada na comunidade, destinada a pessoas adultas com doença mental grave estabilizada e de evolução crónica, com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

¹⁰⁴ Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Social. Segundo a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as respostas sociais para esta população incluem Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo¹⁰⁵, Atelier Ocupacional¹⁰⁶ e Centro de Alojamento Temporário¹⁰⁷.

3.3. Família e comunidade

3.3.1. Família e comunidade em geral

As valências vocacionadas para a família e comunidade em geral (integradas na população alvo “família e comunidade”) existentes no concelho da Covilhã incluem as seguintes respostas sociais: **SAAS, Refeitório/Cantina Social e Ajuda Alimentar**. A listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais pode ser consultada no Anexo V. A UF da Covilhã e Canhoso, e as freguesias limítrofes concentram as respostas sociais para a família e comunidade em geral. A maioria das freguesias não dispõem de uma única resposta social para esta grupo alvo.

Considerando ainda a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), o Concelho não dispõe de Grupo de Autoajuda¹⁰⁸, Centro Comunitário¹⁰⁹, Centro de Apoio à Vida¹¹⁰,

¹⁰⁵ Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com as pessoas em situação de sem-abrigo, visando melhorar as condições de vida desta população.

¹⁰⁶ Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem-abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas estruturados que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou flexíveis onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

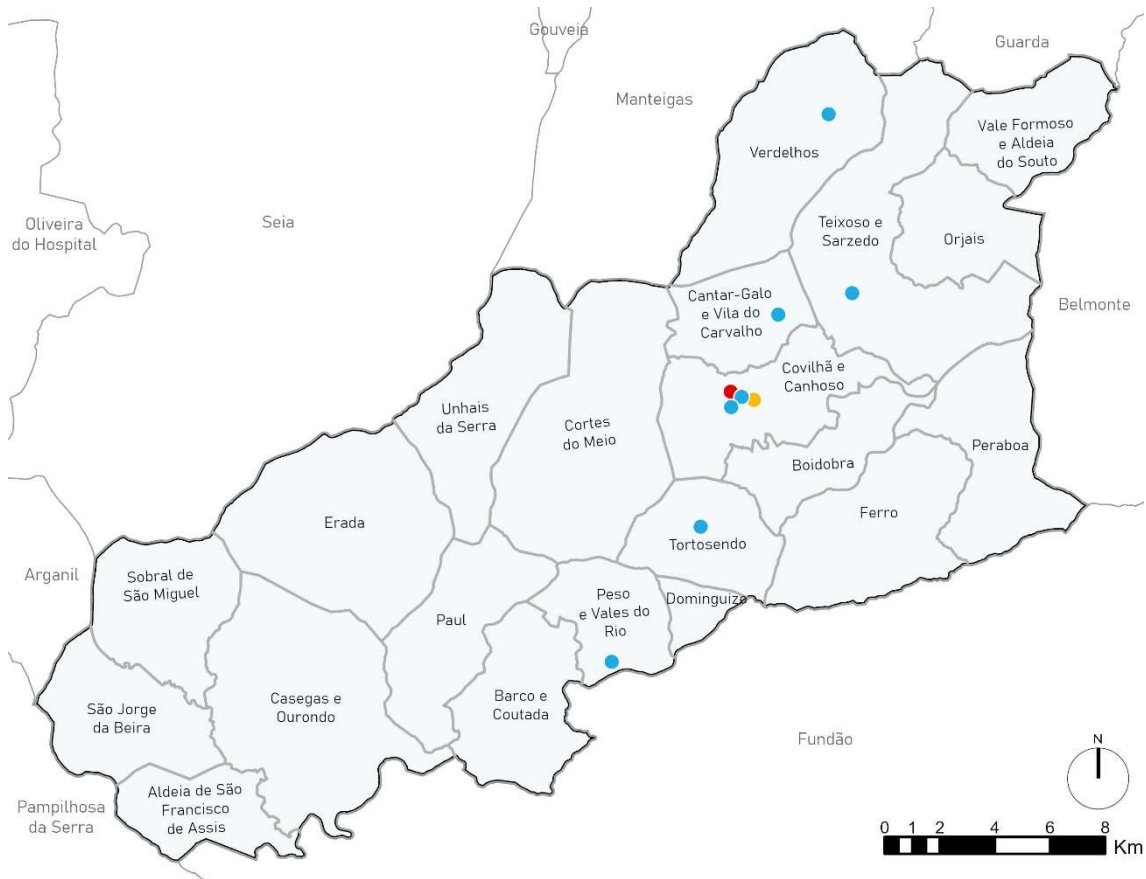
¹⁰⁷ Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

¹⁰⁸ Resposta social, desenvolvida através de grupos reduzidos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram por experiências idênticas de adversidade, visando apoio emocional que facilite superar a instabilidade e encontrar soluções e estratégias positivas, através da partilha de experiência e troca de informação.

¹⁰⁹ Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

¹¹⁰ Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puerperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

Comunidade de Inserção¹¹¹, Centro de Alojamento Temporário, e Centro de Férias e Lazer¹¹².



Respostas Sociais para a Família e Comunidade em Geral

- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; Refeitório/Cantina; Ajuda Alimentar a Carentes
- Ajuda Alimentar a Carentes

Figura 70. Equipamentos e respostas sociais para família e comunidade em geral no concelho da Covilhã, 2024

Fonte: CMC, 2024

¹¹¹ Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, dirigida a grupos de indivíduos e ou famílias que se encontram em situação de exclusão, marginalização ou vulnerabilidade social, onde se desenvolve um conjunto de ações integradas, mediante apoio técnico adequado, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades, com vista à sua autonomização e inclusão social.

¹¹² Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social.

3.3.1.1. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

O SAAS é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social¹¹³: O SAAS, como já foi mencionado, é uma atribuição da CMC, que está também protocolada com a SCM da Covilhã. O SAAS da Covilhã tem capacidade para realizar entre 200 e 350 atendimentos/acompanhamentos sociais mensais.

3.3.1.2. Refeitório/Cantina Social

O Refeitório/Cantina Social é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a pessoas e famílias com vulnerabilidade ou fragilidade social e económica, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas¹¹⁴:

O concelho da Covilhã conta com 3 respostas deste âmbito, disponibilizada pela SCM da Covilhã, na UF de Covilhã e Canhoso e Lar de São José (UF Covilhã e Canhoso) e Fundação Anita Pina Calado (UF Teixoso e Sarzedo). Esta resposta social tem capacidade para 61 utentes e atualmente opera com uma taxa de ocupação de 69%.

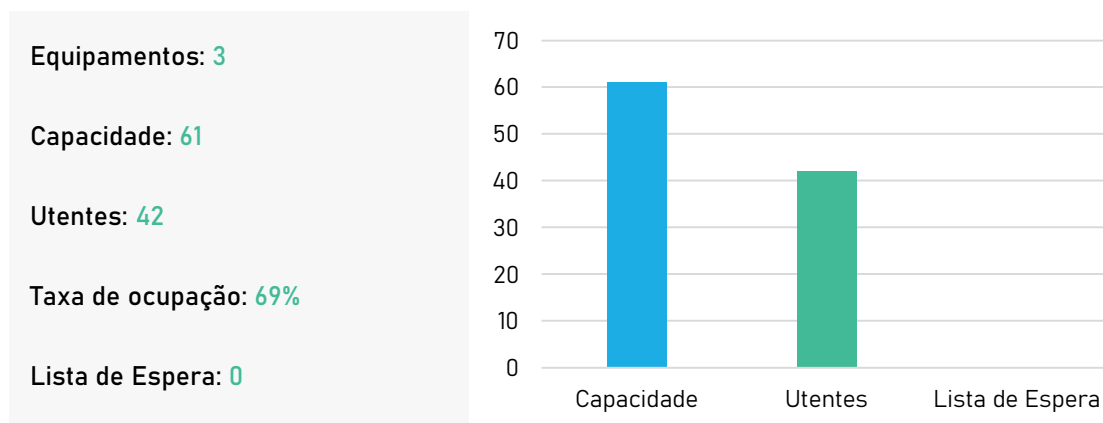


Figura 71. Caracterização da resposta refeição/cantina social

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

¹¹³ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.45

¹¹⁴ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.48

3.3.1.3. Ajuda Alimentar

A Ajuda Alimentar é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias¹¹⁵.

Esta resposta social presente no concelho da Covilhã, através de uma candidatura conjunta entre os territórios de Covilhã e Belmonte ao PESSOAS 2030 (Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão), é disponibilizada através de 7 equipamentos, todos inseridos na rede privada solidária. Esta resposta social possui capacidade para apoiar 666 pessoas, tendo no momento 651 pessoas a usufruir do apoio.



Figura 72. Caracterização da resposta de ajuda alimentar

Fonte: Questionário, Carta Social Nacional, CMC, 2024

A UF de Covilhã e Canhoso concentra a maior parte dos equipamentos, com 2 unidades. As demais freguesias que dispõem desta resposta social possuem apenas 1 equipamento cada. Por sua vez, é na UF de Covilhã e Canhoso que se concentra a maior capacidade instalada (263 utentes), seguindo-se a UF de Peso e Vales do Rio (102 utentes) e UF de Cantar-Galo e Vila do Carvalho (98 utentes). Todas as freguesias registam uma taxa de ocupação superior a 97%.

Apesar de não se inserirem na nomenclatura estabelecida pela SS, o Município dispõe ainda algumas entidades, entre as quais se destacam o Banco Alimentar Contra a Fome da Cova da Beira, a ReFood, a Delegação da Cruz Vermelha da Covilhã e as Conferências Vicentinas, que prestam uma resposta de apoio alimentar às pessoas mais carenciadas do Concelho.

Além da distribuição direta dos géneros alimentares adquiridos no âmbito das operações de aquisição direta às pessoas mais carenciadas, as organizações parceiras asseguram o

¹¹⁵ Nomenclaturas – Respostas Sociais, DGSS, novembro de 2022, p.52

desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas pessoas.

3.3.1.4. Respostas complementares

As respostas complementares direcionadas para família e comunidade em geral estão presentes no concelho de forma significativa, sendo de salientar, pela diversidade de iniciativas, as respostas de apoio à população mais carenciada, no acesso à saúde, qualificação e apoio à inserção no mercado de trabalho, bem como de sinalização, acompanhamento e apoio geral.

Foram identificadas pelas entidades que responderam ao questionário, 32 iniciativas distintas para este público-alvo. A título exemplificativo indicam-se alguns projetos como uma rede de apoio e entreaajuda de famílias monoparentais femininas, projetos de hortas comunitárias, ou projetos de doação, troca ou venda de bens, rastreios, um gabinete de apoio à criação de emprego e ao empreendedorismo, apoio à integração de população migrante, a prevenção de comportamentos de risco em contexto escolar, voluntariado e envolvimento comunitário, apoio alimentar e bens essenciais, e de saúde mental.

A informação relativa às iniciativas identificadas é apresentada mais detalhadamente, numa ficha de iniciativas apresentada no Anexo VI.

3.3.2. Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias

O concelho da Covilhã **não possui respostas sociais dirigidas para pessoas com VIH/SIDA e suas famílias** (integradas na população alvo “família e comunidade”). Segundo a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022), as respostas sociais para esta população incluem Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial¹¹⁶, SAD e Residência para Pessoas com VIH/SIDA¹¹⁷.

3.3.3. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências

O concelho da Covilhã **não possui respostas sociais dirigidas para pessoas com comportamentos aditivos e dependências (CAD)** (integradas na população alvo “família e comunidade”) de acordo com a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS

¹¹⁶ Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

¹¹⁷ Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas VIH/SIDA e, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

(2022). As respostas sociais para esta população incluem Equipa de Intervenção Direta e Apartamento de Reinserção Social.

3.3.3.1. Respostas complementares

Relembre-se, contudo, que, como indicado no capítulo 2.5, o CRI de Castelo Branco, possui uma Equipa Técnica Especializada de Tratamento da Covilhã, com atuação ao nível do tratamento em ambulatório a pessoas com CAD e da prevenção, Reinserção e Redução de Riscos e Minimização de Danos. Além disto, no âmbito do PRI do Território Eixo Fundão–Covilhã, também abordado no capítulo 2.5, existem atualmente dois projetos cofinanciados pelo SICAD: o Projeto Abraça a Escola, no âmbito da prevenção, e o Projeto Vive a Noite, relativo à Redução de riscos e Minimização de Danos.

3.3.4. Pessoas vítimas de violência doméstica

O concelho da Covilhã **não possui respostas sociais dirigidas para pessoas vítimas de violência doméstica** (integradas na população alvo “família e comunidade”), segundo a nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS (2022). As respostas sociais para esta população incluem Estrutura de Atendimento¹¹⁸ e Casa de Abrigo¹¹⁹.

3.3.4.1. Respostas complementares

Em primeiro lugar acrescenta-se que a CMC aderiu à **Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica**. Esta adesão teve como principal objetivo instituir uma cooperação institucional entre as partes, no âmbito do processo de autonomização e empoderamento das vítimas de violência doméstica, priorizando assim o processo inerente à atribuição de habitação social municipal.

Além disto, o Município disponibiliza **uma habitação de emergência social**, que visa possibilitar alojamento pontual e temporário, com carácter urgente e inadiável, onde se enquadram as situações de violência doméstica. Do mesmo, o Município apresentou uma candidatura a financiamento PRR para **criar e integrar 8 alojamentos na BNAUT** (com capacidade para 18

¹¹⁸ Resposta desenvolvida por um serviço constituído por equipas técnicas de natureza multidisciplinar constituída, preferencialmente, por técnicos de apoio à vítima que asseguram, de forma integrada, com carácter de continuidade, o atendimento, o apoio e o reencaminhamento personalizado de vítimas, tendo em vista a sua proteção.

¹¹⁹ Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário de vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

peçoas), sendo expectável que que as obras sejam executadas em 2024. Estes aspetos encontram-se descritos de forma mais detalhada no capítulo 2.4.1.

Foi possível identificar iniciativas que correspondem a respostas complementares dirigidas a pessoas vítimas de violência doméstica. Desde logo, o **Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da Covilhã, da CooLabora**, cujos dados relativos aos atendimentos realizados foram analisados no capítulo 2.6. Este gabinete resulta do Projeto Violência Zero, que promove uma abordagem integrada e em parceria, de prevenção e combate a violência doméstica e de género.

A CPCJ desenvolve igualmente iniciativas direcionadas para esta problemática, que incidem essencialmente na sensibilização e prevenção de situações de violência doméstica.

A informação relativa às iniciativas identificadas é apresentada mais detalhadamente, numa ficha de iniciativas apresentada no Anexo VI.

SÍNTESE CONCLUSIVA

- De uma forma geral, e em linha com a distribuição da população e do povoamento, deteta-se uma forte concentração de equipamentos e respostas sociais na cidade da Covilhã e, num segundo nível, na Grande Covilhã. Detetam-se alguns constrangimentos associados a instalações físicas com necessidades de intervenção e à carência de recursos humanos e/ou financeiros.
- Na infância e juventude, para as crianças e jovens, os estabelecimentos de educação pré-escolar são a resposta mais comum e disseminada, existindo maior pressão e lista de espera para a rede pública e solidária na UF da Covilhã e Canhoso. As creches têm uma elevada taxa de ocupação e um número significativo de crianças em lista de espera, o que indicia a necessidade de alargamento da capacidade instalada (mesmo com a implementação dos projetos de alargamento em curso, o aumento da capacidade é muito inferior à lista de espera). A oferta e taxa de utilização da resposta de CATL é reduzida. O Concelho não dispõe das respostas de IPI, Ama, Creche Familiar, devendo ser avaliada a sua necessidade, em particular no que respeita à resposta de intervenção precoce.
- Não existem respostas sociais enquadradas na nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS, dirigidas para crianças e jovens com deficiência (apenas a iniciativa Espaço dos Sentido), embora este seja um grupo com alguma relevância no Concelho. Lembra-se que em março de 2024, eram atribuídas bonificações por deficiência ao abono de famílias a 265 pessoas. As pessoas adultas com deficiência possuem respostas sociais de CACI, Lar Residencial e RAI, mas estes equipamentos operam em plena capacidade e possuem listas de espera. As demais respostas (CAARPD, SAD, Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência e Transporte de Pessoas com Deficiência) não existem.
- As crianças e jovens em situação de perigo possuem respostas de Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência, Casa de Acolhimento (em plena ocupação) e Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.
- As respostas sociais para pessoas idosas estão presentes na maioria das freguesias, mas estão tendencialmente em plena ocupação, sendo a lista de espera para ERPI de cerca do dobro da capacidade instalada. Estão previstos investimentos na criação de 3 centros de dia e 6 ERPI, que irão ampliar a capacidade

de resposta, mas aquém da lista de espera. O Concelho não dispõe de Centro de Noite e Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas. São identificadas dificuldades das respostas localizadas fora das áreas urbanas no transporte dos idosos aos serviços de saúde.

- A família e comunidade em geral beneficia da resposta de SAAS, Refeitório/Cantina Social e Ajuda Alimentar. As restantes respostas, mais específicas, são inexistentes. Do mesmo modo, não existem respostas sociais (enquadradas na nomenclatura das respostas sociais estabelecida pela DGSS) dirigidas para pessoas em situação de dependência, para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, para pessoas em situação de sem-abrigo, para pessoas com VIH/SIDA e suas famílias, para pessoas com CAD, nem para pessoas vítimas de violência doméstica. Entre estes, os grupos onde a carência destas respostas é particularmente significativa são as pessoas em situação de dependência, as pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, as pessoas com CAD, e as vítimas de violência doméstica.
- Além das respostas formais que integram as Cartas Sociais, identificaram-se respostas complementares (iniciativas e projetos de âmbito social) para crianças e jovens, crianças e jovens com deficiência, crianças e jovens em situação de perigo, pessoas idosas, pessoas adultas com deficiência, pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, família e comunidade em geral, pessoas com CAD e vítimas de violência doméstica.

04|

PROBLEMAS E
VULNERABILIDADE SOCIAIS

4. Problemas e vulnerabilidades sociais

4.1. Perceções das fragilidades sociais: Diagnóstico temático

Em complemento à análise estatística, que possibilitou uma avaliação do contexto social do Concelho, em várias dimensões (desenvolvida no capítulo 2), assim como ao levantamento e caracterização das respostas sociais, tendo por base a nomenclatura da Carta Social (desenvolvida no capítulo anterior), procede-se, por fim, a uma análise das principais problemáticas sociais existentes no Concelho, com base na perceção das entidades que desenvolvem localmente a sua atividade quotidiana no domínio social (ou num domínio conexo). Esta análise assenta nos resultados do questionário online.

Com base nas respostas das entidades sobre quais são, na sua opinião, as principais problemáticas sociais no Concelho, destacam-se dois domínios: os **equipamentos e respostas sociais**, e o emprego e rendimento (Figura 73). No primeiro caso, é indicada a **insuficiência de respostas sociais**, quer de uma forma geral, quer aquelas que são dirigidas a grupos específicos, em particular à população idosa (nas suas múltiplas valências), mas também a crianças (creches), a pessoas com deficiência, a pessoas com dependências ou a pessoas com doença mental. Acrescente-se que a escassez de respostas para os idosos, face ao crescente envelhecimento do Concelho, gera situações de desacompanhamento ou obriga a deslocação para outros locais, com o conseqüente desenraizamento dos idosos. Além do dimensionamento da oferta (de equipamentos e equipas) é também mencionada a necessidade de **melhorar a qualidade das respostas** e de **innovar face à emergência de novas problemáticas**, assim como a questão da **capacidade de acesso às respostas sociais**, face aos reduzidos rendimentos da população.

No que respeita ao **emprego e rendimento**, por um lado, são salientados os **baixos salários**, a **falta de recursos financeiros** de muitas famílias e as **situações de pobreza**, em particular entre a população idosa (mas não exclusivamente), assim como a necessidade de dinamização do mercado de trabalho local e de criação de emprego. O mercado de trabalho local é pautado por uma **reduzida oferta de empregos qualificados e de empregos estáveis**, fator que é crucial para a fixação da população mais jovem, e o Concelho enfrenta problemas de **escassez e desmotivação de mão-de-obra**, dificuldade que é sentida, por exemplo, no setor social, mas também no setor educativo e formativo.

As questões associadas ao **contexto demográfico**, quer no que respeita à **sustentabilidade demográfica**, com todas as questões associadas ao forte **envelhecimento da população e redução da natalidade**, quer no que respeita ao aumento da imigração e dificuldades no **acolhimento e integração dos imigrantes**, são também referências muito relevantes, sendo estes aspetos mencionados, respetivamente, em 19 e 18 questionários. Uma questão específica mencionada no acolhimento dos estrangeiros prende-se com a escassez de **cursos de português para estrangeiros**, mas também com a capacidade das **crianças estrangeiras se adaptarem à escola** e com os desafios que se colocam às escolas associados à necessidade de darem resposta adequada às especificidades destes alunos.



Figura 73. Perceção dos principais problemas sociais no Concelho (nº de indicação por temática)

Fonte: Questionário às entidades do CLAS-CVL, 2024

Pelo contrário, e não significando, todavia, que não sejam relevantes, os domínios que foram menos frequentemente apontados como os mais críticos foram a **segurança e proteção** (questões que reuniam 3 menções, 2 associadas à violência doméstica, uma das quais também menciona os comportamentos antissociais e/ou de indisciplina graves, e outra indicando um aumento da insegurança). A **educação e formação**, incluindo aspetos como o abandono e absentismo escolar, também não foi um domínio especialmente salientado.

Quando questionadas sobre o grau de gravidade das vulnerabilidades sociais, em cada um dos 12 domínios na Figura 74, emergem com uma maior concentração de classificações como “muito problemático” a **sustentabilidade demográfica** (já antes evidenciada) e a **saúde e bem-estar**, que antes não tinha sido destacada. A saúde e bem-estar integra problemáticas como a **falta ou dificuldade de fixação de profissionais de saúde**, as fragilidades nas respostas ao nível de

cuidados de saúde primários e de saúde preventiva, a ausência ou subdimensionamento de **respostas específicas** (p.e. dirigidas a pessoas com CAD, no domínio da saúde mental ou dos cuidados continuados), ou as **dificuldades de acesso aos cuidados de saúde** (tal como a outros serviços) por parte de quem reside mais longe da sede de concelho ou tem menores rendimentos. Mencionem-se ainda aspetos associados a estilos de vida pouco saudáveis, iliteracia em saúde ou problemas relativos ao alcoolismo (p.e. tendência de aumento e validação social entre os mais jovens).

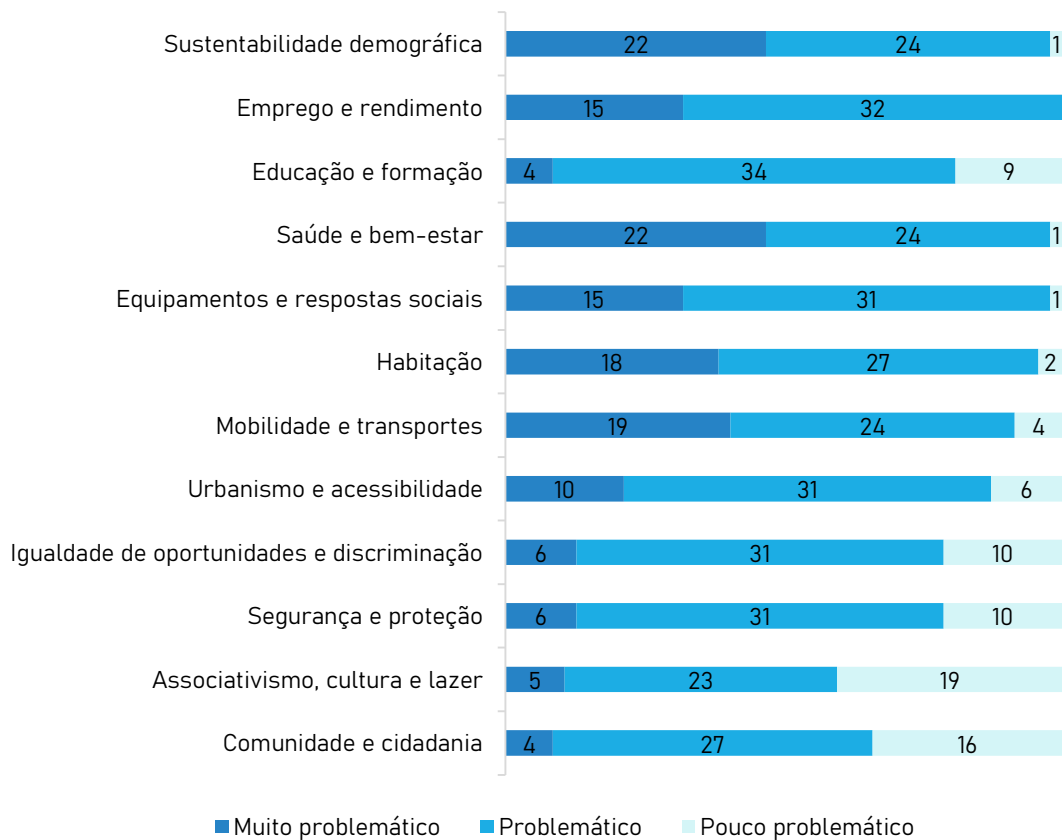


Figura 74. Grau de vulnerabilidade social por domínio (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades do CLAS-CVL, 2024

Relevantes são também as entidades que percecionam uma elevada vulnerabilidade social associada aos domínios do **emprego e rendimentos**, e dos **equipamentos e respostas sociais**, ambos já abordados anteriormente, assim como a **habitação** e a **mobilidade e transportes**.

No que respeita à habitação, são salientadas as **dificuldades no acesso a uma habitação**, devido ao aumento dos preços e à escassez da oferta disponível (para venda a custos acessíveis ou arrendamento), questão que é particularmente grave para jovens e para todos aqueles que

possuem níveis de rendimento mais reduzidos. Importantes são também as **condições inadequadas de habitabilidade**, quer devido à degradação, insalubridade e reduzida **eficiência energética** das habitações, quer devido à existência de **barreiras arquitetónicas** para idosos ou outras pessoas com dificuldades de locomoção. Para além do desfasamento, já identificado no capítulo 2, entre a **oferta de habitação pública** e o volume de pessoas em carência habitacional com escassa capacidade financeira, as entidades identificam a necessidade de respostas para **situações de emergência** (p.e. pessoas em situação de sem-abrigo, vítimas de violência doméstica), assim como a necessidade de **apoios municipais ao arrendamento**.

As questões de mobilidade e transportes estão sobretudo associadas às **limitações na frequência dos transportes** ou **incompatibilidade de horários** com as necessidades de algumas pessoas (causando constrangimentos, por exemplo, no acesso ao emprego), uma questão que está sobretudo associada às **áreas rurais**, e que se agrava **fora dos períodos escolares**. São igualmente mencionados constrangimentos associados ao **custo dos transportes** e à **acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida**.

No que respeita à **igualdade de oportunidades e discriminação** é referida alguma preocupação para com a perceção da existência de alguns comportamentos de discriminação e racismo ou xenofobia face à população estrangeira e minorias étnicas. Foram também identificados problemas de discriminação das mulheres, assim como sobre a comunidade LGBTQIA+.

Os domínios considerados genericamente menos problemáticos são o **Associativismo, cultura e lazer** (embora várias entidades tenham mencionado a falta de respostas de ATL em especial nos meses de verão, e a falta de investimento e apoios às associações), e a **Comunidade e cidadania**. Não obstante, há a salientar que são indicados os **baixos níveis de participação cívica** e o **enfraquecimento das redes de vizinhança** e das dinâmicas de interajuda comunitária. Nesta matéria, é muito preocupante o crescente **isolamento social das populações**, entre as quais, pela sua fragilidade, dos mais idosos.

Quando questionados sobre os domínios que, nos últimos 5 anos, sofreram um maior agravamento ou, pelo contrário, registaram mais melhorias, verifica-se que, no primeiro caso, há um forte destaque para a crise da **habitação**, um fator que é determinante para a fixação dos jovens e para a atratividade do território. Outros domínios que são destacados sobretudo pela tendência de agravamento são a saúde e bem-estar, a sustentabilidade demográfica, o emprego e rendimento, e a segurança e proteção.

Na questão da **segurança e proteção, a violência doméstica** (mas também a violência no namoro e, não só contra mulheres, mas dirigida a pessoas idosas), ou o **bullying e cyber-bullying** têm

uma forte relevância, surgindo associada a grande parte das referências neste domínio. De notar, contudo, que a perceção de insegurança, embora seja contida e não generalizada, está a aumentar.



Figura 75. Perceção dos domínios sociais que sofreram um maior agravamento e mais melhorias, nos últimos 5 anos (nº de indicações)

Fonte: Questionário às entidades do CLAS-CVL, 2024

Pelo contrário, os domínios do **associativismo, cultura e lazer**, e do **urbanismo e acessibilidade** são os únicos que apenas foram mencionados pela positiva (aos quais apenas foram associadas dinâmicas de melhoria). A educação e formação reúne também um maior número de respostas associadas a uma melhoria do que a um agravamento.

Quando questionadas sobre os **grupos populacionais que enfrentam dificuldades acrescidas**, as entidades convergem no destaque dado a dois grupos. Em primeiro lugar, aos mais **idosos**, e depois, num segundo plano, aos **migrantes e minorias étnicas**. Foram ainda feitas menções a crianças e jovens (em particular, crianças em risco), às pessoas portadoras de deficiência ou com doença mental, às famílias numerosas, monoparentais e aos residentes nos aglomerados rurais do Concelho (Figura 76).



Figura 76. Grupo populacional com dificuldades acrescidas (nº de indicações)

Fonte: Questionário às entidades do CLAS-CVL, 2024

4.2. Perceções das fragilidades sociais: Diagnóstico territorial

Uma vez que o território concelhio é extenso e a população, serviços e atividades se concentram, sobretudo, na cidade da Covilhã e, num segundo nível, nas áreas envolventes (a Grande Covilhã), o que se traduz, necessariamente, em **problemáticas e vulnerabilidades sociais distintas e com diferentes intensidades nos vários contextos**. Assim, procurou fazer-se uma leitura diferenciada destas questões em três contextos territoriais: i) a cidade da Covilhã; ii) a Grande Covilhã; iii) e as localidades rurais.

Na cidade da Covilhã, a questão que surge mais evidenciada é a **habitação**. É neste território que os preços assumem valores mais acentuados e em que a procura por habitação, potenciada pela presença de vários milhares de estudantes, assim como pela concentração de serviços e emprego, é mais crítica. O emprego e rendimento, uma questão que é determinante pelos efeitos na capacidade de acesso a bens e serviços, é mencionado, tal como na Grande Covilhã, como o segundo domínio mais crítico.

Uma distinção relativamente aos restantes territórios é a **maior preocupação com a segurança e proteção, e com o urbanismo e acessibilidade**, que surgem *ex aequo* em terceira posição. No primeiro caso, esta indicação reflete a opinião de agravamento destas questões antes referida. No que se refere ao urbanismo e acessibilidade, e apesar da opinião generalizada de melhoria neste domínio, dada a difícil orografia da cidade, a questão da acessibilidade ganha aqui especial relevância, emergindo os problemas associados às **condições de mobilidade pedonal e de acessibilidade universal** (p.e. passeios estreitos, remoção de barreiras na via pública, elevadores nos edifícios públicos) e a escassez de áreas de convívio e lazer e de espaços verdes

acessíveis. Os equipamentos e respostas sociais, sendo um domínio menos referido do que na Grande Covilhã e, sobretudo, do que nos aglomerados rurais, é a questão que se segue.



Figura 77. Domínios identificados como mais problemáticos na Cidade da Covilhã (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades do CLAS-CVL, 2024

Na Grande Covilhã, as respostas são, mais do que em qualquer outra unidade territorial, **distribuídas de forma relativamente aproximada por um maior número de domínios**. Embora com importâncias ligeiramente diferentes, são destacados os mesmos domínios do que na cidade da Covilhã, ganhando, contudo, uma maior relevância, a **saúde e bem-estar e a sustentabilidade demográfica** (uma vez que a maior parte das respostas de saúde e da população, em particular da mais jovem, se concentra na cidade).

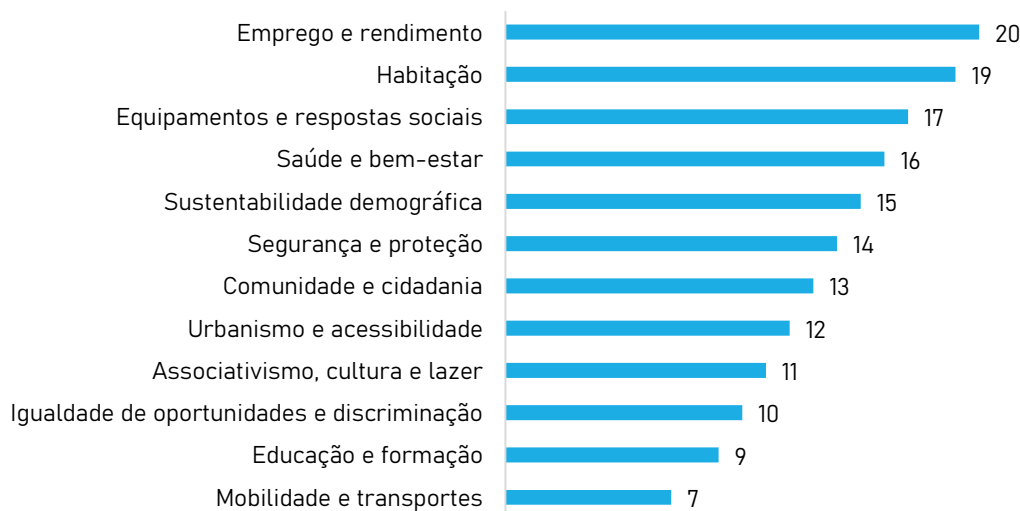


Figura 78. Domínios identificados como mais problemáticos na Grande Covilhã (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades do CLAS-CVL, 2024

Pelo contrário, nos aglomerados rurais emerge uma **forte concentração de respostas no domínio da mobilidade e transportes**, temática que na cidade e na Grande Covilhã é, juntamente com a educação e formação, a menos problemáticas. Com efeito, dada a reduzida população e o forte envelhecimento demográfico (e, note-se, a sustentabilidade demográfica é o segundo domínio mais frequentemente escolhido como problemático), a frequência de transportes é muito limitada, resumindo-se, por vezes, a uma carreira de manhã e à noite, que funciona apenas no período escolar. Esta questão é muito penalizadora para quem não tem transporte próprio e para as pessoas com menores rendimentos, mais idosas e sem apoio familiar de suporte, e pode ter efeitos sobre outros domínios estruturantes, como, por exemplo, o emprego ou o acesso a serviço e equipamentos de saúde. Diminui também a atratividade destes territórios, já por si muito deprimidos, e potencia o isolamento dos seus habitantes. Em larga medida, devido a esta associação, os domínios seguintes mais referidos foram a saúde e bem-estar, os equipamentos e respostas sociais e o emprego e rendimento.



Figura 79. Domínios identificados como mais problemáticos nos aglomerados rurais (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades do CLAS-CVL, 2024

Acrescente-se que os domínios comunidade e cidadania e segurança e proteção foram, contrariamente ao que aconteceu nas restantes escalas, os menos vezes considerados como mais problemáticos.

4.3. Desafios futuros para o desenvolvimento social do Concelho

Por último, as entidades foram questionadas sobre quais consideram ser os principais desafios para o desenvolvimento social do Concelho nos próximos 5 anos (Figura 80). Os 3 domínios mais mencionados são o **emprego e rendimento** (com 39 respostas), a **habitação** (com 36) e a **saúde e bem-estar** (com 33). Segue-se a sustentabilidade demográfica e os equipamentos e serviços sociais, respetivamente com 27 e 25 respostas, e depois a mobilidade e transportes, com 21 referências. A educação e formação, e a segurança e proteção possuem ainda alguma expressão (16 e 14 menções), enquanto os restantes domínios assumem um peso muito inferior nas respostas.

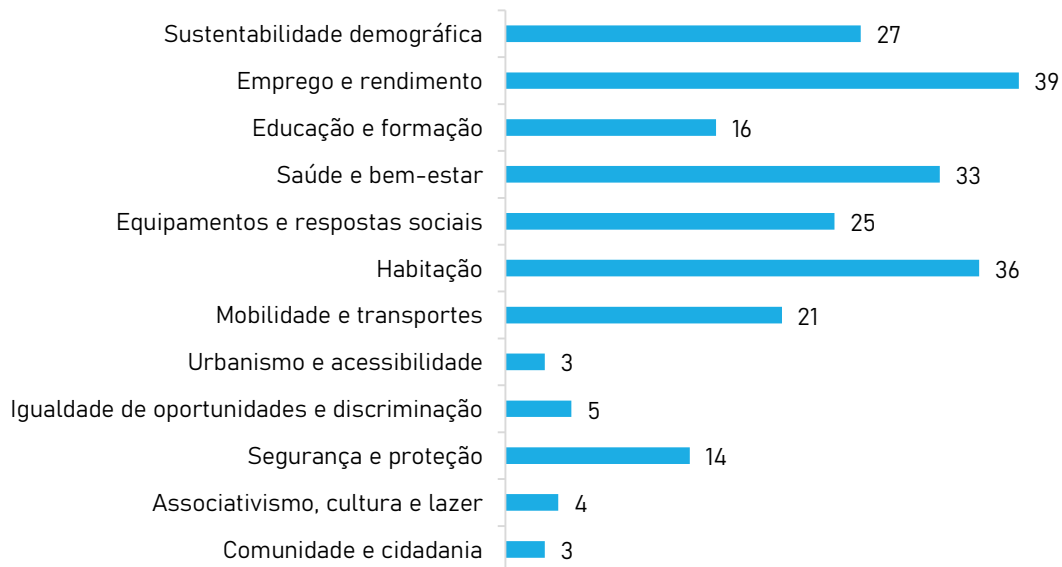


Figura 80. Domínios estruturantes para o desenvolvimento social nos próximos 5 anos (nº de respostas)

Fonte: Questionário às entidades do CLAS-CVL, 2024

SÍNTESE CONCLUSIVA

- Preocupações e prioridades diferenciadas consoante os contextos territoriais. Na cidade da Covilhã, Grande Covilhã e áreas rurais, as problemáticas e vulnerabilidades sociais possuem expressões e intensidades distintas, que apontam para a necessidade de respostas e abordagens também elas diferenciadas. Nesta matéria, a desadequação da oferta de serviços de transporte público à diversidade de necessidades da população é crítica e pode influenciar cenários de exclusão de grupos mais frágeis no acesso ao emprego, à educação e à saúde e respostas sociais (cuja oferta se concentra na cidade da Covilhã).
- O contexto demográfico de perda demográfica, baixa densidade e forte envelhecimento da população é um constrangimento de base para o dinamismo social do Concelho. Existe indícios de perpetuação das dinâmicas de envelhecimento, mas também um potencial de atenuação das mesmas, associado à presença da população estrangeira e dos estudantes da UBI. As problemáticas e vulnerabilidades sociais assumem, no que respeita ao contexto demográfico uma dupla abordagem. Por um lado, há um número crescente de idosos, aos quais se associam questões de dependência, dificuldades várias (p.e. ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração...), isolamento social (mais comum no centro da cidade e áreas rurais) e reduzidos níveis de rendimento. Por outro lado, há um aumento da procura por creches e oferta educativa e o aumento da presença de crianças e jovens de origem estrangeira (de elevada diversidade de nacionalidades e proveniência cultural), dificuldades várias associada à integração de estrangeiros e estudantes, assim como maior proporção de famílias monoparentais e enfraquecimento das redes de solidariedade e apoio familiar, números expressivos de crianças e jovens em risco, e indícios de emergência de comportamentos antissociais e perturbações no domínio da saúde mental.
- Os baixos rendimentos e um poder de compra inferior à média nacional e regional, condições que podem comprometer a capacidade de acesso da população a bens e serviços essenciais, são igualmente condicionamentos de base para o desenvolvimento social local. Detetam-se algumas fragilidades no domínio da educação e formação, sendo importante contrariar tendências recentes de absentismo e abandono escolar (potenciadas em alguns grupos, como as comunidades ciganas), motivar estudantes e capacitar a população ativa, inovar nas ofertas e respostas educativas e formativas. A elevada proporção de alunos

abrangidos pela ASE denota um contexto de fragilidade socioeconómica. A proporção de população com rendimentos iguais ou inferiores ao limiar de risco de pobreza é elevada, nomeadamente entre a população que aufer de prestações sociais, existindo igualmente riscos noutros grupos, dados os baixos rendimentos da população, incluindo da população trabalhadora.

- Há um alargamento e diversificação do perfil das famílias associado a contextos de fragilidade e precariedade social. Além dos grupos vulneráveis, face ao aumento de preços (p.e. do acesso à habitação), o risco alarga-se a famílias de rendimentos intermédios (em particularidade em situações de risco acrescido, como sejam a monoparentalidade ou as situações de desemprego). A garantia de padrões de qualidade de vida adequados, para quem reside e para quem queira residir no Concelho, implica abordagens integradas e respostas às vulnerabilidades detetadas nos domínios da habitação (em termos capacidade de acesso, condições de habitabilidade e conforto, diversidade de respostas, e acessibilidade), da saúde e bem-estar (numa perspetiva holística que integre cuidados médicos, saúde mental e bem-estar emocional e atividade física), dos transportes e conetividade, e na emergência de comunidades mais dinâmicas e ativas.
- Há uma diversidade de grupos vulneráveis, que configuram um quadro de carência multidimensional e complexo, com necessidades de respostas estruturais e complementares de carácter permanente, nomeadamente as pessoas portadoras de deficiência e/ou com incapacidade, as pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, as vítimas de violência doméstica e crianças e jovens em risco, e as minorias étnicas.

ANEXOS

Anexos

Anexo I. Composição do CLAS-CVL

Entidade
ACAPO - Delegação de Castelo Branco
ACES Cova da Beira*
ADE - Associação Desportiva da Estação
ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela - Sul
AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior
Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve - E.B.I.S. Domingos
Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto
Agrupamento Escolas Pêro da Covilhã EB 2 Ciclo
Agrupamento Escolas Teixoso - EB 2º / 3º Ciclos Teixoso
AJAS - Associação de Jovens para a Ação Solidária
ANIL - Associação Nacional Industriais Lanifícios
AP - Escola Profissional de Artes da Covilhã
APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã
ARPAZ - Associação Regional de Solidariedade e Progresso do Alto Zêzere
Associação Dona Beatriz
Associação de Solidariedade Social de Sobral de São Miguel
Associação Humanitária Beira Aproxima
Associação Mutualista Covilhanense - Centro Comunitário de Apoio ao Idoso
Associação Serras e Povoados
Beira Serra - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado
Casa do Menino de Jesus
Centro Académico Clínico das Beiras
Centro Comunitário Multisserviços das Minas da Panasqueira
Centro de Apoio a Crianças e Idosos - Cortes do Meio
Centro de Assistência Social do Dominguiço
Centro de Assistência Social do Tortosendo
Centro de Convívio e Apoio 3ª Idade - Tortosendo
Centro de Dia de Orjais
Centro de Dia do Sarzedo
Centro de Solidariedade Social São Jorge da Beira*
Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco*

Entidade
Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira
Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores
Centro Social Comunitário do Peso
Centro Social da Coutada
Centro Social de Vales do Rio
Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa
Centro Social e Cultural de Casegas
Centro Social e Cultural de Santo Aleixo
Centro Social e Cultural de Verdelhos
Centro Social Jesus Maria José
Centro Social Nossa Senhora da Conceição
Centro Social Paroquial Aldeia de São Francisco de Assis
Centro Social Sagrado Coração Maria do Ferro
Cerzir Afetos - Associação Solidariedade Social Boidobra
Comissão Proteção Crianças e Jovens da Covilhã
Conselho de Zona da Covilhã da Sociedade São Vicente de Paulo
CooLabora CRL*
Cooperativa de Solidariedade Social da Góia, C. R. L.
CRI - Centro de Respostas Integradas de Castelo Branco
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Covilhã
Direção Geral de Reinserção Social
Escola Secundária / 3º Ciclo Quinta das Palmeiras - Covilhã*
Escola Secundária Campos Melo
Faculdade de Ciências da Saúde da UBI
Fundação Anita Pina Calado
Grupo Humanitário Dadores de Sangue da Covilhã
Grupo Voluntariado Unidade Alcoologia do CHCB
Guarda Nacional Republicana da Covilhã
IEFP - Centro de Emprego e Formação Profissional
Instituto de Apoio Social do Ourondo
J.F. Aldeia de São Francisco de Assis
J.F. Barco e Coutada
J.F. Boidobra
J.F. Cantar Galo e Vila do Carvalho
J.F. Casegas e Ourondo
J.F. Cortes do Meio

Entidade
J.F. Covilhã e Canhoso
J.F. Dominguiço
J.F. Erada
J.F. Ferro
J.F. Orjais
J.F. Paul
J.F. Peraboa
J.F. Peso e Vales do Rio
J.F. São Jorge da Beira
J.F. Sobral de São Miguel
J.F. Teixoso e Sarzedo
J.F. Tortosendo
J.F. Unhais da Serra
J.F. Vale Formoso e Aldeia de Souto
J.F. Verdelhos*
LAPA - Liga dos Amigos dos Penedos Altos
Lar de São José
Liga dos Amigos do Centro Hospitalar da Cova da Beira
Liga dos Combatentes - Núcleo da Covilhã IPSS
Lions Clube da Covilhã
Lions Cova da Beira
MODATEX - Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios
Núcleo de Escuteiros Fraternidade Nuno Alvares
Obra de Santa Zita
Orfeão de Música da Covilhã - Conservatório Regional de Música da Covilhã
Polícia de Segurança Pública da Covilhã
RUDE - Associação Desenvolvimento Rural
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Terras da Gardunha - Projeto Vive a Noite
UDIPSS Castelo Branco
União de Sindicatos de Castelo Branco
Universidade da Beira Interior

*Entidades pertencentes ao Núcleo Executivo

Anexo II. Questionário online às entidades que integram o CLAS-CVL

APRESENTAÇÃO

O Município da Covilhã está a desenvolver a atualização dos instrumentos estratégicos e de planeamento social, designadamente do Diagnóstico Social, do Plano de Desenvolvimento Social e do Plano de Ação para 2025, no âmbito da candidatura “Radar Social – Criação de Equipas para Projeto Piloto”. Nesta atualização, que decorrerá num prazo de 3 meses, será ajustada a estratégia de atuação no domínio social, identificados os recursos existente, e discriminadas as atividades (incluindo metas e indicadores), a implementar no âmbito do Programa Radar Social.

É imprescindível a participação de todas as entidades que integram o CLAS, num primeiro momento, através da resposta ao presente questionário.

Agradecemos o seu contributo.

Em caso de dúvidas associadas ao preenchimento do questionário, contactar:

O Município (275 330 600)

SECÇÃO I. ENTIDADE

Apresentação da Entidade e da sua atuação no âmbito social.

Entidade	Designação	
	Natureza jurídica	<i>Escolher a opção:</i> Pública Privada solidária / sem fins lucrativos Privada com fins lucrativos
Respondente	Nome	
	Cargo/função	
	Contacto	
Localização	Freguesia	
	Morada da sede social	
Atuação	Domínio de intervenção	<i>Indique o principal domínio de atividade da Entidade, de acordo com o CAE da entidade:</i> Apoio Social Cultura, Desporto e Lazer Educação e Formação Juntas de Freguesias e outras entidades da administração pública Saúde Segurança e Proteção Civil Outras Atividades Associativas Outra opção _____
	Escala geográfica de atuação da entidade	<i>Escolher a opção:</i> Supramunicipal Concelho Freguesia
	A Entidade é proprietária de equipamentos sociais no Concelho?	<i>Se não possui nenhum equipamento social, não preenche a Secção seguinte</i> <i>Se possui equipamentos sociais no concelho, preenche a secção seguinte para cada um dos equipamentos (copiar a tabela o número de vezes necessário)</i>

SECÇÃO II. EQUIPAMENTO SOCIAL E RESPOSTA SOCIAL

*Caracterização dos equipamentos e das respostas sociais existentes no Concelho.
Cada equipamento social detido pela Entidade será caracterizado autonomamente.*

Designação do equipamento	
Localização do equipamento	Freguesia
	Morada
Quantas respostas sociais existem no equipamento?	<i>Indique o número de respostas sociais associadas ao equipamento. Cada resposta social será caracterizada autonomamente.</i>

Copiar a tabela seguinte o número de vezes igual ao das respostas sociais existentes no equipamento

Identificação da resposta social	
Grupo-alvo	<i>Escolher a opção: Crianças e Jovens Crianças e Jovens com deficiência Crianças e Jovens em situação de perigo Pessoas Idosas Pessoas adultas com deficiência Pessoas em situação de dependência Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico Pessoas sem abrigo Família e comunidade em geral Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias Pessoas com Comportamentos Aditivos Pessoas vítimas de violência doméstica Outra</i>
Tipologia de resposta social	<i>Escolher a opção: Ajuda Alimentar a Carenciados Centro de Atividades de Tempos Livres Centro de Dia Creche Estabelecimento de Educação Pré-Escolar Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Refeitório/Cantina Social Serviço de Apoio Domiciliário Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social</i>
Funciona na sede do equipamento	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Se não, onde:	Freguesia <input type="checkbox"/> Morada <input type="checkbox"/>
Abrangência territorial da resposta social	<i>Escolher a opção: Supramunicipal Concelho Freguesia</i>
Capacidade	Nº utentes atual <input type="text"/>
Existe lista de espera	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Se sim, de quantas pessoas	<input type="text"/>
Observações/ Principais dificuldades ao desenvolvimento das atividades	<input type="text"/>

SECÇÃO III. INICIATIVAS E PROJETOS

(para entidades sem equipamentos/respostas sociais ou, em caso de entidades proprietárias, respostas complementares à atuação central da entidade)

Identificação e caracterização das iniciativas e projetos de âmbito social.

Qual o número de projetos/iniciativas de âmbito social que a entidade possui?	<i>Cada iniciativa/projeto será objeto de uma caracterização autónoma.</i>
---	--

<i>Copiar a tabela seguinte o número de vezes igual ao das iniciativas/projetos</i>			
Designação da iniciativa/projeto			
Breve descrição da atividade			
Onde decorre?	Freguesia		
	Morada		
Data de início da iniciativa/projeto			
Data de fim da iniciativa/projeto			
Desenvolvido em parceira?	Sim	Não	
Se sim, com que entidade?			
Número de pessoas envolvidas (público-alvo)	Por ano	Por mês	
Observações/ Principais dificuldades ao desenvolvimento das atividades			

SECÇÃO IV. CONTEXTO SOCIAL ATUAL

Levantamento das principais problemáticas sociais atuais no Concelho.

Na sua opinião quais são as principais problemáticas sociais no concelho?

Classificar cada domínio por grau de gravidade das vulnerabilidades sociais, em que 1 é muito problemático, 2 é problemático e 3 é pouco problemático, e identificar para cada domínio as principais vulnerabilidade e/ou áreas de melhoria

Domínio	1	2	3	Vulnerabilidades / áreas de melhoria
Sustentabilidade demográfica <i>(e.g. fixação e atração de população, migrações, natalidade, envelhecimento,)</i>				
Emprego e rendimento <i>(e.g. pobreza e privação material, desemprego e integração profissional, prestações sociais...)</i>				
Educação e formação <i>(e.g. insucesso e abandono escolar, recursos humanos, recursos educativos, ofertas formativas para jovens e adultos...)</i>				
Saúde e bem-estar <i>(e.g. recursos e acesso a cuidados de saúde, saúde preventiva, saúde mental, isolamento social e vida ativa...)</i>				
Equipamentos e respostas sociais <i>(e.g. dimensionamento e adequação da oferta às necessidades e à procura...)</i>				
Habituação <i>(e.g. habitação pública, habitação acessível, habitação de emergência, pessoas em situação de sem-abrigo, condições de habitabilidade e pobreza energética...)</i>				
Mobilidade e transportes <i>(e.g. transportes públicos, transportes escolares e de pessoas com dificuldade de locomoção, segurança rodoviária, condições de mobilidade em áreas mais antigas...)</i>				
Urbanismo e acessibilidade <i>(e.g. urbanismo inclusivo, acessibilidade universal, segregação urbana e guetização...)</i>				
Igualdade de oportunidades e discriminação <i>(e.g. racismo e xenofobia, igualdade de géneros, direitos das minorias...)</i>				
Segurança e proteção <i>(e.g. criminalidade, vandalismo, violência doméstica, bullying...)</i>				
Associativismo, cultura, lazer e tempos livres <i>(e.g. património, recursos, programação, ATL, ...)</i>				
Comunidade e cidadania <i>(e.g. redes de vizinhança e solidariedade, participação comunitária, ...)</i>				

Enumere os domínios mais problemáticos em cada unidade territorial
Indique os 3 domínios mais relevantes em cada território

Domínio	Cidade da Covilhã	Grande Covilhã	Aglomerados rurais
Sustentabilidade demográfica			
Emprego e rendimento			
Educação e formação			
Saúde e bem-estar			
Equipamentos e respostas sociais			
Habituação			
Mobilidade e transportes			
Urbanismo e acessibilidade			
Igualdade de oportunidades e discriminação			
Segurança e proteção			
Associativismo, cultura, lazer e tempos livres			
Comunidade e cidadania			
Sem opinião			

Quais são as problemáticas sociais que sofreram um maior agravamento nos últimos 5 anos?

Quais são as problemáticas sociais que registaram mais melhorias nos últimos 5 anos?

Destaca algum grupo populacional com dificuldades acrescidas?
(Contextualize e justifique)

SECÇÃO V. DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO

Identificação dos principais desafios para o desenvolvimento do Concelho.

Que domínios considera terem um papel estruturante para o desenvolvimento social do Concelho nos próximos 5 anos?

(Selecione 5 domínios de atuação prioritários e atribua 1 ao mais prioritário, 2 ao seguinte e, nesta lógica, até ao 5)

Sustentabilidade demográfica	
Emprego e rendimento	
Educação e formação	
Saúde e bem-estar	
Equipamentos e respostas sociais	
Habituação	
Mobilidade e transportes	
Urbanismo e acessibilidade	
Igualdade de oportunidades e discriminação	
Segurança e proteção	
Associativismo, cultura, lazer e tempos livres	
Parcerias	
Comunidade e cidadania	
Outra. Qual? _____	

Apresente, se considerar pertinente, propostas/ideias de iniciativas/projetos para o desenvolvimento social do concelho, identificado, sempre que possível, as entidades a envolver:

Anexo III. Folheto de divulgação do projeto Radar Social

Radar Social de Covilhã

Projeto Radar Social:

O projeto Radar Social tem enquadramento na Componente 03 – Respostas Sociais, investimento RE-C03-i01 – **Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais**, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Visa a constituição de **equipas técnicas multidisciplinares**, integradas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) da Rede Social Local, promovendo uma **intervenção de proximidade e articulada** entre as entidades sociais, para uma maior **eficácia dos recursos e das respostas sociais**.

A sua implementação contempla **duas fases**:

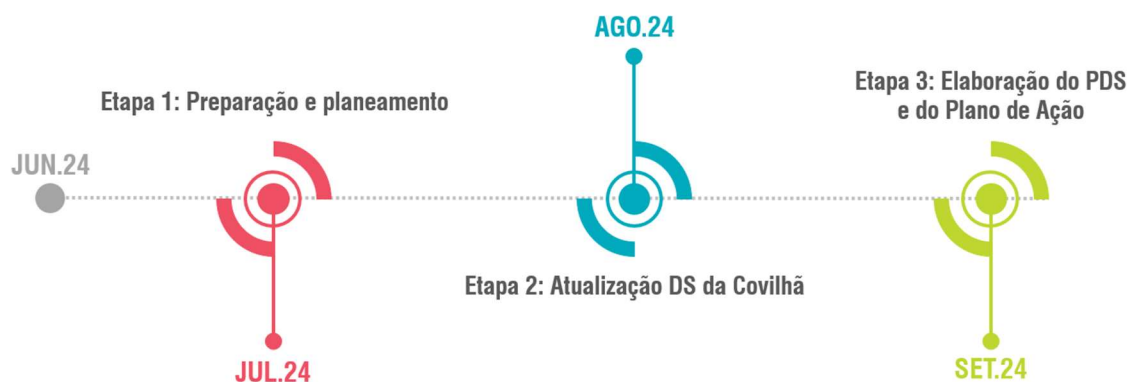
Fase 1: Atualização dos instrumentos estratégicos e de planeamento social, e identificação dos recursos e respostas de âmbito social (com duração de 3 meses);

Fase 2: Implementação de um sistema integrado de georreferenciação social (pessoas e respostas) e do Plano de Ação (até 31 de março de 2026).

Objetivos da Fase 1 (presentemente em curso):

- Atualizar o **Diagnóstico Social (DS)** e o **Plano de Desenvolvimento Social (PDS)** e elaborar o **Plano de Ação para 2025**, onde devem estar incluídas as atividades que irão desenvolver no âmbito do programa Radar Social, devidamente discriminadas, com metas e respetivos indicadores.
- **Mapear os recursos, regionais e locais**, em estreita articulação com a Carta Social Municipal (em desenvolvimento através da Associação de Municípios da Cova da Beira) e da Carta Social Intermunicipal (em desenvolvimento através da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela).

Planeamento da Fase 1:



Como participar:

- Na **etapa 2**, através da resposta a um questionário, disponível até ao **dia 2 de agosto**: <https://forms.gle/R65bfAdbwGsqmkTt7>

- Na **etapa 3**, através da participação numa sessão, em setembro de 2024, na qual, num primeiro momento será discutido o DS e, num segundo momento, serão recolhidos contributos para o PDS e Plano de Ação.

Anexo IV. Lista das tipologias de respostas sociais por grupo-alvo recenseadas na Carta Social

Grupos-alvo	Respostas Sociais
Crianças e Jovens	Centro de Atividades de Tempos Livres
	Creche
	Estabelecimento de educação pré-escolar
Crianças e Jovens em situação de perigo	Casa de Acolhimento para respostas a situação de emergência
	Casa de Acolhimento
	Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens
Família e comunidade em geral	Ajuda Alimentar a carenciados
	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
Pessoas com deficiência	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
	Lar Residencial
	Residência de Autonomização e Inclusão
Pessoas idosas	Centro de Convívio
	Centro de Dia
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
	Serviço de Apoio Domiciliário

Anexo V. Listagem dos equipamentos e respetivas respostas sociais por grupo-alvo

Crianças e jovens: Creches

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Cortes do Meio	Equipamento Social Centro de Apoio a Crianças e Idoso de Cortes	Centro de Apoio a Crianças e Idoso de Cortes	Solidária	25	12	48%	0
Dominguizo	Centro Social Jesus Maria José - Covilhã	Centro Social Jesus Maria José - Sede	Solidária	35	35	100%	5
Ferro	Infantário da Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria	Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	Solidária	30	30	100%	4
Paul	Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Solidária	30	30	100%	22
Tortosendo	Centro de Assistência Social de Tortosendo	Centro de Assistência Social de Tortosendo	Solidária	16	16	100%	18
	Capuchinho Vermelho	Instituto da Segurança Social - ISS, IP	Pública	42	26	62%	20
UF Covilhã e Canhoso	Casa do Menino Jesus	Casa do Menino Jesus	Solidária	60	57	95%	51
	Fundação Imaculada Conceição	Fundação Imaculada Conceição	Solidária	42	36	86%	40
	Abrigo dos Pequenininos de Nossa Senhora da Conceição	Instituto de São Miguel	Solidária	45	45	100%	123
UF Covilhã e Canhoso	Obra de Santa Zita - Covilhã	Obra de Santa Zita	Solidária	36	36	100%	0

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
	Infantário "Mundo da Fantasia"	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	Solidária	66	66	100%	20
	Creche Saudável	Sentimentos Gratuitos, Lda.	Lucrativa	45	40	89%	6
UF Teixoso e Sarzedo	Infantário "O Meu Cantinho"	Instituto da Segurança Social - ISS, IP	Pública	114	113	99%	17
Unhais da Serra	Equipamento Social do Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Solidária	15	15	100%	0

Crianças e jovens: Estabelecimentos de Ensino Pré-escolar

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Aldeia de São Francisco de Assis	Escola Básica de Barroca Grande, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	8	32%	-
Boidobra	Escola Básica de Boidobra	Agrupamento de Escola Pêro da Covilhã, Covilhã	Pública	25	20	80%	-
Cortes do Meio	Escola Básica de Cortes, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	9	36%	-
Dominguizo	Escola Básica de Dominguizo, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	50	26	52%	-
Ferro	Infantário da Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria	Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	Solidária	40	32	80%	0
Orjais	Escola Básica de Orjais, Covilhã	Agrupamento de Escolas de Teixoso, Covilhã	Pública	25	3	12%	-

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Paul	Escola Básica N.º 1 de Paul, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	17	68%	0
	Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Solidária	25	23	92%	-
Peraboa	Jardim de Infância de Rodrigo, Covilhã	Agrupamento de Escola Pêro da Covilhã, Covilhã	Pública	50	45	90%	-
São Jorge da Beira	Jardim de Infância de São Jorge da Beira, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	0	0%	-
Tortosendo	Jardim de Infância Ovo Mágico, Tortosendo, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	10	40%	0
	Jardim de Infância os Loureiros, Tortosendo, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	15	60%	0
	Centro de Assistência Social de Tortosendo	Centro de Assistência Social de Tortosendo	Solidária	67	56	84%	-
	Capuchinho Vermelho	Instituto da Segurança Social - ISS, IP	Pública	50	22	44%	-
UF Barco e Coutada	Jardim de Infância de Coutada, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	0	0%	-
UF Cantar-Galo e Vila do Carvalho	Jardim de Infância de Cantar Galo	Agrupamento de Escolas a Lã e Neve, Covilhã	Pública	25	22	88%	0
	Jardim de Infância de Vila do Carvalho	Agrupamento de Escolas a Lã e Neve, Covilhã	Pública	25	18	72%	-
UF Covilhã e Canhoso	Jardim de Infância de Peraboa, Covilhã	Agrupamento de Escola Pêro da Covilhã, Covilhã	Pública	25	7	28%	0
	Escola Básica de Refúgio, Covilhã	Agrupamento de Escola Pêro da Covilhã, Covilhã	Pública	25	20	80%	0

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
	Escola Básica a Lã e a Neve, Covilhã	Agrupamento de Escola Pêro da Covilhã, Covilhã	Pública	25	23	92%	0
	Escola Básica de Santo António, Covilhã	Agrupamento de Escola Pêro da Covilhã, Covilhã	Pública	25	25	100%	0
	Escola Básica de São Silvestre, Covilhã	Agrupamento de Escola Pêro da Covilhã, Covilhã	Pública	25	45	180%	0
	Jardim de Infância de Canhoso, Covilhã	Agrupamento de Escolas a Lã e Neve, Covilhã	Entidade Pública	50	50	100%	5
	Escola Básica de Penedos Altos	Agrupamento de Escolas a Lã e Neve, Covilhã	Pública	50	50	100%	23
	Casa do Menino Jesus	Casa do Menino Jesus	Solidária	50	40	80%	40
	Fundação Imaculada Conceição	Fundação Imaculada Conceição	Solidária	80	80	100%	-
	Abrigo dos Pequenininos de Nossa Senhora da Conceição	Instituto de São Miguel	Solidária	40	36	90%	-
	Obra de Santa Zita - Covilhã	Obra de Santa Zita	Solidária	50	44	88%	-
	Conservatório Regional de Música da Covilhã	Orfeão da Covilhã	Outra	75	54	72%	-
	Infantário "Mundo da Fantasia"	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	Solidária	75	46	61%	-
UF Peso e Vales do Rio	Jardim de Infância de Peso, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	8	32%	-
	Jardim de Infância de Vales do Rio, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	17	68%	-

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Teixoso e Sarzedo	Jardim de Infância de Teixoso, Covilhã	Agrupamento de Escolas de Teixoso, Covilhã	Pública	50	33	66%	0
	Infantário "O Meu Cantinho"	Instituto da Segurança Social - ISS, IP	Pública	60	33	55%	-
UF Vale Formoso e Aldeia do Souto	Escola Básica de Vale Formoso, Covilhã	Agrupamento de Escolas de Teixoso, Covilhã	Pública	25	3	12%	-
Unhais da Serra	Escola Básica de Unhais da Serra, Covilhã	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Covilhã	Pública	25	21	84%	-
Verdelhos	Jardim de Infância de Verdelhos, Covilhã	Agrupamento de Escolas de Teixoso, Covilhã	Pública	25	4	16%	-

Crianças e jovens: Centro de Atividades de Tempos Livres

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Paul	Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Solidária	20	20	100%	5
UF Covilhã e Canhoso	Fundação Imaculada Conceição	Fundação Imaculada Conceição	Solidária	100	56	56%	5

Crianças e jovens em situação de perigo: Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Dominguizo	Centro Social Jesus Maria José - Covilhã	Centro Social Jesus Maria José - Sede	Solidária	14	14	100%	0

Crianças e jovens em situação de perigo: Casa de Acolhimento

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Covilhã e Canhoso	Casa do Menino Jesus	Casa do Menino Jesus	Solidária	32	32	100%	0

Crianças e jovens em situação de perigo: Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Covilhã e Canhoso	Apartamento de Autonomização da Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"	Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"	Solidária	5	0	0%	0

Pessoas idosas: Serviço de Apoio Domiciliário

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Aldeia de São Francisco de Assis	Centro Social Paroquial da Aldeia de São Francisco de Assis	Centro Social Paroquial da Aldeia de São Francisco de Assis	Solidária	25	16	64%	0
	Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Centro Comunitário Multisserviços das Minas da Panasqueira	Solidária	16	15	94%	0
Cortes do Meio	Centro de Apoio a Crianças e Idoso de Cortes	Equipamento Social Centro de Apoio a Crianças e Idoso de Cortes	Solidária	23	18	78%	0
Dominguizo	Centro de Assistência Social de Dominguizo	Centro de Assistência Social de Dominguizo	Solidária	22	22	100%	0
Erada	AAPE - Associação de Apoio à População Eradense	AAPE - Associação de Apoio à População Eradense	Solidária	30	17	57%	0
Ferro	Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	Equipamento Social da Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	Solidária	14	14	100%	0
Orjais	Centro de Dia de Orjais	Centro de Dia de Orjais	Solidária	10	10	100%	8
Paul	Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Solidária	20	20	100%	3
Peraboa	Centro Social Divino Espírito Santo	Centro de Dia do Centro Social do Divino Espírito Santo	Solidária	28	17	61%	0
São Jorge da Beira	Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Equipamento Social do Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Solidária	10	10	100%	25
Sobral de São Miguel	Associação de Solidariedade Social de Sobral de São Miguel	Associação de Solidariedade Social de Sobral de São Miguel	Solidária	15	11	73%	0

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Tortosendo	Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Solidária	38	27	71%	0
UF Barco e Coutada	ARPAZ – Associação Regional de Solidariedade e Progresso do Alto Zêzere	Equipamento Social da ARPAZ	Solidária	20	18	90%	0
	Centro Social da Coutada	Centro Social da Coutada	Solidária	20	19	95%	0
UF Cantar-Galo e Vila do Carvalho	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Solidária	30	23	77%	0
UF Casegas e Ourondo	Centro Social e Cultural de Casegas	Centro Social e Cultural de Casegas	Solidária	10	7	70%	0
	Instituto de Apoio Social do Ourondo	Instituto de Apoio Social do Ourondo	Solidária	30	12	40%	0
UF Covilhã e Canhoso	Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"	Centro Comunitário de Apoio ao Idoso	Solidária	60	60	100%	0
	Lar de São José	Lar de São José	Solidária	45	42	93%	0
UF Peso e Vales do Rio	Centro Social Comunitário do Peso	Centro Social Comunitário do Peso	Solidária	25	21	84%	0
	Centro Social de Vales do Rio	Centro Social de Vales do Rio	Solidária	33	13	39%	0
UF Teixoso e Sarzedo	Centro de Dia para Idosos do Sarzedo	Centro de Dia para Idosos do Sarzedo	Solidária	15	10	67%	0
	Fundação Anita Pina Calado	Equipamento Social da Fundação Anita Pina Calado	Solidária	10	10	100%	0
UF Vale Formoso e Aldeia do Souto	Associação Centro de Dia de Vale Formoso	Associação Centro de Dia de Vale Formoso	Solidária	25	26	104%	0

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Unhais da Serra	Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Equipamento Social do Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Solidária	19	19	100%	0
Verdelhos	Centro Social Cultural de Verdelhos	Equipamento Social do Centro Social e Cultural de Verdelhos	Solidária	8	8	100%	0

Pessoas idosas: Centro de Convívio

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Paul	Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Solidária	40	40	100%	3
Unhais da Serra	Equipamento Social do Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Solidária	10	10	100%	0

Pessoas idosas: Centro de Dia

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Cortes do Meio	Equipamento Social Centro de Apoio a Crianças e Idoso de Cortes	Centro de Apoio a Crianças e Idoso de Cortes	Solidária	20	4	20%	0
Dominguizo	Centro de Assistência Social de Dominguizo	Centro de Assistência Social de Dominguizo	Solidária	25	1	4%	0
Ferro	Equipamento Social da Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	Solidária	15	15	100%	0
Orjais	Centro de Dia de Orjais	Centro de Dia de Orjais	Solidária	25	15	60%	0
Paul	Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Solidária	20	18	90%	20
Peraboa	Centro de Dia do Centro Social do Divino Espírito Santo	Centro Social Divino Espírito Santo	Solidária	20	5	25%	0
São Jorge da Beira	Equipamento Social do Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Solidária	30	9	30%	21
Sobral de São Miguel	Associação de Solidariedade Social de Sobral de São Miguel	Associação de Solidariedade Social de Sobral de São Miguel	Solidária	25	14	56%	-0
Tortosendo	Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Solidária	22	18	82%	0
UF Barco e Coutada	Equipamento Social da ARPAZ	ARPAZ - Associação Regional de Solidariedade e Progresso do Alto Zêzere	Solidária	15	10	67%	0
	Centro Social da Coutada	Centro Social da Coutada	Solidária	30	11	37%	0

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Cantar-Galo e Vila do Carvalho	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Solidária	40	27	68%	0
UF Casegas e Ourondo	Centro Social e Cultural de Casegas	Centro Social e Cultural de Casegas	Solidária	20	5	25%	0
	Instituto de Apoio Social do Ourondo	Instituto de Apoio Social do Ourondo	Solidária	25	6	24%	0
UF Covilhã e Canhoso	Centro Comunitário de Apoio ao Idoso	Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"	Solidária	36	30	83%	0
UF Peso e Vales do Rio	Centro Social Comunitário do Peso	Centro Social Comunitário do Peso	Solidária	35	14	40%	0
	Centro Social de Vales do Rio	Centro Social de Vales do Rio	Solidária	20	14	70%	0
UF Teixoso e Sarzedo	Centro de Dia para Idosos do Sarzedo	Centro de Dia para Idosos do Sarzedo	Solidária	6	5	83%	0
	Equipamento Social da Fundação Anita Pina Calado	Fundação Anita Pina Calado	Solidária	40	19	48%	0
UF Vale Formoso e Aldeia do Souto	Associação Centro de Dia de Vale Formoso	Associação Centro de Dia de Vale Formoso	Solidária	25	2	8%	0
Unhais da Serra	Equipamento Social do Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Solidária	7	5	71%	0
Verdelhos	Equipamento Social do Centro Social e Cultural de Verdelhos	Centro Social Cultural de Verdelhos	Solidária	35	11	31%	0

Pessoas idosas: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Aldeia de São Francisco de Assis	Centro Comunitário Multisserviços das Minas da Panasqueira	Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Solidária	55	55	100%	0
Cortes do Meio	Equipamento Social Centro de Apoio a Crianças e Idoso de Cortes	Centro de Apoio a Crianças e Idoso de Cortes	Solidária	20	20	100%	45
Dominguizo	Centro de Assistência Social de Dominguizo	Centro de Assistência Social de Dominguizo	Solidária	24	24	100%	62
Ferro	Equipamento Social da Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	Associação Centro Social Sagrado Coração de Maria do Ferro	Solidária	25	25	100%	0
Paul	Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Centro Paroquial de Assistência Nossa Senhora das Dores	Solidária	31	31	100%	90
	Lar das Oliveirinhas	Lar das Oliveirinhas, Lda.	Lucrativa	39	39	100%	50
Peraboa	Centro de Dia do Centro Social do Divino Espírito Santo	Centro Social Divino Espírito Santo	Solidária	30	30	100%	60
	Don António - Residência Sénior	Hilário Pereira, Lda.	Lucrativa	39	39	100%	0
São Jorge da Beira	Equipamento Social do Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Solidária	54	49	91%	253
Sobral de São Miguel	Associação de Solidariedade Social de Sobral de São Miguel	Associação de Solidariedade Social de Sobral de São Miguel	Solidária	25	24	96%	45
Tortosendo	Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Solidária	55	55	100%	30

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Barco e Coutada	Equipamento Social da ARPAZ	ARPAZ - Associação Regional de Solidariedade e Progresso do Alto Zêzere	Solidária	26	26	100%	1526
UF Cantar-Galo e Vila do Carvalho	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Solidária	21	21	100%	212
UF Casegas e Ourondo	Centro Social e Cultural de Casegas	Centro Social e Cultural de Casegas	Solidária	19	19	100%	47
	Instituto de Apoio Social do Ourondo	Instituto de Apoio Social do Ourondo	Solidária	17	17	100%	52
UF Covilhã e Canhoso	Centro Comunitário de Apoio ao Idoso	Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"	Solidária	40	40	100%	72
	Lar de São José	Lar de São José	Solidária	128	121	95%	65
	Lar da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	Solidária	120	120	100%	80
UF Peso e Vales do Rio	Centro Social Comunitário do Peso	Centro Social Comunitário do Peso	Solidária	21	21	100%	65
	Centro Social de Vales do Rio	Centro Social de Vales do Rio	Solidária	13	13	100%	144
	Residência Sénior Liatris	Residência Sénior Liatris, Lda.	Entidade Privada Lucrativa	39	39	100%	5
UF Teixoso e Sarzedo	Residência Sénior Senhora do Carmo	C.C.J. - Atividades de Conforto e Bem Estar, Lda.	Lucrativa	35	35	100%	0
	Equipamento Social da Fundação Anita Pina Calado	Fundação Anita Pina Calado	Solidária	42	42	100%	35
Unhais da Serra	Equipamento Social do Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Centro Social e Cultural de Santo Aleixo	Solidária	27	27	100%	60
Verdelhos	Equipamento Social do Centro Social e Cultural de Verdelhos	Centro Social Cultural de Verdelhos	Solidária	35	35	100%	334

Pessoas adultas com deficiência: Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Covilhã e Canhoso	APPACDM da Covilhã - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã	Solidária	60	60	100%	11

Pessoas adultas com deficiência: Lar Residencial

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Covilhã e Canhoso	APPACDM da Covilhã - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã	Solidária	24	24	100%	16

Pessoas adultas com deficiência: Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Covilhã e Canhoso	APPACDM da Covilhã - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Covilhã	Solidária	5	5	100%	4

Família e comunidade: Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Covilhã e Canhoso	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Covilhã	Câmara Municipal de Covilhã	Pública	300	298	99%	0
	Ação Social da SCM Covilhã	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	Solidária	350	350	100%	0

Família e comunidade: Refeitório/Cantina Social

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
UF Covilhã e Canhoso	Ação Social da SCM Covilhã	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	Solidária	38	23	80%	0
UF Covilhã e Canhoso	Lar de São José	Lar de São José	Solidária	15	12	80%	-
UF Teixoso e Sarzedo	Equipamento Social da Fundação Anita Pina Calado	Fundação Anita Pina Calado	Solidária	8	7	88%	-

Família e comunidade: Ajuda Alimentar

Freguesia	Equipamento	Entidade proprietária	Rede	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação	Lista de espera
Tortosendo	Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade	Solidária	72	71	99%	0
UF Cantar-Galo e Vila do Carvalho	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	Solidária	108	109	101%	0
UF Covilhã e Canhoso	Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"	Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"	Solidária	88	77	88%	0
	PO APMC	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã	Solidária	171	171	100%	6
UF Peso e Vales do Rio	Centro Social Comunitário do Peso	Centro Social Comunitário do Peso	Solidária	120	116	97%	0
UF Teixoso e Sarzedo	Equipamento Social da Fundação Anita Pina Calado	Fundação Anita Pina Calado	Solidária	60	60	100%	0
Verdelhos	Equipamento Social do Centro Social Cultural de Verdelhos	Centro Social Cultural de Verdelhos	Solidária	47	47	100%	0

Anexo VI. Respostas complementares identificadas no questionário

Iniciativas para Crianças e jovens

FAS - Fundo de Apoio Social	
Entidade Promotora	Universidade da Beira Interior
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	55
<p>Descrição</p> <p>O Fundo de Apoio Social (FAS) destina-se a estudantes de todos os ciclos de estudos que se encontram em situação de comprovada carência económica. Em troca de atividades desenvolvidas em serviços da UBI, os estudantes recebem um apoio económico que pode ser utilizado para cobrir despesas como propinas, alojamento, alimentação e taxas académicas. O FAS visa constituir um mecanismo de suporte, promovendo solidariedade e equidade social, além de contribuir para a redução do abandono escolar e o desenvolvimento intelectual e académico de todos os estudantes em condições de igualdade.</p>	

Programa Ser Solidário	
Entidade Promotora	Universidade da Beira Interior
Parcerias	CMC
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	93
<p>Descrição</p> <p>O Programa Ser Solidário tem como objetivo apoiar estudantes em grave carência económica a aceder a bens de primeira necessidade. Este programa oferece, aos estudantes que se inscrevem e cumprem os critérios de admissão estabelecidos no regulamento, a possibilidade de receber apoio alimentar através de refeições gratuitas nas cantinas da UBI. Além disso, os estudantes beneficiam do suporte da Loja Solidária da UBI, que disponibiliza géneros alimentares, artigos de higiene e vestuário.</p>	

PROJETO "QUERO SER MAIS E9G"	
Entidade Promotora	Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto
Parcerias	CMC, COOLABORA, Junta de Freguesia do Tortosendo, CPCJ da Covilhã, ARSC, ACeS Cova da Beira, AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa, AJT - Associação Jovem do Tortosendo, Unidos Futebol Clube de Tortosendo, EPABI – Escola Profissional de artes da Covilhã, Modatex - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios, Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo, UBI
Âmbito temporal de implementação	Entre outubro 2023 até setembro de 2026
Abrangência territorial	Tortosendo
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, através da proximidade ao meio da Subunidade Escola Básica de Tortosendo, foca a sua intervenção no combate a problemas como o absentismo, o abandono escolar, a integração de alunos de minorias étnicas, a falta de competências parentais por parte das famílias desestruturadas e ainda os problemas de exclusão social da população dos 2 bairros sociais do Tortosendo. Toda a intervenção assenta em metodologias participativas (reuniões de parceria periódicas e de avaliação) e no trabalho cooperativo, entre participantes e entre entidades.</p>	

Coolaboratório	
Entidade Promotora	CooLabora - Intervenção Social
Parcerias	Casa do Menino Jesus; CMC; UBI
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	35
<p>Descrição</p> <p>O Coolaboratório é um projeto que tem por objetivo contribuir para o reconhecimento da importância dos direitos humanos para a construção de uma sociedade mais justa. Através da conscientização e do empoderamento dos jovens, o projeto procura fortalecer o seu compromisso cívico. O projeto envolve estudantes da UBI, jovens da Casa do Menino Jesus, e alunos do ensino básico e secundário de duas instituições de ensino na Covilhã.</p>	

CRIATEIXO E9G	
Entidade Promotora	Beira Serra - Associação de Desenvolvimento
Parcerias	CMC, CPCJ, Agrupamento de Escolas do Teixoso, UF Teixoso e Sarzedo, ACES Cova da Beira e ADEteixo - Associação.
Âmbito temporal de implementação	Permanente (a decorrer entre outubro de 2023 até setembro de 2026)
Abrangência territorial	UF Teixoso e Sarzedo
Pessoas abrangidas (anualmente)	171
Descrição	<p>O projeto CRIATEIXO-E9G visa enfrentar desafios nas áreas da educação e cidadania, sendo dirigido para crianças e jovens dos 6 aos 25 anos. O projeto incide num trabalho de proximidade na Urbanização das Nogueiras, e tem uma intervenção escolar no Agrupamento de Escolas do Teixoso, tendo em vista aproximar as crianças e família à escola. O projeto integra práticas de educação não formal no ambiente escolar, atuando como uma alavanca para equilibrar a relação com a escola e, principalmente, reintegrar crianças e jovens que, devido ao absentismo ou insucesso escolar, se encontram afastados da valorização educativa. O CRIATEIXO-E9G procura, através de metodologias ativas de educação não formal, criar um caminho onde cada participante assume a responsabilidade pelo bem-estar do bairro em que vive, identificando problemas e elaborando planos para a sua resolução ou minimização. Essa abordagem tem como objetivo fomentar a participação ativa dos participantes, promovendo a conscientização sobre seus direitos e deveres na comunidade. O projeto também desenvolve competências que promovem o bem-estar coletivo, através de programas que combinam comportamentos saudáveis, alimentação adequada e a promoção de atividades coletivas que envolvem pais, filhos e a comunidade em geral.</p>

Colóquio "Educação, Valores, Cidadania"	
Entidade Promotora	CPCJ da Covilhã
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Periódico - a última iniciativa ocorreu no dia 19 de março de 2024
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Não Aplicável
Descrição	<p>O Colóquio "Educação, Valores, Cidadania", assentou sobre três grandes eixos, tendo sido debatidos os seguintes temas: Uma reflexão sobre o Direito aplicável nos Direitos das Crianças", "Educar para a Literacia", "O Valor dos Valores: Uma Viagem ao Interior", "Construindo o futuro: A Sinergia entre Cidadania e Políticas Públicas", "Multiculturalidade: Que Desafios". Esta iniciativa assentou na prevenção efetiva e continuada no quadro dos direitos e interesses das crianças e jovens do concelho.</p>

Caixa de Música	
Entidade Promotora	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Parcerias	Prestador de Serviços: Associação Cultural da Beira Interior; Parceiros não formais: UBI; Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto; Escola Secundária Quinta das Palmeiras; Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã; Agrupamento de Escolas do Teixoso. Investidores Sociais: CMC; e Eurobeiras, Lda.
Âmbito temporal de implementação	Permanente (decorre entre novembro de 2024 até outubro de 2025)
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	75
<p>Descrição</p> <p>O projeto Caixa de Música é um programa educativo de inclusão social que oferece, gratuitamente, aulas de música e orquestra a crianças e jovens migrantes. A iniciativa utiliza a música como uma ferramenta para facilitar a integração social, permitindo que os participantes expressem suas emoções, histórias e vivências através da composição musical. Assim, o projeto contribui para que encontrem formas positivas de lidar com suas emoções e para o desenvolvimento da resiliência. O programa resulta de uma candidatura aprovada no âmbito do Portugal Inovação Social</p>	

CTRL KIDS	
Entidade Promotora	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Parcerias	Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã; CMC; Lions Clube da Covilhã; O Mundo da Carolina Associação; RU.DE - Associação de Desenvolvimento Rural; UBI
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	144
<p>Descrição</p> <p>O projeto CTRL Kids tem como objetivo democratizar o acesso à educação em tecnologia e promover uma inclusão tecnológica e social mais ampla. Através de um programa inovador de capacitação digital e codificação, procura capacitar crianças e jovens, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento no mundo digital.</p>	

Apoio à Aquisição de Cadernos de Fichas	
Entidade Promotora	Junta de Freguesia da UF Covilhã e Canhoso
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	100
<p>Descrição</p> <p>A JF da UF de Covilhã e Canhoso apoia as crianças que se encontram a frequentar o Ensino Básico, apoiando as famílias na aquisição de cadernos de fichas.</p>	

Projeto "Eu Sou +"	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	-
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O projeto "Eu Sou Mais", que surgiu a partir de uma candidatura integrada no Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, foi criado em 2019, tendo como base o contexto de reforço e descentralização de competências do Estado na área da educação. Neste âmbito, foi criada uma equipa multidisciplinar constituída por técnicos especializados, com o objetivo trabalhar e intervir com alunos/as das escolas do pré-escolar e do 1-º ciclo do concelho da Covilhã. No âmbito deste projeto, foram definidas 5 áreas de intervenção: Brincadeiras de Pais e Avós; Ciência Divertida; Literacia Digital; Música; Tecer.</p>	

Iniciativas para Crianças e jovens em perigo

Campanha Mês da Prevenção dos Maus Tratos	
Entidade Promotora	CPCJ da Covilhã
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Periódico- a última iniciativa ocorreu dia 30 de abril de 2023
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	100
<p>Descrição</p> <p>Em Portugal, a campanha do Mês da Prevenção dos Maus-Tratos, simbolizada pelo Laço Azul, é amplamente divulgada em todo o território, tanto pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens quanto pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que promovem diversas ações de prevenção contra maus-tratos. A CPCJ da Covilhã aderiu à ação nacional ao colocar Laços Azuis na área urbana da cidade e no comércio tradicional. Além disso, organizou o Laço Humano no Jardim das Artes, com o objetivo de sensibilizar a comunidade sobre os maus-tratos infantis, promovendo a prevenção e a proteção dos direitos das crianças. A iniciativa foi aberta a toda a comunidade.</p>	

Dia Internacional da Não Violência e da Paz nas Escolas	
Entidade Promotora	CPCJ da Covilhã
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Periódico - a última iniciativa ocorreu dia 30 de janeiro de 2024
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Não Aplicável
<p>Descrição</p> <p>No 30 de janeiro celebra-se o "Dia Internacional da Não Violência e da Paz nas Escolas", tendo sido assinalado pela CPCJ da Covilhã com uma campanha de sensibilização, junto que promoveu valores como respeito, tolerância, igualdade e paz. A atividade proposta pela CPCJ foi dirigida aos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo. Os alunos foram convidados a participar com a elaboração de trabalhos criativos, como textos ou outras produções, com um trabalho por turma ou escola. A iniciativa visou envolver os estudantes na reflexão e promoção desses valores essenciais.</p>	

Iniciativas para Pessoas Idosas

A Voz que Aproxima	
Entidade Promotora	Associação Humanitária Beira Aproxima
Parcerias	PSP da Covilhã
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	26
<p>Descrição</p> <p>O projeto a Voz que Aproxima é desenvolvido pelo Departamento de Projetos da Associação Humanitária Beira Aproxima, com o apoio da Polícia de Segurança Pública (PSP) da Covilhã. O projeto surge em resposta ao crescente número de idosos que enfrentam solidão e isolamento social. O projeto tem como objetivos realizar o acompanhamento telefónico quinzenal de idosos identificados em situações de isolamento na cidade da Covilhã e a sensibilização para a solidão dos idosos e a falta de apoio que enfrentam.</p>	

Idosos Inclusivos	
Entidade Promotora	Centro Social e Cultural de Santo Aleixo
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Unhais da Serra
Pessoas abrangidas (anualmente)	200
<p>Descrição</p> <p>O projeto Idosos Inclusivos tem como objetivo combater o isolamento social entre os idosos, através da atividade física, a estimulação cognitiva, a capacitação digital e de atividades de mobilidade com foco cultural e patrimonial</p>	

Círculo de Cuidados	
Entidade Promotora	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Parcerias	RUDE - Associação de Desenvolvimento
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Tortosendo; UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	20
<p>Descrição</p> <p>O projeto Círculo de Cuidados é um projeto de transformação social que procura criar redes de entajuda entre organizações e indivíduos dentro de uma comunidade, com o objetivo de oferecer apoio à população idosa que ainda residem em suas próprias casas.</p>	

Serviço de Psicologia	
Entidade Promotora	Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	São Jorge da Beira
Pessoas abrangidas (anualmente)	360
<p>Descrição</p> <p>O Serviço de Psicologia do Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira presta serviços de avaliação e intervenção psicológica aos utentes/clientes institucionalizados nas três valências da instituição (ERPI, SAD e CD). Além disso, o serviço está disponível para sócios e para a população residente na freguesia de São Jorge da Beira, mediante solicitação.</p>	

Dia Municipal do Envelhecimento Ativo	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Periódico
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Não Aplicável
<p>Descrição</p> <p>Esta iniciativa tem como objetivos contribuir para a qualidade de vida e para a diminuição do isolamento e da solidão da população sénior, através do seu bem-estar físico, promovendo a comodidade em termos materiais, a saúde, a higiene e a segurança, o incremento das relações interpessoais, quer seja com os familiares, os vizinhos, os amigos e a participação na comunidade, mantendo um contato regular com o exterior e fomentando o trabalho intergeracional. Tem como aspiração o crescimento pessoal, dando oportunidade ao desenvolvimento intelectual e à autoexpressão, possibilitando a realização interior, o desenrolar de atividades de animação e recreativas, que se subdividem em socialização e entretenimento passivo e ativo. Neste processo e dado o universo da população a beneficiar, pretende-se o envolvimento e colaboração habitual das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) do concelho.</p>	

Centro de Ativ'ldades	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	Cáritas, LAPA, CAFAP e ACAPO – Delegação de Castelo Branco
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>A iniciativa tem como objetivos principais melhorar a qualidade de vida da população sénior e reduzir o isolamento e a solidão, promovendo o bem-estar físico e a comodidade em diversas áreas, como saúde, higiene e segurança. Além disso, visa fortalecer as relações interpessoais, incentivando a interação com familiares, vizinhos, amigos e a participação ativa na comunidade, mantendo o contato regular com o exterior. O projeto também fomenta o trabalho intergeracional, criando oportunidades para o crescimento pessoal e o desenvolvimento intelectual, promovendo a autoexpressão e proporcionando realização interior. As atividades propostas incluem iniciativas de animação e recreação, organizadas em torno de socialização e entretenimento, tanto passivo quanto ativo. Para garantir o sucesso desta ação, pretende-se envolver de forma regular as IPSS do concelho, promovendo uma colaboração contínua e estreita com as instituições locais que trabalham diretamente com a população alvo.</p>	

Iniciativas para Pessoas adultas com deficiência

Balcão da Inclusão	
Entidade Promotora	INR
Parcerias	CMC
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O Balcão da Inclusão presta um serviço de atendimento especializado sobre a temática da deficiência ou incapacidade, melhorando a qualidade do serviço prestado aos cidadãos que, desta forma, contam com um conjunto integrado de meios para acesso à informação e resolução de questões e simultaneamente promove a inclusão na sociedade.</p>	

Iniciativas para Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico

Saúde Mental na Cova da Beira	
Entidade Promotora	ULS Cova da Beira
Parcerias	ARSC, CHUCB, ACES, CMB, CMC e CMF
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>Os principais objetivos deste Projeto são a promoção da saúde mental, reabilitação e reintegração das pessoas através do desenvolvimento de um plano estratégico, com programas de prevenção e tratamento da doença, através da articulação e dinamização dos parceiros com outras entidades na comunidade, que a rede considere relevantes para o seu desenvolvimento. Pretende-se ainda desenvolver uma postura proactiva na procura de oportunidades de colaboração, partilha de conhecimento e desenvolvimento na área da saúde mental, através de um modelo que permita às organizações a que pertencem, funcionar como um facilitador e potenciador do trabalho em rede, no âmbito das suas competências e com os recursos disponíveis, simplificar procedimentos e desmaterializar processos. Pretende-se desenvolver uma rede de intervenção atual, inclusiva e inovadora, baseada numa abordagem comunitária e biopsicossocial de prevenção, intervenção, tratamento e reabilitação da saúde mental, para dar a resposta a situações de exclusão e de vulnerabilidade social atuando na causa. Pretende-se trabalhar para os objetivos propostos na Estratégia Europa 2020, por um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, potenciando as competências emocionais, cognitivas e intelectuais da população, e não a colocar em risco por falta de respostas adequadas à promoção da saúde mental e prevenção da perturbação mental. O projeto de intervenção em saúde mental na comunidade visa a autonomia do indivíduo, portador de doença mental, objetivando a sua reintegração na comunidade, evitando os múltiplos reinternamentos. A promoção da autonomia é um objetivo crucial neste projeto, através da capacitação dos utentes, família, técnicos e comunidade sobre a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da doença mental, desenvolvendo competências para redução de recaídas, com a finalidade de obter ganhos em saúde.</p>	

Lembrar-Se(R)	
Entidade Promotora	Santa Casa Misericórdia da Covilhã
Parcerias	-
Âmbito temporal de implementação	30 dias (entre setembro e outubro)
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>Para assinalar o Dia Mundial da Doença de Alzheimer, celebrado em 21 de setembro, o Dia Internacional do idoso, celebrado a 1 de outubro e o Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado a 9 de outubro, a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, dedica, anualmente, um mês de atividades gratuitas para a consciencialização e promoção da saúde mental. Esta iniciativa visa sensibilizar toda a comunidade para a importância da saúde mental, da empatia e da desconstrução de estigmas, através de um conjunto de atividades dirigidas à população sénior e toda a comunidade do concelho.</p>	

Iniciativas para Família e comunidade em geral

VELEDA - Mulheres em Rede	
Entidade Promotora	Beira Serra - Associação de Desenvolvimento
Parcerias	CMC; CMF; CMB; UBI
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	30
<p>Descrição</p> <p>O projeto VELEDA - Mulheres em Rede é direcionado para famílias monoparentais femininas, com o objetivo de melhorar suas condições de vida por meio da criação de uma rede de apoio que envolve as próprias mulheres, decisores políticos e entidades privadas. Esta rede é constituída através do reforço de um coletivo de mulheres, que se reunirão em grupo para identificar suas necessidades e encontrar caminhos para a valorização individual e coletiva, promovendo sua autonomia. Além disso, a constituição desta rede passa também por conscientizar as entidades públicas e privadas sobre os desafios da monoparentalidade e a necessidade de políticas que enfrentem essas desigualdades. O VELEDA também oferece capacitação para uma vida mais autónoma, com apoio jurídico e psicológico, e acesso a informações essenciais. Entre as principais atividades do projeto estão os Grupos VELEDA, que são grupos de partilha e entreajuda destinados a combater o isolamento, oferecer apoio e promover a sororidade entre as mulheres que enfrentam situações semelhantes; os Espaços Porta Aberta, que oferecem atendimento individualizado para resolver questões concretas; as Mães Canguru, que permite que as mulheres VELEDA se apoiem mutuamente na guarda dos filhos quando necessário; e as Oficinas em Casa, que ensinam e realizam pequenas reparações domésticas para melhorar as condições de habitabilidade das famílias participantes.</p>	

Horta Comunitária do Bairro da Alâmpada	
Entidade Promotora	Beira Serra - Associação de Desenvolvimento
Parcerias	CMC; JF de Boidobra
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Boidobra
Pessoas abrangidas (anualmente)	42
<p>Descrição</p> <p>A Horta Comunitária no Bairro da Alâmpada - Boidobra (Covilhã) visa capacitar a autossuficiência alimentar das famílias, a valorização da agricultura biológica e familiar, a requalificação da paisagem urbana e a educação e sustentabilidade ambiental e gestão partilhada. Trata-se de um projeto que envolve uma participação social ativa e apropriação de um projeto pela sua comunidade, condição básica para o combate ao fenómeno da pobreza e exclusão social. Atualmente, todos os 42 talhões disponíveis estão ocupados, permitindo que cada hortelão cultive alimentos para sua família, o que resulta na melhoria da alimentação e da saúde dos participantes. A horta também desempenha um papel importante na sensibilização para a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais. O projeto não só atende a fins pedagógicos e culturais, mas também cumpre objetivos sociais ao reduzir a pobreza e estimular o empreendedorismo, especialmente entre grupos sociais desfavorecidos. Através dessas iniciativas, a Horta Comunitária contribui significativamente para o fortalecimento da coesão social e para a melhoria da qualidade de vida na comunidade.</p>	

Horta do Bairro	
Entidade Promotora	Beira Serra - Associação de Desenvolvimento
Parcerias	CMC, JF da UF Teixeira e Sarzedo
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Teixeira e Sarzedo
Pessoas abrangidas (anualmente)	37
<p>Descrição</p> <p>A Horta do Bairro tem como objetivo promover a consciencialização para o trabalho coletivo e para uma vivência social ativa e responsável, pretendendo promover a gestão participativa de um projeto comum aos moradores do bairro; o diálogo intergeracional; a interação entre contextos sociais e culturais diferentes; a autossuficiência alimentar das famílias; a sensibilização para a sustentabilidade ambiental; a construção de um espaço de contemplação e de valorização da paisagem; e a educação e valorização da agricultura familiar e biológica. A horta é composta por 37 talhões, cada um destinado à produção de alimentos para os hortelãos e suas famílias, o que contribui para a melhoria da alimentação e da saúde dos participantes. O projeto também desempenha um papel importante na sensibilização para a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Com uma abordagem pedagógica e cultural, a Horta do Bairro possui benefícios sociais significativos, incluindo a redução da pobreza e o incentivo ao empreendedorismo, especialmente entre grupos sociais desfavorecidos.</p>	

Gabinete de Apoio à Criação de Emprego	
Entidade Promotora	Beira Serra - Associação de Desenvolvimento
Parcerias	IEFP; CASES
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	120
<p>Descrição</p> <p>A Beira Serra faz parte da rede nacional de entidades credenciadas pelo IEFP como Entidade Prestadora de Apoio Técnico (EPAT), e presta serviços de apoio técnico a promotores desempregados de projetos para a criação de emprego. Entre as suas principais atividades estão a realização de reuniões com promotores desempregados para fornecer informações e consolidar ideias de negócio; a prestação de apoio técnico a promotores desempregados de projetos de criação do próprio emprego, no âmbito de medidas e programas de apoio ao empreendedorismo executadas pelo IEFP; a criação e estruturação das candidaturas de criação do próprio emprego, nomeadamente a elaboração dos planos de investimentos e de negócios; o acompanhamento e apoio na consolidação dos projetos durante os dois primeiros anos de atividade dos promotores; a participação em feiras e outras iniciativas de promoção de Emprego; a organização de iniciativas coletivas para capacitar e direcionar a população desempregada para o mercado de trabalho.</p>	

Serviço de Animação Sociocultural	
Entidade Promotora	Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	São Jorge da Beira
Pessoas abrangidas (anualmente)	241
<p>Descrição</p> <p>O Serviço de Animação Sociocultural tem como principais responsabilidades diagnosticar, analisar e identificar situações de risco que possam afetar o grupo-alvo e seu meio. Além disso, é responsável por planear e implementar projetos de intervenção sociocomunitária que visem melhorar a situação social e comunitária. Entre suas funções, o Serviço promove a interação entre os diversos atores sociais da comunidade, acompanhando quaisquer alterações na situação dos clientes/utilizadores que possam impactar seu bem-estar. A intervenção é articulada com os atores institucionais relevantes, garantindo uma abordagem integrada e eficaz.</p>	

Voluntariado na saúde	
Entidade Promotora	Liga dos Amigos do Centro Hospitalar Cova a Beira
Parcerias	ULS da Cova da Beira; UBI
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	80
Descrição Esta iniciativa envolve ações e projetos de voluntariado desenvolvidos no Hospital Pêro da Covilhã e Hospital do Fundão, destinado aos utentes e doentes que recorram às unidades de saúde da ULSCBEIRA, doentes internados e seus familiares e projetos de humanização hospitalar.	

Rastreios em Unhais da Serra	
Entidade Promotora	Associação Humanitária Beira Aproxima
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Periódico - a última iniciativa ocorreu entre os dias 11 e 12 de maio de 2024
Abrangência territorial	Unhais da Serra
Pessoas abrangidas (anualmente)	70
Descrição Durante um fim de semana, a equipa da Associação Humanitária Beira Aproxima realizou um programa de rastreios na freguesia de Unhais da Serra, abrangendo o Centro Social e Cultural de Santo Aleixo, a igreja paroquial de Santo Aleixo e também domicílios de utentes referenciados pela Freguesia. Além dos rastreios, foram realizadas formações de primeiros socorros para a comunidade jovem. É intenção da Associação Humanitária Beira Aproxima que esta iniciativa seja alargada às restantes freguesias do Concelho.	

Serviço de Enfermagem	
Entidade Promotora	Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	São Jorge da Beira
Pessoas abrangidas (anualmente)	75
Descrição O Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira presta cuidados de enfermagem aos utentes/clientes, assim como aos sócios e à comunidade em geral quando solicitada.	

Serviço Social	
Entidade Promotora	Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira
Parcerias	CMC
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	São Jorge da Beira
Pessoas abrangidas (anualmente)	100
Descrição O Serviço Social oferecido pelo Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira visa promover o apoio psicossocial aos utentes, estabelecendo a articulação com as redes primárias e secundárias, bem como com a rede social dos indivíduos, famílias, sócios e da comunidade em geral.	

mentALdeias	
Entidade Promotora	Mutualista da Covilhã
Parcerias	JF de Orjais, UF Teixoso e Sarzedo, UF Vale Formoso e Aldeia do Souto, Verdelhos
Âmbito temporal de implementação	Periódico - a iniciativa ocorre entre novembro de 2023 e outubro de 2024
Abrangência territorial	Orjais; UF Teixoso e Sarzedo; UF Vale Formoso e Aldeia do Souto; Verdelhos
Pessoas abrangidas (anualmente)	150
Descrição O projeto "mentALdeias" visa fortalecer os fatores que promovem a resiliência individual e comunitária, com o objetivo de reduzir o risco de adoecer e preservar a identidade e as funções da comunidade afetada pelos incêndios de 2022.	

Ajuda alimentar a famílias carenciadas	
Entidade Promotora	Delegação da Covilhã da Cruz Vermelha
Parcerias	CMC
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	Não Aplicável
Descrição A Delegação da Covilhã da Cruz Vermelha distribui, em média, 300 cabazes de alimentos mensalmente, com o objetivo de reduzir as carências alimentares da população mais desfavorecida. Além disso, a delegação também fornece materiais como cadeiras de rodas, ovos, carrinhos de bebé, roupas de bebé e alcofas, sempre que solicitado, apoiando assim as necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade. Possui 30 voluntários/as regulares e cerca de 40 voluntários/as ocasionais.	

Troca a Tod@s	
Entidade Promotora	CooLabora - Intervenção Social
Parcerias	CMC; Museu de Lanifícios; UBI; Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	60
<p>Descrição</p> <p>O Troca-a-Tod@s é uma rede centrada na promoção da economia local e da inclusão social, operando através de feiras trimestrais que envolvem, em média, cerca de 35 produtores. Essas feiras não só oferecem uma plataforma para a comercialização de produtos locais, mas também incluem oficinas de aprendizagem e atividades de animação. Além das feiras, o Troca-a-Tod@s mantém uma loja de produtos locais, aberta ao público, localizada no espaço da CooLabora. A rede também inclui um grupo de pessoas que trocam ou vendem produtos entre si. Mensalmente, são organizadas oficinas para a autonomia, que facilitam a partilha e a aprendizagem de saberes essenciais para a economia doméstica. Esta iniciativa promove a convivialidade, fortalece a autonomia económica e valoriza os conhecimentos e habilidades presentes na comunidade.</p>	

Mês da Diver'cidade Cultural	
Entidade Promotora	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Parcerias	Consórcio com mais de 20 entidades/ano
Âmbito temporal de implementação	30 dias (entre maio e junho)
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>Esta iniciativa da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã pretende divulgar a intervenção com a população migrante do concelho e a sua crescente importância para o desenvolvimento social e local, dando a conhecer a diversidade cultural existente neste território, onde os sons, os sabores e as cores de diversos países, nos enriquecem. Através destas ações deseja-se a partir da comunidade, com a comunidade e para a comunidade com recurso a diversas iniciativas, sensibilizar os cidadãos para a necessidade de uma sociedade intercultural que tenha presente os valores da solidariedade, da não discriminação pela aparência, etnia, género ou nacionalidade, da igualdade, do respeito pela diferença e diversidade, da partilha e da inclusão, de forma a garantir uma cidadania mais inclusiva e mais igualitária.</p>	

CLAIM Covilhã	
Entidade Promotora	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Parcerias	ACeS Cova da Beira; AECBP; AIMA; Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã; CMC, Centro de Emprego da Covilhã, Centro Qualifica Campos Melo; Conferências Vicentinas; Empresa Paulo de Oliveira; Escola Secundária Quinta das Palmeiras; Escola Secundária Campo Melo; Grupo Brasileiros na Covilhã; ISS, Modatex; SAAS Covilhã; UBI.
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	600
Descrição	<p>O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) da Covilhã surgiu em outubro de 2020, como fruto da sensibilidade sentida pela Santa Casa da Misericórdia da Covilhã quanto às questões da imigração, resultante de candidatura efetuada ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração Social (FAMI), promovido pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna em articulação com o ACM. O CLAIM Covilhã centra-se na informação e apoio na integração da população migrante, pretendendo ser um espaço informativo e confidencial, que visa ajudar a responder a questões em áreas tão relevantes como o acesso à saúde, a educação, a nacionalidade, o reagrupamento familiar e o retorno voluntário, através da articulação com as diversas estruturas locais e nacionais. O atendimento realizado no CLAIM Covilhã pretende dar resposta às necessidades de acolhimento e integração das comunidades migrantes no concelho, seja pela informação prestada ao nível da regularização no território nacional, seja pelo auxílio prestado na resolução de problemas sentidos no quotidiano diário. Neste sentido, este centro de apoio articula com outros serviços, assumindo um papel facilitador na interação entre os estrangeiros e as diversas entidades.</p>

Loja Social	
Entidade Promotora	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Parcerias	Particulares, Empresas e Entidades locais e nacionais
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	300
Descrição	<p>A Loja Social é um espaço aberto à comunidade que tem como objetivo suprir as necessidades imediatas de famílias carenciadas residentes no concelho da Covilhã, através da distribuição de bens essenciais, novos ou usados, (roupas de homem, mulher e crianças de todas as idades, artigos de puericultura, material escolar) doados por particulares ou empresas à Misericórdia da Covilhã.</p>

Mercearia Social	
Entidade Promotora	Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Parcerias	Banco Alimentar e Protocolo Realimenta
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	80
<p>Descrição</p> <p>A Mercearia Social consiste na atribuição de cabazes de alimentos a famílias carenciadas. Nesta resposta social de apoio alimentar, a Misericórdia da Covilhã organiza cabazes alimentares com recurso aos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar Cova da Beira, de quebras alimentares de um hipermercado e doações particulares.</p>	

Do@r com sentido	
Entidade Promotora	Agrupamento de Escolas do Teixoso
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Teixoso e Sarzedo
Pessoas abrangidas (anualmente)	15
<p>Descrição</p> <p>O projeto "Do@r com Sentido" tem como objetivo atender as necessidades sociais, especialmente de âmbito económico e alimentar, de famílias identificadas como economicamente vulneráveis.</p>	

Banco de Roupas	
Entidade Promotora	Mutualista da Covilhã
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	673
<p>Descrição</p> <p>O Banco de Roupas visa apoiar migrantes em situação de vulnerabilidade, através da doação de roupa que chega à Mutualista da Covilhã através de privados. Qualquer migrante que se dirija às instalações da Instituição poderá levar bens (para além do vestuário, pontualmente temos também para doação utensílios de cozinha, têxtil de quarto e algumas peças de decoração) que o mesmo identifique como necessários.</p>	

Projeto +Ativo+Solidário	
Entidade Promotora	Liga dos Amigos do Centro Hospitalar Cova a Beira
Parcerias	Instituições de apoio a idosos da Cova da Beira e outras
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	20
<p>Descrição</p> <p>O Projeto +Ativo+Solidário envolve voluntárias que se dedicam à elaboração de trabalhos manuais e artesanais. As voluntárias se reúnem duas vezes por semana para realizar essas atividades, que têm como objetivos principais a angariação de fundos para a associação e a promoção da humanização hospitalar. Os trabalhos realizados são utilizados para criar conforto nos espaços hospitalares e para desenvolver projetos especiais, como as iniciativas de Natal em colaboração com outras entidades.</p>	

Miminhos do Bebê	
Entidade Promotora	Liga dos Amigos do Centro Hospitalar Cova a Beira
Parcerias	Escolas secundárias, conferências de S. Vicente de Paulo, Cruz Vermelha Portuguesa
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	70
<p>Descrição</p> <p>O projeto Miminhos do Bebê tem como objetivo angariar roupas, produtos e equipamentos para bebés, destinados a famílias com carências socioeconómicas. Este apoio é direcionado a bebés que nascem na ULSCBEIRA ou que, em situações de necessidade identificadas na comunidade, através de referenciação por outras entidades, recebem os respetivos enxovais, elaborados por equipa de voluntários.</p>	

Apoio a famílias carenciadas	
Entidade Promotora	JF da UF Covilhã e Canhoso
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	350
Descrição A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apoia famílias carenciadas através da entrega de vales, que podem ser trocados em estabelecimentos de comércio local.	

Centro de Enfermagem	
Entidade Promotora	JF da UF Covilhã e Canhoso
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	900
Descrição A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso oferece um serviço de enfermagem gratuito, acessível a todos os residentes.	

Apoio Social	
Entidade Promotora	JF de Unhais da Serra
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Unhais da Serra
Pessoas abrangidas (anualmente)	10
Descrição A JF de Unhais da Serra monitoriza e apoia pequenas obras de intervenção em habitações que não reúnam condições de habitabilidade. Igualmente, faz o encaminhamento das situações mais graves.	

Balcão Social	
Entidade Promotora	JF Peso e Vales do Rio
Parcerias	Centro Social Comunitário do Peso
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	UF Peso e Vales do Rio
Pessoas abrangidas (anualmente)	40
Descrição O Balcão Social da JF Peso e Vales do Rio apoia a população na resolução dos múltiplos assuntos de âmbito social.	

Cartão Social Municipal Covilhã + Social	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	-
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
Descrição O Cartão Social Municipal Covilhã Mais Social destina-se a proporcionar benefícios a todos os idosos reformados, a pensionistas, aos portadores de deficiência, aos Bombeiros Voluntários da Covilhã, aos Reformados das Minas da Panasqueira, às pessoas em situação de desemprego e famílias numerosas, com rendimentos mensais iguais ou inferiores ao valor do IAS ou que não possuam quaisquer rendimentos. Os benefícios atribuídos pelo Cartão passam descontos ou isenções no pagamento de transportes espaços e atividades promovidas pela CMC, espetáculos culturais e desportivos, iniciativas a realizar no Centro de AtivIDADES, taxas municipais, assim como possibilidade de descontos em estabelecimentos comerciais em bens e/ou serviços prestados por empresas locais e o acesso ao Tarifário Social aplicado à fatura da água para fins domésticos.	

Banco Local de Voluntariado da Covilhã	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	CASES
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O Banco Local de Voluntariado da Covilhã visa estimular a população do concelho da Covilhã para a participação cívica em projetos sociais, com os seguintes objetivos: promover a cidadania ativa, através do incentivo ao voluntariado; promover uma aprendizagem pessoal e coletiva, permitindo a autorrealização; promover a igualdade de oportunidades, a tolerância, o respeito mútuo, a solidariedade e a justiça; proporcionar que os indivíduos com iniciativas de voluntariado e entidades com interesse no voluntariado possam concretizar os respetivos projetos.</p>	

Projeto "To Be Green"	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	-
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O Projeto "To Be Green" visa implementar novas soluções para vestuário em fim de vida, incluindo máscaras descartáveis usadas nas escolas do concelho. Este projeto, em parceria com a plataforma TO-BE-GREEN, visa promover uma abordagem ecológica à gestão de resíduos têxteis, permitindo o descarte responsável e a valorização de peças de roupa por meio de práticas como o <i>upcycling</i> (transformação criativa) e <i>downcycling</i> (reciclagem em materiais de menor valor). Um dos principais componentes do projeto é o módulo "COVID FREE", que trata especificamente da reciclagem de máscaras de proteção usadas durante a pandemia de COVID-19. Para isso, foram colocados contentores específicos à saída das escolas de 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, onde os alunos podem depositar suas máscaras descartáveis. A plataforma TO-BE-GREEN será responsável pela recolha e pelo tratamento das máscaras, convertendo o material têxtil em novas matérias-primas no Centro de Valorização de Resíduos da Universidade do Minho.</p> <p>Além disso, o projeto inclui a criação de uma loja social para recolher e compartilhar vestuário em parceria com instituições locais de solidariedade social, ajudando pessoas em situação de vulnerabilidade. Esta iniciativa reforça o compromisso da Covilhã com a sustentabilidade, em linha com a forte tradição têxtil da região, promovendo comportamentos verdes entre as novas gerações e reduzindo o volume de resíduos domésticos.</p>	

Projeto "Covilhã - Tecer o Futuro em Igualdade"	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O Projeto propõem dinamizar ações que contemplem: a integração dos princípios da Igualdade do Género, desagregado por sexo e a utilização generalizada de linguagem inclusiva em todos os documentos formais e informais e processos de comunicação interna e externa; elaborar um Guião; realizar ações de formação em Igualdade do Género, conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional para trabalhadores e trabalhadoras das várias entidades parceiras; divulgar a Declaração dos Direitos Humanos e a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.</p>	

Pessoas 2030 – Privação Material	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	Centro de Apoio e Convívio à 3ª Idade do Tortosendo; Centro N.º Sra. da Conceição – Vila do Carvalho; Centro Social e Comunitário do Peso; Centro Social e Cultural de Verdelhos; Fundação Anita Pina Calado; Mutualista Covilhanense; CMB; SCM da Covilhã
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	716
<p>Descrição</p> <p>O projeto visa apoiar a distribuição direta às pessoas mais carenciadas, por organizações parceiras, públicas ou privadas sem fins lucrativos, de géneros alimentares adquiridos no âmbito das operações de aquisição direta, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas pessoas. O Município da Covilhã assume-se como entidade coordenadora do Programa, a qual terá como responsabilidade, a articulação entre as entidades parceiras, bem como assegurar o funcionamento do polo de receção, que recebe e armazena os géneros alimentares, garantindo a respetiva entrega nas instalações das entidades mediadoras através de transporte adequado para o efeito e assegurando a boa receção dos produtos por parte destas entidades, que os distribuem diretamente aos destinatários finais.</p>	

REFOOD - Aproveitar para Alimentar	
Entidade Promotora	Refood
Parcerias	CMC
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O projeto Refood - Aproveitar para Alimentar é uma iniciativa solidária que combate o desperdício alimentar e a fome. Fundado em Lisboa, e com operações no concelho da Covilhã desde 2015, este projeto objetiva a recolha de alimentos excedentes de restaurantes, cafés, supermercados e outros estabelecimentos, que estão em perfeitas condições de consumo, mas que seriam descartados. Esses alimentos são redistribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Na Covilhã, o projeto opera com o apoio de 148 voluntários, num espaço cedido pela CMC, que preparam e entregam refeições aos beneficiários.</p>	

Banco Alimentar Contra a Fome da Cova da Beira	
Entidade Promotora	Banco Alimentar Contra a Fome da Cova da Beira
Parcerias	CMC
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O Banco Alimentar Contra a Fome da Cova da Beira (BACB), constituído em 2002, tem o objetivo de contribuir para dar uma resposta ao problema da fome. A criação do BACB justificou-se pela existência de populações desfavorecidas na Cova da Beira, não só nos centros urbanos, onde a pobreza era muitas vezes envergonhada, mas também no meio rural, onde a alimentação era pobre e necessitava de ser complementada. No ano de 2024 a campanha da primavera contou com cerca de 800 voluntários, em 50 lojas de 20 localidades e foi possível angariar 29 192 kg de alimentos, com os quais se prevê ajudar aproximadamente 4000 pessoas.</p>	

Gabinete de Apoio aos Emigrantes	
Entidade Promotora	CMC
Parcerias	Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
Âmbito temporal de implementação	-
Abrangência territorial	-
Pessoas abrangidas (anualmente)	-
<p>Descrição</p> <p>O Gabinete de Apoio aos Emigrantes, resultou de um acordo de cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas e o Município da Covilhã, e está habilitado a tratar as seguintes matérias: assuntos de segurança social estrangeira, comunitária e extracomunitária; equivalência de estudos; investimentos; dupla-tributação; pedidos de colocação no estrangeiro; informação jurídica geral; legalização de viatura e isenção de Imposto automóvel; aconselhamento a quem queira emigrar no âmbito da campanha "Trabalhar no Estrangeiro"; regularização de cartas de condução; pensão de reforma no país emigrante; obter certificados.</p>	

Iniciativas identificadas no questionário para Pessoas com comportamentos aditivos e dependências

Projeto de prevenção em contexto escolar "Abraça a Escola"	
Entidade Promotora	Beira Serra - Associação de Desenvolvimento
Parcerias	Entidades do Núcleo Territorial do eixo Fundão-Covilhã: Escolas Parceiras, Forças de segurança, CMC e CMF, ACES e Centro Hospitalar da Cova da Beira, UCC da Covilhã e do Fundão, CFAEBI
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	8.000
<p>Descrição</p> <p>O projeto Abraça a Escola é um projeto que desde 2008 dinamiza uma intervenção preventiva dos comportamentos de risco em contexto escolar. O projeto atua em oito Agrupamentos de Escolas nos Concelhos da Covilhã e Fundão, envolvendo a comunidade educativa em geral: estudantes, encarregados de educação, famílias, docentes e assistentes operacionais. A abordagem do Abraça a Escola é seletiva e indicada, fundamentando-se na ideia de que o desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos sociais, bem como o compromisso com a família, a escola e os pares, têm um impacto positivo na redução de comportamentos desviantes e aditivos. Para alcançar seus objetivos, o projeto abrange diversas formas de intervenção preventiva, incluindo formação para técnicos de educação e assistentes operacionais, treino de competências pessoais e sociais dos alunos em contexto de sala de aula, sensibilização parental, programas de rádio, atividades de férias, concursos e desenvolvimento de recursos lúdico-pedagógicos.</p>	

Iniciativas identificadas no questionário para Pessoas vítimas de violência doméstica

Projeto Violência Zero	
Entidade Promotora	Coolabora - Intervenção Social
Parcerias	Rede Violência Zero: CMC; CMB; ACES Cova da Beira, CRI de Castelo Branco; CHUCB; Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco; CPCJ de Belmonte, Covilhã e Fundão; Comando Territorial da GNR de Castelo Branco; Comando Distrital da PSP de Castelo Branco; Delegação Regional do Centro do IEFP; Direcção-Geral da Administração Escolar; Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direcção de Serviços da Região Centro; Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.; Ordem dos Advogados - Delegação da Covilhã; Procuradoria da República da Comarca de Castelo Branco; UBI.
Âmbito temporal de implementação	Permanente
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	640
Descrição	O projeto Violência Zero promove uma abordagem integrada de prevenção e combate a violência doméstica e de género (VDG). Este Projeto oferece apoio direto às vítimas de violência doméstica, promove o trabalho em parceria com diversas entidades e organiza ações de sensibilização voltadas para a comunidade, com o objetivo de aumentar a conscientização e reduzir a incidência destes crimes.

Ação de sensibilização sobre a temática "Violência no Namoro"	
Entidade Promotora	CPCJ da Covilhã
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Periódico - a última iniciativa ocorreu dia 14 de fevereiro de 2023
Abrangência territorial	UF Covilhã e Canhoso
Pessoas abrangidas (anualmente)	80
Descrição	A ação de sensibilização sobre a temática "Violência no Namoro" decorreu na Escola Secundária Campos Melo, e visou sensibilizar os jovens do ensino secundário sobre a violência no namoro.

Seminário - “Violência Doméstica A Luta por um Lar Seguro”	
Entidade Promotora	CPCJ da Covilhã
Parcerias	Não Aplicável
Âmbito temporal de implementação	Periódico – a última iniciativa ocorreu dia 24 de novembro de 2023
Abrangência territorial	Concelho
Pessoas abrangidas (anualmente)	300
<p>Descrição</p> <p>O seminário “Violência Doméstica A Luta por um Lar Seguro” foi uma iniciativa da CPCJ da Covilhã para assinalar o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. Esta iniciativa foi difundida a nível nacional.</p>	

